



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

KÉSIA MARIA MAXIMIANO DE MELO

**ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS:
MODOS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIDA NAS
MARGENS NO COTIDIANO DE PESSOAS TRANS**

São Carlos

2021

KÉSIA MARIA MAXIMIANO DE MELO

**ENTRE RUPTURAS E PERMANÊNCIAS:
MODOS DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIDA NAS
MARGENS NO COTIDIANO DE PESSOAS TRANS**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, como parte obrigatória dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Orientadora: Prof^a Dr^a Roseli Esquerdo Lopes

Linha de pesquisa: Redes Sociais e Vulnerabilidades.

São Carlos

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Késia Maria Maximiano de Melo, realizada em 23/08/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Roseli Esquerdo Lopes (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano (UFSCar)

Profa. Dra. Débora Galvani (UNIFESP)

Prof. Dr. Nelson Filice de Barros (UNICAMP) Prof.

Dr. Gustavo Artur Monzeli (UFPB)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.

À Agatha Lima (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos fluxos da vida, aos encontros e desencontros, aos eixos desestabilizados e realinhados, e à todas as transformações vivenciadas durante a construção desta tese;

À professora Roseli Esquerdo Lopes pela inspiração despertada a cada encontro, pelo infundo suporte, carinho e cuidado em todos os processos que compuseram esta tese e nos percalços vivenciados durante a sua construção;

À professora Ana Paula Malfitano, pelas inúmeras trocas, aprendizados e incentivos, além das importantes contribuições na banca de qualificação;

À professora Maria Isabel Ghirardi, pela disponibilidade e cuidadosa contribuição na banca de qualificação;

Aos professores Nelson Filice, Débora Galvani, Gustavo Monzeli e Ana Paula Malfitano pela disposição para compor a banca de defesa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional pela possibilidade de execução da pesquisa que dá origem a essa tese e pela composição potente no meu processo formativo;

À professora e grande amiga Larissa Pelucio, pelos impulsos de voo, pelo amor, pelos cafés e pores-do-sol, carinho sempre presente, e pelas inúmeras trocas que me inspiram diariamente;

Aos meus pais, Quiteria Maximiano e Robson Melo pelo incentivo e apoio de sempre e para sempre. Eu amo vocês incondicionalmente;

À Tia Max, fonte de incentivo, força e coragem;

À Tia Veva, Mayco Maximiano e Madson Maximiano pela constante presença;

À Yolanda Lopes amor que me preenche, me pega no colo e me ajuda a caminhar. Você é essencial;

À Livia Martins, parceira de caminhada, amiga da vida! Que bom contar com teu apoio e com teu amor.

Ao Ed Bratifich, presente com embrulho e laço de fita, surpresa boa que tornaram meus últimos meses de doutorado mais leves, afetivos e esperançosos;

Aos amigos e amores sempre presentes com os quais compartilho há tanto tempo a caminhada: Izabella de Lima, Sandra Menta, Rodrigo Alves, Carol Serafim, Lissandra Barbosa, Luisa Caldeira, Karyllane Rodrigues, Egor Borges, Leticia Nicolini;

Aos amigos que fiz no PPGTO e no METUIA, especialmente à Sofia Martins que me acolheu de inúmeras formas, mas não somente. Lisabelle, Bárbara, Bianca, Maitê, Ana Cardoso, Jaime, Magno: muito obrigada;

Aos queridos do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, que me ensinam desde os nossos primeiros encontros, em 2013;

Aos/as interlocutores/as desta pesquisa, que me permitiram conhecer suas histórias, dores, anseios, sonhos, cotidianos, e por fazerem da sua vida uma eterna e intensa batalha pela própria existência;

À Ágatha Lima (in memoriam), pela recepção nos espaços de debates políticos, pela preciosa amizade, por me tocar com sua história e com sua força, por me encantar com sua luta. Quanta inspiração você me proporcionou e, onde quer que esteja, ainda proporciona;

À Marianna Paes pela contribuição na revisão técnica das transcrições das entrevistas;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento;

E a todos que direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, contribuíram para a construção desta tese.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central compreender como pessoas trans ao longo de suas histórias de vida constroem estratégias de enfrentamento às condições de marginalização. Pretendeu-se mapear as redes sociais de suporte (formais e informais), bem como os atores sociais que compõe/compuseram as histórias de vida desses sujeitos; identificar os projetos de vida (executados ou não) e como eles se dinamizaram ao longo de suas vidas; identificar as estratégias elaboradas, acionadas e a forma com que foram executadas para o enfrentamento das condições de marginalização; identificar os aspectos sociais e políticos que estão envolvidos nessas vivências; e compreender quais as expectativas desses sujeitos em relação ao processo de participação e emancipação social. Para tal, toma como metodologia de apreensão de dados a história oral de vida, além de ferramentas da etnografia, como a observação. A análise dos dados se deu a partir do conceito de modos de vida, à luz das perspectivas de Elizabeth Lobo e Isabel Guerra, disposta em três eixos centrais: O sistema e os atores sociais, a história e o cotidiano, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Além disso, as análises se seguiram por uma perspectiva interseccional, tendo em vista que diversos outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, classe, geração e regionalidade foram relevantes na construção das estratégias de enfrentamento. Os resultados indicaram que as imposições do sistema sexo-gênero-desejo operam desde as primeiras etapas do curso de vida, utilizando como engrenagem diversos atores e instituições sociais, tais como a família, escola, serviços de saúde, entre outros, no sentido de regular práticas sociais e projetos de vida, delimitando as ferramentas e acessos às condições concretas de operacionalização da vida. A forma na qual essas imposições e limites são percebidos mediam as principais estratégias de enfrentamento, que se configuram como a redefinição das redes sociais de suporte, a busca pelo fortalecimento e reconhecimento, que no caso das/os interlocutores desta pesquisa se deu através da educação e/ou da inserção nos espaços do movimento social. A análise amparada no conceito de modos de vida ofereceu uma potente lente para o reconhecimento de demandas desse grupo social, apresentando-se como possibilidade para a terapia ocupacional social.

Palavras-chave: Modos de vida; Gênero; Sexualidade; Terapia Ocupacional Social

ABSTRACT

This thesis has as its main objective to understand how trans people throughout their life histories build strategies to face the conditions of marginalization. It was intended to map the social support networks (formal and informal), as well as the social actors that compose/compose the life stories of these subjects; identify life projects (executed or not) and how they became dynamic throughout their lives; identify the strategies developed, activated and the way they were executed to face the conditions of marginalization; identify the social and political aspects that are involved in these experiences; and understand what are the expectations of these subjects in relation to the process of participation and social emancipation. To this end, it uses the oral history of life as a data collection methodology, in addition to ethnographic tools, such as observation. Data analysis was based on the concept of ways of life, in the light of the perspectives of Elizabeth Lobo and Isabel Guerra, arranged in three central axes: The system and social actors, history and everyday life, and the objective and subjective in the perception of reality. Furthermore, the analyzes were followed by an intersectional perspective, considering that several other social markers of difference, such as race, class, generation and regionality, were relevant in the construction of coping strategies. The results indicated that the impositions of the sex-gender-desire system operate from the first stages of the life course, using as a gear different actors and social institutions, such as the family, school, health services, among others, in order to regulate social practices and life projects, delimiting the tools and access to the concrete conditions of operationalization of life. The way in which these impositions and limits are perceived mediate the main coping strategies, which are configured as the redefinition of social support networks, the search for strengthening and recognition, which, in the case of the informants in this research, took place through the education and/or insertion in the spaces of the social movement. The analysis based on the concept of ways of life offered a powerful lens for recognizing the demands of this social group, presenting itself as a possibility for social occupational therapy.

Keywords: Ways of life; Gender; Sexuality; Social Occupational Therapy.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1 CAPÍTULO I - Modos de vida; Gêneros e Sexualidades; e experiências trans: Apresentando o debate	20
1.1 Modos de vida	20
1.2 Questões de gênero – Pensando na direção da terapia ocupacional social	29
1.3 A centralidade do corpo nas experiências trans.....	40
1.4 Cotidianos às margens: Avanços políticos e modos de vida.....	49
2 CAPÍTULO II - “ <i>Minha vida é bapho, mona</i> ”: Escolhas e percursos metodológicos	61
2.1 Procedimentos metodológicos.....	61
2.2 A produção e análise dos dados.....	64
2.3 A escolha dos/as principais interlocutores/as de pesquisa	66
3 CAPÍTULO III - As histórias	70
3.1 Bianca	70
3.2 Marcela	81
3.3 Talita.....	89
3.4 Dan	97
3.5 Thiago.....	105
4 CAPÍTULO IV - Modos de vida e enfrentamentos: As análises	114
4.1 O sistema e os atores sociais	114
4.2 A história e o cotidiano	138
4.3 O objetivo e o subjetivo na percepção do real.....	156
5 CAPÍTULO V - Modos de vida e experiências trans: campos para pensar a terapia ocupacional social.....	173
5.1 Modos de vida trans: Entre o enfrentamento e o reconhecimento.....	173
5.2 A Terapia Ocupacional Social e os Modos de Vida: Diálogos possíveis	186
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

[...] Me inquietei quando percebi a quantidade de pessoas que paravam para nos olhar na praça de alimentação daquele shopping. Percebendo meu incômodo, Dan comentou: *“Eu passo por isso todos os dias, não importa onde eu esteja. Quando estou com os meus me sinto em menos condição de perigo, mas quando estou sozinho preciso enfrentar e rezar muito. (...) Por dentro estou muito bem resolvido sobre quem eu sou, me sinto confortável comigo, mas saber que só sou respeitado e ouvido em alguns lugares por conta do que construí quando era mulher, me dói. E ainda tenho que ficar me explicando o tempo todo, é exaustivo... Portas que se fecham, caras que viram... O simples fica muito complexo. Tem horas que a gente perde um pouco da fé na vida”*. (Diário de campo, 09/11/2018)

Pessoas trans, terapia ocupacional, campo social, modos de vida, diferença, enfrentamentos... Esses são alguns dos temas que disparam as inquietações que constituem os passos percorridos ao longo do fazer que compõe esta tese. Território em que se adentra e explora, não por elementos que tornam a compreensão explícita, pela coesão ou pela linearidade, mas exatamente pelas incoerências, disputas e desestabilizações normativas.

O processo de construção deste texto remonta à minha caminhada por entre as sinuosas curvas deste campo de pesquisa, que é marcado não somente por *“glitter e glamour”*, mas principalmente, pelas cotidianas reinvenções dos modos de sobrevivências, sublinhada predominantemente pelo enfrentamento à imposição dos modelos rígidos de vida calcados nas experiências em torno dos gêneros e das sexualidades.

Minha aproximação com temas que envolvem as questões de gênero e sexualidade nasce do meu interesse em trabalhar, no âmbito da terapia ocupacional, com populações que vivenciam processos de marginalização, vulnerabilidade e estigmatização social, e na maneira pela qual esses processos incidem sobre a construção de trajetórias e possibilidades concretas de viver a vida, de modo que o fio condutor desta pesquisa é, primeiramente, uma inquietação acerca da ausência de insumos mais específicos que possibilitem a construção de uma prática que vá ao encontro das demandas dos sujeitos que desestabilizam a norma ao performar identidades não hegemônicas, especialmente no que diz respeito a

construir e acessar recursos para a participação social e para o enfrentamento às condições de marginalização, a partir da chave dos direitos e da cidadania.

Falar em participação social no âmbito da terapia ocupacional social, quando se trata de determinados segmentos populacionais, exige que pensemos para além da possibilidade de circulação e acesso aos espaços públicos e aos direitos sociais. É preciso refletir, primeiramente, sobre como esses sujeitos podem romper com as barreiras da invisibilidade impostas pelo estigma¹, que os aloca em zonas marginais dentro das dinâmicas sociais, implicando diretamente em experiências de cidadanias precárias².

São essas invisibilidades, negações e marginalizações produzidas pelos discursos hegemônicos, no interior dos sistemas normativos que me interessam. Me interessam, para além disso, as experiências de resistência de sujeitos donos de seus corpos, de identidades que deslizam na mutabilidade possível do existir e estar no mundo, de pessoas que são lidas como anormais pela mesma sociedade que produz seus lugares de existência. Me interessa especialmente, refletir sobre como as experiências fora da norma produzem resistências e enfrentamentos nos cotidianos e na construção de histórias que são individuais, mas também são coletivas. Me interessa conhecer como esses cotidianos são reelaborados, como projetos de vida e fazeres são construídos, e, sobretudo, como é possível pensar formas de enfrentamento à essas invisibilidades, marginalizações, e conseqüentemente, à negação de direitos e acesso à cidadania.

Essas inquietações foram disparadas pela minha aproximação com a temática das desigualdades sociais baseadas no gênero, ainda durante o penúltimo ano da graduação em terapia ocupacional em 2010, durante o meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Aproximei-me da discussão a partir do contato com mulheres em situação de violência³, de

¹ O termo estigma se relaciona diretamente com a antiguidade clássica, momento histórico em que se designava “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 1980, p. 11). Na era cristã, o termo ganhou a conotação de origem divina e, posteriormente, de problemas físicos. Na atualidade, a palavra “estigma” realoca a sua semântica para falar de algo que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade social deteriorada. Em sua crítica sobre como o estigma se constrói e marca os sujeitos, o autor afirma: “a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular” (p. 41)

² Termos utilizado pela socióloga Berenice Bento (2014), amparada na concepção de subcidadania, discutida por Jessé de Souza. A autora pontua: “A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como corpo político. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo”. (BENTO, 2014, p.167)

³ Monografia defendida em novembro de 2011, que resultou na publicação do artigo “Rompendo com o silêncio: A mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a rota

modo que, foi me inquietando a forma com que essas desigualdades se expressavam por meio de dinâmicas quase invisíveis, que atravessavam os cotidianos não somente dessas mulheres, como também de seus companheiros, especialmente no que diz respeito às práticas desenvolvidas, aos padrões de comportamento, obrigações, expectativas e “papéis sociais”, nos espaços de circulação, e, por último, mas não menos importante, a forma pela qual essas violências são elaboradas num nível subjetivo.

A violência, que naquele contexto ia além daquela perpetrada pelo parceiro íntimo, tinha múltiplas faces, e anterior a isso, era produzida pela dinâmica social resultante de discursos que determinam práticas baseadas nas diferenças entre os gêneros. O recorte específico daquela pesquisa me colocava diante de uma complexa teia que gerava e sustentava desigualdades sociais baseadas no gênero evidente na relação entre homens e mulheres, no contexto de uma sociedade heteronormativa e patriarcal.

Passado o período de graduação, resolvi me aproximar ainda mais dos debates em torno das questões de gênero, das vertentes teóricas que poderiam subsidiar uma compreensão mais ampla acerca da produção de desigualdades por meio desse marcador social da diferença.

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP/Marília) em 2013, e mediante o contato com uma perspectiva teórica desconstrutivista, investiguei as experiências de sociabilidade e articulação política de pessoas trans⁴ via uso das interações mediadas digitalmente. Tal pesquisa se justificava pelo número crescente de pessoas dissidentes de gênero que encontravam apoio e construía senso de pertencimento a partir de experiências de interações em grupos *online* (visível, por exemplo, no crescente número de grupos em plataformas de interação *online* que se propõe a debater tais temáticas). Esse uso, ainda, tornou possível múltiplas trocas, que variavam desde o entendimento e reconhecimento das próprias experiências, até a construção dos corpos, e os debates sobre pautas cotidianas como relações familiares, trabalho, lazer, afetos, projetos de vida e reivindicações de ordem política.

crítica”, no *Caderno Espaço Feminino*, em 2013. Ver mais em: <
<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14976/13116>>.

⁴ O termo “Pessoas trans” neste texto, bem como na referida pesquisa de mestrado, refere-se a travestis, mulheres e homens transexuais, conforme determinado pelo CONGENID – Congresso Internacional sobre Identidad de Género y Derechos Humanos (2010). De acordo com decisão expressa no relatório final do evento, o termo refere-se, de modo genérico, a qualquer pessoa cuja identidade de gênero não coincide de modo exclusivo e permanente com o sexo designado no nascimento. Quando for utilizado a terminologia pessoas trans, estarei me referindo as identidades que o termo abarca. Já para me referir às experiências específicas utilizarei a terminologia própria.

Assim, durante a pesquisa de mestrado, meus esforços se concentraram em compreender de que maneira o acesso mediado pelo uso das mídias digitais possibilitavam a criação de novos espaços de articulação política e sociabilidade, se eles viabilizavam a elaboração de sentimentos de pertencimento, práticas de empoderamento e ferramentas de participação social, e ainda, as repercussões desses usos no acesso e apropriação de pautas de luta do segmento fora dos espaços institucionalizados e nos espaços oficiais de debates tais como fóruns, associações, entre outros.

A escolha pelo desenvolvimento da pesquisa de mestrado num Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais teve relação, principalmente, com a necessidade de aproximação de um arcabouço teórico que me possibilitasse compreender a construção desse segmento considerando principalmente sua localização às margens da dinâmica social, e a problematização acerca dos discursos e mecanismos que os engendram. Assim, utilizei como lente analítica os Estudos Feministas, os Estudos Culturais, e os Estudos *Queer* para compreender, dentro desse contexto, como os marcadores gênero e sexualidade operam na construção dos sujeitos, e conseqüentemente, na dinâmica da vida social.

Nos meandros de um campo que era tecido no caminhar entre os universos *on* e *offline*, aproximei-me de alguns espaços do movimento LGBT e do movimento de travestis e transexuais do estado de São Paulo, bem como de diversos espaços (institucionalizados e não institucionalizados) e atores que compõem esse cenário. Por tratar-se de uma etnografia multissituada⁵, e principalmente, por ter o uso das mídias digitais como ponto de partida no contato com as/os interlocutores dessa pesquisa, a imersão no campo foi vivida de maneira muito intensa, visto que o uso dessas tecnologias, na atualidade, atravessa diretamente o cotidiano de quem as acessa e utiliza⁶.

Assim, mesmo com a finalização da pesquisa, minha imersão no campo ainda se fez muito presente, visto que o contato direto com diversos/as colaboradores/as ainda era

⁵Nessa perspectiva metodológica, considera-se, de acordo com George Marcus (1995), que o objeto de estudo mais do que os sujeitos ou o campo, relaciona-se com os trânsitos e teias que são traçados no interior das dinâmicas sociais, necessitando que sejam elaboradas estratégias de circulação, por parte do pesquisador. Desse modo, dado o contexto da globalização, o autor aponta para a necessidade de visualizar e considerar as mediações entre espaços e contextos sociais conduzidas e traçadas na justaposição de diferentes espaços interacionais (MARCUS, 2001).

⁶ Larissa Pelucio (2019) aponta que nas comunicações mediadas pelas tecnologias de dispositivos móveis, os indivíduos permaneçam conectados em tempo integral, de modo que esferas tratadas como apartadas, tais como o trabalho e os momentos de lazer se atravessem mutuamente. Ver mais em: PELUCIO, Larissa. *Amor em Tempos de Aplicativo - Masculinidades Heterossexuais e a nova economia do desejo*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2019. 258p.

constante e passou a atravessar também a minha sociabilidade e o meu cotidiano para além do desenho metodológico e execução da pesquisa. As inquietações emergidas de um campo onde as vivências são marcadas por experiências de exclusão e privação de direitos, me fizeram retomar as discussões da terapia ocupacional social e me instigaram na busca pela construção de alternativas, a partir de suas possibilidades teóricas e práticas, para o enfrentamento às condições de marginalização vivenciadas por esses sujeitos.

A descrição do caminho percorrido antes da construção do projeto de pesquisa que dá origem a esta tese se faz necessária não somente pela necessidade de situar sobre o posicionamento teórico das análises aqui propostas, ou sobre os rumos práticos que a pesquisa foi tomando, mas anterior a isso, para a compreensão da construção do problema de pesquisa e, principalmente, para a compreensão das escolhas metodológicas e do contato com os/as interlocutores desta pesquisa.

Ao olhar para esse segmento populacional alocado na dinâmica social tomando como eixo central de problematização os marcadores de gênero e sexualidade, e ainda, tomando como ponto de partida – e de chegada - a terapia ocupacional, e mais especificamente, os pressupostos da terapia ocupacional social, emergem questões que circundam não somente a necessidade de compreensão da repercussão dessas experiências nas práticas cotidianas de participação social e construção de modos de viver. Trata-se, também, da necessidade da construção de ferramentas, no interior da terapia ocupacional, que viabilize a elaboração de subsídios para a orientação de práticas que vão ao encontro da necessidade desses sujeitos, de modo que estas não reiterem os mecanismos e discursos que engendram as dinâmicas de marginalização, construídas cultural e historicamente.

Considerando o trabalho como atividade humana essencial para operacionalização da vida, e uma das chaves centrais nas possibilidades de inserção e participação social, a proposta inicial dessa pesquisa tomava como campo o Programa Transcidadania⁷, e tinha como

⁷ Política pública intersetorial implantada no município de São Paulo, voltada para a integração social de travestis e transexuais a partir da educação. Foi lançada em 2015, junto às secretarias da Saúde, Educação, Trabalho, Mulheres e Assistência e Desenvolvimento Social com o objetivo de fortalecer as atividades profissionais de pessoas trans. Para tal, o programa propunha que as pessoas beneficiárias recebessem uma bolsa no valor de R\$ 910,00 (ampliada em 2016), para a conclusão do ensino básico e educação profissionalizante. Tendo como objetivo a promoção de educação de jovens e adultos, aulas e direitos humanos, cursos profissionalizantes, preparação para o mercado de trabalho e estágio, totalizando uma carga horária semanal de 30 horas. O programa garantia o uso do nome social em todos os documentos da rede municipal de ensino, tratamento hormonal em unidades básicas de saúde, o programa também tomou como prioridade que houvesse acolhimento das participantes na Casa Abrigo do Brasil, exclusiva para travestis e transexuais em situação de rua, e também no Complexo Zaki Narch e o Centro de Referência da Mulher, garantindo atendimento prioritário às travestis vítimas de violência.

objetivo central a compreensão das experiências de (re)inserção profissional por meio da política pública do município de São Paulo. Em decorrência das impossibilidades ligadas a escassez de recursos financeiros para a execução da pesquisa (ainda durante o início do doutorado, quando eu ainda não havia sido contemplada com a bolsa com a qual pude desenvolver esta pesquisa), foi necessário que outros caminhos fossem traçados, não somente para a construção de dados empíricos, como para a elaboração do problema de pesquisa frente às demandas percebidas ao longo da permanência no campo durante os anos que antecederam a minha inserção no doutorado.

Mediante o cenário que se impunha, principalmente com as conversas com aquelas/es que seriam interlocutoras/es do projeto de pesquisa inicial, e ainda, com pessoas trans e demais atores que conheci durante a minha pesquisa de mestrado, reelaborei o problema de pesquisa, com o apoio da minha orientadora, de modo a ampliar o olhar acerca da (re)inserção que se localizava, até então, no eixo trabalho, para buscar compreender como (outras) estratégias de inserção são elaboradas, assimiladas e vivenciadas no mais diversos contextos, ao longo de suas histórias de vida. Passei a me interessar por aspectos como os códigos e dinâmicas estabelecidas socialmente nas mais diversas etapas dos ciclos de vida desses sujeitos, assim como as formas de enfrentamentos cotidianos na tessitura de modos não hegemônicos de viver, considerando, especialmente, a maneira com que esses constructos vão se compondo, sendo elaborados, significados e ressignificados ao longo de suas vidas, sendo, portanto elementos essenciais para a compreensão de como tais desdobramentos se dinamizam na vida social.

Ao mesmo tempo em que não há uma linearidade ou uma homogeneidade no que diz respeito às experiências vivenciadas por pessoas trans ao longo de suas vidas, alguns aspectos mostram-se comuns, e boa parte deles está relacionada às condições de subcidadania, à negação de direitos, às violências, à marginalização, entre outros. Ao longo dos anos, diversas têm sido as maneiras que esses sujeitos têm encontrado para enfrentar tais condições, porém estas têm sido pouco debatidas. Os debates mais frequentes em torno das formas de resistências têm acontecido no âmbito da atuação dos movimentos sociais nos quais pessoas trans atuam/militam e ainda nos espaços mediados virtualmente, como o *Facebook* (MELO, 2016a). Desse modo, ao mesmo tempo em que emergem novas formas de viver os gêneros, também surgem novas demandas por enfrentamento por parte das pessoas trans, evidenciando a necessidade de medidas que não somente se constituam a partir do aparato público estatal, mas também das desestabilizações dos discursos, na ordem da cultura, que produz modos marginais de viver.

Assim, busquei por meio desta pesquisa, compreender a partir das histórias de vida, quais são e como pessoas trans têm construído estratégias de resistência e enfrentamento às condições cotidianas de marginalização. Para tal, tomei como objetivos específicos o mapeamento das redes sociais de suporte (formais e informais), bem como os atores sociais que compõem/compuseram as histórias de vida desses sujeitos; a identificação de seus projetos de vida (executados ou não) e como eles se dinamizaram ao longo de suas vidas; a identificação das estratégias elaboradas, acionadas e a maneira com que foram/são executadas, para enfrentamento das condições de marginalização; e a compreensão acerca das expectativas desses sujeitos em relação aos processos de participação e emancipação social.

A concepção de modos de vida surgiu, no caminhar desta pesquisa, como um conceito que trouxe a possibilidade analítica de visualizar a construção dessas estratégias de enfrentamento para além da imposição das estruturas, oferecendo, por meio da relação entre o subjetivo e o objetivo na construção dos cotidianos, possibilidades de localizar entre-lugares, mecanismos e dinâmicas de ação na produção de sujeitos coletivos. Por meio desse conceito, portanto, não interessa apenas compreender as dinâmicas estruturais que se atualizam constantemente por meio dos diferentes dispositivos ao longo da história, mas, para além disso, tomar os sistemas que operam por meio desses dispositivos na produção de vidas e a forma com que eles se desdobram na concretude da vida, para pensar os caminhos possíveis na construção de vidas mais habitáveis.

Afetei e fui afetada pelo campo desta pesquisa. Entrar em contato com histórias de vida tão diferentes da minha me fez não somente questionar meus lugares de privilégio, como questionar sobre como ferramentas tão invisíveis afetam tão fortemente a forma com que determinados grupos constroem suas vidas e planejam seus futuros. Entre uma indicação de emprego, a disponibilidade para ajudar com um currículo, o compartilhamento de leituras e informações sobre cursos, projetos e instituições de apoio, me vi, de alguma forma, buscando contribuir pra que aquela passagem que tive pela vida daquelas pessoas fosse significativamente positiva, e em alguma medida, produtiva. Aprendi sobre força, resistência, luta, mas também acessei conformismos e aceitações em torno de situações em que já não havia mais ferramentas possíveis para o enfrentamento. A estrutura excludente no qual se assentam essas experiências produzem destinos muito semelhantes para quem vive fora dos marcos binários de gênero, produzindo cotidianos, por vezes, hostis e com poucas oportunidades. Viver o medo das esquinas, os olhares inquisidores no acesso a espaços (que teoricamente deveriam ser) públicos, a expectativa do acolhimento e do afeto

de outros para além dos pares, a clareza sobre a baixa possibilidade de alcance de planos que envolvem o futuro; e perceber que tudo isso entra no campo da “naturalidade”, para esse segmento, me inquieta de maneira intensa.

Revisitar diários de campo, reler as transcrições das entrevistas é também reacionar memórias num exercício que ultrapassa a execução de uma pesquisa, e que se constitui como vivência única na compreensão de como alguns grupos tem seus cotidianos redimensionados naquilo que ouvi de todos os/as interlocutoras/es dessa pesquisa mencionaram em algum momento: a desvalorização da vida.

Tendo em vista que a terapia ocupacional social deve direcionar-se para o cenário da vida cotidiana e debruçar-se sobre os processos que produzem exclusões (e excluídos), as problemáticas ligadas ao gênero e à sexualidade acabam por encontrar ressonância nessa subespecificidade. Na medida em que carrega em seu arcabouço teórico possibilidades para pensar os enfrentamentos decorrentes de uma vida às margens, aponta para a necessidade de compreender, no bojo da articulação da relação indivíduo-sociedade, como esses enfrentamentos se dinamizam e como retornam em forma de demandas para os profissionais que atuam ou poderiam atuar, direta ou indiretamente, com esses sujeitos. A apreensão dessas demandas exige a compreensão das dinâmicas envolvidas nas experiências de pessoas que trazem esses marcadores sociais como elementos centrais de experiências de marginalização, tomando a desnaturalização das identidades de gênero e dos corpos, como ponto de partida. Aprender essas demandas passa, também, pelo desvelamento de como esses sujeitos negociam seus lugares de enunciação e de ação e pela elucidação sobre como realizam enfrentamentos às dinâmicas de exclusão.

O primeiro capítulo desta tese foi construído de modo a apresentar o referencial teórico que subsidia as reflexões e análises da pesquisa. Modos de vida, gêneros e sexualidades e experiências trans. Como explico nesse capítulo, reconheço os gêneros e as sexualidades como constructos sociais que mobilizam o sistema sexo-gênero-desejo no sentido de construir sujeitos a partir de uma premissa binária, e que coloca às margens aqueles que não se inserem nos limites normativos. Ao interseccionar esses marcadores com marcadores de classe, raça, regionalidade, geração, entre outros, se apresentam como um aparato promissor para pensar experiências trans e em como essas experiências constituem modos de vida que se sustentam numa lógica de resistência e sobrevivência.

Modo de vida, nesse sentido, se configura como um conceito no qual me amparo para compreender como, ao longo das histórias de vida, ferramentas de enfrentamentos são acessadas, construídas e mobilizadas na busca por uma vida possível. Esse referencial

teórico foi sendo tecido no interior da sociologia urbana, mas também foi sendo apropriado por outras disciplinas para pensar contextos específicos, tais como a vida no campo (NABARRO, 2014), cotidiano em assentamentos (DAUDE, 2018), comunidades tradicionais (MONTEIRO; SILVA; PAULA, 2019), os modos de vida no sul (PATTARONI *et al*, 2009), sociabilidade gay (RODRIGUES, 2017), experiências de crianças dissidentes de gênero na escola (SILVA, 2018), vivências no contexto rural africano (SITOE, 2011), entre outros. De diferentes formas, o conceito propicia o entendimento de contextos e segmentos populacionais específicos através da relação entre os sistemas sociais que permeiam essas vivências, a construção dos atores, de seus cotidianos e histórias, e como eles percebem essa realidade (BRAGA *et al*, 2017), permitindo, a partir da tessitura desses elementos, compreender o fio condutor pelo qual sujeitos e coletivos vivem.

É a partir da leitura que Elisabeth Lobo (1992) e Isabel Guerra (1993) fazem desse conceito que me amparo para realizar as análises dos dados desta pesquisa.

Apresento ainda, ao longo do capítulo, um panorama dos estudos sobre pessoas trans no Brasil, especialmente no que diz respeito às questões ligadas ao corpo, saúde, trabalho, lazer, educação, aspectos jurídicos, afetos, e, ainda, às rupturas e permanências, buscando explicitar como essas vivências foram se construindo no nível político. Sem perder de vista a noção de sexualidade como um dispositivo de controle (FOUCAULT, 2007), encontro em meus levantamentos entraves, especialmente no campo do acesso aos direitos básicos como educação, trabalho e lazer, considerando que esse dispositivo se atualiza e opera por meio de diferentes instituições, o que acaba por acarretar fragilidades e rupturas no que diz respeito ao acesso a oportunidades. Da mesma forma também se atualizam constantemente as ferramentas e possibilidades de negociação frente aos trânsitos sociais.

O percurso e o referencial teórico-metodológico são apresentados no segundo capítulo. A escolha pela história oral de vida e técnicas de observação oriundas do método etnográfico se deu pela possibilidade que essas ferramentas oferecem para acessar dados que são pertinentes para o alcance dos objetivos desta pesquisa. São discutidas, ainda, muitas das escolhas do campo, especialmente no que se refere ao processo de “construção do objeto”, isto é, a forma como se buscou caracterizar o olhar sobre a construção de estratégias de enfrentamento às condições de marginalização, via os dados levantados.

No terceiro capítulo apresento os/as cinco interlocutores/as de pesquisa por meio de dados gerais, mas também a partir da forma pela qual foi escolhido/a cada um/a deles/as. Na sequência, ainda no mesmo capítulo, apresento as histórias construídas a partir das

entrevistas e dos dados de observação decorrentes do período que compôs o campo desta pesquisa.

No quarto capítulo analiso os dados levantados no campo e nas entrevistas por meio de três eixos centrais: O sistema e os atores sociais, o cotidiano e a história e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. A escolha dessas categorias de análise se dá a partir das ferramentas de análise dos modos de vida oferecidas por Isabel Guerra (1993), ao entender que esses três eixos, quando articulados, oferecem uma lente que favorece a leitura de grupos sociais que são marcados no interior de um mesmo sistema social.

Apesar do sistema sexo-gênero-desejo se compor como central na construção de vivências de pessoas trans, não é somente nele que essas pessoas constroem seus modos de vida. Outros sistemas como os de raça, classe, geração e regionalidade se mostraram presentes na composição dessas histórias de vida. Nesse sentido, adoto a leitura dos marcadores sociais da diferença, a partir da concepção de interseccionalidade para realização das análises propostas.

As pessoas trans constroem suas experiências fora dos modelos binários de gênero, mas também se constroem a partir de uma experiência de classe, a partir de códigos geracionais, marcas de classe e de regionalidade, e esses constructos vão redimensionando a própria experiência no interior de um sistema generificado. Não entendo como propósito deste texto apresentar o debate sobre a perspectiva da interseccionalidade, dado que esta está em processo de composição e que não há consenso sobre as formas de apreensão da articulação dessas múltiplas categorias, no entanto, destaco a importância de considerar o plano da estrutura, o plano das representações simbólicas e relações sociais e o plano da agência e identidade, perspectiva mais próxima daquilo que Avtar Brah (2006) propõe ao ressaltar a necessidade de perceber as intersecções de um ponto de vista mais situacional em que “o poder” não é algo fixo, mas presente das relações.

No eixo cotidiano e a história, o cotidiano é lido a partir do que Guerra (1993) colocou como “duplo sentido”. Ela explica que ele

Complexifica as variáveis de análise, dado que obriga não apenas a considerar a complexidade das relações entre atores e sistemas sociais, mas também a integrar o conceito de modo de vida a diversidade de rede de relações de poder que são e fazem. Trata-se não apenas de detectar a complexidade dos níveis e variáveis presentes mas, e sobretudo, as suas hierarquias e influências recíprocas num mundo em mudança. (p.66)

O cotidiano é um conceito caro para a terapia ocupacional. Galheigo (2020), o relaciona com as condições concretas de existência dos sujeitos e coletivos, retomando as reflexões de Francisco (1988) quando o coloca como uma construção sócio-histórica que

manifesta a concretude da vida em suas múltiplas formas. Nessa direção, procurei atentar-me nesse eixo, por meio das análises produzidas, para a materialidade da vida, para as ferramentas, estratégias e caminhos acessados e construídos no que diz respeito operacionalização da vida. Para analisar o material produzido no campo, o referencial Foucaultiano foi inspirador, especialmente quando coloca a sexualidade como um dispositivo histórico do poder, localizando por meio dos discursos e práticas uma cadeia de impedimentos para o exercício de uma vida fora da vigilância social, no que diz respeito às sexualidades, e conseqüentemente, às expressões de gênero.

Se por um lado, nessas experiências, o dispositivo da sexualidade determina condições de existência, por outro, práticas de resistência são localizadas por meio da (re)constituições de redes sociais de suporte, possibilidades no campo das políticas públicas de acesso a bens e serviços, constituindo uma rede que estrutura as possibilidades de manutenção da vida e construção de oportunidades. Essas oportunidades se desenham também no atravessamento a outros marcadores sociais da diferença, que possibilitam a negociação e reelaboração na forma com que esses cotidianos são vivenciados, possibilitando a construção da história.

No último eixo, ainda no terceiro capítulo, *o objetivo e o subjetivo na percepção do real*, procurei analisar e compreender a percepção que esses sujeitos fazem das suas condições objetivas de vida. Nesse eixo aparecem fortemente cenas em que as marcas de um corpo não normativo são percebidas como um entrave no acesso a oportunidades e sociabilidades, independente das habilidades específicas para execução de dada tarefa, por exemplo, estarem presentes. Essa percepção ganha ressonância em espaços de luta, por parte de alguns/algumas interlocutores/as, e para outras, é por meio desses espaços que ela se materializa.

Por fim, no último capítulo, me debrucei sobre a reflexão dos conceitos utilizados nessa tese (Modos de vida, Gêneros e sexualidades), a partir das experiências de enfrentamento às condições de marginalização nas vivências trans, no que diz respeito à uma possibilidade analítica para a terapia ocupacional social. Neste capítulo procurei sistematizar as ferramentas oferecida pelos modos de vida para pensar outros campos de interesse da terapia ocupacional social, a partir das suas proposições teóricas.

1 CAPÍTULO I - Modos de vida; Gêneros e Sexualidades; e experiências trans: Apresentando o debate

1.1 Modos de vida

A forma que vida social se dinamiza é um dos elementos centrais para a compreensão de como determinados segmentos populacionais se organizam e operacionalizam suas vidas. Trabalho, educação, lazer, acesso a bens e serviços, bem como atividades aparentemente simples como alimentar-se, socializar, passear, não estão postos de maneira linear nos dados cursos de vida para todos os sujeitos e coletivos, e algumas variáveis terão influência direta no que diz respeito ao exercício da cidadania e da vida, passando por determinantes históricas, econômicas, políticas e sociais.

Formas de vida, gênero de vida, estilo de vida, vida cotidiana. Diversas são as expressões que vêm sendo mobilizadas no interior de múltiplas disciplinas - especialmente da sociologia, antropologia, psicologia social e geografia – para explicar como determinados segmentos constroem interesses, hábitos, sentidos, lutas e resistências dados os contextos históricos e sociais nos quais estão inseridos e onde vão, portanto, construindo suas vivências (GUERRA, 1993).

De acordo com Lopes (1987), o estudo dos modos de vida tem como objetivo a compreensão das práticas cotidianas, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações, tanto quanto a internalização subjetiva das causas e das condições materiais da sua existência. Para Lobo (1992), o estudo da temática dos modos de vida teve suas origens na teoria social, principalmente, na sociologia francesa. O modo de vida adquire “estatuto de conceito que propõe um fio condutor para a análise das práticas sociais; a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico” (LOBO, 1992, p. 13).

Retomando a história do conceito e a compreensão do que foi acionando o seu debate, o constructo modos de vida, de acordo com Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), foi sendo mobilizado, em princípio, a partir de diferentes perspectivas em estudos marcados pela necessidade de analisar características da passagem das sociedades pré-capitalistas para as sociedades industrializadas. Ainda segundo os autores, tal constructo esteve presente nos

clássicos que estudavam a passagem da vida em “comunidade” para a vida em “sociedades” diversificadas econômica e culturalmente (p.373).

O cotidiano dos camponeses na Inglaterra do Século XVII foi objeto central de estudo de autores como Thompson e Fontana (1979). Nesses estudos, os autores analisaram frente às transformações sociais na transição entre o feudalismo e o capitalismo, os costumes da cultura plebeia, no sentido de compreender as razões das “revoltas e as lutas de classes” daquele período, investindo na análise das experiências sociais dos sujeitos que protestavam. Ele discordava de autores que defendiam apenas as razões econômicas-objetivas, como a fome e/ou a fixação dos preços dos cereais, como explicações dos levantes de camponeses. Para eles, as motivações articulavam-se entre necessidades e interesses, ligados à defesa da tradição e dos costumes da comunidade tradicional, de modo que era necessário decifrar as regras invisíveis da ação (MACHADO, 2017), assim sendo a lógica capitalista e comportamento tradicional “não-econômico” estão em conflito, portanto há a defesa de uma cultura que é própria da plebe (p.72)

A noção de experiência social trazida pelos autores acaba por pautar uma noção de que é no interior das experiências que se observa o crescimento de uma consciência de classe a partir da consciência de uma identidade de interesses entre grupos de trabalhadores em relação aos interesses de outras classes. Pela experiência social os seres humanos experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura, e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo ela é fundamentalmente qualitativa (VENDRAMINI, 2004).

Desse modo, as condições de vida da classe trabalhadora, observadas a partir da longa jornada de trabalho nas indústrias somadas às precárias condições de trabalho, moradia e saúde, funda a emergência do debate acerca dos modos de vida, na Europa (NABARRO, 2014), despertando nos também pensadores socialistas do século XIX a necessidade de entender como esses trabalhadores se reproduziam no bojo do desenvolvimento da sociedade capitalista. No entanto, esses estudos resultaram em análises que ainda faziam referência ao discurso biossocial, próprio dos relatórios sobre condições morais, sociais e físicas da população laboriosa, percebida como perigosa, no contexto de desordem e miséria dos primórdios da industrialização (LOBO, 1993, p.8).

No pensamento sociológico moderno, no entanto, os estudos sobre os modos de vida não ficam restritos apenas às condições da classe operária fabril. Os estudos feministas, bem como as desigualdades de gênero, por exemplo, entre o final do século XIX e começo do

século XX também se torna um campo fértil para se pensar os modos de vida. Lobo (1993) aponta:

Se a articulação produção/reprodução muitas vezes se limita à busca de mecanismos articuladores, o que novamente reduz as práticas sociais a uma mecânica de estruturas, as formulações de algumas pesquisas feministas no sentido de uma sociologia das relações sociais, abriram caminho para uma problematização do gênero como relação histórica e simbólica, construída numa experiência do masculino e do feminino nas relações sociais e instituinte de práticas que se dão nos vários espaços sociais. Assim, as representações do masculino e feminino, como a do(a) jovem, do(a) velho, do(a) migrante sempre históricas e culturalmente localizadas, organizam a casa e a fábrica, a divisão sexual do trabalho e as familiares, a dinâmica do mercado de trabalho tanto quanto as formas simbólicas (p.8).

Nesta vertente⁸, ainda de acordo com a autora, a temática dos modos de vida está centrada na articulação entre práticas produtivas e reprodutivas - com ênfase nas práticas reprodutivas, como o trabalho doméstico na construção dos espaços e tempos sociais, abrindo espaço para a temática nos estudos sobre as famílias, mais especificamente, sobre as famílias trabalhadoras (NABARRO, 2014). Nesta perspectiva, as famílias são lidas como unidades de reprodução, consumo e rendimentos, dentro de padrões de existência historicamente determinados, o que torna a família como um eixo fundante de outra vertente de estudo dos modos de vida.

Em pesquisa desenvolvida no final dos anos 1970, Durham (1980), que também se dedicou a analisar os modos de vida, afirma que os brasileiros não só são apegados à família, como também preferem divisão sexual do trabalho nos moldes tradicionais, com a subordinação da mulher ao homem e a restrição de suas atividades ao espaço doméstico. A partir da definição das próprias necessidades, a família elabora um plano para consumir, e esse plano envolve um modo de vida em que é na relação entre a atividade remunerada e as atividades domésticas que se assegura, em algum nível esse consumo. Numa retomada do pensamento de Durham (1980), Ribeiro (1997) argumenta que as estratégias utilizadas podem ser as mais variadas, como a inserção de um membro da família no mercado de trabalho ou a execução de atividades auxiliares que não produzem mercadorias, mas possibilitam a utilização de produtos adquiridos, mediando a manutenção da vida.

Assim, entende-se que o cotidiano das famílias urbanas é permeado por elementos que, a princípio, seriam contraditórios, mas que, em uma análise mais apurada, são complementares. Ribeiro (1997) aponta que um exemplo disto são as formas como as vidas

⁸É preciso considerar que a concepção de gênero pautada por essa vertente assume um modelo binário, que centra seus esforços analíticos nas desigualdades perpetradas na relação homem-mulher.

pública e privada se interpenetram, visto que a concepção de público possui um caráter mais amplo que o político. O espaço público é aquele onde ações humanas são marcadas por experiências que se coletivizam a partir da solidarização, diferente do espaço privado.

Wirth (1938), Rambaud (1969), Lefebvre (1970), Lacascade (1981) foram alguns dos autores que se dedicaram a discutir mais profundamente as mudanças nos modos de vida. Esse debate surge de maneira mais conceitual a partir das reflexões propostas por esses (e outros) autores acerca das sociedades rurais no contexto do avanço da industrialização, e consequente urbanização.

Foi mais especificamente Louis Wirth, no bojo do desenvolvimento da Sociologia Urbana, na Escola de Chicago, que com a publicação *Urbanismo como modo de vida* no *Jornal Americano de Sociologia*, em 1938, fundou o debate conceitual sobre os modos de vida. O autor discute que a transição da sociedade rural para a sociedade urbana é influenciada diretamente pelas formas de organização de uma vida rural em que o urbanismo rompe as fronteiras da cidade, levando a sua influência para além de seus limites físicos. A concepção de cidade utilizada pelo autor é constituída por uma noção que leva em consideração mais do que sua dimensão física, mas predominantemente sua dimensão social a partir das formas de organização. Nessa direção, o autor propõe a cidade como um modo de vida que tem como determinantes a concentração de atividades (industriais, comerciais, financeiras, administrativas, de transporte e comunicação, de equipamentos culturais e recreativos) e instituições (instituições culturais, de saúde, educacionais, religiosas, de pesquisa e de organizações profissionais,) sendo determinada pela forma de associação humana e um meio que produz uma forma também específica de vida.

Sendo a cidade esse *locus* que enuncia cotidianos, Wirth admite que os modos de vida vão além desta. Nabarro (2014) afirma em sua leitura sobre a discussão proposta pelo autor:

O fazer-se da vida nas cidades também se realiza por meio do resgate de práticas oriundas do modo de vida rural. Entretanto, reconhece que a cidade, enquanto *locus* da heterogeneidade, quanto mais cresce faz com que as relações sociais fiquem cada vez mais complexas e urbaniza os elementos da vida rural. A grandiosidade arquitetônica e numérica, da cidade interfere na conformação do modo de vida urbano (p.28).

O filósofo francês Henri Lefebvre (1970) também foi um grande expoente na discussão sobre os modos de vida no bojo do que ele chamou de “revolução urbana”. Para o autor, sendo a cidade historicamente anterior à industrialização, ela tem sua relação com o campo modificada de acordo com o modo de produção. Assim, o autor defende um avanço

no entendimento marxista sobre o modo de vida, tendo em vista que para o marxismo, o modo de produção é econômico, e nessa direção, um delineador dos modos de organização da vida social.

Apesar das críticas em decorrência da sua imprecisão conceitual, o debate sobre os modos de vida ressurgiu com certa força entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980. Acerca desse ressurgimento, Nabarro (2014) aponta:

O resgate do modo de vida na sociologia ganha força no início da década de 1980, na França, com a publicação do texto “*Reemergências atuais do tema Modo de vida*”, publicado em 1981, de autoria de Jean-Louis Lacascade, publicado no livro *Rede Modos de Vida*, organizado pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, em 1984, cuja introdução, escrita por Francis Godard, ressalta a importância dos estudos sobre o modo de vida no bojo das transformações sociais do final da década de 1970, período da ascensão político-ideológica do neoliberalismo (p.29).

O que Isabel Guerra (1993), argumenta como uma re-emergência do tema, traz problemas diferentes daqueles propostos por Louis Wirth ao inaugurá-lo, tendo em vista as indefinições mediante a forma com que seus usos foram sendo mobilizados no interior dos debates sociológicos. Lobo (1992) defende que essa emergência dos modos de vida sintetiza sua importância nos estudos sobre a classe trabalhadora não exclusivamente voltados para práticas político-institucionais ou para as condições e padrões de vida e indicadores sociais, mas enfatizando as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações, tanto quanto a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência.

Assim, as análises de modos de vida são sensíveis às abordagens da vida cotidiana próprias da antropologia cultural: “As questões colocadas apontam para formas de construção dos modos de vida, não como estratégias definidas, mas como hábitos e práticas que permeiam os campos sociais” (p.10).

Em termos antropológicos, falar de modos de vida remonta o fato de que pensar o homem a partir de sua relação com a cultura implica em entender como ele vive, pensa e se relaciona com o meio e com as mudanças impostas pelo processo de desenvolvimento da sociedade. Implica ainda em compreender como as múltiplas variáveis sociais que atravessam suas experiências roteirizam crenças, valores, negociações, estratégias de enfrentamentos, formas de interação, de agir, viver, e pensar, entre outros.

Max Sorre, geógrafo francês, preocupado com as condições de existência humana, material e imaterial, no bojo de um contexto político-ideológico marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pelo processo de desenvolvimento tecnológico – sobretudo, em

como este se insere no cotidiano, no âmbito da reprodução das relações sociais -, não enxergava o homem como *economicus* ou apenas como um produtor, dadas as cada vez mais rápidas transformações dos espaços, dos elementos técnicos, e da consequente exigência de um dinamismo maior do modo de vida. Se para ele, o fio condutor que torna possível a compreensão do meio era a interação humana, e o meio é eminentemente social, sua interpretação, conforme discutido por Nabarro (2014) é de que o homem era aquele que interagiu e se desenvolvia influenciado pelo avanço das técnicas, de modo que a ele interessava por meio dos modos de vida, compreender as novas formas de sobrevivência e sociabilidades conformadas no seio de uma sociedade desumanizada.

Sorre (1995) em seu clássico *A noção de estilo de vida e seu valor atual*, publicado pela primeira vez em 1948, discute que a desumanidade está na essência do progresso técnico, conforme atinge seus objetivos sem preocupar-se com a felicidade do homem. Segundo o autor, além de desumanizar e escravizar os homens, o avanço das técnicas criou um enorme hiato entre gerações, resultando em modos de vida muito distintos no interior de realidades muito semelhantes e entre pessoas muito próximas. Sorre, portanto, não mobiliza a concepção de modos de vida para pensar apenas as diferenças entre grupos sociais distintos, vivendo em áreas distintas, mas também distintas formas de vida nos mesmos grupos, separado por gerações muito próximas umas das outras, por exemplo.

Os múltiplos ângulos para os quais se olha para dado modo de vida dão fôlego ao questionamento empreendido por Guerra (1993) acerca da classificação das práticas num dado modo de vida. A autora interroga: “Unificam-se o conjunto de práticas pelos indivíduos ou unificam-se os indivíduos por um dado conjunto de práticas?” (p.60). Para fins desta tese, unificaremos os indivíduos pelo pertencimento a uma dada identidade, a fim de localizar em seus modos de vida estratégias de enfrentamento às condições de marginalização aos quais são expostos historicamente.

O estudo dos modos de vida requer compreender as práticas, os hábitos, as técnicas e os valores próprios de cada grupo social, o que torna esse conceito fértil para a compreensão de práticas de resistência uma vez que essa concepção aponta para as preocupações voltadas aos aspectos microssociais, ou seja, aqueles que buscam explicações a partir da agência dos sujeitos (LOBO, 1992), ao mesmo tempo em que pode ser utilizado para identificar heterogeneidades numa sociedade complexa (VELHO; VIVEIROS DE CASTRO, 1978). Assim, os modos de vida têm sido construídos e representados sempre numa dimensão coletiva (MONTEIRA, SILVA e PAULA, 2019) cuja formação envolve um

conjunto de hábitos, códigos e crenças pelos quais o grupo que os vivencia assegura a sua existência e a sua continuidade.

La Blache (1954) e depois Silva (2006) demonstram que o modo de vida envolve um conjunto de características e traços que singularizam os atores sociais, incluindo as técnicas e os padrões culturais semelhantes em vários contextos. Guerra (1993), nesse sentido, discute que ao analisar os modos de vida

devem-se levar em conta três dimensões, que geralmente são pouco utilizadas: o sistema e os atores sociais; a história e o cotidiano; e o objetivo e o subjetivo na percepção do real. Essas três dimensões deveriam ser articuladas de modo a combinar a força da estrutura com a possibilidade de ação dos indivíduos, o nível da vida cotidiana articulado com o econômico, o político, o cultural, bem como as redes de poder estabelecidas nas articulações entre as diferentes esferas do social (p.62).

A noção de modos de vida força a articulação e a integração de níveis de análise. A análise da articulação complexa entre os atores sociais e os sistemas, conforme apontado por Guerra (1993), resulta no afastamento de uma sociologia das estruturas situando esses estudos no universo da interação e da interpenetração entre os sistemas pessoas e os sistemas sociais. O ator não existe fora do sistema que o define, e que define a racionalidade e a liberdade da sua ação, por outro lado, o sistema não existe senão pelo ator, ainda que se assuma que sua lógica de funcionamento não provém diretamente da racionalidade dos atores individuais. É na justaposição entre essas duas lógicas que se situa esse eixo de análise.

As estruturas que organizam o sistema e os modos de ação coletiva não são dados naturais que aparecem espontaneamente e cuja existência iria por si como um resultado automático de uma dinâmica qualquer. Também não são o fruto da soma linear das decisões individuais. As estruturas são sempre provisórias e contingentes, fruto das soluções encontradas pelos atores graças aos recursos e capacidades específicas e historicamente datadas (p.61).

O sistema, sendo constituído por uma série de relações que envolvem atores sociais, instituições, práticas e discursos, em que o fio condutor é o poder (FOUCAULT, 1993, 1999), constrói códigos e hierarquias sob o qual operam as formas de organização da vida social. Diversos sistemas atravessam as engrenagens que movimentam a dinâmica do social, dentre eles os sistemas de classe, raça, gênero, sexualidade, entre outros. Apesar dos modos de vida ter seu debate fundado e desenvolvido à luz do sistema capitalista, estabelecendo-se em uma tentativa de encontrar as modificações decorrentes dos modos de produção, outros

sistemas atravessam a dinâmica do social, para além dos sistemas de classe, constituindo normas sociais e produzindo atores através da própria reprodução e manutenção da norma.

Se é verdade que o sistema transcende os atores (BOURDIEU, 1983), também é importante considerar que os atores se compõem como parte de uma rede de relações que mantem o sistema vivo, a partir da reprodução dos discursos que os sustenta ou a partir das possibilidades de resistência e enfrentamentos aos lugares sociais que eles impõem.

Se o sistema e os atores compõem o “cenário”, os “personagens” e as “regras do jogo”, é no cotidiano que essa cadeia de relações se movimenta, e que os códigos vão sendo apreendidos, reproduzidos (conscientemente ou não) e enfrentados (ou apenas vivenciados). Agnes Heller (1992) em *O cotidiano e a história* propõe a vida cotidiana como a vida do homem inteiro. De acordo com a autora, para responder aos problemas que se colocam no espaço-tempo em que vivemos, este sujeito precisa mobilizar todas as suas potencialidades a fim de encontrar a melhor resposta. Esse sujeito vai participar da vida cotidiana mobilizando a sua personalidade, sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. É lógico que ele vai operacionalizar da maneira mais imediata possível, uma vez que ele está em busca da solução dos problemas que se apresentam no plano do imediato.

Discutindo essa segunda dimensão de análise dos modos de vida, Guerra (1993) coloca que os modos de vida se situam no nível da vida cotidiana, e são afetadas por relações de desigualdade e poder. Conforme discutido pela autora, se o cotidiano envia para a esfera privada e para as atividades de lazer e práticas de consumo, dificilmente as análises de modos de vida podem desconsiderar a hierarquia das redes de poder que estabelecem a articulação entre as diferentes esferas do social – o econômico, o político, o cultural –: a História. É nessa relação entre o cotidiano dos atores e nas relações sociais estabelecidas pela história que se concentram os esforços analíticos desse eixo para a compreensão das práticas sociais. Trata-se, portanto, não apenas de detectar a complexidade dos níveis e variáveis presentes, mas, sobretudo, as suas hierarquias e influências recíprocas em um mundo em mudança (p.66).

É no paralelo a um cotidiano programado que as engrenagens das relações de poder se dinamizam e se apropriam das tecnologias que constroem verdades (FOUCAULT, 2007) aprisionando práticas, normatizando sujeitos e roteirizando vidas em nome da manutenção do próprio poder. Se existem dinâmicas de homogeneização do espaço, é na realidade graças à sua fragmentação que o espaço se transforma na sede do poder (LEFEBVRE, 1970, p.208).

Objetividade e subjetividade, nesse sentido, operam no campo da assimilação dessas vivências frente aos sistemas que as delinea e ao cotidiano que as tornam concretas, sendo o processo por meio do qual os fatos são traduzidos em consciência e o mundo é munido de forma. A última dimensão, o objetivo e o subjetivo na percepção do real, na perspectiva dos modos de vida é justificada por Guerra (1993) como o retorno do ator traz para o centro dos debates as racionalidades e os afetos inerentes às práticas cotidianas. Desse modo, a importância dessa dimensão na análise dos modos de vida é evidenciada no fato de que ela reflete:

- a) uma tomada de posição efetiva sobre a realidade; b) uma tensão que permite descolar do real para a procura do amanhã; c) conflito potencial entre práticas e representação do mundo, e o mundo em si mesmo para a definição de um novo mundo; d) a energia disponível para a concretização de outros (ou novos) projetos individuais e coletivos (GUERRA, 1993, p.66).

O estudo sobre os modos de vida, portanto, encontra-se frente a um dilema: por um lado, de acordo com a autora, a análise da vida cotidiana assumiria a forma de uma mediação horizontal, específica e irreduzível, mas sofreria com as contradições sociais. Por outro lado, a análise dos modos de vida, submete-se à lógica da reprodução da força de trabalho expressa pelas condições de exploração e de classe. Nesses labirintos, a percepção (subjetiva) da realidade material (objetiva) traz para a composição do debate as racionalidades e os afetos inerentes às práticas cotidianas, mobilizando noções de identidade e projeto.

Segundo Leontiev (1978), para se humanizarem, os sujeitos precisam se apropriar da cultura e dos mediadores culturais criados pela humanidade. Portanto o homem só se torna homem ao apropriar-se do mundo, e a constituição da sua subjetividade caminha desse ir e vir do mundo interno para o mundo externo, resultando, segundo o autor, numa relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Nessa direção, Guerra (1993) nos oferece elementos para pensar essas subjetividades. Ela diz que o imaginário é o desenho das potencialidades do amanhã, sendo assim qualquer coisa que se inventa, quer se trate de uma dimensão absoluta, ou de uma deslocação dos sentidos que são reinvestidos de outras significações. O imaginário é ou poderá ser um meio eficaz de visualizar o mundo futuro porque projeta no campo do real as possibilidades.

Essa terceira dimensão aciona a racionalidade no sentido de tentar entender o grau de consciência dos atores sobre a constituição de sua história, e a condução de seus destinos individuais ou coletivos a partir de suas práticas sociais. A subjetividade, portanto, é

constituída por fatores internos e externos, na qual a forma de o indivíduo se perceber está relacionada com o modo como os homens estabelecem as relações sociais em um contexto específico, decorrente de condições histórico-sociais.

1.2 Questões de gênero – Pensando na direção da terapia ocupacional social

O gênero é um constructo social que nos ajuda a compreender as dinâmicas do social. As concepções de gênero (e de sexualidade) são significadas e ressignificadas nas diversas sociedades ao longo da história, em decorrência de seu cenário político, econômico e social. Nas últimas décadas, no Brasil, os estudos de gênero e sexualidade têm avançado significativamente nas mais diversas áreas do saber, como a sociologia, filosofia, antropologia, educação, para além da biologia e das ciências psi – psicologia, psiquiatria e psicanálise.

Historicamente, no contexto brasileiro, é inegável a centralidade que a década de 1970 tem no uso da categoria “mulher” no âmbito das teorias feministas, tendo em vista o momento de ebulição dos movimentos feministas no mundo. Essas categorias adentraram os espaços acadêmicos a partir das discussões políticas que emergiam no cenário da vida pública. Somente no final da década de 1980 é que surgem os estudos de gênero e ao longo da década seguinte se processa sua consolidação. Perucchi (2009) discute que as categorias “mulher”, “gênero”, “relações de gênero”, e seus desdobramentos nos diferentes contextos de estudo - “estudos das mulheres”, “estudos feministas” e “estudos de gênero”- acontecem em diferentes momentos históricos do que se convencionou chamar de “campo intelectual feminista”, campo esse composto e atravessado por diversas tensões entre as dimensões da singularidade e da universalidade, da igualdade e da diferença, do público e do privado; um campo marcado tanto por influências acadêmicas, quanto políticas.

A produção antropológica brasileira sobre a temática de gênero vincula-se estreitamente ao desenvolvimento do feminismo como ideário político e como reflexão teórica que emerge no Brasil a partir dos anos 1970. Diferentemente de outras tradições intelectuais, em que gênero e sexualidade têm se constituído em campos temáticos e disciplinares distintos, no Brasil esses dois temas formam um único campo de estudos. (GROSSI, 2004).

Na década de 1990, a agenda teórica dos estudos de gênero desloca o campo de análise das desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais para o questionamento das próprias categorias (PERUCCHI, 2009), problematizando sua fixidez,

sua separação e seus limites. Assim, a intensa crítica feminista ao androcentrismo e ao sexismo desdobrou-se em um amplo e incontornável debate, e fez com que os estudos feministas e de gênero encontrassem vozes dissonantes em seu caminho (MISKOLCI; PELUCIO, 2011), descentrando os debates de gênero da categoria mulher. Desse modo, o feminismo explicita o seu caráter plural e se renova no encontro com diversas outras teorias, tais como as teorias pós-coloniais e com os estudos sobre (homos)sexualidades.

Ainda de acordo com Miskolci e Pelucio (2011), é na esteira do desenvolvimento do conceito de gênero e da problematização do pensamento feminista anterior, que se desenvolve o feminismo da diferença⁹ e as vertentes críticas do conceito de gênero, assim como a Teoria *Queer*¹⁰, todas essas com a perspectiva de problematizar e tensionar a epistemologia hegemônica que delinea e circunscreve os gêneros no interior de fronteiras definidas e excludentes.

Desse modo, é necessário situar o pensamento feminista contemporâneo como uma perspectiva teórico-política que se transformou, refez suas bases, mas, a despeito das mudanças, manteve características que asseguram certa unidade e tornam possível pensar não em um conjunto de etapas, mas antes em um processo contínuo de reavaliação crítica de suas premissas (BUTLER, 2004).

O conceito de gênero, utilizado pela primeira vez por Gayle Rubin (1986), consolidou-se como uma categoria de análise no Brasil, principalmente a partir do artigo da historiadora norte-americana Joan Scott (1995): *Gênero uma categoria útil de análise*

⁹Valeska Wallenstein (2004) discute o feminismo como pensamento da diferença a partir da crítica pós moderna aos essencialismos, apontando para a defesa dos múltiplos feminismos. Segunda a autora, nessa perspectiva se desconfia das coisas que nos parecem como naturais, tendo como premissa combater toda a opressão que se funde numa hierarquização da diferença. Nos termos da autora: “Não acontece uma guerra pela supremacia da identidade feminina. Há uma sim, uma batalha pelo fim das identidades rígidas. O feminismo não é uma guerra das mulheres pelas mulheres. Talvez o feminismo, enquanto movimento e pensamento da diferença seja uma luta por um mundo onde ser homem ou mulher não faça diferença alguma. Ser diferente e que isso não faça diferença: o sonho do feminismo. E isso não quer dizer que o feminismo tente fazer iguais mulheres e homens. Pelo contrário. O feminismo é a luta contra o enfeitamento dos discursos e práticas que nos fazem pensar que há alguma vantagem ser homem ou mulher.” (WALLENSTEIN, 2004, np)

¹⁰ Os estudos *Queer* deliniam-se como sendo o estudo “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a “sociedade” como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p.13). De acordo com Miskolci (2009), os teóricos *Queer* entendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder, de modo a serem expressos nos discursos e práticas sociais, “uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais” (MISKOLCI (2009). Os primeiros estudos construtivistas sobre sexualidades foram as obras de pensadores radicais como Deleuze, Guatarri, Michel Foucault, e obras de Jeffrey Weeks e Gayle Rubin, contando também com o pensamento lésbico radical a partir de alguns conceitos sem os quais não seria possível criar o *Queer* - a saber, a ideia da heterossexualidade com algo compulsório. Vale ressaltar ainda a importância do pós-estruturalismo (sobretudo o francês) e da desconstrução para a composição do que hoje entendemos como *Queer*.

histórica, publicado pela primeira vez em 1986. Esse conceito rompe significativamente com a noção de que exista um único jeito masculino ou feminino de ser (GOELLNER, 2005).

A perspectiva *Queer* – aporte teórico no qual encontro subsídios para as reflexões propostas ao longo deste texto - realoca o olhar que centraliza a problemática de gênero em concepções biologizantes e binárias, para pensá-lo como eixo de diferenciação social que autoriza formas de desigualdades, evidenciando a necessidade de desenvolver estratégias que problematizem as dinâmicas generificadas, e sua repercussão na vida social, tendo em vista a ordem institucional, os direitos e as relações de poder diante de uma sociedade que cria modalidades de cidadania.

Tal perspectiva se desenvolve no contexto norte-americano, tendo como um de seus expoentes a filósofa Judith Butler. Em sua mais expressiva obra, *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, a filósofa problematiza a noção de sujeito e toma como ponto de partida para as reflexões propostas a problematização acerca da centralidade da categoria mulher no feminismo.

A autora empreende o questionamento sobre como essas teorizações feministas são construídas, em geral, tendo em vista a diferença sexual heterossexual e, se, por formarem categorias fixas e estáticas, como, por exemplo, a identidade das mulheres, essas teorizações não estariam propondo outra espécie de norma. Essa normalização produziria, desta forma, os mesmos corpos sexuados e generificados. Assim, a autora considera ainda que talvez esse mecanismo acabe por conferir sentido à categoria de mulheres apenas pela heterossexualidade. Amparada na genealogia foucaultiana¹¹ e na produção do mesmo autor que coloca a sexualidade como construída discursivamente, a partir da constatação desta como um dispositivo histórico do poder, questiona se o sexo tem história, transpondo a problemática da sexualidade em Michel Foucault para a discussão acerca das relações entre sexo, gênero e desejo.

Segundo Foucault (2007), a formação das chamadas identidades sexuais decorre de processos históricos iniciados no século XIX, engendrados no interior daquilo que ele denominou como o “dispositivo da sexualidade”:

¹¹ A genealogia, enquanto perspectiva metodológica proposta por Michel Foucault em *A microfísica do poder*, busca a origem dos saberes, ou seja, da configuração de suas positivities, a partir das condições de possibilidades externas aos próprios saberes; ou melhor, considera-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. Procura-se a explicação dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo discursivo, defendendo sua existência como elementos incluídos em um dispositivo político.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder. (FOUCAULT, 1985, p. 56)

O que o autor chama de dispositivo da sexualidade é, portanto, uma rede de saberes-poderes que atua sobre os corpos e populações produzindo normatizações e normalizações nos modos de viver. Assim, o sexo foi delimitado como o ponto de junção fundamental entre o corpo e as práticas de controle das populações no século XIX. Neste processo de estabelecimento de fronteiras entre a normalidade e a anormalidade, a sexualidade foi construída como a linha tênue que delimita as práticas sexuais bem educadas e as demais, aquelas que ocupariam lugar indefinido ou bem demarcado para além das fronteiras da normalização e da normalidade.

O desejo, mencionado anteriormente, não se compunha como um eixo para se pensar os gêneros e as sexualidades. Anterior à reflexão proposta por Butler, Gayle Rubin (1975) em *Tráfico de Mulheres*, elabora um refinado sistema explicativo, nomeado sistema sexo/gênero, que conceitua como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” (p.128), o que estabelece um trânsito entre a natureza e a cultura. A natureza, nesse sentido, fornece “os dados” e estes mostrariam que a “diferença” é, sobretudo, cultural.

Sem ter o objetivo explícito de discutir os papéis de homens e mulheres, é citada como uma das primeiras a questionar tanto a própria compreensão de mulher, quanto a de homem, enquanto categorias dadas e universais, e dado o contexto de efervescência dos movimentos identitários norte-americanos, permitiu o surgimento de uma via alternativa às perspectivas sociológicas hegemônicas (marxismo, funcionalismo, estruturalismo), em que foi possível a crítica à naturalização dos comportamentos e à legitimação das diferenças de poder que beneficiam os homens em detrimento das mulheres.

Judith Butler irá, portanto, criticar essa dicotomia entre sexo/gênero passando a historicizar também a categoria sexo como algo idealizado e forçosamente materializado através do tempo. Neste sentido, a autora destaca sobre sexo: “Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (BUTLER, 2004, p.153). Sendo assim, gênero, para Butler (2004),

[...] não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como “dato”. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada ou o sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos. (BUTLER, 2004, p. 154)

É preciso apreender que gênero é constituído e constituinte de redes de poder, portanto é imprescindível considerar outros marcadores sociais de diferença com etnia, classe, raça, geração. Desta forma, Butler vai desconstruir a distinção natural-cultural de sexo e gênero argumentando que falar em existência social de corpos pressupõe a generificação, isto é, não há corpo existente à pré-inscrição cultural, pois o corpo não é uma dimensão a ser lapidada por inscrições, mas “um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2003, p.59) por ações sociais constituídas e constituintes de gênero.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p.19). Tal conceituação alicerça o que Butler chamou de performatividade de gênero. Para a autora, gênero é o que performamos, um devir, em contraposição ao “ser”, fixo, estável e oposicional. Sendo assim, gênero é ação que dá existência ao que nomeia. Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero, essa identidade é performativamente constituída.

Alguns conceitos são chaves na interpretação e interpelação do gênero, nas propostas da Butler. Performatividade é um deles. Para a autora, a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (BUTLER, 2006). Em outras palavras, Butler entende o gênero como um efeito performativo que faz o sujeito experimentar a identidade de gênero como sendo supostamente natural, tendo em vista a sua contínua reiteração. Com o conceito de performatividade de gênero, Butler pôde elaborar a crítica ao sistema de correspondência entre sexo, gênero e desejo, tornado inteligível e naturalizado no interior do dispositivo da sexualidade.

Afirmar que as identidades de gênero ganham corpo enunciativo no espaço da vida concreta através da performatividade é afirmar que o gênero se dá através de uma repetição, de uma citacionalidade de formas de estar no mundo e de atuar nele, que se estabelecem na produção do masculino e do feminino. A performance que cada sujeito deve executar está relacionada a uma continuidade entre sexo, gênero, e desejo, de modo que as pessoas que

nascer com pênis devem produzir uma performatividade masculina e desejar se relacionar sexualmente exclusivamente com mulheres, enquanto que as pessoas que nascem com vagina devem performatizar o feminino, bem como desejar e se relacionar sexualmente exclusivamente com homens. É através dessa equação dos corpos que se produz a matriz de inteligibilidade heterossexual, na qual os deslizes a essas normas caem no espaço do não aceitável, sendo também os discursos que engendram as performances de gênero tidas por corretas que possibilitam as suas existências, de forma que a performatividade é o movimento pelo qual esses discursos se corporificam (BUTLER, 2006), ou seja, a performatividade é postura de discursos em ato (SALIH, 2012).

A heteronormatividade (WARNER, 1993), articulada a partir da matriz de inteligibilidade heterossexual, também é um conceito mobilizado pela autora para compreender quais os referenciais são acionados na forma com que se espera que determinados sujeitos performatizem suas identidades de gênero. Miskolci coloca:

A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...] é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle. (MISKOLCI, 2009, p. 156)

Se, a partir da heteronormatividade se propõe a ideia de que, a princípio, todos são heterossexuais, de que a heterossexualidade seria a sexualidade nata, natural, padrão dos seres humanos – e todas as demais desvios dessa norma (BORTOLINI, 2008, p.14), a assimilação da heteronormatividade toma como função central normatizar as experiências de gênero dentro de moldes que tomam a heterossexualidade como molde. Desse modo, a heterossexualidade deixa de ser apenas a expressão de um dado desejo para constituir a norma sobre como os gêneros devem se expressar, delineando comportamentos, preferências, expectativas e papéis.

Berenice Bento em seu artigo sobre pessoas que performam gênero fora dos moldes heteronormativos expõe que “gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada” (BENTO, 2011, p. 154). Essas roupas, bem como brinquedos, esportes, programas de televisão, entre outros, vão se assumindo o papel do que Teresa de Lauretis (1994) chamou de tecnologia de gênero: procedimentos e técnicas sociais que produzem a sexualidade tal como a vivemos, em um mundo de representações urdido pelos discursos, imagens, saberes, críticas, práticas cotidianas, senso comum, artes, medicina, legislação.

Ao passo em que a heteronormatividade anuncia e impõe as normas sob as quais os sujeitos devem performatizar seus gêneros e, portanto, roteirizar suas vidas, ela também relega lugares àqueles que não encontram na norma um lugar seguro e coerente para construir suas identidades generificadas: o da abjeção.

Butler (2003) usa a noção de abjetos a todos os corpos excluídos do discurso hegemônico. Em efeito, sustenta que muitos corpos ficam excluídos tanto do princípio da inteligibilidade como da legitimidade da existência normativa ontologicamente. O abjeto não é simplesmente o que ameaça a saúde coletiva ou a visão de pureza que delinea o social, mas, antes, o que perturba a identidade, o sistema, a ordem, (MISKOLCI, 2012), e para efeitos de biopolítica¹², ficam relegados ao não reconhecimento do sujeito como cidadão, e em muitas vezes, como humano.

Desse modo, Miskolci (2015) reflete: Alguém atento percebe como a problemática *queer* não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção (p. 24). Trata-se, para além de questionar a heterossexualidade como limite do possível em termos de expressão da sexualidade, e fio condutor das performances de gênero, criar ferramentas que tornem as experiências dos corpos abjetos passíveis de serem vividas fora dos marcos das violências, da negação de direitos e da negação ao estatuto de humano (BENTO, 2014).

Ser socialmente marcado como mulher, travesti, transexual, homossexual ou mesmo estranho/anormal (nos termos *queer*), demandam, analiticamente, a reconstrução das condições culturais e históricas das experiências contemporâneas que inserem esses sujeitos em processos mais amplos que criam tanto os não-marcados, quanto aqueles e aquelas que se beneficiam do privilégio de serem pressupostos da norma social.

Nos termos da complementaridade¹³, o hegemônico precisa do subalterno, nesse caso, o abjeto, para a sua própria definição e existência. Assim se cria uma vida que se desdobra

¹² Conceito discutido por Michel Foucault por meio do qual ele propõe a compreensão de práticas surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. Consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade, entre outros (FURTADO; CAMILO, 2016).

¹³ De acordo com uma discussão proposta pelo sociólogo Richard Miskolci (2009), a complementaridade, conceito cunhado pelo filósofo Jacques Derrida, nos mostra que “significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico” (p.153). Ainda de acordo com o mesmo autor: “Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para a sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay. Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a hetero/homossexualidade são reatualizadas,

em uma gama de negação de direitos e acessos, delineando uma série de prescrições que dinamizam e cerceiam a vida social, gerando, entre outras coisas, formas diferentes de ser e estar no âmbito do espaço público e no privado.

Essas “outras formas” implicam em dinâmicas que se diferenciam em relação àqueles que vivem dentro da norma, e essas diferenças resultam em processos de marginalização, violência, vivências de preconceito e privação de direitos fundamentais (MELO, 2016b), e, o sujeito desses processos é o que foi social, histórica e culturalmente construído como o “Outro”, compondo e reiterando os mecanismos que operacionalizam as diferenças produzindo desigualdades e subalternizações.

Dito isso, podemos considerar que o gênero é um marcador que incide fortemente sobre a produção de modos de viver de diversos grupos, cria destinos, delimita ferramentas de operacionalização da vida, e com isso, evidencia-se a necessidade de compreensão, por parte da terapia ocupacional, acerca de como os sujeitos produzidos em lugares marginais no sistema sexo-gênero-desejo constroem formas de enfrentar as condições materiais de existência (e, em muitas vezes, de sobrevivência) no campo da vida cotidiana.

Refletir sobre os modos de vida produzidos por pessoas que vivem na fronteira dos gêneros e das sexualidades implica, portanto, em compreender a forma com que esses cotidianos são constituídos, a maneira que essas práticas se relacionam com as engrenagens que colocam esses sujeitos às margens nas dinâmicas sociais, e a forma com que essas dinâmicas são assimiladas. Implica ainda em problematizar e pensar ferramentas de enfrentamento para fatos como a presença de travestis estar mais frequentemente associada ao mercado do sexo do que às carteiras das universidades, ou o fato de mulheres transexuais, de maneira geral, não alocar nos seus projetos de vida etapas vivenciadas após os 40 anos, visto que transexuais têm uma expectativa de vida de 37 anos, em média (ANTRA, 2020), por exemplo.

Assim, tomando o gênero como ponto de partida para pensar os modos de vida, é preciso identificar as tecnologias de dominação; considerar os processos históricos e políticos que permeiam as relações que nele se baseiam; a maneira como esses processos posicionam os sujeitos nas dinâmicas sociais; e a forma com que eles são decodificados, percebidos e/ou enfrentados em suas práticas cotidianas.

reforçadas em todo ato de significação, de forma que estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases”. (MISKOLCI, 2009, p. 153-154)

O gênero é a primeira identidade vivenciada pelo indivíduo (HALL, 2000; BENTO; PELUCIO, 2012), e é um dos marcadores sob o qual o “Outro” é criado. É partir da categorização desse sujeito dentro das normas binárias de gênero, por exemplo, que mesmo sem que se saiba que sua cor preferida é azul, faz-se um enxoval completo com essa cor, baseando-se no anúncio médico de que o bebê esperado possui um pênis como genitália, e, portanto, “é menino”. É o gênero que delimita quem pode sair em determinados horários sozinho na rua, que tipos de habilidades são estimuladas, quais comportamentos são permitidos e quais vestimentas são adequadas. É também o gênero que regula o uso do tempo, bem como dos mais diversos espaços de circulação, do corpo, das atividades de trabalho e lazer, que possibilita ou não a criação de projetos de vida.

Considerando ainda que a sociedade está organizada de forma binária, para aqueles que desafiam a norma ao transitar na fronteira entre os gêneros, as implicações ecoam tanto no âmbito do espaço público, quanto do privado (PELUCIO, 2007). Essas implicações que resultam em demandas também podem se interseccionar com outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, etnia, geração, regionalidade, classe, corporalidade, entre outros. Dito de outro modo, as vivências de travestis negras da periferia tendem a ser bem diferentes das vivências de homens transexuais brancos de classe média ou de classe média alta, e os marcadores sociais da diferença¹⁴ que aloca esses sujeitos não somente em grupos sociais, mas em lugares de existência, se interseccionam produzindo novas dinâmicas de exclusão.

Se no contexto da sociedade disciplinar e de controle (FOUCAULT, 2007), a heteronormatividade funciona como uma tecnologia de controle dos corpos que acaba por fazer o indivíduo incorporar o modelo político, tomar o gênero como ponto de partida para pensar os modos de vida, implica em considerar os mecanismos que engendram essas concepções, os discursos que são acionados para reiterá-las, e sob quais “regimes de verdade”¹⁵ é delineado o limite à participação e inserção social. É preciso considerar, ainda,

¹⁴Essa perspectiva teórica procura salientar que “o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais” (PELUCIO, 2011, p.79). Melo, Malfitano e Lopes (2020) em uma reflexão inicial sobre os marcadores sociais da diferença como possibilidade teórica para se pensar as atuais demandas postas para a terapia ocupacional, apontam: Os marcadores sociais da diferença constituem um campo de estudos das Ciências Sociais que tem como principal proposição a compreensão sobre como os sistemas de desigualdade e assimetrias são produzidos a partir da diferença. Desse modo, caracterizam-se como sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais, que podem ser articuladas entre si de maneira interseccional, tomando a produção da desigualdade pela diferença como ponto de partida.

¹⁵ De acordo com Foucault (2007), regimes de verdade compreendem discursos que funcionam como verdade, regras de enunciação da verdade, técnicas de obtenção da verdade, definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade; portanto ligação circular entre verdade e poder. Poder que produz verdade e a sustenta, verdade que produz efeitos de poder, nesse sentido, é impossível desvincular verdade e poder.

conforme apontado por Guerra (1993), a hierarquia das redes de poder que estabelecem as relações entre as diferentes esferas do social.

É nessas esferas, no caso do gênero, que as desigualdades são gestadas e dinamizadas. Quando falo em desigualdades de gênero, falo, sobretudo, da naturalização dessas desigualdades, do modo como elas são construídas mediadas por uma série de prescrições e normas que sequer são percebidas por quem as vive e reproduz. A título de ilustração, podemos pensar que as relações de gênero permeiam a vida de crianças desde cedo. Meninas e meninos aprendem, por processos que vão desde vestimentas, até as aulas de educação física, qual é o lugar social que devem ocupar na sociedade em função de seu sexo. Em suas práticas cotidianas, isso se expressa desde os múltiplos espaços de sociabilidade, como a escola, até os ambientes mais privados, como o lar. Estas normas, que ditam o que devemos vestir, como devemos nos identificar, de que maneira devemos pensar e agir no mundo, são produzidas de forma reiterada por diferentes discursos que tem seus reflexos na materialidade dos corpos, e que constituem modos de vida, só que alocados fora da norma.

Para além dos discursos vitimizadores ou mesmo das armadilhas identitárias, o que precisa ser privilegiado é o lugar geopolítico e o corpo-político das enunciações. Em outras palavras, falar de desigualdades de gênero, não se refere somente a problematizar os meandros da vida social dos sujeitos que, em decorrência do gênero, têm suas vidas marcadas, marginalizadas e desumanizadas. Para além disso, é preciso problematizar as engrenagens culturais que alocam indivíduos em lugares marginais, produzindo e reproduzindo arranjos materiais, códigos e representações, tomando universalmente a heterossexualidade e o masculino como medida do humano, para somente então, pensar as estratégias de intervenção no campo onde a vida acontece, de modo que estas transitem entre o macro e o microsocial (MISKOLCI; PELUCIO, 2011).

A terapia ocupacional social vem sendo construída no Brasil desde a década de 1970, e surgiu da discussão acerca das demandas que vinham se impondo nos cenários de atuação, somado ao contexto político da época¹⁶. Ao longo dessas cinco décadas, muitos foram os desafios enfrentados por aqueles que acreditavam numa terapia ocupacional que ultrapassasse os limites da clínica, dos muros institucionais e dos discursos neoliberais, e principalmente, que fosse de encontro às desigualdades sociais, buscando fomentar o que

¹⁶ Ver mais em Lopes (2016).

inclui fortemente os debates acerca de suas bases teórico-metodológicas, dos cenários de práticas, e de sua epistemologia.

Se termos centrais para a terapia ocupacional foram sendo discutidos, rediscutidos, realocados, ampliados e ressignificados, bem como novos termos e aportes foram incorporados, de acordo com o contexto e as demandas postas pelo novo campo de atuação, a necessidade de um novo vocabulário, novos conceitos e de novos diálogos para a composição do aporte teórico metodológico tornou-se evidente.

Quando aciono os conceitos de modos de vida e de gênero para pensar a terapia ocupacional no campo social, parto de princípios que não dizem respeito especificamente aos conceitos discutidos, mas das demandas que se impõe nos campos de atuação.

Quando falamos em pessoas que têm suas vidas afetadas pela desigualdade de gênero, estamos falando de vivências marcadas por um contexto político, social e econômico, mas que têm sua base ancorada numa questão de ordem cultural.

A especificidade da Terapia Ocupacional está na busca de possibilitar/fomentar aos sujeitos maior autonomia, participação e inserção social (LOPES, 2016). Para tal, o conceito de modos de vida nos permite partir da reflexão acerca dos seguintes questionamentos: Quais as formas de estar no mundo encontradas por essas pessoas? Histórica, política, econômica e culturalmente, de que forma suas vidas são implicadas? Que tecnologias de cuidado podem ser construídas frente às necessidades individuais e coletivas desses sujeitos? Que lógica sustenta sua maneira de ser e estar no mundo? E diante dessas implicações, o que cabe à terapia ocupacional? É preciso, primeiramente, reconhecer esses sujeitos a partir da forma como são nomeados, como se nomeiam, e de como esses “nomes” produzem acessos ou inacessos, alternativas ou limitações, direitos ou a negação destes.

Responder à essas questões, certamente nos conduzirá a compreensão dos fluxos e contra-fluxos que esses sujeitos vivenciam diariamente, na relação micro e macrosocial desses trânsitos, e de que modo essas dinâmicas repercutem nas suas práticas cotidianas.

As pessoas trans, por exemplo, apresentam demandas que extrapolam os limites da necessidade de criação de políticas públicas para o acesso a bens e serviços, e evidenciam a necessidade de uma luta que centralize esforços na minimização do estigma e do preconceito em torno de suas vivências (CARVALHO, 2011). São, portanto, demandas que envolvem o questionamento dos códigos normativos regulatórios e dos valores sociais hegemônicos relativos ao gênero. Conforme Ochoa (2004), o que se está buscando são outras formas de se fazer política capazes de proporcionar um campo novo para a constituição de subjetividades que não sejam marcadas pela abjeção, além das políticas estatais.

Barros (2004) afirma que a terapia ocupacional encontra em seu campo de atuação um olhar especificamente voltado para os sujeitos, o fazer humano e as significações e ressignificações desse fazer no cotidiano. A apreensão do caminho entre os modos de vida que constrói esses sujeitos, e dos modos de vida resultado dessas construções possibilita ao terapeuta ocupacional compreender as dinâmicas desses grupos sociais fora dos marcos hegemônicos de gênero, uma vez que há o reconhecimento de que estes não somente questionam como também inviabilizam a sua existência, tornando pouco possível uma vida fora das margens – se não sociais, simbólicas.

De acordo com a mesma autora, a terapia ocupacional social pode contribuir para equacionar questões que se impõem pelas desigualdades, contradições sociais e confrontos culturais. Sendo o gênero um potente operador de desigualdades, na experiência de pessoas trans, por exemplo, ele não é apenas uma experiência subjetiva no que tange à forma que se reconhece no mundo, mas um lugar político de enfrentamento, por meio do qual políticas públicas são reivindicadas ao Estado e práticas de reconhecimento demandadas da sociedade.

Para oferecer novas gramáticas políticas capazes de alargar o limite do binário das proposições heteronormativas, é preciso alargar o debate, estar disponível para o reconhecimento de outras formas de viver, e que são cada vez mais emergentes, em relação aos modelos normativos, mas que interferem diretamente no exercício da cidadania desses sujeitos. Para tal, conforme Galheigo (2016) aponta, é fundamental ouvir os sujeitos que vivem a diferença, ir em busca de seus contextos, e problematizar as tensões ou contradições existentes.

De acordo com Monzeli (2016), ainda, quando a terapia ocupacional coloca como tarefa a luta por uma sociedade mais justa para todos e todas, nossas opções e ações teóricas e metodológicas devem buscar e pautar a ampliação da vida e a valorização de distintas formas de se viver, permeadas, é claro, por um arcabouço legal parametrizado pelos direitos humanos e sociais historicamente com muitas batalhas.

1.3 A centralidade do corpo nas experiências trans

Falar de experiências trans nos convida a refletir sobre o lugar do corpo nas práticas sociais, sobre como os códigos a ele implicados operam não somente nos processos identitários, mas no lugar social dos indivíduos que imprimem neles as marcas da diferença, e principalmente, sobre como essa diferença produz desigualdades sociais.

Quando me refiro ao corpo, busco me afastar de concepções construtivistas, estabelecidas por perspectivas essencialistas¹⁷ em que este é observado, analisado, explicado e disciplinado de acordo com a fisiologia reprodutiva e a filosofia moral (PERES, 2005), e aposto numa perspectiva que toma o corpo como uma produção sócio-histórica, cultural e política, em construção permanente e maleável que sofre influência de múltiplos fatores, como os históricos, culturais, geográficos e econômicos.

Pensar sobre o lugar do corpo frente aos processos de desigualdades sociais remete à articulação de uma série desses fatores de modo que “um corpo aprende com o mundo, registrando com ele suas experiências vívidas e vividas” (PREDINI, RAMOS, 2016, p. 85).

As práticas que envolvem a transformação dos corpos de pessoas trans, as relações familiares, as relações com o mercado de trabalho, as formas de sociabilidade, e as diversas formas de violência vivenciadas por esses sujeitos vêm ganhando intensa visibilidade nas últimas décadas nos debates acadêmicos, dos movimentos sociais, da mídia e nos espaços de decisões políticas. No entanto, as experiências das pessoas trans expressas nos debates têm trazido para a cena mais do que a necessidade de compreender a maneira pela qual a transição de gênero interfere na dimensão prática da vida desses sujeitos, ou a evidência da necessidade de ampliação de acesso a direitos; elas nos informam sobre outros modos de viver, fora dos marcos normativos, que historicamente vêm se transformando, mas, apesar dos contextos, diversos aspectos se mantêm, como a restrição ao acesso ao mercado de trabalho, para além dos espaços de prostituição, por exemplo.

Desde a década de 1960, o cotidiano da prostituição nas cidades grandes do Brasil tem se constituído como um cenário comum das pessoas trans¹⁸, em grande parte por construírem seus corpos de formas hegemonicamente consideradas incoerentes em relação ao gênero que lhes fora atribuído no nascimento. Os primeiros registros, que tomavam a identidade travesti como centro, por exemplo, já as colocavam como homens vestidos de mulheres, que “fabrica[m] para si um corpo de mulher com hormônios e silicone” (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 2005, p.10). A experiência de transformar o corpo denota a lógica de construção de si (ARAN, 2006; BENEDETTI, 2005) e, também, de outros

¹⁷ Nessa direção, os gêneros são tomados como essência, bem como os elementos que os constituem, como quando, por exemplo, afirma-se que mulheres são mais delicadas e intuitivas que homens, tornando características individuais como constitutivos de uma essência que a torna e a legitima como mulher (PELUCIO, 2019)

¹⁸ Mais especificamente, das travestis (PERES, 2005; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2007).

perigos que essa edificação, por vezes, sem aparato seguro, coloca para os sujeitos que a vivenciam (BENEDETTI, 2005; KULICK, 1998; PELÚCIO, 2007).

Se por um lado, estudos como os de Kulick (1998), Benedetti (2005) e Pelucio (2007) discorrem sobre as construções corporais pautadas pelo risco e que encontram como *lócus* predominante os circuitos de prostituição, Duque (2009) aponta, em sua etnografia realizada na cidade de Campinas – SP, que uma nova geração de travestis também vem se transformando mediante o uso de outras tecnologias no que diz respeito aos recursos acessados para a transformação dos corpos. As “novinhas”¹⁹ também mobilizam signos do feminino e do masculino, mediante o que o pesquisador chama de montagem estratégica²⁰, o que implica numa nova geração de travestis que negocia as montagens e desmontagens dentro das dinâmicas e trocas sociais, e que se relacionam diretamente com o contexto situacional, sem que isso implique, diretamente, nas concepções identitárias.

O corpo como elemento fundamental e – predominantemente fundante - da constituição das identidades de gênero dissidentes – e também das não dissidentes -, de acordo com Benedetti (2005) é, sobretudo, uma linguagem. Barros (2006) aponta que as transformações dos corpos nessas experiências identitárias, ganham significados distintos nos diferentes contextos, sendo, deste modo, compartilhadas com outros indivíduos.

As discussões sobre corporalidades na modernidade demonstraram que o corpo não é um espaço esvaziado de significados, mas matéria-prima, onde se pode intervir e transformar de acordo com as subjetividades construídas a partir das experiências identitárias dos indivíduos. Na experiência trans, o corpo constitui um conjunto central de símbolos e práticas que operacionalizam diferenças inseridas no universo que os/as configura.

O gênero se legitima pelas marcas culturais inscritas no corpo da masculinidade ou feminilidade. Portanto, “quando se fala menino/menina”, não se está descrevendo um sujeito, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital”

¹⁹ Termo utilizado como categoria local para referir-se às travestis mais novas (DUQUE, 2017). É um termo datado

²⁰ Conceito discutido por Tiago Duque, para falar de transformação dos corpos com elementos não fixos que não se refere especificamente a uma escolha pessoal do sujeito que faz uso deles, extrapolando os limites da agência individual auto-definidora do sujeito, pois é feita em meio às exigências que o universo social desses sujeitos lhes impõe como uma possibilidade de sobrevivência. De acordo com autor, em diálogo com os debates sobre sexualidade travados por Nestor Perlongher, “o aspecto de estratégia desta montagem faz com que os sujeitos se fragmentem a tal ponto na diversidade de práticas sociais nas quais desempenham, que a ideia de um eu unificado, como ontologia liberal da identidade autoconsciente, pulveriza-se na multiplicação de seus repartes” (DUQUE, 2009, p.27)

(BENTO, 2011, p.551). Segundo a autora, é por meio das performances dos gêneros inteligíveis - que aponta para uma mulher com vagina e imprime em seu corpo elementos da feminilidade, e para homens que tem pênis e que performatizam a masculinidade – que a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes.

A condição de homem ou de mulher se legitima, portanto, pelo corpo masculino ou feminino. A corporalidade, assim, tem importância fundamental na constituição da identidade trans visto que é através da construção do corpo, que se constrói um sentido de autorrealização e também de identificação com uma estética generificada (PERES, 2008). Hélio Silva (1993), um dos primeiros cientistas brasileiros a discutir a experiência de ser e tornar-se travesti, aponta que, para elas, o investimento na correção de sua própria “natureza” torna-se central, tendo em vista, principalmente, a incoerência de uma existência construída em um corpo masculino, com a presença de músculos, pelos, passando a construir estratégias para que possam “livrar-se do que lhe é indesejado” (p.39). Elas passam a negar-se a si próprias, enquanto sujeitos biológicos e iniciam suas transformações corporais para se adequarem ao que lhes identificam enquanto femininas.

Esse processo se constitui no que o autor aponta como fabricação dos corpos, que perpassa por construções sociais e psicológicas dos gêneros, desdobrando no corpo – e vice-versa. Diversas técnicas e tecnologias são mobilizadas, que variam desde o uso de pireli²¹, utilização dos hormônios, e intervenções cirúrgicas para aplicação de próteses de silicone. Tecnologias menos definitivas como perucas, apliques, cinta modeladora, entre outros também compõem esse cenário.

Por meio do contato com outras travestis, as iniciantes conseguem ter acesso às informações acerca do investimento necessário ao aperfeiçoamento corporal que geralmente passa pelas seguintes fases:

Gayzinho - muitas vezes já assumiu sua orientação sexual para a família e sociedade, mas ainda se veste com roupas masculinas; *Montar-se* - nessa fase já usam roupas femininas, maquiagem e escondem a barba; *Transformação* - depilação completa dos pêlos e também a utilização de vestes femininas; *Travesti* - fase em que a pessoa é considerada travesti pelo grupo por conta da introdução de silicone no corpo e também a ingestão de hormônios (PELUCIO, 2007, p.61).

²¹ Enchimento de espuma que algumas, ao iniciarem suas transformações, passam a utilizar ou que por algum motivo não esteja vendo resultados em seus corpos, como possibilidade de evidenciar a imagem de mudança.

As bombadeiras²², nesse cenário, se constituem como figura central nas experiências de travestis que não possuem recursos financeiros para realizar intervenções cirúrgicas, por exemplo. Elas realizam o processo de “bombar” (injetar o silicone industrial no corpo de outras travestis), e o uso deste material é específico para impermeabilizar azulejos, lustrear pneus e painéis de carro. É uma espécie de óleo que a bombadeira, através de uma seringa, injeta, em pequenas quantidades, no corpo de travestis e transexuais para turbinar/modelar seus corpos, na busca por torná-los mais legítimos e menos abjetos.

A coerência das corporalidades e o significado atribuído aos corpos só ganha sentido se há “um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2004, p. 216), que remonta à desejada linearidade do sistema sexo-gênero-desejo no interior dos ideais normativos.

As discussões sobre corpo, nas experiências trans, remetem ao fato de que por estas não apresentarem uma corporalidade apropriadamente generificada

(...) é a sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação. (BUTLER, 2004, p.128)

William Peres (2005), em sua pesquisa sobre a subjetividade de mulheres transexuais brasileiras, discute que quando estas decidem por suas transformações e expressam o seu desejo por imprimirem em seus corpos aspectos atribuídos ao feminino, assumem uma posição de resistência frente ao sistema heteronormativo que determina um padrão único de expressão afetiva, sexual e amorosa, e principalmente, de como os sujeitos performatizam as suas identidades a partir do uso dos corpos. Nesse sentido, elas inauguram um enfrentamento aos modelos rígidos de identidade sexual e de gênero que denuncia a inoperância no interior de seus conceitos, definições e efeitos, trazendo para a cena novos

²² As bombadeiras são travestis que fazem o processo de bombar (injetar o silicone industrial no corpo de outras travestis), o uso deste material é específico para impermeabilizar azulejos, lustrear pneus e painéis de carro. É uma espécie de óleo no qual a bombadeira através de uma seringa passa a injetar em pequenas quantidades no corpo de travestis e transexuais para turbinar seus corpos.

processos de subjetivação e de existencialização, que repercute em intensos processos de exclusão e, sobretudo, de desumanização.

Considerando a proposição de Butler sobre a performatividade, é possível assinalar a ambiguidade entre os universos masculinos e femininos das pessoas trans como uma performatividade do gênero, uma identidade transitória, de acordo com o momento sócio-histórico em que se inserem. Desse modo, se as pessoas trans constroem não apenas o corpo, mas também o gênero, e é preciso compreender o aparato social que os referencia no mundo, e também o que os regula.

Foucault (2007) ao refletir acerca do discurso moderno sobre o controle, afirma que a medicina compõe um desses discursos, pois se apropria do corpo dos sujeitos transformando-os em instrumentos de regulação e, principalmente de controle biopolítico. Um corpo material, um corpo dócil submisso, um corpo erótico utilizável, um corpo produtivo sociável são os corpos visados, alvos privilegiados das operações simbólicas e materiais dos mecanismos de poder. A partir de uma rede de relações de poder e seus dispositivos, a “microfísica do poder”, transforma os corpos em sujeitos e estes sujeitos são apropriados pelos discursos das ciências e dos saberes de modo a justificar o controle e a codificação dos corpos em sujeitos de práticas divisórias, responsáveis pela exclusão, separação e opressão a si mesmo ou aos outros (FOUCAULT, 1985, 1993, 2007).

Na atualidade, o dispositivo da sexualidade se reatualiza e se desloca de acordo com as engrenagens sociais, mas segue regulatório no sentido de continuar a produzir “novos” sujeitos alocados fora da norma sexual hegemônica. Se a produção sobre pessoas trans apontava, por exemplo, a rua como *locus* de contatos com o universo que mediava as informações e os elementos para a transformação dos corpos de pessoas trans, atualmente, pesquisas (MELO, 2016a; CARVALHO, 2011; 2015) apontam que diversas pessoas trans têm se utilizado de espaços *online* para mobilizar os elementos necessários para sua constituição identitária. Os discursos que constituem o lugar de enunciação dessas interações se mantem regulatórios, assim como as relações de poder e as prescrições normativas.

As pessoas trans, ao manipularem seus corpos, inserem-se na lógica dominante do o sistema regulatório de gênero no sentido de buscarem se constituir referenciando-se nos modelos hegemônicos, de modo que a heteronormatividade não se restringe apenas a quem performatiza “naturalmente” os modelos binários de identidade de gênero, mas também a todos os sujeitos que buscam se constituir dentro dos códigos normativos tendo em vista que a precariedade em se tentar seguir ou abandonar completamente a norma se dá também por conta do caráter atualizante desta norma, além de que, mesmo as vias de fuga e afastamento

também só têm condições de possibilidade dentro dos discursos que as produzem (BUTLER, 2003).

Quando mulheres trans buscam apoio psicológico, para Ceccarelli (2008), buscam na verdade um parecer acerca da legitimidade de sua feminilidade. Não se trata do desejo de pertencer a outro gênero, mas de buscar a validação disso, a partir dos discursos dominantes que o legitimam. Sendo o corpo o meio fundamental que elas têm para alcançar, após uma intervenção sobre ele, o reconhecimento social de sua identidade de gênero, elas adentram às regras do jogo, e com diferentes graus de autonomia e rebeldia, cumprem essas regras (VARTABEDIAN, 2008). Para Ceccarelli (2008), os sujeitos que reivindicam a redesignação sexual, o fazem em nome do estatuto social de sua identidade.

O corpo trans atesta uma multidimensionalidade, que se por vezes evidencia a potência e a criatividade, por outro lado, também reproduz valores, modelos e discursos repetitivos e normatizados pela instâncias regulatórias e disciplinadoras do biopoder (FOUCAULT, 1999). Peres (2008), nessa direção, discute que o corpo de uma mulher trans que expressa beleza e sedução encontra maior acolhimento, enquanto o corpo que não alcança sucesso na reprodução do padrão estético normativo (ou o que Tiago Duque (2013) chamaria de corpo não passável), restam a coragem e determinação para o enfrentamento dos processos de estigmatização, ou a frustração pela dificuldade de suportar as dores das intervenções cirúrgicas devidas.

Se são inúmeros os estudos sobre construções corporais ligadas a experiências de mulheres transexuais e travestis, por outro lado, as experiências corporais ligadas a produção de masculinidades têm registros recentes nas pesquisas brasileiras. Carvalho (2015) aponta, em sua pesquisa de campo sobre o movimento trans brasileiro, que boa parte dos homens trans se constituem primeiramente nas experiências de sociabilidades lésbicas, de modo que o corpo enquanto elemento identitário já engloba diversos aspectos masculinizadores ainda diante de uma experiência identitária feminina. Simone Ávila e Miriam Grossi (2010) tecem uma hipótese segundo a qual muitos homens trans viveriam como lésbicas masculinizadas por falta de acesso à informação e conhecimento de conceitos como “identidade de gênero” e as possibilidades do processo transexualizador. A transexualização, segundo Carvalho (2015), mobiliza outros elementos, a priori:

duas técnicas de transexualização ganham destaque: *binding* e *packing*. O *binding* é a técnica de amarrar os seios simulando um tórax masculino para aqueles que ainda não realizaram a mastectomia masculinizadora. Nessa “amarração” são utilizadas ataduras ou coletes com essa finalidade específica (chamados de *binders*) que são vendidos apenas no exterior. Já o *packing* é a técnica de criar um volume na calça para simular a presença

dos órgãos sexuais masculinos através tanto de técnicas caseiras, como o uso de meias, quanto de próteses compradas para esta finalidade, chamadas de *packer*. (CARVALHO, 2015, p. 143)

Sousa e Iarti (2018) sugerem, em seu estudo sobre as demandas de saúde de homens trans na cidade de Salvador que, dentro do que se entende por processo transexualizador na experiência masculina, a hormonização é parte do percurso fundamental para a saúde e o bem-estar dos homens trans já que garante ganhos sociais diversos, incluindo o capital erótico que se expressa a partir desse novo corpo masculino. Segundo Nery e Maranhão-Filho (2015), a hormonização constitui uma das principais demandas e a primeira modificação corporal concreta que os homens trans realizam. A demanda pela hormonização surge, então, como possibilidade de possuir no corpo e expressar por meio dele a masculinidade sentida e vivida, assim como nas experiências de transfeminilidades.

Ávila (2014) salienta que o uso de testosterona, segundo os homens trans que compuseram seu campo de estudo, aumenta a libido, deixa-os mais dispostos. Alguns relatam que sentem maior agressividade, o que tende a gerar tensões, especialmente no campo afetivo-sexual, mobilizando aspectos como a insegurança pela dificuldade de se aproximar de algumas mulheres, por não se configurarem como “homens completos”²³. Ainda de acordo com os relatos de seus interlocutores de pesquisa, a autora reflete:

O que lhes dá mais orgulho é o crescimento dos pelos, o surgimento da barba, a mudança da voz, que fica mais grave, a diminuição de gordura no corpo e o desenvolvimento de músculos, atributos considerados masculinos. Esta construção corporal lhes dá sentido de pertencimento ao tão desejado mundo masculino, é a expressão de sua masculinidade, é sua materialidade. Porém, mesmo com um corpo próximo do que consideram ideal, a relação com outros homens é marcada por tensões (ÁVILA, 2014, p. 10).

Um dos pontos centrais no discurso e na produção do corpo transmasculino é a aceção do corpo como tecnologicamente produzido e aumentável, com a possibilidade, por exemplo, de manter o clitóris como pênis reconstruído, que constitui um campo de batalha biopolítica (FOUCAULT, 1985) evidente e inegável, mesmo que seja só por causa de sua relação necessária com o discurso e as práticas médicas, principalmente as cirúrgicas (BOURCIER, 2008)

As transmasculinidades são múltiplas e, assim como as feminilidades construídas no universo trans, são marcadas por tensões, disputas e contradições. Desse modo, é possível afirmar que os homens trans não compõem um grupo coeso e linear, pelo contrário,

²³Fala de um colaborador, extraída do texto de Ávila (2014).

compõem um universo em que as fronteiras do constituir-se dentro dos moldes da masculinidade são porosas e dinâmicas, podendo, de acordo com Ávila (2014), se configurar como masculinidades alternativas, mesmo estando incluídas em práticas de dominação, subordinação e marginalização ao produzir uma masculinidade sem um pênis biológico que pode ser tomada como um desestabilizador de masculinidades hegemônicas (REESER, 2010).

Carvalho (2015) discute que o sucesso estético na transformação corporal é maior para os homens trans do que para travestis e mulheres transexuais, o que possibilitaria que eles não fossem percebidos enquanto homens trans com mais frequência, como elas, em diferentes contextos sociais. De acordo com o autor, é comum que nos discursos que conferem uma maior passabilidade aos homens trans em relação às travestis e mulheres transexuais, a testosterona figure como peça chave para a compreensão das diferenças nas transformações corporais, sendo caracterizada como um hormônio “mais forte” que o estrogênio, e nessa direção, para além do debate em torno dos significados simbólicos, culturais, políticos e sociais dos hormônios sexuais, o que está em jogo é justamente as apreciações estéticas dos diferentes trânsitos no espectro de sexo-gênero.

Acerca do vasto espectro de possibilidades de transformações corporais mediante as identidades trans, Carvalho (2018) aponta a importação da categoria “não-binários”, oriunda de países de língua inglesa: “entre o “homem” e a “mulher” existem vários gêneros; ser não binário é estar em qualquer ponto entre os polos” (p.25). Essa categoria passou a ganhar espaço a partir dos usos das redes sociais, e se popularizou e adentrou nos espaços da militância na ocasião dos intensos debates sobre identidade política, mais especificamente, no debate sobre transmasculinidades^{24,25}.

Não tenho a pretensão de discorrer sobre as questões identitárias referentes a essa categoria, no entanto, é importante mencioná-la enquanto construção de sujeitos que, ao dissidirem de gênero, assumem no corpo a não identificação a partir dos elementos marcados por uma masculinidade ou feminilidade. Em outras palavras, a relação entre os não-binários ou *genderqueers*²⁶ e as corporalidades encontra sentido exatamente em romper com a norma de construir uma estética que os referencie mais ou menos próximos da feminilidade, cis²⁷

²⁴ Durante o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, em dezembro de 2015, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Nessa época, os debates sobre transmasculinidades eram emergentes no cenário da militância, e diversos homens trans compuseram o encontro a fim de reivindicar a um lugar legítimo no movimento trans institucionalizado.

²⁵ De acordo com Ávila e Grossi (2010), transmasculinidades é o termo utilizado para falar das masculinidades produzidas por homens.

²⁶ Ou ainda gênero neutro, ou gênero fluido.

²⁷ Termo utilizado para referir-se a pessoas que vivem o gênero conforme lhes fora atribuído ao nascimento.

ou trans, sendo comum discursos como: “eu não me identifico com a identidade de homem nem como a de mulher, portanto, não há um trânsito entre os gêneros, meu gênero é neutro”.

Essa categoria vem se popularizando no Brasil, e se configurando como pessoas que “não tem gênero definido”, ou que “possuem gênero neutro”, de modo que os sujeitos se colocam fora do binarismo de gênero, apesar de se construírem no interior do mesmo sistema que confrontam. A manipulação dos corpos nessas experiências encontra lugar exatamente no não-lugar, de modo que o que se busca, através dele, é romper com a lógica que encontra sentido numa possível coerência entre identidade, corpo e práticas sociais, numa linearidade que aponta para um masculino ou para um feminino (independente se cis ou trans), como únicas expressões legítimas de gênero.

O corpo é território de constante disputa, é o lugar da identidade dos gêneros (LOURO, 2004). Isso implica afirmar que as pessoas trans têm realizado um processo de modificação corporal para performatizar do modo que se entende como sendo o mais legítimo suas identidades de gênero, sejam elas dentro ou fora dos referenciais oferecidos pelos modelos binários, numa tentativa de encontrar legitimidade na materialização de suas existências.

1.4 Cotidianos às margens: Avanços políticos e modos de vida

As experiências das pessoas trans têm sido marcadas, segundo estudos das últimas três décadas (KULICK, 1998; CARRARA; VIANNA, 2004; BENEDETTI, 2005; PERES, 2005; PELUCIO, 2007; DUQUE, 2009; CARVALHO, 2011; ÁVILA, 2014), por um constante processo de marginalização por parte de diversos setores sociais, tais como a saúde, educação e segurança pública, entre outros. Além disso, pesquisas como as de Kulick (1998), Benedetti (2005) e Pelucio (2007) apontam para as dinâmicas que se estabelecem nas dimensões macro e micro da vida social, passando pelas relações familiares, práticas de transformação dos corpos e pelo trabalho.

A família, a escola, o trabalho, o lazer, a vida afetiva, o movimento social, são arenas onde as performances generificadas ganham significado, são elaboradas e reelaboradas. É também nesses trânsitos da vida social que os sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade enfrentam os seus maiores desafios: a vida às margens.

O que chamo de vida às margens aqui não está obrigatoriamente ligado às experiências sublinhadas pela classe, mesmo que este marcador as atravesse e se interseccione com os marcadores de gênero e sexualidade, produzindo dinâmicas específicas de marginalização. Para além disso, a vida às margens para fins desta tese é lida como uma forma de existir no âmbito da vida social que está relacionada com estar alocado em posições subalternas não somente de práticas de cidadania, mas principalmente, de existência. As engrenagens que fazem esse sistema funcionar operam por meio das práticas discursivas e da relação com múltiplos marcadores sociais da diferença – e suas intersecções –, gerando desigualdades sociais.

As identidades que não se enquadram dentro do modelo proposto – e imposto – pela heteronormatividade são, de acordo com Pelucio (2007), mais atingidos por diferentes modalidades de violência e discriminação. Essas violências se reproduzem por diversos contextos da vida social, assim como nas mais diferentes etapas do curso de vida, visto que sua expressão se evidencia desde a negação de direitos fundamentais até a construção de limites no que diz respeito à circulação nos espaços públicos ou a relacionamentos afetivo-sexuais, por exemplo.

Em seu estudo sobre as situações de violência vivenciadas por travestis e transexuais em um município do Nordeste brasileiro, Silva *et al.* (2016) apontam que entre a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), as travestis e transexuais são as que mais sofrem com o preconceito e a discriminação no ambiente familiar e social, e por extensão, nos serviços de saúde, entre outros, nos quais prepondera a dificuldade de aceitabilidade e empregabilidade no mundo do trabalho e ocupação. Resta-lhes, portanto, o trabalho informal, como profissionais do sexo, recorrendo à prostituição, reconhecida como um espaço de agressões em geral, e particularmente, neste segmento, são rotineiramente destacadas múltiplas formas de agressões, expressão máxima da transfobia²⁸.

A expressão da transfobia acompanha as pessoas trans ao longo de suas trajetórias de vida.

Ou seja, apesar das conquistas e garantias constitucionais e outros direitos obtidos pela população de LGBT, o Brasil se mostra como um dos países com forte intolerância contra esse segmento. A diversidade tipológica da intolerância e da violência variam de forma crescente, desde o assédio moral, a discriminação até a morte. (SILVA, *et al.*, p. 6)

²⁸ A transfobia pode ser compreendida como a “aversão, discriminação e violência praticada contra (...) travestis e transexuais”(OIT; UNAIDS; PNUD), que se expressam nos mais diversos espaços desde o público até o privado, tais como hospitais, repartições públicas, praças públicas, no ambiente de trabalho, na rua entre outros.

As dificuldades evidenciadas e discutidas em pesquisas como as de Benedetti (2005), Bento (2006), e Pelucio (2007) em conseguir moradia, proteção familiar e policial, adentrar o mercado formal ou ter experiências de trabalho fora dos circuitos de prostituição, são implicadas diretamente pela grande limitação do acesso à educação formal, pela falta do direito à segurança e da liberdade de ir e vir, que seriam elementos básicos para o exercício da cidadania.

A cidadania, nas experiências trans brasileiras, tem entraves sérios baseados numa estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação vividos pelos sujeitos que desestabilizam a norma (BENTO, 2014). Nesse sentido, o que está posto na arena de lutas por cidadania na experiência de pessoas trans, passa pelo reconhecimento como possibilidade de ter sua existência assegurada.

Judith Butler, em entrevista a Patrícia Porchat (2010), discute sobre reconhecimento, e propõe que para que haja o reconhecimento da humanidade de alguns humanos,

[...] as condições sociais precisam ser propiciadoras. Não é uma capacidade interna, é uma capacidade que vem a ser vivida e exercida nas relações sociais. Então para mim não é uma parte monádica da minha existência, é algo que só se torna possível no contexto de um conjunto de relações. Não posso persistir em meu próprio ser sem ser parte de um mundo social que torna isso possível e em relação com outros, que, em certo sentido, precisam solicitar ou apoiar meu desejo de viver (KNUDSEN 2010, p.167).

Berenice Bento (2014) argumenta que a precariedade decorrente de uma vida que desafia as normas de gênero implica numa cidadania precária, que se materializa a partir de uma dupla negação: nega-se a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está também historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) (MELO, 2016a). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”, no entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo (BENTO, 2014), a exemplo da ausência de políticas públicas mais efetivas no que diz respeito às demandas trans, como no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho, por exemplo.

Larissa Pelucio (2007), em sua tese de doutorado sobre a relação entre as travestis e o modelo preventivo de AIDS no Brasil, discute que, no que diz respeito às políticas públicas para travestis e transexuais, a luta por reconhecimento esteve centrada, até a década de 1990

na “cidadanização”. Dito de outro modo, a porta de entrada no campo dos direitos, para esses sujeitos, tomou como ponto de partida o dispositivo de prevenção às DSTs/Aids, de modo que durante muito tempo, a atenção do Estado às pessoas trans ficou concentrada nas questões ligadas à saúde, de maneira mais específica, na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (HIV-AIDS).

Somente no fim dos anos 2000, a saúde integral passa a ser uma possibilidade concreta. Em 2004, novos programas e políticas de saúde voltada aos direitos humanos e à cidadania da população LGBT foram projetados e criados, como o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT. Essas ações indicaram um novo plano de ação na área de saúde, abrindo possibilidades de atenção a esta população e não vinculando suas políticas públicas de saúde exclusivamente à prevenção das DST/Aids.

Em 2008 é instituído o Processo Transexualizador (PrTr) no âmbito do SUS, e é criado em 2009, na cidade de São Paulo, o Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais - emblematicamente instalado onde já operava o Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde (MELO, 2016a). Assim, é no setor saúde que travestis e transexuais encontram, primeiramente algum tipo de reconhecimento pelo Estado. Por outro lado, em certa medida, isso implica considerar que houve uma operação de transformação de direitos sexuais enquanto elementos de uma cidadania plena em problemas de saúde pública (CARVALHO, 2015).

Foi a partir do setor saúde, via políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS – e posteriormente, via Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -, que se consolidou a entrada das pessoas trans (naquele momento, centrado nas identidades de travestis e de mulheres transexuais) no cenário das políticas públicas no Brasil, trazendo para o centro do debate outras reivindicações que partiam da luta por reconhecimento e que procuravam mostrar que as reivindicações no campo da saúde eram urgentes, pois tinham implicações cotidianas no que se refere ao acesso à cidadania, uma vez que a “inadequação” entre genitália (sexo) e gênero experimentada por estas pessoas, e materializada em seus corpos, provoca e justifica um conjunto amplo de injustiças (MELO, 2016b). Assim, foi possível evidenciar enquanto reivindicação diversas problemáticas comuns à vida de pessoas trans, tais como

a violência policial, a negligência médica, a exclusão da família e do ambiente escolar, a migração forçada, a humilhação pública, a violência doméstica, o desrespeito sistemático, o trabalho precário, a pobreza, o controle médico, a esterilização forçada, a prostituição como destino, o HIV, o tráfico de pessoas, o estupro corretivo, e, no topo, o sistemático assassinato de pessoas trans, colocando o Brasil como o segundo país a

matar mais pessoas trans no mundo, em relação à população geral. (MELO, 2016b, p. 66)

As vivências trans também trazem para cena a expressão da privação dos direitos no campo do trabalho. Essas pessoas, de maneira geral, encontram grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal. Não há como negar que os marcadores de classe também se interseccionam com os de gênero e sexualidade nessa esfera da vida social. Nesse sentido, em sua análise sobre o Programa Transcidadania, Fleury (2016) aponta que pessoas trans pertencentes a classes de poder aquisitivo mais elevado tendem a enfrentar menos problemas na inserção no mercado de trabalho, visto que o capital econômico associado ao capital cultural possibilita maiores acessos a quem desafia as normas de gênero.

Pesquisas como as de Kulick (1998), Silva (2003), Benedetti (2005) e Pelucio (2007), apontam a *pista*²⁹ como *locus* central da significação da identidade travesti, caracterizando-se como um circuito em que é possível ter acesso a informações sobre as transformações corporais, como já mencionado no tópico anterior, além da já ressaltada por Duque (2009) e Monzeli (2011) vivência do sentimento de pertencimento e acolhimento. É na rua que é possível estar próxima de pessoas “iguais”, sendo este, antes de tudo, um espaço de sociabilidade. Considerando todas essas variáveis, me detenho, neste momento, em discorrer sobre a prostituição como a atividade laboral predominante na vida daqueles que dissidem de gênero, de uma maneira geral, especialmente na vida das travestis³⁰.

É importante ressaltar, nesse contexto, que pesquisas como as de Kulick (1998) e Silva (1993) são realizadas nas décadas de 1980 e 1990, de modo que têm sua marca temporal. Nessas pesquisas, o campo acessado para contato com os/as colaboradores/as foram os circuitos de prostituição, que até então parecia ser um *locus* estratégico para acesso e contato com esses sujeitos. Pesquisas como as de Monzeli (2013), no âmbito da terapia ocupacional, ou mesmo a de Duque (2009), na sociologia, no entanto, tomam o espaço escolar – pós anos 2000 – como ponto de partida, além de acionar uma nova

²⁹ Termo utilizado para referir-se as ruas como espaços de prostituição

³⁰ É preciso ressaltar que no interior do segmento T, a identidade travesti carrega consigo uma forte marca de classe, construída cultural e socialmente. De acordo com debates proposto por Bento (2006) e Carvalho (2011; 2015), enquanto a transexualidade está ligada, no imaginário social, aos marcos patológicos, a travestilidade está inteiramente ligada à prostituição, e portanto, tida como marginal. Desse modo, é comum no universo trans ver mulheres se assignando como transexuais, visto seu acesso aos recursos médicos e tecnologias de saúde, buscando, inclusive uma invisibilidade após a transformação, enquanto mulheres que se identificam como travestis estão associadas aos circuitos de prostituição. A centralidade desse debate está no pressuposto da psiquiatria de que travestis não tem aversão ao pênis, enquanto mulheres transexuais têm, de modo que para a primeira resta a marginalidade, e para a segunda, a doença, o que no campo da moral aponta para dois caminhos distintos.

geração de travestis, construindo elementos outros na compreensão dos significados que são atribuídos às dinâmicas identitárias.

Ainda assim, a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2020) traz em suas estimativas que pelo menos 75% das mulheres trans ainda passam pelos circuitos de prostituição³¹. A maior parte delas permanece, e essa permanência, em muito tem a ver com o fato de a prostituição se constituir como uma das únicas – senão a única, para alguns sujeitos – alternativa possível de geração de renda. Assim, não é possível descolar o marcador de classe dessas constatações.

Não busco discorrer sobre a prostituição e o trabalho no universo trans a partir de uma perspectiva moralizante, mas, para além disso, demonstrar que pessoas trans, enquanto cidadãs, detêm pouco acesso a outras alternativas de trabalho dentro da formalidade, mesmo esse sendo um direito constitucionalmente adquirido, e que, teoricamente, deveria englobar todos os cidadãos brasileiros.

Garcia (2007), em sua pesquisa no âmbito da psicologia social, investigou a constituição da identidade social de travestis de baixa renda, articulando as chaves gênero, corpo, trabalho e violência. Conforme discutido pelo autor, a prostituição tem se constituído como uma atividade inseparável da constituição social da travesti de baixa renda. Um dado relevante associado a essa discussão é o fato de que a baixa escolaridade compõe comumente a trajetória dessa travesti de baixa renda, produzindo uma marca social que potencializa a ausência de alternativas profissionais.

A ausência de alternativas profissionais não está ligada unicamente à exclusão escolar. A exclusão profissional é fruto das tecnologias utilizadas na produção do saber e das normativas de gênero (SILVA, 2017).

De acordo com Fleury (2016), quando inseridas no mercado formal de trabalho, as pessoas trans vivenciam comumente atos de violência física e psicológica por parte de colegas de trabalho, bem como por parte de superiores hierárquicos, inclusive em empresas que afirmam possuir políticas de diversidade e respeito às diferenças. Ainda de acordo com a discussão proposta pelo mesmo autor, as pessoas trans, sobretudo mulheres transexuais e travestis, quando conseguem ingressar no mercado de trabalho formal, ocupam posições subalternas e, majoritariamente, operacionais em indústrias específicas (geralmente, nas indústrias de entretenimento, lazer e beleza).

³¹ Dado encontrado na cartilha produzida anualmente pela ANTRA para divulgação de dados sobre assassinatos à pessoas trans, bem como perfil das vítimas por regionalidade, idade, profissão e classe.

As mulheres transexuais e as travestis são, geralmente, empregadas como funcionárias de boates e de saunas; como costureiras; como cabelereiras; como maquiadoras; como depiladoras; ou como manicures. Isso pode ser compreendido como resultado da baixa qualificação educacional e profissional, que as obriga a se conformarem com posições que gozam de baixo reconhecimento social e se encontram sujeitas a uma maior precarização das condições de trabalho (FLEURY, 2016, p. 26).

Os registros de experiências de homens trans no que tange ao trânsito no mercado de trabalho demonstra experiências um tanto quanto diferentes das mulheres trans. Carvalho (2015) argumenta que dada a visibilidade das identidades transmasculinas ser mais recente que das mulheres trans, boa parte deles, como já mencionado neste capítulo, viveu muito tempo como lésbica masculina, e muitos deles sequer se compreendem para além dessa identidade. O autor atribui tal invisibilidade na cena pública, dentre outros motivos, pelo pouco ou não conhecimento sobre a possibilidade de existência dessa identidade de gênero. Na esfera do mercado de trabalho e das atividades de geração de renda, de maneira geral, há repercussão direta desse argumento.

Dada a menor visibilidade, diferentemente das mulheres trans, homens trans tendem a fazer a transição um pouco mais tardiamente, o que faz com que estes não enfrentem – ou enfrentem menos - algumas problemáticas em cenários como a escola, por exemplo, comum nas vivências de mulheres trans. Ainda que masculinizadas, as identidades se mantêm dentro do binarismo de gênero, o que faz com que seja mais frequente homens trans realizando transformações corporais em momentos da vida em que algumas construções na esfera da vida social já foram realizadas. Boa parte deles, por exemplo, tem ensino médio completo, e muitos também têm nível superior, o que não é comum de ser visto na realidade de mulheres trans. Ávila (2014), nesse sentido, defende que a transição tardia, comum em vivências de homens trans, faz com que estes enfrentem menos problemas no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho formal. É importante destacar que essa é uma reflexão que não pode ser descolada do momento em que foi construída. Na última década, com o advento da internet e do intenso uso das mídias digitais, cada vez mais homens trans vêm elaborando seus processos de transição, e com o aumento da visibilidade em relação a década passada, evidencia-se a possibilidade de que esse cenário sofra transformações, repercutindo diretamente nas gerações seguintes.

No que diz respeito à educação, diversos estudos apontam as problemáticas vivenciadas por pessoas trans nesse cenário. A educação se configura como um direito fundamental, e nos termos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, visa o pleno desenvolvimento da pessoa e qualificação para o trabalho, assegurando a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. As vivências trans trazem para a cena outra

realidade, onde a permanência no ambiente escolar torna-se inviável, sendo marcada predominantemente por discriminação e violências de diversas ordens. Peres (2005) discute:

a intensidade da discriminação e da intolerância nas quais são expostas as travestis nas escolas que desejam estudar levam na maioria das vezes a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos e conseqüentemente à marginalização (2005, p.57).

Luma Andrade (2012), primeira doutora travesti do Brasil, em sua tese sobre a inserção das travestis e mulheres transexuais no ambiente escolar no estado do Ceará, elencou alguns fatores que permeiam a vida escolar desses sujeitos incidindo diretamente sobre suas ausências e permanências em tal espaço. Ela elenca:

1-Não reconhecimento do nome feminino da travesti no momento da frequência e mesmo no cotidiano escolar; 2- Impedimento de acesso ao banheiro feminino; 3- Projeto Pedagógico que não reconhece a existência e singularidades da travesti na escola; 4- Ausência no currículo escolar de livro didático de conhecimentos sobre diversidade sexual; 5- Falta de formação para a comunidade escolar sobre a diversidade sexual, em especial no que se refere às travestis; 6-Desrespeito ao princípio laico do Estado; 7- Regimento Escolar que simbolicamente pune as expressões culturais das travestis na escola; ou a ausência deste induzindo os gestores a determinarem normas fundadas em um *habitus* heteronormativo. 8- Não aceitação ou criação de artifícios para o impedimento da participação das travestis na festa de formatura e em outras celebrações (ANDRADE, 2012, p.245-246).

Andrade (2012) ainda discute que o cotidiano escolar de travestis e mulheres trans é marcado pelo assujeitamento, materializado no discurso e nas práticas dos diversos atores do cenário escolar, que vai desde as/os gestoras/es, professoras/es até as/aos alunas/os e familiares. Esses discursos as alocam às margens, sob a justificativa implícita de que elas não se enquadram na inteligibilidade do gênero. Desse modo, são excluídas e transformadas em desviantes, camuflando a evasão que na verdade, nada mais é que é um modo de expulsão pela negação aos seus modos de vida. Pensando o lugar da escola frente às experiências de quem disside de gênero e sexualidade, Louro (2003) anuncia: na “escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privado, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (p.31).

No que tange a essas marginalizações e repressões, Andrade (2012) coloca que a principal marca das experiências de mulheres trans nos espaços escolares é a resistência, especialmente pela inevitável recusa a algumas regras que engendram o sistema educacional

frente às suas experiências de gênero e sexualidade. Assim, quando subvertem as normas da escola, ao quererem apresentar-se e dinamizar seus cotidianos dos modos de vida produzidos pelas vivências que as constituem, elas estão produzindo formas de resistência e enfrentamento capazes de gerar sociabilidades outras na escola, na família, na vizinhança, na vida profissional.

Nas trajetórias dos sujeitos que escapam às normas de gênero e sexualidades, a conclusão da Educação Básica é uma etapa inconsistente. Através da resistência (ANDRADE, 2012) e das mais diversas expressões de enfrentamento é que algumas pessoas trans concluem essa etapa da vida escolar, o que proporciona a desestabilização da regra como única forma de se estar no mundo e poder se constituir socialmente, se considerarmos a escola como uma instituição em que os discursos e práticas produzem verdades e mediam a elaboração de significados, determinam as regras oficiais e extraoficiais de convivência, demarcam posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas sociais.

A conclusão da educação básica das pessoas trans e o acesso destas ao espaço da universidade é uma das formas de reconhecimento da legitimidade, por parte do Estado quanto a essas experiências de gênero (SILVA, 2017), e também fruto de embates e enfrentamentos.

Nas duas últimas décadas, os bancos da universidade têm sido lugares menos distantes nas possibilidades e nos projetos de vida de algumas pessoas trans. Isso se deve, sobretudo, de acordo com Silva (2017), à Reforma Universitária do governo Lula, em que as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil possibilitam a criação de novos tipos de Instituições de Ensino Superior, novos tipos de modalidade de cursos (tais como Ensino à Distância - EAD), bem como das propostas de políticas de inclusão social³² e de ações afirmativas (PROUNI e Políticas de cotas, por exemplo), visando a diminuição da desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, especialmente por parte de grupos tidos como marginais e/ou periféricos (MELO, 2016a).

Se na década de 1990 o lugar de pertencimento de pessoas restringia-se aos espaços de prostituição, principalmente por ser o espaço onde o desvio da heteronormatividade e a transgressão das normas de gênero encontram aceitação, quase trinta anos depois, os espaços educacionais, sobretudo as universidades, tem sido um *lócus* em que seus trânsitos têm sido não só possíveis como mais comuns.

³² O Programa Universidade Para todos, instruídos no governo Lula, em 2004, propunha medidas no sistema educacional de ensino superior tais como a ampliação das universidades federais e instituição de cotas para alunos da rede pública (com “subcotas” para negros e indígenas) em IES federais.

Vale destacar aqui a universidade como espaço propício para a construção de debates por modos de vida não hegemônicos, respeito às diferenças e por reconhecimento, o que tem propiciado a formação de lideranças trans e possibilitado a construção de reflexões coletivas, na esfera da militância, principalmente.

Outro ponto de discussão bastante frequente nos espaços em que se debatem demandas das pessoas trans é a questão referente ao nome social. Algumas pessoas vinham garantindo a modificação em seu registro institucional, do nome segundo consta no registro civil para o nome social, a exemplo de algumas universidades públicas (MELO, 2016a). Atualmente – desde 2018 -, com a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF via julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 sobre o direito à alteração de nome, gênero ou ambos³³, pessoas trans podem, munidas da documentação solicitada, realizar a retificação de prenome e marcador de gênero em seus registros civis, sem que haja a necessidade de cirurgia transexualizadora ou laudo médico patologizador.

Antes disso, pessoas transexuais precisavam recorrer ao Poder Judiciário para a retificação do nome e do sexo no registro civil. Levando em consideração o poder de (re)produzir verdades performativas através de seus enunciados, o Poder Judiciário, na prática de julgar os casos que envolviam a demanda de retificação de dados de pessoas transexuais no registro civil, acabava por fortalecer determinados ideais normativos responsáveis pela hierarquização de algumas identidades em detrimento de outras, especialmente no que concerne ao gênero e à transexualidade (SOUSA, 2019).

Ainda anos antes, o nome social foi concedido como direito às pessoas trans, cabendo à instituição ou ao município adotá-lo ou não, sendo usado predominantemente nos serviços de saúde e nas universidades públicas, mas ainda não se constituindo como um direito universal (PETRY; KLEINPAUL, 2016).

A falta de acesso à cidadania é possível de ser percebida na ausência de pessoas trans em diversos espaços como já mencionados nesse tópico: Trabalho, serviços de saúde, espaços escolares. É possível ser percebida também pelo alto índice de assassinatos a pessoas trans. A ANTRA (2020) aponta, em seu último levantamento sobre o índice de assassinatos a pessoas trans que o Brasil é o país que mais mata travestis no mundo. As estatísticas revelam que 124 pessoas foram assassinadas por transfobia, enquanto o México,

³³ Garante o direito à identidade de gênero com base no princípio da dignidade humana, da liberdade, da não discriminação e da privacidade.

segundo lugar no ranking contabiliza a metade do número de assassinatos. Vale ressaltar a ausência de dados governamentais e as subnotificações.

No ano de 2018, de acordo com relatório publicado pela ANTRA (2020),

houve diversas pesquisas, matérias e denúncias do aumento da violência contra a população LGBTI. Tivemos casos de pessoas trans agredidas e até mesmo assassinadas por motivações políticas. O horror se instalou no Brasil após a eleição do atual presidente, conhecido por incitar o ódio contra a nossa população de forma pública. Os resultados das eleições deixaram o brasileiro, cidadão comum, perdido, magoado, reativo, desesperançado e, logo, facilmente atraído por soluções mágicas. Há uma ação coordenada de bombardeamento de facções, criadas com o intuito de manipular a realidade e que passou a se fazer presente nos locais comuns, nos grupos de família que se dissolveram e, especialmente, nas redes sociais. (ANTRA, 2020, p. 8)

E ainda:

Vimos casos de Travestis sendo atacadas ou assassinadas aos gritos de “Bolsonaro”. Seu nome se tornou um xingamento/ameaça comum contra aquelas pessoas que ousam desafiar o *CIStema* (ANTRA, 2020, p. 8).

A desestabilização das normas não somente pela construção de um corpo abjeto, mas de um modo de vida que foge dos padrões normativos desafiam a ordem social. Do público ao privado; das relações íntimas às relações sociais; da ausência de emprego à precarização de vidas afetivo-sexuais estáveis; de um extremo ao outro, a vida dessas pessoas está implicada diretamente no modo com que se constituem identitariamente.

O gênero é por si só um lugar de enfrentamento. Para pessoas trans, ele é um lugar de questionamento e denúncia aos mecanismos regulatórios do dispositivo da heteronormatividade o qual aciona a suposta naturalidade e a coerência da heterossexualidade, instituindo regimes de verdades sobre o que seria o desejo saudável, os corpos respeitáveis, as experiências que teriam direitos à cidadania plena. As formas de enfrentamento à essas condições, no âmbito coletivo vêm sendo evidenciadas pela mobilização política institucionalizada – e não institucionalizada também (MELO, 2016b). Espaços formais e informais de organização política buscam o investimento em novos repertórios discursivos capazes de escapar e denunciar a linguagem binária, buscando termos de significação de suas vivências fora dos marcos jurídicos e patológicos.

Os enfrentamentos cotidianos envolvem mais do que formas de obter acessos a direitos que, teoricamente, deveriam ser constitucionalmente garantidos. Na ordem da vida social, os avanços políticos são inegáveis: a inserção das pessoas trans na agenda política, o crescimento do movimento institucionalizado, a possibilidade de retificação do prenome e

do gênero sem a necessidade de um laudo médico, a visibilização das questões de gênero nas múltiplas esferas da vida social. Todas essas são questões que evidenciam que caminhamos significativamente, mas que ainda temos muito a avançar.

2 CAPÍTULO II - “Minha vida é bapho, mona”: Escolhas e percursos metodológicos

2.1 Procedimentos metodológicos

O objetivo central desta pesquisa centra-se na compreensão das estratégias de enfrentamento as condições de marginalização vivenciadas por pessoas trans ao longo de suas vidas. Ao tomar as histórias de vida e a observação etnográfica como método para apreender essas realidades pretendo, neste capítulo, descrever a forma como operacionalizei a construção desses dados.

Toda história é reconstruída a partir do ponto presente em que ela é feita e por quem a conta. Assim, a principal marca das narrativas que trago aqui, é o tempo: memórias de um passado, contadas, observadas e acompanhadas no presente para se pensar o futuro.

Dados os objetivos desta pesquisa, estes por si só justificam minhas escolhas metodológicas, tendo em vista que a história oral de vida, metodologia central utilizada para construção dos dados, permite acessar um conjunto da experiência de vida de uma pessoa, que encadeia sua história, segundo a sua vontade, sendo soberana para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas (MEIHY, 1996). O depoente é considerado o sujeito primordial, tem a liberdade para dissertar sobre a sua experiência pessoal e participa em todo o processo (LIMA; GUALDA, 2001).

Embora a entrevista seja a principal técnica na coleta de dados a partir da história oral, entrevistar não é a única etapa da aplicação do método. Se mesmo na antiguidade os historiadores utilizavam relato oral de testemunhas para descrever e verificar fatos e histórias do passado, desde o século XIX outras disciplinas das ciências humanas – por exemplo, a sociologia e a antropologia – também desenvolveram técnicas e ferramentas para a apreensão qualitativa da realidade social.

Longe de querer fazer uma reconstrução histórica da história oral de vida, cabe mencionar que com o advento da eletrônica foi um marco importante em seu desenvolvimento visto que somente assim foi possível a captação e difusão, por exemplo, de “experiências como as vividas então tanto por combatentes como familiares e vítimas dos conflitos da Segunda Guerra Mundial” (MEIHY, 2005, p.92).

Tonini (2016) conta que em 1948, Allan Nevins, professor da Universidade de Columbia, em Nova York, fundou e organizou o *Oral History Research Office*,

estabelecendo procedimentos criteriosos para uso e tratamento de entrevistas em projetos acadêmicos.

O crescente número de eventos acadêmicos entre as décadas de 1960 e 1980 levaram à discussão e definição de métodos e técnicas específicos para a história oral (MEIHY; BARBOSA, 2007), dentre elas, a) a elaboração de um projeto; b) a gravação das entrevistas; c) estabelecimento do documento escrito; d) sua eventual análise; e) arquivamento; e por fim, f) publicação.

Uma vez que a história oral privilegia dados oriundos das narrativas oferecidas pelos sujeitos que compõem o grupo estudado, sendo consideradas o centro da investigação, Meihy e Ribeiro (2011) apontam que:

Essas narrativas interessam mais do que as eventuais informações que contenham. Por possuir os próprios argumentos ou versões subjetivas capazes de iluminar o contexto de outra maneira, são essas as razões da história oral. O que se propõe é que, antes de tudo, se busque formular suportes documentais que menos cuidem de informar e mais de produzir estratégias capazes de permitir o entendimento além das informações. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 31).

No âmbito da história oral de vida, para além de um produto de pesquisa, compartilhável com a comunidade acadêmica, há a necessidade de um compromisso assumido com os/as interlocutores/as da pesquisa, o que implica cuidados éticos, exigindo um posicionamento político, por parte de quem realiza a pesquisa, sobre o assunto em questão que agrega cidadãos em torno de um problema ou uma causa (TONINI, 2016). De acordo com Meihy e Ribeiro (2011, p. 39), “[...] é pela possibilidade de marcar lugar e propor mudanças que se faz história oral.”. Há assim, um entendimento de que a devolução não deve se esgotar no ato de entrega do texto resultante da entrevista. Para os autores, portanto, há um significado político maior que está relacionado com o projeto como um todo, em que os argumentos reunidos dos/as interlocutores/as podem favorecer políticas públicas ou a elaboração de recursos, metodologias e técnicas de ação no contexto estudado, seja para a aquisição do próprio grupo, seja para reflexão e aplicação por parte de profissionais que destinam suas ações a ele.

A gravação da entrevista e posterior transcrição se compõem como etapas centrais na execução desse recorte metodológico, no entanto, Caldas (1999) aponta que o uso tanto do caderno de campo quanto da edição dessa primeira transcrição se faz necessário, visto que o caderno de campo é uma ferramenta importante para a descrição não só das entrevistas em si como de tudo que foi pertinente no momento em que elas foram executadas, mas que não poderiam ser captadas via recursos de gravação.

A transcrição apresenta-se como uma terceira etapa, proposto por Meihy como um texto recriado, no qual se incorpora não só o que foi dito, mas também o que não foi dito, buscando organizar uma sequência para os fatos narrados, uma linearidade no texto final e uma fluidez na história contada, daí a incorporação de dados produzidos por meio dos diários de campo.

O passo seguinte desse processo, afirma Tonini (2016), é a conferência do documento escrito junto ao entrevistado, que verifica a própria narrativa, corrige possíveis erros do pesquisador e, assim, valida e autoriza o uso da mesma.

A história oral é um instrumento privilegiado por recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas, trabalhando com o testemunho oral de indivíduos ligados por traços comuns. Como consequência, a história oral produz fontes de consulta para estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, momentos, à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram (CAPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010, p.2).

O método possibilita o acesso à forma que os/as interlocutores/as de pesquisa enxergam suas experiências através do tempo. Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. (LANG, 1996, p. 34). Ao mesmo tempo, tendo em vista o objetivo da pesquisa, e os propósitos da história oral, elenquei ainda a observação, técnica oriunda do método etnográfico, como ferramenta para apreensão de dados.

Sendo a história oral de vida construída pelos dados oferecidos pelo/a informante, a partir daquilo que ele/ela julga relevante e também daquilo que deseja compartilhar, a utilização da observação direta enquanto técnica do método etnográfico também se compôs como ferramenta importante na apreensão e sistematização dos dados levantados, visto que oferece os dados “não visíveis”.

A técnica possibilita a investigação sobre os saberes e as práticas na vida social e o reconhecimento das ações e das representações coletivas na vida humana, mediando a percepção de contrastes sociais, culturais e históricos. A pesquisa de campo etnográfico, nesse sentido, consiste em estudarmos o Outro, como uma Alteridade, mas justamente para conhecer o Outro. A observação é então esta técnica mediadora da aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, e ao fazermos isso também buscamos nos conhecer melhor. Esta

busca de conhecimento é sempre orientada por questões conceituais aprendidas no estudo das teorias sociais.

Observar as formas dos fenômenos sociais, enquanto técnica etnográfica, como afirmam Rocha e Eckert (2018)

[...] implica na disposição do/a pesquisador/a a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível, em uma atitude individual. O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento(a) às regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder. (p.4)

A observação a partir das interações propostas pelo campo também predispõe uma escuta atenta. A interação torna-se mais densa a partir da apropriação, por parte do pesquisador, de um vocabulário “nativo”, nos termos do antropólogo Clifford Geertz (1989), não somente para a compreensão de suas falas quando necessário, mas principalmente para a aprendizagem dos significados dos gestos, das performances e das etiquetas próprias ao grupo que revelam suas orientações simbólicas e traduzem seus sistemas de valores para pensar o mundo (ROCHA; ECKERT, 2018). Ainda de acordo com Geertz (1989), estaremos desvendando o tom e a qualidade da vida cultural, o *ethos* e o *habitus* do grupo. Dito de outra forma, estaremos interpretando o sistema simbólico que orienta a vida e conforma os valores éticos dos grupos sociais em suas ações e representações acerca de como viver em um sistema social.

2.2 A produção e análise dos dados

A produção de dados desta pesquisa se constituiu através de um percurso metodológico em que foram cruzados dados colhidos a partir de entrevistas transcritas e transcritas e diários de campo das entrevistas e dados etnográficos. As fontes não se esgotam nas falas dos/as interlocutores/as, mas se somam também a fontes documentais,

O momento da entrevista carrega uma série de cuidados importantes, desde a base material deste encontro, como o teste do gravador, ter um gravador reserva ou em alguns casos gravar em dois aparelhos, passando por uma

retomada de ações feitas na pré-entrevista como explicar o tema do projeto, o processo de conferência e autorização do colaborador, sentir se o colaborador está confortável para dar a entrevista, chegando então até questões e recomendações técnicas de como manter o equilíbrio do tempo entre as entrevistas, garantir a base do gênero da história oral, permitindo que o colaborador tenha liberdade para narrar. (CARVALHO, 2017, p.41)

Foram realizadas, com alguns/algumas interlocutores/as, mais de uma entrevista, de modo a garantir a consistência e qualidade dos dados produzidos nestas. Neste percurso, acompanhei todos/as os/as interlocutores/as em diversos momentos de seus cotidianos. A esse acompanhamento, subsidiei com o aparato conceitual oferecido pelas técnicas etnográficas. Para tal, construí um diário de campo, onde pude registrar cada uma das vivências que acompanhei, cada um dos diálogos traçados nos momentos “informais” da pesquisa, cada um dos diálogos via aplicativo de celular.

Entendo, como nos marcos etnográficos (GEERTZ, 1989), que como pesquisadora, também sou afetada pelo meu campo de pesquisa, e também tenho a minha vida atravessada pelas relações que são construídas no interior delas. Adiciono, portanto, a esses dados elementos como a empatia, tendo em vista a relação de amizade que desenvolvi com boa parte dos/as colaboradores/as.

Nesse sentido, aciono as reflexões de Duque (2017):

não deixo de perguntar qual é o limite da crítica e do exercício de relativismo que podemos traçar para analisar dados que trazem em si alguns contextos de descoberta/construção/organização de informações que nem sempre estão pautados em uma relação propriamente restrita de pesquisador-pesquisado, dados que, pelo contrário, são comumente marcadas por uma forte relação de amizade? (DUQUE, 2017, p.36)

Mediante esse contexto, como limite ético, busquei, após a transcrição e transcrição das entrevistas construir as histórias em conjunto com dados encontrados nos diários de campo, e somente após leitura, aprovação e intervenção de cada um/a dos/as interlocutores/as, utilizá-las para fim desta pesquisa.

Os dados apresentados e utilizados para as análises que constituem essa tese foram coletados e construídos no período compreendido entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2019, oficialmente. Após o período de coleta de dados até os dias atuais, mantenho contato com os/as interlocutores/as, acompanhando seus cotidianos, mas de maneira menos sistemática.

Como produto, do campo resultaram nove entrevistas audiogravadas e transcritas (sendo a menor delas com 1h46min e a maior, 3h12min), diários de campo, textos e áudios de conversas mediadas digitalmente.

Ao construir o texto das histórias procurei estar atenta a cada detalhe das entrevistas transcritas e dos diários de campo, de modo que após isso, as enviei para os/as interlocutores/as, solicitando que eles me ajudassem nessa escrita. Quis fazer com que o processo fosse o mais legítimo possível, para que com isso, as histórias fossem escritas muito mais por eles/elas que por mim. Algumas sofreram modificações, inserções e supressões, de modo que o produto final foi aprovado por todos/as.

No que diz respeito à forma da análise de dados, valho-me do referencial teórico *Queer* e dos estudos feministas, além dos estudos socioantropológicos sobre modos de vida. Utilizo-me desse norte teórico, especialmente por vertentes orientadas pelo pensamento de Michel Foucault no que se refere ao “regime discursivo”³⁴, numa perspectiva de orientar as reflexões sobre a manutenção ou a ruptura dos discursos hegemônicos, especificamente no que se refere às questões de sexualidade.

A escolha por essa vertente teórica se justifica pela proposição da discussão acerca de novos modos de vida e existência, para além dos limites dos que são normatizados e impostos, chamando a atenção para as experiências que não se enquadram nos modelos que essencializam os gêneros, as sexualidades, os corpos e as práticas sociais. Se por um lado, os estudos de minorias, em geral, apontariam para a compreensão dos problemas sociais enfrentados por sujeitos que não se encaixavam nas “identidades hegemônicas”, sem necessariamente problematizar as identidades fixas, e as relações que criam os polos dos próprios binômios (brancos/negros, homens/mulheres, heterossexuais/homossexuais), por outro lado, de acordo com Miskolci (2007), os estudos *Queer* tomam por pressuposto analítico a compreensão crítica sobre os processos sociais que normatizam essas experiências.

2.3 A escolha dos/as principais interlocutores/as de pesquisa

Por delimitações éticas, os nomes reais dos colaboradores desta pesquisa foram omitidos, sendo usados pseudônimos para identificá-los/as, conforme o quadro abaixo:

³⁴ De acordo com Foucault (2007), regimes de verdade compreendem discursos que funcionam como verdade, regras de enunciação da verdade, técnicas de obtenção da verdade, definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade; portanto ligação circular entre verdade e poder. Poder que produz verdade e a sustenta, verdade que produz efeitos de poder, nesse sentido, é impossível desvincular verdade e poder

Nome	Identificação	Idade	Local de moradia	Atividade central	Escolaridade	Estado Civil
Bianca	Travesti	32 anos	São Paulo – SP	Prostituição e movimento social	Ensino médio completo	Solteira
Marcela	Mulher transexual	29 anos	São Paulo – SP	Contadora	Ensino superior completo (Duas graduações: Economia e contabilidade)	Casada
Talita	Mulher transexual	19 anos	Cidade do interior paulista	Prostituição	Ensino médio incompleto	Solteira
Dan	Homem trans e não-binário	28 anos	Cidade do interior paulista	Professor da rede municipal de ensino	Pós-graduação completa (doutorado)	Solteiro
Thiago	Homem trans	28 anos	Cidade do interior paulista	Professor da rede municipal de ensino	Ensino superior completo (geografia)	Solteiro (namorando)

A primeira informante de pesquisa contactada foi a Bianca. Conheci Bianca em dezembro de 2014, na ocasião do IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais, na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP, durante o meu campo, no mestrado. Bianca não foi uma das minhas interlocutoras de pesquisa naquela ocasião, mas compôs o campo em que realizei intensa imersão.

Fomos apresentadas por uma das minhas interlocutoras de pesquisa, sentamos juntas durante diversos debates em mesas, e durante aqueles três dias de evento Bianca me ofereceu algumas pistas sobre como o movimento social havia sido fundamental no seu processo de enfrentamento da vida, a partir do contato com a noção de direitos sociais e possibilidades de luta. Me apresentou muitas de suas irmãs³⁵ que também estavam no evento e me manteve

³⁵ Termo “nativo” utilizado para referir-se a outras mulheres trans.

entrosada ao grupo durante a manifestação³⁶ pela visibilidade trans, ocorrida ao final da manhã do último dia.

Estendemos o contato para as redes sociais e nos encontramos algumas vezes durante minhas idas a São Paulo, cidade em que mora. Na ocasião da construção do meu projeto de doutorado, Bianca contribuiu fortemente com a sistematização dos objetivos, e apontou possibilidades/contatos que facilitariam a imersão no campo, me apresentando outros/as potenciais interlocutores/as.

Na mesma ocasião em que conheci Bianca, também conheci Marcela, ambas residentes na mesma cidade. Era a primeira e uma das últimas experiências de Marcela num espaço do movimento social. Marcela vinha de uma experiência de preconceitos e estigmas, mas que repercutia de uma maneira diferente em sua vida, dados as várias ferramentas que conseguiu acessar na construção de lugares sociais. Marcela foi para o ENTLAIDS mobilizada pela curiosidade e pela necessidade de estar mais entre os pares. Era a primeira vez dela no ENTLAIDS, e a minha também. Conheci-a durante um dos *coffee breaks*, me apresentei como pesquisadora, e assim iniciamos nosso contato, que também se manteve via redes sociais. Apesar disso, não nos encontramos mais durante o tempo que antecedeu a minha entrada no doutorado, sendo este retomado quando entrei em contato para contar sobre o projeto de pesquisa e convida-la para participar.

Conheci o Dan também durante a minha pesquisa de mestrado. Na época, ele, ainda antes da transição, era aluno de um programa de pós-graduação do mesmo campus. Nos aproximamos em decorrência dos muitos amigos em comum, e de interesses comuns de pesquisa, o que possibilitou que estivéssemos juntos durante eventos, viagens, e outros espaços dentro e fora da universidade. Com a conclusão do mestrado e a minha saída da cidade, também mantivemos contato via redes sociais e ainda durante alguns retornos meus à cidade.

Ao conversarmos sobre os objetivos e métodos da pesquisa, Dan, voluntariamente sugeriu um informante que, na visão dele, poderia contribuir: Thiago. Ao contato mediado por Dan, encontrei Thiago, conversamos sobre a pesquisa, e ele aceitou participar.

A última informante que aceitou colaborar com a pesquisa foi Talita. Já a conhecia de vista, de alguns espaços que ela circulava, mas em contato com pessoas do movimento

³⁶ Marcha pela visibilidade trans que teve como ponto de partida o vão do Masp. Seu principal grito de guerra ecoava: “Eu não sou homem nem sou mulher, tenho direito de ser quem eu quiser”.

LGBTQIA+ da cidade em que Talita mora, seu nome surgiu como possibilidade, o que se concretizou, quando, sob mediação conversamos e Talita aceitou participar da pesquisa.

Vale mencionar que outras pessoas também se colocaram disponíveis para participar enquanto colaborares/as, mediante indicações de contatos de outros atores que compõem o universo de pesquisa a partir da inserção prévia decorrente da pesquisa anterior. Os critérios de inclusão envolveram o cronograma da pesquisa, a disponibilidade para a concessão dos dados mediante técnicas oriundas da metodologia escolhida, e a viabilidade dos encontros.

Outros sujeitos também participaram da pesquisa, ainda que de maneira indireta, especialmente mediante a prática da observação.

Outra interlocutora também compôs o universo de interlocutores/as dessa pesquisa, Carol, mas ainda durante a fase de coleta de dados, Carol foi assassinada.

3 CAPÍTULO III - As histórias

3.1 Bianca

“Travesti. Negra. Como tenho mais de 30, me sinto na terceira idade. (risos)”. Assim começou a sua fala em nossa primeira entrevista, em fevereiro de 2018, num dos bancos da área externa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, curiosamente, local onde nos conhecemos em 2014, durante a minha pesquisa de mestrado.

Nascida e criada na região metropolitana do Estado de São Paulo, Bianca é a terceira filha de uma família de quatro irmãos. *“Fui a decepção dos meus pais, imagina, dois filhos homens, e vem o terceiro, que nasce como menino e vira filha. Depois veio uma menina, e foi difícil eles aceitarem que somos duas”*, diz ela. 1987 foi o seu ano de nascimento, ano que ela nomeia como sendo o de sua *“estreia”*. Seus pais são *“de origem humilde”*, sendo a mãe *“muito submissa”* e o pai, *“violento e aproveitador”*. Na sequência me pergunta: *“acho que você já ouviu essa história de muitas, né?”*. Respondo que já ouvi algumas histórias, e que algumas possuem certa semelhança sim. Bianca então comenta: *“somos privadas de tantas coisas nessa sociedade, e ainda nascemos em famílias sem estrutura nenhuma de estudo, nem de conhecimento. Odiei meu pai por muito tempo, mas hoje eu não tenho como não entender ele, coitado, se pra muita gente do mesmo tempo que eu, é difícil, imagina pro tempo dele.”*

Afirma que sempre se sentiu *“diferente”*, que não se identificava com seus irmãos e que a infância lhes fora difícil já que sempre conviveu com comentários de cunho preconceituoso no que tange às questões relativas às normativas de gênero. *“Cansei de pegar minha mãe me olhando de canto de olho quando eu preferia olhar ela cozinhar ao invés de estar fazendo outra coisa com os meus irmãos... Pode parecer bobo, mapô, mas não é, meus irmãos esperavam meu pai sair pra poder brincar na rua, ele não era fácil, mas eu preferia ficar, e ela morria de medo de eu ser viadinho... batia nos meus irmãos quando eles me chamavam de viadinho, porque no fundo, ela morria de medo que fosse verdade”*.

Concluiu os estudos por meio do Programa Transcidadania, no final de 2016, e em seguida, fez um curso de massoterapia. Desde os 16 anos, momento em que diz ter assumido a sua identidade de gênero, está inserida nos espaços de prostituição da cidade de São Paulo, cenário no qual construiu grande parte da sua sociabilidade e sentimentos de pertencimento, além de, até os dias atuais configurar-se como sua fonte central de renda. Afirma ter sido as esquinas da prostituição o *locus* em que conseguiu encontrar elementos

que possibilitassem a experiência do feminino longe de olhares reprovadores e onde começou a viver experiências ligadas à militância, o que segundo ela a “ajudou a abrir os olhos”.

No que diz respeito ao seu processo de construção identitária, ela conta: “Foi uma coisa gradativa, quando as pessoas viram eu já tava bem viadinho, uma bichinha mesmo, sabe... nesse meio tempo, eu apanhei muito sem saber porquê... quando eu via, tava debaixo de porrada, bicha, eu sofri... era na escola, na rua, mas o pior lugar era em casa... acho que o cachorro da minha vizinha era tratado melhor que eu, mas eu superei.”

Conta alguns episódios em que é possível perceber que passou por uma intensa resistência familiar no que diz respeito ao seu processo de transição de gênero, marcado principalmente pela figura paterna. Teve apoio de apenas um dos irmãos, que pouco tempo depois descobriu ser gay: “Mas ele nunca se assumiu, até hoje... eu encubro ele, mas queria mesmo que ele botasse a cara no sol, se libertasse...”.

Infância e adolescência

Bianca é filha de Senhor Mário e Dona Joana. Sendo a terceira de um total de quatro filhos, conta que sempre ajudou seus pais na banquinha de doces que seu pai tomava conta. Dona Joana sempre alternou entre os serviços de diarista e os afazeres da própria casa, que, de acordo com Bianca, “era cruel, mas ela gostava”. Seu irmão mais velho tem seis anos a mais que Bianca, e a mais nova, 2 a menos. “Do Raul... eu nem sei quantos anos ele tem... deve ser uns dois anos mais velho que eu, sei lá, não nos damos bem...”

Repetiu de ano três vezes na escola, até que ao final do ensino fundamental, a abandonou. Descreve sua vivência nos ambientes escolares como “trágica”: “Eu sempre achei todo mundo péssimo, escroto. Parece que o mundo não era feito pra mim, não conseguia me sentir bem. Eu desconfiava de todo mundo, os professores que eu achava no começo que estavam ali pra me ajudar, às vezes riam de mim, mas eu só entendi depois. Muitas vezes achei que estava entendendo errado, mas quanto mais o tempo passa, mais a escola é um lugar cruel. Você vai crescendo e entendendo que aqueles olhares tortos são sim pra você e que não importa o que você faça, é a sua presença que incomoda. (...) Eu quis por muito tempo agradar, achava que a culpa das pessoas não gostarem de mim era minha. Hoje vejo que os outros alunos só eram... crianças demais pra não ser sinceras, e não que eles eram piores que os professores.”

Bianca conta, ainda sobre a escola: *“Eu odiava educação física. Muito suor e bolas e meninos... os meninos eram sempre o meu pânico, graças a Deus que passou (risos³⁷). Eu dava um jeito de sumir daquele lugar nessas aulas, ficava fumando, zoando alguém...”* Na sequência, afirma: *“Na verdade mesmo, pra ser bem honesta, eu odiava a escola com todas as minhas forças... ainda mais que quem passa pela escola pública na periferia sabe bem que é terra de ninguém... tem também aquela coisa natural da gente não gostar de escola né, ainda mais tendo nascido menino, menino não nasceu pra ser estudioso. Eu fiquei um tempo muito p. com isso de coisa de menino e coisa de menina, demorou pra eu entender quem eu era, na minha essência, no meu ser, sabe? As pessoas confundem a gente com isso... Mas tinha aquilo também né... eu fugia pra escola, chegava na escola, fugia da escola... eu demorei muito nessa vida pra me sentir bem comigo...”*

Ainda ao referir-se às experiências no ambiente escolar, Bianca afirma que as mais marcantes *“sem sombra de dúvidas foram as do banheiro”*: *“Eu cheguei a apanhar várias vezes dos meninos no banheiro e a levar a culpa, bicha, eles são cruéis. Mas na vida, eu apanhei mais um monte de vezes sem motivo, acho que foi aí que eu aprendi a dar motivo...*

—Eu não tinha consciência de muitas coisas que eu tenho hoje, graças à militância. Hoje eu conto as coisas, por exemplo, da época que eu tava na escola, até com uma crítica, por exemplo, eu sei que eu faço parte de um esquema de violência, que eu alimento, mas que se eu não for violenta também, eu morro. Eu morro não! Me matam! É bem diferente!!!

Ainda sobre sua infância, num momento nostálgico em um de nossos encontros, Bianca conta: *—Sabe, eu fico me perguntando se eu tivesse nascido uma menininha loira, numa família branca, de classe média, papai empresário... tudo teria sido tão diferente, né? Imagina o meu álbum de infância, que fina!!! (risos), Bebê Johnson (risos)!!! Eu morro de vergonha do meu álbum de bebê. Menino horroroso, que nem a Agrado³⁸ diz, feíssimo³⁹, feíssimo.*

Bianca largou a escola antes de concluir o ensino fundamental, após um episódio que ela denomina como *“ataque transfóbico”* (sic). *“Eu achava que era uma bichinha, e isso já era diferente, né, então mesmo eu achando que eu era gayzinho demais da conta até (risos), eu nem queria pensar muito nessas coisas... Mas um dia uns meninos começaram a me xoxar, como sempre faziam, veja, eles sempre me olharam de canto,*

³⁷ Bianca ri referindo-se ao fato de se autodeclarar heterossexual, e portanto, tendo “transformado” seu sentimento por pessoas que se autodeclararam homens.

³⁸ Personagem do filme *Tudo sobre minha mãe* (1999), de Pedro Almodóvar. Agrado teve um filho gerado quando ainda performava uma identidade e é uma personagem bastante popular no meio LGBT, tendo diversas falas transformadas em jargão no circuito

³⁹ Fala famosa da personagem Agrado, no filme *Tudo sobre minha mãe*.

depois me xingavam baixinho, riam de mim, e depois ficou tão escancarado que eu nem sei dizer exatamente como começou, mas um dia eu não aguentei e fiz a louca mesmo, apanhei muito, mas quase matei eles, e isso foi um divisor de águas. Bicha, eu não sabia o que ia fazer, mas voltar ali, nunca mais, nem que eu tivesse que morrer. E nessa época eu já estava mais ligada no círculo das gay, já tava começando a me montar, eu era novinha, e comecei a mentir que ia pra escola, e caí no mundo. Eu não fiz muita falta em casa, viu? Cheguei a passar dias sem aparecer, e ok.”

“Não existe nada na infância e na adolescência que dê pra você viver que não seja ali, dentro do modelinho do homem que tem pênis e da mulher que tem vagina. Aí ainda vem o agravante da sexualidade! Eu me vi muito sexualizada, tudo tinha a ver com sexo, mas hoje eu tenho a compreensão que não fui eu quem me construí assim, as pessoas que foram me colocando nesse lugar, e chegou uma hora que o sexo, os peitos, a roupa, tudo isso era maior que a Bianca em si, sabe! Eu não tive outros caminhos, não foram me dadas escolhas, eu nunca me senti bem em nenhum lugar pra construir uma cidadania, uma vida honesta, tranquila. No fim, eu gosto da rua, mas gostaria de viver outra vida.”*

Saiu de casa aos 15 anos, e foi morar com Sthephany, a quem ela chama de mãe até hoje. Sthephany, também travesti, “recebe as meninas”, segundo Bianca, e “ensina a elas o que elas precisam saber pra ser quem são, apesar do custo, porque nada nessa vida é de graça”.

Rua, corpo, “truques” ... Diversos dos elementos envoltos no universo da noite foram tornando-se conhecidos de Bianca. “Me sentir aceita me deu coragem pra sair de casa. Mas também fui saindo aos poucos, sabe, tudo foi acontecendo, fluindo, e eu já vivi muita coisa pra chegar nesse corpinho e nesses boletos pagos, filha!”.

Trabalho

A relação de Bianca com o trabalho inicia-se junto com o seu processo de transformação corporal e construção identitária. Apesar das “ajudas” que dizia dar para o seu pai na banquinha de doces, nunca foi esse o caminho que lhe chamou atenção, no que diz respeito à construção de uma vida laboral.

Conta que desde criança gostaria de ser escritora, mas nunca adentrou nesse universo. A escola, como já mencionado, nunca lhe foi convidativa, e, portanto, um espaço menos

possível de permanência no que diz respeito às possibilidades de desenvolver as habilidades necessárias para a construção desse projeto de vida.

Foi “aviãozinho” de drogas “leves” durante muitos anos, e assim conseguia “ir se virando” mediante as necessidades do dia-a-dia. *“As drogas também me ajudavam a aguentar a noite, e eu nunca achei nada demais. Quem vive na noite sabe que os recursos são as drogas, o álcool... Por sorte, mona, eu não me viciiei de perder o rumo, que nem muitas irmãs minhas..., mas fiquei bem enrolada um tempo”*.

“Bombei a bunda e os peito assim que sai de casa e fui pra noite. Tomei os hormônios e pronto, bombei.”. Uma trajetória comum entre Bianca e diversas outras travestis, é a de começar a transformação corporal com silicone industrial, que apesar de reconhecer que este oferece muitos riscos e complicações para a saúde, era o recurso mais acessível na época, tendo em vista o alto custo da aplicação de silicone cirúrgico, mais comuns nas atuais gerações de travestis e transexuais.

“Pouco tempo depois de bombada, eu já tava bombando na praça. Fiquei muito gostosa, bicha, você não tem noção. Eu fazia muitos programas por noite, consegui chegar no corpo que eu queria, consegui pagar minha estadia na pensão das meninas, e assim fui vivendo.”

Bianca conta que apesar das violências sofridas no ambiente de trabalho, não sentiu falta de uma vida fora dos circuitos de prostituição. *“Eu ficava mal quando acontecia alguma coisa, mas aprendi a me defender, essa vida bonitinha de família margarina eu nunca tive porque sempre fui pobre e pobre não tem essas coisas (risos), mesmo se você não é travesti. Refletindo, tempo desses, percebi que eu me acostumei a viver com violência desde a época em que morava com os meus pais, a violência da rua é outra, mas pra pagar meu pão e minhas contas, eu encarei. Nunca perdi a coragem, as meninas de casa me acolheram muito. Você vai aprendendo a pescar de acordo com a vara e a isca que a vida te dá...”*

Bianca passou os primeiros anos de sua saída de casa trabalhando para investir na transformação e construção de um corpo que, de acordo com ela, expressasse mais genuinamente a sua identidade de gênero. Para isso, precisava pagar sua permanência na pensão, comprar material de trabalho, e depois de alguns anos, também passou a ajudar na casa dos pais, com os quais somente após cerca de cinco anos após sua saída de casa, conseguiu reestabelecer contato. Foi também nessa época que, conforme conta, aprendeu as habilidades necessárias para trabalhar. *“Me chapei⁴⁰ muito pra poder aguentar a noite, e*

⁴⁰ Expressão utilizada para dizer que está sob efeito de drogas.

também misturei trabalho com romance, nossa, dava tanto problema, dou sempre a dica pras novinha não entrar nessa fria! Mas todas fazem isso, você vai fazer o quê? Você acha que os bofe batem na nossa porta pedindo pra nos conhecer melhor? Minha vida toda acontecia na noite... Trabalho, grana, romance, amigas, polícia, xingamento, tudo... Você vai ficando blindada, sabe?”

“Eu ganhei muito dinheiro, em uma época. Comecei a fazer uns programas fixos, eu era novinha e toda bonitinha, foi a melhor época. Fui pra Campinas, e comecei a trabalhar numa boate top, com a ajuda de uns contatinhos⁴¹. Tem gente ruim nesse mundo, mas tem gente que ajuda também, porque Deus tem piedade, né, amiga! (risos) Mas depois de umas situações aí, eu voltei, e foi aí que procurei minha mãe de novo, a gente só se falava por telefone.”

Bianca conta que ao voltar, encontrou muita dificuldade para retomar os circuitos de trabalho: *“Passei um tempo fora, quando voltei as novinha tinham tomado conta de tudo, arrumei muito problema, foi dureza. Fiz ponto em muitas esquinas, sem cobertura⁴², e numa dessas quase morri, olha é cada situação com cliente, que eu nem te conto, viu?”*

“Tinha um tempo que passava um pessoal da saúde⁴³, dava camisinha e várias orientações. Eu achava esse pessoal muito careta, imagina um bando de filhinho de papai vindo se meter na noite pra ensinar uma cartilha pra gente, eu hein. As amapô⁴⁴ eram tratadas muito diferente de nós, elas podiam ou não ter HIV, nós com certeza tínhamos, era esse o tratamento”.

No entanto, foi por meio de um programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que Bianca conheceu Dani, mulher transexual que acompanhava os agentes na rua. Dani foi a mediadora de Bianca no acesso aos espaços de militância. *“Comecei indo nas reuniões do fórum⁴⁵, e todo mundo falava que eu tinha uma veia pra militância, mas a verdade é que eu me sentia menos vulnerável me reunindo com elas, me sentia acolhida, não pelas mona, né, porque é um mundo de muita gente falsa, você sabe, mas pelas situações que todas nós vivemos, e pela vontade de sambar na cara dessa sociedade hipócrita. Eu nunca quis sair da prostituição, tanto que tô nela até hoje, mas acho que quem não quer ficar, tem que ter opção... Eu fui me identificando muito com tudo, e comecei a participar bastante. Claro que nos bastidores, nem tudo são flores, olha é cada situação... eu já dei cada bafô... (risos). Mas eu me empoderei no movimento! Isso posso dizer com certeza!”*

⁴¹ Expressão utilizada para referir-se a contatos construídos em contextos de paquera.

⁴² Expressão utilizada para referir-se a grupo de proteção, nesse caso, outras trabalhadoras da noite.

⁴³ Bianca refere-se aos agentes comunitários de saúde vinculado a programas de prevenção em DST/AIDS.

⁴⁴ Expressão utilizada para referir-se a mulheres cisgêneras.

⁴⁵ Espaço do movimento social.

Foi por meio dos espaços de militância, anos depois, portanto, que Bianca ficou sabendo dos debates para implantação de um Programa de transferência de renda, que possibilitava que ela e outras pessoas trans pudessem voltar a estudar, e pensar em outras possibilidades de trabalho que não somente a prostituição. *“Mona, eu enlouqueci, porque eu queria muito, mas ao mesmo tempo, tinha aula a noite, e complicava muito a minha vida, mas eu dei meu jeito e me formei na primeira turma.”*

“Eu nunca deixei de bater porta⁴⁶. Eu gosto de fazer pista, levo jeito (risos), e também, nunca apareceu nada melhor. No tempo que eu tava mais ativa na militância, apareceu muita coisa pra fazer, mas nada dava dinheiro suficiente pra se manter, e nada é muito seguro. Eu fui ficando cansada de reviver as coisas que eu vivia na escola, por exemplo... Olhares, risos, eu vivia desconfiada. Isso quando as coisas não eram explícitas, né. Pelo menos a rua é um mundo em que eu tenho um lugar de respeito, principalmente hoje, que as bicha me conhecem, tô ficando véia. (risos). As pessoas sabem que você é travesti, sabem que você faz pista, e pronto. É como se você dissesse: eu sei o meu lugar. Problema sempre tem, mas ele é mais difícil quando você tá tentando ocupar os lugares que são dos cis. Eu acho que a gente tem que entrar nesse debate e enfrentar, mas cansa muito”.

Em 2016 ganhou um curso de massoterapia de uma das empresas que estavam apoiando um dos eventos organizados pelo movimento trans paulista, realizado no fim de 2015. Bianca afirma ter sido desafiador: *“Eu era a única diferente naquele lugar, mas enfrentei, até fiz umas amigas (risos). Mas não sei se levo muito jeito, não posso mentir que não aproveitei o curso, eu trabalho com corpo, toque, então me deu um plus a mais, né. Mas pra ser massoterapeuta, não rolou, até porque, me diz quem vai querer uma trava massageando o seu corpinho?”.*

Família, Sociabilidades e afetos

A sociabilidade e os afetos variaram muito ao longo da história de vida de Bianca. Ela se identifica como uma pessoa *“reservada conforme a vida exigiu”*.

“Eu era dada, sabe. Na infância, era amorosa, mas fui crescendo, e me sentindo acuada em todos os lugares que fui passando na vida. Já ouvi que sou agressiva, mas não concordo. Engraçado que quando eu era menino, eu não era agressiva, mas depois que me assumi como travesti, fiquei. Aí dizem que travesti é violenta. Não é! A gente tem que

⁴⁶ Expressão que significa prostituir-se, fazer programa.

aprender a se defender, poucas pessoas são sinceras. Já fui chamada de lixo social por um ex peguete, e isso foi uma das coisas mais suaves que ouvi. Ninguém se torna uma pessoa confiante e confiável recebendo nove xingamentos diferentes a cada dez lugares que passa.”

“Descobri amigas mesmo quando eu tive as primeiras complicações por causa do silicone industrial. Passei por duas cirurgias, e na época entrei em contato com a minha mãe e com o meu irmão. Somente o João veio me ver e se mostrou preocupado. Entendo a minha mãe, coitada, imagina a situação com meu pai, com meu irmão mais velho que é uma pessoa bem complicada, e já dá bastante trabalho por causa de droga e tráfico. Já foi internado e até preso, mas eu é que sou a vergonha da família.

Referindo-se a uma das mulheres trans com a qual convive e diz confiar, conta que se inspira naquelas que buscam a arte como forma de lidar com as dificuldades de viver fora das normas binárias de gênero: *“Veja a Sol, ela é demais, ela canta, você vê que ela flui. Mais ou menos, mas flui. A gente tem que se refugiar em alguma coisa... Uma pena que a sociedade não valoriza, mas a arte salva muito.”*

Foi participando de um projeto da Secretaria de Ação Social de São Paulo que começou a pensar em possibilidades como a arte enquanto forma de “transformar o cotidiano”: *“Eu fiz oficina de stencil, de grafitti, dança de rua... e fiz amigos, mas o que me incomoda é que dificilmente consigo fazer amigos fora desse circuito de pessoas trans. Eu fico remoendo isso, porque ao mesmo tempo em que me sinto melhor nessa segregação, não acho justo termos que viver em guetos! Não é justo mesmo. Eu já vivi a raiva, a mágoa, o rancor... É impressionante como a sociedade te transforma numa pessoa amarga...”*

Durante o andamento da pesquisa, Bianca envolveu-se com um cliente: *“Você vê, eu tô com o Arthur, mas vivo desconfiada. Primeiro que traficante, alcoólatra, é complicado né... Ele já me roubou várias vezes, mas essa parte é comum em todos os romances. Ninguém quer a gente, mas o nosso corpinho e o dinheirinho que a gente levanta, eles querem. Pelo menos o Arthur cuida de mim e não tem vergonha de sair comigo, sabe! É difícil você tá com alguém que sequer segura na sua mão, você vê claramente que a pessoa tá com vergonha de você.”*

Bianca conheceu Arthur na noite e depois o reencontrou numa roda de amigas em comum: *“Eu já via ele sempre, sabia que ele gosta de namorar trava. Não tem medo, isso é uma qualidade, né, mas quando ele vem pra cima de mim, eu não deixo, desço o braço, porque eu sou uma lady, mas graças a Deus eu tenho a força de um macho (risos)”*.

Arthur tem duas filhas *“de quando levava uma vida heterozada”* que moram com as respectivas mães: *“Ele nem me apresenta às filhas, mas eu tento entender, ele não convive*

com elas, são adolescentes, e eu também não sei se quero me expor a esse tipo de situação. Imagina pras mães delas, quando souberem. Porque nessa vida é assim, o cara pode ser traficante, alcoólatra, assassino, ladrão, o que for, mas vergonha mesmo é explicar que sua mulher tem pinto no meio das pernas (risos).”

Diversos relatos e situações como as mencionadas acima demonstram que a violência parece fazer parte da vida de Bianca tanto na dimensão pública quanto na dimensão privada e de maneira naturalizada.

Em uma de nossas conversas, perguntei a quem ela recorria quando tinha algum problema. Após a explanação e a categorização sobre os possíveis tipos de ajuda, e para que tipo de pessoa, respectivamente, ela pediria determinado tipo de auxílio, chegou à conclusão que tinha poucos recursos afetivos e emocionais para lidar com as questões que envolvem o cotidiano: *“Pra questões práticas, aciono as mona mesmo, principalmente as do Fórum, elas já estão bem envolvidas em ajudar, e fortalecer essa rede de apoio, então questões mais burocráticas e legais, eu recorro a elas mesmo, mas as questões de apoio pessoal não, eu lido sozinha, no máximo, com o Arthur, e olhe lá, porque ele é bom como homem, mas não é um bom amigo”*.

Atualmente, Bianca mantém pouco contato com a família e diz ter construído sua rede de apoio na rua. *“Sempre na rua, mona! Você não tem noção de como a rua também pode ser generosa, tem muita gente ruim, mas tem gente que tem o coração tocado mesmo, te ajuda, vê verdade em você. Eu posso contar mil histórias de gente legal que eu conheci na rua, mas também de muita gente que quase me fez passar pro plano superior (risos). De verdade, eu não ligo muito pra essa coisa de ter amigos, ter família, se as pessoas vão te ajudar. Aos 31 anos de idade, marcas de facada, infinitas entradas no hospital depois de brigas, a gente não se importa muito com isso que no mundo de vocês se chama ajuda, a nossa ajuda é outra, vem de outro jeito, nos fortalecendo, gente que mostra pra gente que a gente pode ir, que vem pra briga com a gente... esse negócio do abraçinho... eu senti muita falta durante muito tempo, até tive depressão por causa disso, te falei? Mas depois eu entendi que isso daí é coisa de gente que anda na norma, que anda na linha. Eu não tive essa opção, a vida, Deus não me deu essa opção, e quando a gente não tem opção, o mundo não quer saber, só quer que você morra. Se as leis funcionassem, e as pessoas pelo menos respeitassem, eu já estaria mais satisfeita, e as relações poderiam fluir melhor, mas não, a gente tem que tá sempre brigando, travesti, trans, é tudo as briguenta dos lugares... porque será?”*

“A gente luta pra não ser segregada, mas sempre lembrando que apoio mesmo, a gente só consegue ter de quem vive o que a gente vive. Vem uma pessoa bacana ou outra, uns com interesses acadêmicos, outros com interesses políticos, ajudam pontualmente e vão embora. Também é válido, mas estamos cansadas de migalhas, sabe?”

Projetos de vida e expectativas de futuro

Sentadas num famoso café em um terminal rodoviário de São Paulo, Bianca diz: *“Qual a expectativa de uma travesti na minha idade? Morrer né, bicha! Nessa idade, a consciência manda você já ir se preparando pra morrer. Se não for de HIV, de tiro, de facada. Eu tô até durando muito, já vi muitas amigas morrerem, inclusive, sendo enterradas como homens, um fracasso isso!”*

Bianca também aponta que o fato de se sentir pertencente a um dado grupo social, e envolvida na luta pelo reconhecimento de sua cidadania desperta nela a sensação de estar empoderada: *“Bicha, sozinha nesse mundo é difícil né, mas depois que eu me vi perto de pessoas que entendem de direitos, isso me fez ficar forte pra lutar. Eu posso até morrer, mas morro lutando. Aquela Bianca lá da escola ficou na escola, não quero ser ela nunca mais na minha vida! Brigo onde for, estudo, sei dos meus direitos, e isso me faz querer buscar mais coisas na minha vida, porque parece que eu tenho outra opção além de esperar a morte chegar, né? (risos) Mas eu também não sou retardada, sei que logo alguém me mata. Mas também se eu tiver que morrer logo, como toda trans, tá bom, né? Participei de vários espaços que me ajudaram, e também me ajudaram a ajudar outras meninas. Vivi muito do que eu quis, e também do que eu não quis, mas vivi. Continuo sonhando...”* E continua: *“Gostaria muito de morar com o Arthur num lugar legal, ter nosso cantinho, poder ir trabalhar e chegar de noite contando do dia, ouvir do dia dele. Mas também já entendi que parte desses sonhos vem da vontade de viver como Manoel Carlos⁴⁷ descreveria (risos). Eu tenho consciência que não é só o fato de eu ser travesti que me limita, é todo o universo que eu vivo exatamente por ser travesti. Eu nunca tive, por exemplo, um namorado convencional...”*

Sempre bandido, sempre drogado, sempre procurado. Já tive namorado que foi apagado na minha frente por causa de droga. Eu não sonho mais com uma vida dessas de novela, dessas que as meninas cis que puderam ter uma família legal, e estudar, e depois

⁴⁷ Famoso autor brasileiro de novelas transmitidas em horário nobre

trabalhar tiveram. Mas eu queria poder ter um trabalho em que eu não sofresse tanto preconceito. Eu gosto do que eu faço, mas eu tenho consciência que não busco outra coisa, porque apesar de ser forte e dizer pra mim mesma isso todos os dias, eu também tenho as minhas limitações, sofro, muitas coisas são muito pesadas pra mim, então fico naquilo que já sei que consigo de boa, e até gosto, que é a noite. Mas eu me preocupo, sabe, porque se eu não morrer logo dessas coisas que todas morrem, não vou ter condições de viver. A gente envelhece e o corpo não é mais o mesmo, e pra quem vive do corpo, preocupa. Também não vejo nossa sociedade podendo dar conta de nós, e principalmente no momento político que a gente tá... tudo tá desmoronando.”

Programas como o Transcidadania, segundo Bianca, foram determinantes no que diz respeito a explorar novas potencialidades e instrumentalização para novas possibilidades da vida cotidiana: *“Veja, no trabalho, eu não fluí, mas mexeu com a minha cabeça, sabe, com a minha autoestima, com tudo que me deixava pra baixo. Eu me senti mais forte. Foi um conjunto de coisas: o fórum, o programa, as pessoas, e com isso, o reconhecimento de que eu existo... Tinha dias até que eu não lembrava o quanto é duro ser quem eu sou... Eu sei que tinha uma bolha ali, né, mas a gente pode fazer do mundo uma bolha só... será? (risos).*

Em uma de nossas conversas, Bianca menciona brevemente ter trabalhado durante menos de quatro meses como empacotadora de supermercado: *“Essa é uma história que eu nem gosto de contar, mas que vai te ajudar a entender os meus projetos de vida... Eu já comecei a ser maltratada na entrevista, mas queria provar pra mim mesma e pra várias pessoas que eu poderia viver fora da prostituição. Nessa época, eu vivia com uma ideia na cabeça e que se eu não fosse prostituta, minha família me aceitaria melhor, e as coisas seriam menos difíceis, então me submeti ao que hoje eu percebi que foram várias violências, começando pela entrevista, em que foram irônicos e arrogantes comigo, mesmo assim, fiquei e passei, acho que entrei pelas cotas. (risos) Lá, precisava usar crachá com o meu nome de batismo, vivi situações horríveis no banheiro, um dia podia usar o feminino e no outro não, não podia usar maquiagem, nem nada que demonstrasse que sou travesti. Eu fiquei completamente exposta e humilhada, acho que quatro meses ainda foi muito tempo lá. Eu não conto dessa parte da minha vida, porque na verdade, eu queria esquecer. Aos poucos fui voltando pra rua, e reconstruindo a minha dignidade comigo mesma, engraçado né? Queria sair da rua pra me sentir mais digna, e depois só a volta pra rua é que me faria me sentir bem comigo de novo, era uma questão de honra. No meu mundo imaginário da novela do Manoel Carlos, eu gostaria de ter uma vida mais normal, ou menos diferente... não sei bem... Mas no fundo, sei que o meu lugar é o de luta, é o de brigar pra ser*

reconhecida como cidadã vivendo da maneira como for melhor pra mim. Então hoje tenho me aproximado do movimento de prostitutas do Brasil, e tem feito mais sentido pra mim me manter vivendo o que eu vivo e ser feliz dessa maneira, lutando pra que isso não seja o fim do mundo nem pra minha vida, nem pra das meninas que querem viver dessa forma. Essas coisas mexem com os projetos de vida da gente, fica uma briga dentro de você entre o que você sonha, o que você pode buscar dentro da realidade. Eu queria muitas coisas, mas o que busco mesmo hoje é poder viver sem esses olhares constrangedores e humilhantes. Nem eu, nem minhas irmãs. A luta é o meu projeto de vida hoje...”

3.2 Marcela

Marcela se identifica como mulher transexual, tem 29 anos e afirma ser uma trans diferenciada: *“Tive infinitos privilégios, mas o mais importante deles é ter tido uma família maravilhosa, que sempre me entendeu e me apoiou”*.

Casada com Paulo há cerca de cinco anos, Marcela trabalha como contadora na sede de um plano de saúde na cidade de São Paulo, é formada em ciências contábeis e em economia, fala inglês e espanhol, faz jazz às quintas-feiras e encontra prazer em *“estar com a família, e cuidar dos cachorros”*.

“Parece que eu tenho uma vida meio elitizada, né? Mas não é! Claro, eu nunca sofri algumas formas de preconceito que vejo minhas irmãs sofrendo, mas, com certeza sofro outras. O preconceito está em todo o lugar, mas com apoio você vai ressignificando. Gostaria que todas tivessem tido os amparos e apoio que eu tive. Hoje me sinto forte, mas sei que essa força não nasceu comigo, veio da rede consistente e sólida que tive e tenho na vida, e que me possibilitou fazer a minha transformação da forma menos danosa possível.”

Infância e adolescência

Marcela é a filha mais nova de uma família com três irmãos: Tiago, mais velho (36 anos) e Joana (33 anos). Seus pais, fazem parte da chamada classe média paulista. Tendo uma mãe médica e um pai advogado, teve acesso à boas escolas, atividades de lazer, viagens, entre outras.

Marcela aponta a escola como a ambiente mais marcante de sua infância no que diz respeito às vivências relacionadas ao gênero: *“Eu era um viadinho, essa é a verdade. Sempre fui uma criança sensível, sempre com aspectos que remetiam a uma feminilidade. Claro que eu não entendia, mas convenhamos, a escola é o lugar em que as crianças aprendem muitas coisas, inclusive a serem maldosas. Se você ainda não tem idade pra isso, não se preocupe, sempre tem um coleguinha da turma, mais velho que você, pra te ensinar da pior maneira sobre essas coisas.”*

De acordo com seus relatos, a relação que se estabelecia entre a forma com que seu gênero era performatizado no ambiente escolar e os processos de exclusão, se estendia para os mais diversos espaços em que transitava: *“Aquela afirmação que o Queer⁴⁸ remete pra mim é muito verdadeira, você nem sabe o que é viadinho, mas você sabe que é algo muito ruim porque as pessoas se utilizam desse termo pra te fazer sentir humilhado, excluído, então de fato, você não sabe o que é, mas também não quer ser aquilo.”*

Conta que as situações na escola a faziam sentir vergonha de si, ao mesmo tempo em que não havia uma compreensão clara sobre os motivos que a faziam sofrer certos tipos de agressões, que a princípio eram predominantemente verbais, mas que ao longo do tempo alcançaram outras dimensões, especialmente a física.

“Um dia o Tiago foi tirar satisfação com um menino da sala dele e eu entrei em pânico, porque eu não sabia se ele sabia porque eu apanhava, mas preferia apanhar do que ele saber, e o mais engraçado era que nem eu claramente sabia o motivo de tudo aquilo. Eu só tentava ser cada vez mais macho, mas não tinha jeito. Quando meus pais descobriram o que acontecia comigo na escola, me tiraram de lá, e dali pra frente, a cada ano eu mudava de escola, algumas vezes até mais de uma vez por ano.”

“Sinto que meus pais não lidavam bem com aquilo, mas também era como se não soubessem bem o que fazer. A realidade é que hoje eu percebo que se, na época, eles enfrentassem isso, também teriam que enfrentar aceitar que tinham um filho feminino (faz sinal de aspas), então eles iam me tirando e abafando até deles mesmos.”

Marcela aponta que por volta dos 10 anos de idade começou a compreender que não vivia uma sexualidade/identidade de gênero tida como normativa: *“Eu não sei dizer ao certo o que aconteceu, nem se teve algum episódio específico que desencadeou isso, mas por volta dos meus 10 anos eu comecei a ficar mais à vontade com o meu corpo e as características que me faziam olhar pra mim e me sentir uma pessoa diferente. Eu era delicadinha, sabe,*

⁴⁸ Marcela tem forte filiação à Teoria Queer. Ao longo de vários dos nossos encontros, ela o mencionava como forma de referenciar aquilo que me contava.

gostava de fazer as coisas mais calmamente, era amorosa, não gostava de agitação... Isso tudo só não era legal no universo das crianças, mas do adultos era tranquilo, sabe? Eu fui crescendo entre adultos, achando a escola um terror, mas eu levava, cada ano uma batalha nova, um recomeço, mas eu consegui ir crescendo forte...”

Um marco na sua infância, segundo Marcela, se deu quando seus pais o apresentaram um casal de amigos gays numa tentativa de tentar fazê-lo sentir-se menos diferente. Para ela, esse foi um dos inúmeros momentos em que os pais a acolheram, ainda que o entendessem, no máximo, como um menino que no futuro viveria uma possível homossexualidade.

“Cresci achando que era gay. Tive namoradinhos nos ensino médio, tudo muito velado entre os conhecidos, porque meus pais aceitavam que eu poderia ser gay, me apoiavam, mas ainda eram meus pais, né amiga, e se tem um tipo de gente no mundo que é careta, são os pais com os filhos (risos)”.

Marcela entrou na sua primeira faculdade aos 17 anos, no curso de ciências contábeis, numa universidade pública do estado de São Paulo: *“Nessa época, a universidade era um espaço de muitos debates. Não que agora não seja, mas dá pra ver que estão num movimento de tentar silenciar as pessoas. Na minha época, fazíamos debates sobre gênero, sexualidade, raça, classe, sobre pobreza, políticas sociais... tudo muito tímido, ainda ligado a um marxismo... Eu aprendi mais fora da sala de aula do que dentro dela... E sempre tava enrolada com alguém dos centros acadêmicos (risos). Comecei a ir em festas, a me montar... Era uma liberdade absurda que eu sentia em ser quem eu era, experimentar... E aí, fui entendendo que boa parte dos meus mal estar tinha a ver com o meu gênero e não com a minha sexualidade.”*

As montagens, que até então ocorriam somente em festas, começaram a ser mais frequentes, e tinham total apoio de Daniel, seu namorado na época: *“Eu comecei montando um ‘estilo’, talvez nem pra mim mesma, tirando a parte descolada de ter um ‘estilo’, era tranquilo me aceitar como mulher. Por dentro eu tinha muito bem estar, mas por fora, filha, eu tremia de medo da possibilidade de me apresentar pro mundo assim. O Daniel foi me encorajando, ele sacou tudo bem antes de mim... Me deixava a vontade e incentivava muito a minha feminilidade, isso fez eu me sentir muito segura...”*

Marcela conta, portanto, que até o segundo ano da faculdade já se vestia de maneira bem feminina, e começou a fazer terapia: *“Ainda me apresentava como homem, mas já me entendia como mulher. Não eram só as roupas, o cabelo, o interesse por maquiagem... As pessoas acham que somos só um corpo, mas o que acontece, é que é no corpo onde é possível*

visualizar o gênero, mas tudo acontece muito do lado de dentro, da maneira como você se sente no mundo sabe... A maioria dos meus amigos já me tratavam no feminino, mas ainda tinha a ver com um estilo, quase uma brincadeira... Só eu sabia dos conflitos que eu vivia pra poder encontrar a melhor maneira de construir isso..."

Após quase dois anos, seu relacionamento com Daniel acabou, e com isso, muito da sua segurança com relação à sua identidade de gênero se desestabilizaram: "Fiquei mal num tanto que minha mãe resolveu me incentivar a fazer terapia... foi a melhor coisa que eu fiz... a princípio, o objetivo era lidar com o fim do relacionamento, mas depois... entendendo o peso que o Daniel tinha na minha construção como mulher, entendi que o luto que eu vivia era outro... a terapia me ajudou muito! Inclusive, a tomar uma decisão: Eu escolhi continuar me utilizando da minha 'homossexualidade' pra poder extravasar um pouco da minha feminilidade, sem me apresentar como mulher... isso teve um peso grande no início, me senti covarde, mas depois entendi que era o que eu tinha condição de fazer naquele momento. Eu precisava, pra me assumir de vez como mulher, e viver aquilo que é quem eu realmente sou, de muito mais do que pais legais, eu precisava estar forte, eu já tinha consciência que meus pais não enfrentariam tudo comigo, e era muito mimo achar que os teria pro resto da vida... a terapia me ajudou muito nesse tempo... tanto a lidar com o sofrimento de se esconder, como pra ir elaborando a melhor maneira de ir tirando a Marcela do armário... E ela queria sair totalmente montada e cheia de purpurina... (risos)"

"Tem muitas meninas que sofrem bastante porque se sentem presas no corpo... Eu demorei a entender isso, e quando entendi, já tinha uma maturidade e planos pra construir os recursos necessários pra viver... o que tive que ter foi paciência, me escondi por bastante tempo atrás da homossexualidade... isso pras pessoas justificava aquela feminilidade, que eu controlava onde podia ficar de bom ou onde tinha que me compor um pouco mais... a faculdade era um lugar onde eu podia ser eu, isso amenizava um pouco o peso de me esconder no dia-a-dia."

Formação profissional, trabalho e construção identitária

"Durante os anos de terapia, tomei uma decisão: Só ia me assumir depois que eu terminasse o meu curso, e estivesse trabalhando... e apesar da ansiedade, eu também tinha muito medo, então terminei a faculdade, fiz um estágio num escritório de conhecidos do meu pai, e com isso fui ganhando confiança, estabilidade... mais uma vez, ter uma família que te entende, apoia e incentiva é fundamental. Meus pais nunca me permitiram sentir mal

comigo por causa do meu gênero. Minha mãe sofreu bastante, eu sei, mas no silêncio dela, e na minha frente, sempre me apoiou, assim como meus irmãos e meu pai... acho que por isso eu me permitia sentir um certo medo, apesar de reconhecer a minha coragem..."

Após o estágio no escritório, foi imediatamente contratada, e sentindo-se cada vez mais fortalecida, Marcela começou a ir deixando mais explícita a sua identidade de gênero: *"Comecei a me arrumar mais pra ir trabalhar, a usar roupas cada vez mais marcadas no corpo... eu me libertei, e sei também que o meu lugar naquele escritório e perante o meu chefe, era um lugar muito confortável... Imagina se eu trabalhasse como secretária (na época secretário, né? – risos) no mesmo escritório? Eu não teria peitado tudo como peitei. Via os olhares tortos, os risinhos, mas a verdade é que na minha frente, todo mundo me respeitava muito".* Em outro momento conta sobre as estratégias que utilizou para se sentir mais segura durante o processo de ir explicitando a sua identidade de gênero: *"Eu tive também que ser muito competente, amiga. Eu fazia mil cursos aqui e fora, ia em eventos, fiz pós-graduação... Eu era a contadora dos sonhos (risos), as pessoas me respeitavam muito... Eu sabia que não iam me respeitar pelo meu gênero, então eu tinha que conquistar um respeito pela via profissional mesmo."*

Aos 24 anos Marcela já tinha uma pós-graduação e a decisão de que ia começar a procurar os recursos médicos para viver sua transição: *"Parecia loucura: ao mesmo tempo em que era uma boa estratégia ter um respeito profissional pra poder viver minha transição, eu tinha inveja das histórias que escutava sobre as novinhas, de 15, 16 anos que já viviam como mulher desde essa idade... comecei a entrar em pânico de poder perder todo o respeito que construí, entrei em depressão, quase perdi o emprego... vivi a depressão em silêncio, me isolando, com medo de preocupar ainda mais a minha família... Nessa época, só a Joana sabia o que estava acontecendo, e me cuidou muito, me ajudou, me tirava de casa... Foi nessa época que eu conheci o Paulo, meu marido, mais um ponto de fortalecimento"*.

Paulo foi essencial, segundo Marcela, no seu processo de transição: *"Me ajudou a voltar pra terapia, a cuidar da depressão, a voltar a trabalhar inclusive em projetos profissionais antigos, a me reencantar com a possibilidade de ser feliz, me ajudou a ser mais confiante, e me deu a segurança de um amor tranquilo... isso faz a gente ter coragem pra virar o mundo do avesso (risos)..."*.

Ator pornô gay, Paulo também enfrentou situações de preconceito mediante o contexto de Marcela, o que envolveu diversas crises familiares, *"amenizadas com o tempo"*, segundo ela.

“Ele sempre foi muito liberto, me apresentou muitas pessoas com histórias semelhantes à minha nessa coisa toda de gênero... gente com vidas e histórias que eu nunca tinha imaginado, que enfrentou tanta coisa... isso também me fortaleceu muito...

com isso fui pegando referências de médicos, comecei a frequentar lugares que me faziam sentir menos anormal, sei que eram guetos, mas às vezes a gente precisa de guetos mesmo, precisa se sentir igual num mundo que faz a gente ver o tempo inteiro o quanto é diferente e se sentir mal com isso...

Aos 26 anos começou o seu processo hormonioterápico, e paralelo a isso, buscou apoio de advogados na retificação do nome de registro, ainda antes da decisão recente do Supremo Tribunal Federal sobre tal questão.

“Eu achei que a hora que terminasse tudo, eu ia querer mudar de país, ia querer recomeçar do zero em algum lugar bem distante de onde sabiam a minha identidade de antes de tudo isso, mas Késia, eu tive tanto apoio, tanto amor, tanta compreensão, que não foi preciso. Claro, tive problemas com clientes, passei vários constrangimentos, problemas até com pessoas menos próximas da minha família... Mas eu me senti pronta pra enfrentar, não era justo largar tudo porque as pessoas não aceitam a MINHA vida. Digo MINHA mesmo, bem marcado, porque é minha, não é de mais ninguém. Foi difícil, por exemplo, sentar numa mesa com a minha vó, mas ao mesmo tempo, ela já vinha vendo que eu não era um menino muito comum, e apesar de todos os cuidados dos meus pais com ela, todo mundo foi construindo essa identidade junto comigo, inclusive ela... Hoje ela me chama pelo nome feminino e tudo. Não foi fácil, com os caretas nunca é fácil, mas se você tá forte, se você tem apoio, se você tem amor, fica um pouco menos difícil enfrentar. Minha casa sempre foi realmente o meu abrigo... cruel mesmo é o mundo lá fora...”

Marcela resolveu prestar vestibular pra uma faculdade particular da cidade de São Paulo. Em dezembro de 2018 concluiu o curso de ciências econômicas, e conta um pouco da experiência de ter feito um curso já com o nome retificado no registro: *“As pessoas desconfiavam, e eu não escondi. No começo evitava muita conversa, ali me sentia desprotegida, mas aos poucos foi fluindo. Eu não precisei falar, tava meio dado, eu nunca fui passável, miga (risos). Queria ser mais delicadinha, pequena, mas a natureza não deixou (risos)... Claro, enfrentei preconceito, mas sobrevivi, fiquei mais forte...”* Sobre preconceito, ainda na mesma conversa: *“Não importa o quanto a instituição diga que é sem preconceito, e se posicione dessa forma, sempre vai ter aquele risinho, aquele olhar intimidador, sempre vai ter, e eles fingem que não veem...”*

Isso nas hipóteses mais remotas, porque olha, depois de ter vivido tudo isso, eu ainda tive que viver pra ver banheiro da porta da faculdade pichado com ofensas à minha pessoa... eu vi professor me tratar diferente, eu vi pessoas da secretaria fazendo pouco caso de demandas minhas... Mas a estratégia sempre foi ser a melhor. Se as pessoas não te respeitam pelo ser humano que você é, vão ter que te respeitar pelo que você representa no contexto daquele lugar... Eu era boa aluna, responsável, eu não deixava uma brecha pra nada... Também era a minha forma de não contar com a generosidade humana pra ser bem tratada, porque né, não dá!”

Durante uma de nossas conversas, Marcela deixa clara a sua posição quanto à prostituição, vivência comum à boa parte das travestis e transexuais no Brasil: *“Pode me chamar de careta, mas eu não me misturo muito com essas meninas que vivem a prostituição. Eu sei que não é fácil construir uma vida fora disso quando não se tem o apoio que eu tive... Sabe, eu tenho consciência também que a situação econômica da minha família dá um diferencial grande na minha história, mas eu não consigo me sentir bem com essa ideia de vender o corpo, tinha que ter mais políticas públicas pra que essa não seja a única opção delas... também é difícil pra minha cabeça digerir quando eu escuto algumas histórias em que elas defendem o direito à se prostituir... quem quer se prostituir, amiga? Por vontade própria? Tem muita promiscuidade aí, sabe, eu não sei lidar, e ainda bem que não preciso... Não gosto dessa ideia de defender prostituição como um trabalho legalizado, não acho que temos que vincular nossa imagem a isso, por isso pra mim é tão difícil me envolver com esse pessoal de movimento social, eles defendem umas coisas que eu não consigo entender, só deixa ainda mais negativa a nossa imagem, ao invés de defender que tenhamos emprego, querem que a sociedade aceite bem que prostituição é trabalho, não consigo entender, isso só coloca a gente ainda mais no buraco...”*

Projetos de vida

“Querida, depois da prótese de silicone nos peitos e na bunda, do preenchimento labial e da minha amiga salvadora espirolactona⁴⁹, eu não quero mais nada dessa vida, tá? (risos)”

Marcela afirma que seus projetos de vida até poucos anos atrás diziam respeito ao seu processo de transformação corporal. Marcela realizou o seu processo de transformação

⁴⁹ Remédio comumente utilizado nas terapias hormonais

corporal a partir da sua identidade de gênero de maneira tardia, se comparada a outras gerações de travestis, e com isso conseguiu construir, anterior a esse processo, uma estrutura de vida que a fez sentir-se amparada quanto aos enfrentamentos decorrentes de uma vida fora da norma.

“Tenho sugerido lá na empresa em que eu trabalho, que possamos oferecer palestras e oficinas para o quadro de funcionários, para lidar melhor com essas questões de diversidade tanto de gênero quanto de sexualidade... Tenho feito muitas leituras, inclusive de teóricas da área (...) venho pensando sobre fazer um mestrado, um doutorado nessa área... não sei bem, mas penso que a minha vida pode ser um exemplo de uma trans que deu certo, e imagina se eu consigo chegar numa universidade como professora, como aquela lá do Ceará, a Luma Andrade, conhece? Ela tombou tudo, quebrou paradigmas, sou muito fã, até tenho ela no Facebook”.

“Eu sou muito feliz... Claro que fico muito sentida e com medo com o tanto de notícias que vejo de travestis e transexuais assassinadas, violentadas... Mas também penso que tem a ver com os ambientes pouco protegidos que elas frequentam, e muita falta de estrutura familiar, de uma sociedade que acolha melhor as diferenças... Eu quero, aos poucos, me preparar pra trabalhar com isso, criar novas possibilidades para pessoas como eu, de repente oferecer cursos, criar novo espaços... enfim, criar uma visibilidade positiva, desvinculada dessa ideia de promiscuidade, porque isso atrapalha muito...”

Marcela também conta que pensa em adotar crianças: *“Eu ainda não fiz porque vai ser um grande desgaste, imagina, eu trans, meu companheiro ator pornô, vai ser difícil né? (risos) Por enquanto estou me contentando com os meus sobrinhos e cachorros (risos). Meu pai fala pra eu parar com isso, fala que me apoia na minha vida, mas daí a ter crianças já é demais... imagina... eu nem discuto, porque não é a hora mesmo, mas quando essa hora chegar, não vai ter quem me segure... quero muito ser mãe, levar meu filho na escola, criar, ensinar a ter amor por todo mundo...”*

Segundo Marcela, esse também é o objetivo de seu companheiro, mas que este, segundo ela, tem uma família “complicada”, e que seria muito problemático pra eles aceitarem que Paulo criaria uma criança com uma mulher trans... *“Eles diriam que aí já seria demais”.*

A ideia, segundo ela, seria adotar uma criança maior: *“Tem tanta criança mais velha sem família, quem sabe se desse certo, de pegarmos um garotinho de uns 8, 9 anos? Mas enfim, isso é coisa pra mais pra frente, agora tenho muita coisa pra viver, pra enfrentar...Meu maior projeto de vida é viver, e feliz!”*

3.3 Talita

Talita se identifica como transexual, tem 19 anos e mora numa cidade do interior paulista. Desde os 15 faz pista num bairro de classe média, mora com a mãe e mais quatro irmãos mais novos e nutre diariamente o sentimento de ir pra Europa “*viver a vida com um pouco mais de finesse, e menos agonia*”.

Conta com indignação, durante uma de nossas conversas, sobre o episódio que a levou para páginas policiais de um famoso jornal da cidade em que mora: “*Meu, eu tô lá na rua ganhando meu pão, não tô enchendo o saco de ninguém, e se você quer saber, tem noite que não para cliente, volto pra casa morta, mas o boy vem cheio de graça, vem atrás do meu serviço e não paga... Muitos e muitos já fizeram isso, minha filha, e eu já apanhei muito por cobrar dinheiro que é meu direito, e ainda saio de errada...*”. Na notícia, Talita aparece como agressora, embora tenha sido esfaqueada e quase morta. O homem, no entanto, se afirma um pai de família, e argumenta que foi agredido “por um traveco” enquanto passava por uma rua da cidade durante a madrugada.

“*Eu já apanhei muito nessa vida. Se você me perguntar o que eu mais vivo como trans, eu vou te dizer que é violência! Violência! Violência! Violência!!! Dentro da minha casa era assim, fora de casa piorou... É uma luta! Chega uma hora na vida que apanhar é normal, gritar é normal... Eu não me conheço fora disso, da desconfiança, dos maltratos... Se eu for viver chorando por causa disso, não vivo mais, minha querida....*”

Infância e adolescência

Talita nasceu no ano 2000. A primeira de uma família de quatro irmãos, composta por ela, sua mãe Maria (36 anos), e seus irmãos Amanda (17), Caio (13) e Luisa (6). Seu pai faleceu há pouco mais de dez anos de cirrose hepática, e desde então, segundo ela, muita coisa mudou.

Talita nasceu numa cidade do interior da Paraíba chamada Cabedelo. Lá viveu durante os seus oito primeiros anos de vida, quando sua mãe, após o falecimento de seu pai, resolveu mudar-se para uma cidade de interior no Sudeste do país, onde mora atualmente. Com o suporte de uma prima, sua mãe alugou uma casa num bairro de região periférica, e

foi trabalhar como empregada doméstica numa casa de família, também por indicação da mesma.

“Quando eu morava lá em Cabedelo, eu já não gostava de uma pá de coisas... Eu sempre me senti diferente, mas errada, sabe? Eu vivia me culpando, você não é ensinado a gostar de outras coisas, a ser de outro jeito... E eu via que minha mãe no fundo percebia, eu tinha vergonha, mas eu nem sabia o que era essa diferença minha...”. Talita comenta lembrando episódios fragmentados de sua infância na região Nordeste do país. Retoma em diversos momentos de nossas conversas o quanto desde pequena o nome a incomodava. Um dia perguntei o que ela sentia quando era chamada pelo nome de batismo, ao que ela me respondeu: *“Vergonha! Raiva, eu sentia tanta revolta, eu odiava...”*.

O nome, as vestimentas, as práticas: diversos eram os elementos do cotidiano que representavam o que Talita nomeia como “incômodos” durante a sua infância. Lembrando alguns episódios, conta: *“A minha mãe me levava direto no postinho, né...”*

Perdia dia de serviço e tudo mais... Mas eu via o cuidado dela na hora de ficar comigo, só que daí ela reclamava com tudo, o jeito que eu sentava, a minha curiosidade com as coisas, eu via que ela ficava de olho em qualquer movimento meu pra me corrigir...

Não podia nada, falar alto, rir alto, conversar com as pessoas, nada... Aí um dia eu nem me lembro porquê, mas eu fiz um show lá na sala de espera, um show bem grande mesmo, e ela me encheu de porrada, dizendo pra eu aguentar que nem macho... Naquele dia me deu tanta raiva de ter nascido menino...

Ela ressalta em muitos momentos o quanto a estrutura econômica precária de sua família também contribuiu para o aspecto negativo de algumas experiências vivenciadas: *“Ser travesti tem muito a ver com ser pobre. Você não vê travesti rica, aliás, só na televisão né, a menina da novela, a Pablo Vittar... tem aquela também dos bons drink... Mas na vida real, travesti é babado, confusão, gritaria, e pobreza... eu me descobri travesti na pobreza, na favela, e isso pesa muito, você não rouba a bolsa da sua mãe como eu já vi várias travesti rica contando por aí: _eu roubava o cartão da minha mãe, e não sei o quê...’, você arruma dinheiro de outro jeito, e aí você adentra em outros mundos, mas isso não é só história de travesti, é história de moleque pobre da favela...”*

Talita conta que foi na rua que começou a ir compreendendo um pouco sobre as diferenças enunciadas sobre sua possível identidade de gênero: *“Eu nunca pareci menino, minha mãe nunca disse nada, mas ela viu tudo o tempo todo, só que ela nunca me disse nadinha, nadinha. Quando eu era um moleque, com uns 12 anos, eu comecei a andar com uns moleques de onde eu moro, já aqui em SP, e eles eram um pouco mais velhos que eu, e*

aí eu fui conhecendo a vida, o meu corpo, eu vi que algumas coisas não são anormais... (...) e as coisas foram acontecendo sem ninguém dizer nada, logo eu já estava me montando, passando dias fora, fazendo esquina⁵⁰, minha vida sempre foi na rua. Não teve uma hora que eu vi e falei, pronto, entendi, sou menina... Eu sempre fui, mas o tempo foi fazendo eu ir entendendo e lidando, as pessoas também foram aparecendo na minha vida, me ensinando, eu fui buscando... Eu não me lembro de como era antes de eu já gostar de mim mais feminina, eu acho que apaguei um pouco da memória, porque nem era eu, aquilo, na verdade.”. E continua: “Os meninos que eu levava em casa, ninguém nunca destratou, mas minha mãe não gostava. Eu também não gostava de levar eles, porque tinha aquela coisa, viado, tudo bem, mas mulherzinha aí já é demais, sabe? E eu sempre andei com as pessoas diferentes, era o que me sobrava né, amiga!”

A mudança para o Sudeste do país também apresentou para Talita o universo das drogas e dos pequenos furtos, o que segundo ela também parece ter sido um motivo para que sua mãe “relevasse” algumas coisas: *“Minha mãe não gostava, mas eu acho que ela preferia eu em casa do que na rua né? Ela percebia tudo, eu evitava que ela visse mais do que o necessário, mas ela via muita coisa...”*

Talita deixou a escola ainda durante o ensino médio, e o estopim foi uma briga com o diretor. De acordo com ela, houve um episódio de furto na escola, do qual ela foi acusada: *“Eu não fiz nada, não peguei nada de ninguém, mas você sabe como é né, você pode ser como for, se for preta e gay, ou travesti, você vira culpada de tudo. E ainda do Nordeste, pronto... Eu já roubei umas coisas sim, não vou mentir, mas foi outra situação, essa blusa aí não roubei não, e eu tive que brigar muito e ninguém acreditou em mim, aí não quis mais voltar. Eu também nunca acreditei nesse papo de que educação muda tudo, salva uma pessoa... Eu não... Pode ser que no mundo das outras pessoas mude, no meu, nunca mudou... Aí eu deixei pra lá... Eu acho que vale a pena fazer um curso de alguma coisa, sei lá, mas escola mesmo, pra daí entrar numa faculdade? É tortura demais... Porque não é só aprender essas coisas chatas, é as pessoas, a escola, umas regras nada a ver... Se você é como todo mundo, beleza, mas se você não é, você sofre muito...”*

A saída da escola marca uma fase muito importante da vida de Talita, especialmente no que diz respeito ao seu processo de constituição identitária no que tange à expressão de gênero, e sobre isso, ela conta: *“Eu não tinha noção do quanto a escola era a minha prisão. Eu aprendi a desconfiar, a achar que todo mundo é um agressor e que vai se mostrar a*

⁵⁰ Prostituição

qualquer momento... pessoas que pareciam ser minhas amigas depois eu via que tinha algo errado... algumas pessoas paravam de falar comigo do nada... fora algumas pessoas que me olhavam de um jeito diferente, pro meu corpo, me desrespeitavam muito... Hoje eu entendo isso, mas na época era confuso, você não sabe bem como reagir, não entende o sentimento, você às vezes perde a noção de limites, de qualquer coisa. (...) Eu sei que depois que eu sai de lá, parece que eu me libertei, cá pra nós (risos), eu falei 'ah, agora eu vou ser eu'... Parece que ligou um botão, porque eu fluí sabe, tive uma briga ou outra em casa, fazia a ofendida e pronto, mudava o assunto... Eu passava muitos dias fora de casa, mesmo sendo nova... (...) Eu tive digamos, uma vida dupla, mas mais ou menos, né, porque minha mãe e até minha irmã sabiam no fundo como eu era... Só que no começo, eu acho que elas pensavam que eu era um gay muito feminino... A história de ser trans veio com o nome, foi assim, eu estava consciente de que eu era uma mulher mesmo tendo nascido um homem, eu já tava entendendo melhor isso, tava mais bem resolvida, mas em casa mesmo, mesmo eu vestindo várias roupas que eram de mulher, usando maquiagem, mesmo assim elas achavam que eu era um homem feminino, aí numa brincadeira que eu nem me lembro como foi, eu falei pra me chamar de Talita e fiquei séria, sabe, elas entenderam... Nunca teve uma conversa, uma coisa dessas de novela... Foi acontecendo pra mim, pra elas..."*

Após a saída da escola, Talita, que nesse momento já era assim chamada por quase todos de seu convívio⁵¹, começou a enxergar o trabalho como uma possibilidade de garantir a autonomia para construir suas escolhas.

Ainda aos 15 anos começou a trabalhar numa mercearia de bairro. Lá ajudava a cuidar do estoque e também trabalhava na limpeza e reposição das prateleiras: *"Passei pouco tempo lá... Eu não posso dizer que era ruim, que me tratavam mal, mas eu me sentia mal... Mesmo eu me vestindo e me comportando o mais menino possível, não é só o que você veste que faz as pessoas te tratarem diferente... Você nasce com um pinto no meio das pernas, tem a obrigação de ser ogro, arrotar na mesa, fazer piada sem graça com mulher, ser nojento, eu não gosto disso... Então só de você não ser essa pessoa, já é um problema... não importa se você faz tudo certo, cumpre com a sua obrigação, as pessoas te tratam mal... não é mal, é diferente, mas também é mal... Só que só percebe quem passa pela mesma coisa, porque por exemplo, você não perceberia... é um olhar, uma resposta atravessada sem motivo... você vai se sentindo meio lixo..."*

⁵¹ Curiosamente, a primeira sílaba de seu nome de batismo correspondia à primeira sílaba do nome que, segunda ela, era mais coerente com a sua expressão de gênero, de modo que o apelido pelo qual Talita era chamada desde bebê se manteve mesmo com a mudança do nome.

Após desistir do trabalho na mercearia, fez pequenos bicos, mas foi nos espaços de prostituição que passou a se reconhecer de maneira mais legítima como mulher transexual: *“Aqui onde eu faço programas, eu não sou infeliz como eu era lá [refere-se ao trabalho na mercearia]... Se você me perguntar se eu quero ficar aqui o resto da minha vida, com certeza a resposta é não, mas eu prefiro aqui do que muitos lugares em que eu passei... e também se for pra eu ficar aqui pra sempre, tá tudo bem também... eu não sou infeliz...”*.

Sua relação com a família é classificada por ela mesma como distante. Talita conta que não quer que a mãe lide com suas atividades cotidianas: *“Acho agressivo pra minha mãe me ver assim, toda montada. Uma coisa, é ela me ver feminina. No dia-a-a-dia, durante o dia, principalmente, eu me visto puxando pro feminino, mas é mais na calça colada, no cabelo, maquiagem leve, essas coisas... Mas pra trabalhar, eu exagero na maquiagem, coloco essas roupas mais decotadas, coladinhas, sensuais... Isso faz parte do meu trabalho, daí eu prefiro me trocar em algum lugar, as vezes na casa da Tiffany⁵²... depende do dia, mas eu saio o menos produzida possível de casa... Ainda sobre a mãe, em outra conversa, Talita reitera: —Gosto de me sentir bonita, desejada... E eu acho que ela já aceita demais, eu tento poupar ela um pouco, por isso ainda pego leve com hormônio e ainda não fui atrás de ver tudo pra pôr o silicone nos peitos... Eu não sei se ela já me viu inteirinha montada, mas acho que não... A Amanda já viu, mas fiz a fina, e ela também... Ela também faz os corres errados dela...”*

Talita tem uma vida familiar pouco integrada, e quanto a isso, se diz pouco participativa. Segundo ela, encontra mais liberdade para realizar os enfrentamentos decorrentes da sua constituição identitária na rua que no espaço doméstico. O afeto, de acordo com ela, parece ser um elemento de grande importância na constituição dos espaços em que são realizados enfrentamentos. Nesse sentido, ela conta: *“Eu me sinto mais forte pra brigar com o povo na rua do que quando eu penso em ter que brigar com a minha mãe, ou com algum dos meus irmãos... Por outras coisas, tudo bem, mas por isso, sei lá, me sinto sem esse direito, um pouco sem as armas também... O povo eu xingo, esperneio, eu causo se precisar, mas com as pessoas da minha casa eu não sei como seria se tivesse que chegar num extremo de desentendimento, sabe... Se aparece qualquer coisa nesse sentido, lá em casa, eu não dou brecha, mudo o assunto, desvio o problema... Uma hora vou ter que lidar, mas por enquanto eu lido assim e tá bom... Me imponho, e não conversamos sobre isso.*

⁵² Definida por Talita como amiga e parceira de trabalho.

Talita aponta que boa parte da sua infância foi marcada pela busca das saídas menos danosas para lidar com aquilo que por muito tempo ela entendeu como uma experiência mais próxima da feminilidade. Do ambiente doméstico às demais instituições, não houve acolhimento que não na informalidade dos espaços e relações tecidas na rua. Talita ressalta em diversos momentos o quanto foram os amigos que a possibilitaram conhecer e construir mais honestamente as suas experiências com base naquilo que realmente a compunha como sujeito.

Trabalho e Projetos de Vida

Aos 19 anos Talita compõe sua renda e sobrevive dos programas que faz na região mais central da cidade em que vive atualmente. Sua rede de apoio é composta por três amigas e um amigo – todos/as identificam-se como pessoas trans - que dividem casa na periferia da cidade, local onde Talita passa boa parte do tempo, embora mantenha-se morando com sua família.

“Eu só quero ganhar meu dinheiro pra viver mesmo, sabe, ajudar na minha casa, poder viver as coisas que eu quero, quem sabe ir pra Europa... A meninas dão risada quando eu falo, mas é sério, já li na internet que lá as meninas são mais respeitadas, tem até algumas que casam... Eu iria... E continua: “Eu sei que eu não posso viver assim pro resto da minha vida, sabe, tenho que depois ver um jeito de fazer algum curso, alguma coisa pra poder viver, eu não posso viver da rua a vida toda, vai chegar uma hora que eu não vou mais aguentar, a rua é cansativa... Fora a idade também... E pra ficar na rua, tem que fazer a grana rodar, meu bem, é muito gasto, o corpinho gasta...”

Durante a pesquisa, Talita participou de dois cursos oferecidos pela Secretaria de Bem-estar social, dos quais ela foi encaminhada pelo CRAS⁵³ de sua região, sendo um de design de sobancelhas e outro de maquiagem. No de maquiagem, chegou a ganhar boa parte do material utilizado durante o curso, e ainda boa parte do que seria utilizado posteriormente, para iniciar as atividades profissionalmente. Sobre o último curso, imediatamente após o término, Talita comenta: *“Eu já comecei um curso de recepcionista no ano passado... Foi a vizinha que conseguiu... Mas lá eu era menino, quer dizer, menino feminino... ah, eu fico nesse meio de caminho dependendo do lugar, sabe... não vou nunca me vestir de macho, até*

⁵³ O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS configura-se como um equipamento que dentro do Sistema Único da Assistência Social, se localiza no nível da Proteção Social Básica.

porque nem tenho roupa pra isso (risos), mas eu vou me adaptando dentro do que dá, sabe... (...) Lá foi horrível, eu vi que não tenho condição de ser recepcionista, aí deixei pra lá... Imagina você sendo uma figura que muitos abominam, aí você vai trabalhar numa profissão que tem a ver com se mostrar, com o corpo ser o cartão de visitas... Imagina!!! Quando eu cai na real larguei tudo... (...) Fiquei pensando que se a minha vida não fosse um inferno com os clientes pelos constrangimentos que eu ia passar querendo ou não, seria pelos patrões que certamente iam ditar a regra de como eu ia ter que me colocar... Eu sei que em todo lugar, com qualquer recepcionista seria assim, mas com trans, você acha que tem colher de chá? Tudo vira motivo, eu tô bem ligada nisso..”

Talita conta que esse momento de sua vida, em especial, é um momento em que ela decidiu, após uma amiga participar de um mutirão da Defensoria Pública do Estado para retificação de nome e gênero de pessoas trans, que vai mudar o nome no registro civil: *“Agora já pode ser feita em cartório, e depois de ter meu registro mudado, eu vou poder investir em ser uma mulher de verdade, sabe, passável mesmo, sem essa de machinho feminino, e depois mulher, e depois machinho feminino de novo... Aí eu vou poder fazer tudo na seriedade, vou poder fazer todo mundo ver que sou mulher de verdade, se Deus quiser, vai ter gente que nem vai perceber que eu fui trans um dia... (risos) Eu nunca quis tirar o dito cujo⁵⁴, mas agora não precisa mais, então vou tocar a minha vida...*

Assim, ela conta que após a retificação, seus próximos planos tem a ver com a inserção no mercado de trabalho, o que envolve a matrícula em um curso de cabeleireira, e a conclusão do ensino fundamental e médio através de um curso supletivo: *“Com nome no registro vou poder ser uma mulher de verdade, aí vou poder exigir seriedade, sabe... Vou poder me matricular sem ter que ficar implorando pra não me chamarem pelo meu nome de batismo, sem precisar ficar tensa se vou passar por algum constrangimento... Você fica dependendo muito da piedade das pessoas pra não passar vergonha, quando você tem o nome de batismo no registro. Nossa, isso tá abrindo mil portas na minha cabeça... (...) Sem contar no médico, essas coisas... recepção é uó, pense num lugar pra trans passar vergonha é em recepção de qualquer lugar!!!”*

Talita fala pouco sobre as relações afetivo-sexuais e o lugar que estas têm em sua estrutura de vida. Em uma de nossas conversas o assunto é rapidamente tocado: *“Eu não penso em brincar de casinha, sabe? Eu não sonho com isso, eu gosto da liberdade, e fora que eu sou bi⁵⁵, né... Não levam bi a sério no meio LGBT, imagina se a pessoa bi é trans! Aí*

⁵⁴ Como refere-se ao órgão genital.

⁵⁵ Autodeclara-se bissexual

não tem discurso de familinha que torne você uma pessoa de bem (risos). Me dá um pouco de preguiça... Essas coisas é mais pra gente passar um tempo... E fora que na minha velhice eu vou ter que cuidar da minha mãe, coitada... Aí vai ser a maior situação ela aceitar seja lá o que eu tiver arrumado pra minha vida... Olha, não quero dor de cabeça... Um rolinho aqui, uma pegação ali, já tá bom! (risos)”.

É possível perceber, portanto, que apesar da pouca idade, até o momento, as questões que envolvem os desafios de constituir uma família nos moldes hegemônicos/normativos não compõe os planos/interesses de Talita, visto, segundo ela, o nível de complexidade estrutural que isso envolve: *“Se acontecer, ok, mas eu olha, eu não tenho esses planos não... Além de careta, pra quem é trans isso daí dá muito trabalho!*

Ao final de uma de nossas conversas sobre futuro, sobre expectativas, projetos e planos, Talita conta: *—Eu sou bem honesta em te dizer que não sei onde tudo isso vai dar, sério. Eu sei que a probabilidade de eu morrer antes de completar 30 anos é grande, aliás, eu sou dessas que quando sai de casa não sabe se volta... Eu evito um pouco falar de futuro... A única coisa que eu sei é que eu quero cuidar da minha mãe, e se eu conseguir me estabelecer melhor como mulher, podendo viver de boa, quero pensar em alguma forma de ajudar as meninas trans de periferia como eu... Pra nós é pior, viu... E pra piorar, a maioria de nós somos negras... Menos chance ainda de dar certo na vida... Eu acho que tem que ter mais projetos do governo, mais gente ensinando nas empresas que não somos tão anormais assim, nos órgãos públicos... Tem uma coisa que é... Se as leis todas mudarem e ninguém puder fazer nada contra a gente, é bom, mas aí é a mentalidade, sabe... Que nem esse negócio que mulher é mais frágil...*

Até hoje, não importa a lei, isso daí ainda é dito, o povo ainda age pensando nisso, espanca e tudo mais... Mas é menos, não é? No futuro vai ser menos ainda... Igualzinho com trans... Tem que mudar as leis, mas tem que mudar a cabeça das pessoas, o pensamento mesmo, senão tudo vai ser uma briga, pra sair dos lugares, pra entrar, pra estar... É ruim você viver sempre no meio da briga, impondo a presença, impondo respeito... Eu queria poder viver um pouco com a guarda mais baixa, sem ter que viver desenhando pra toda ironia que eu sou mulher, sabe... trans, mas mulher!...

3.4 Dan

Dan viveu 30 anos se identificando como lésbica feminina. Tendo passado boa parte de sua adolescência na igreja evangélica, Dan, que até pouco tempo se identificava como homem trans, atualmente flerta com a identificação de Não-binário.

Nascido na cidade de São Paulo mudou-se para uma cidade do interior paulista ao passar no vestibular para o curso de filosofia, em uma universidade pública, onde pôde viver sua, até então homossexualidade livremente.

Eu e Dan nos conhecemos em 2014, quando a identidade de gênero que ele vivenciava ainda era performatizada de acordo com a linearidade hegemônica da relação sexo-corpo, traduzindo-se, portanto, numa experiência pautada na cisnormatividade. Seu processo de reconhecimento e construção identitária e de transformação corporal se deu já na vida adulta, mais especificamente, durante/após o doutorado, mas as pistas de uma vida não normativa já se expressavam ainda na transição entre a infância e a puberdade, especialmente no que diz respeito às suas experiências em torno da sexualidade.

Com uma infância fortemente marcada por construções pautadas nas vivências em instituições como a igreja, a família e a escola, Dan atualmente dá palestras e milita em torno daquilo que chama de “dignidade trans”.

Infância e adolescência

Nascido na capital metropolitana de São Paulo no ano de 1983, Dan é um caçula de uma família composta por sua mãe (Dona Maria), pai (seu Paulo) e irmão (Jonas, três anos mais novo).

Sempre visto como criança problema, Dan afirma que se sentia diferente, mas que essa diferença nunca havia sido elaborada de maneira clara. A primeira vez, por exemplo, que se sentiu incomodado por ter uma identidade feminina foi quando lhe disseram que ele não poderia ser jogador de futebol porque era uma menina: *“Colégio é a idade que a galera começa a se interessar uma pela outra e eu não me interessava por absolutamente ninguém. Eu era amigo de todo mundo... eu era a amiga né? Amiga de todo mundo, mas sem interesse sexual ou qualquer coisa do tipo... eu era amiga, tanto dos meninos e das meninas. A intenção era jogar bola. Eu sempre acreditei que eu pudesse ser um jogador de futebol... eu jogava bola pra ser um jogador de futebol. Eu fui então compreender que pra ser um jogador de futebol, eu deveria ser uma jogadora, e foi aí que eu entendi que eu era mulher... Que o local que estava*

estabelecido pra mim era o de ser mulher... Foi mais ou menos nessa idade né... dos doze aos quatorze anos. E continua: — Ah é isso, eu sou uma mulher, e eu não posso. Eu não tinha noção exata... por mais que a minha família falasse pra mim pra sentar direito porque eu era mulher... isso nunca pra mim foi um ‘ah, realmente, sou mulher’...

era um: ‘afff, nada a ver!’... Não tinha sentido mesmo, e aí foi que eu percebi que eu não tinha condição de ser jogador de futebol porque eu tinha uma vagina, e eu não podia. E não era porque eu não jogava bola, porque eu já jogava bola em clube, eu já tenho feito peneira, passado em peneira, mas eu não podia ser jogador de futebol.

Durante a infância passou por diversos atendimentos com psicólogos e psiquiatras, sob a justificativa de ser uma criança problema. Dan conta que sua mãe relata fatos de sua infância sempre mencionando episódios em que ele reagia com agressividade, afirmando que ele era uma “criança problema”: *“Minha mãe não fala muito a respeito disso, questões do passado, mas ela falava que sempre achou que fosse importante... só que era importante pra mim, e não pro meu irmão... entendeu? Mas eu era uma criança muito agitada... eu sempre discuti demais... eu lembro das discussões com o meu pai desde os três anos de idade. Tinha realmente bastante discussão em casa, desde muito novo, eu sempre discuti no sentido de brigar, então provavelmente desde criança tudo me incomodava demais, e aí, provavelmente a minha mãe achou que a melhor coisa a fazer era me colocar num psicólogo infantil”*

Aos doze anos, a mãe de Dan, que era até então espírita, e o levava às palestras do centro, converte-se ao protestantismo, e encontra na igreja uma possibilidade de controle. Nessa época, Dan, que até então se entendia como mulher, percebeu seu interesse por mulheres, mas o vivenciava de maneira clandestina, através de *chats* na internet.

A rotina de atividades que envolvia a igreja compunha fortemente o cotidiano de Dan. Após pouco tempo da sua inserção já se destacava como liderança de grupos da instituição, de modo que aquele passou a ser seu lócus de sociabilidade: *“eu fazia parte de uma igreja que fazia parte de um sistema de células⁵⁶. E aí e eu sou bem verborrágico, comunicativo, essas coisas, sempre gostei muito de ler, porque eu sempre fiquei muito isolado e tal, e por mais que eu jogasse bola, eu nunca entendia muito bem o que tava acontecendo, e o meu refúgio era a literatura, e a leitura traz pra gente um vocabulário um pouco maior e isso chama muita atenção na igreja, porque eu conseguia entender e*

⁵⁶ Nome dado a pequenos grupos de, normalmente, 12 pessoas, que se reúne para realizar atividades como o estudo da Bíblia, entoação de hinos ou cânticos e oração.

interpretar a bíblia de uma maneira que um adolescente usualmente não faz. Nada muito absurdo, mas gerava uma curiosidade, e aí um investimento maior da igreja em mim, eu tive minha primeira célula, a minha segunda célula deu outra célula, então eu era líder de uma líder, e isso conta muito na igreja, e eu tava crescendo e tudo o mais... (...) aos 16 anos, e eu acreditava muito naquilo, e principalmente que eu era um problema... porque eu acreditava muito na maneira como estavam estabelecidos os princípios bíblicos interpretativos daquela comunidade. E eu acreditei demais naquilo. E a frustração veio em conjunto com um processo de violência muito brutal. Eu entrei na igreja, em pouco tempo eu comecei com esses processos, né, percebi que tinha alguma coisa que tava diferente em mim, entrei na igreja buscando...

Dan estabeleceu vínculos importantes para a igreja e para ele também, mas após o envolvimento com a filha de um pastor, a comunidade adotou medidas “restaurativas”, consideradas por ele como contraditórias. Sua liderança foi interrompida, bem como a participação em diversos espaços de sociabilidade e atividades dentro da igreja, segundo ele, para “não contaminar”.

Seus pais conseguiram que ele começasse a trabalhar no comércio, então trabalhava pela manhã e estudava à tarde. A vontade de “se salvar” misturava-se à liberdade e autonomia de poder viver experiências agora proporcionadas pelo fato de ter uma pequena renda: *“Eu comecei a trabalhar muito e saía e arregaçava a noite porque eu tinha dinheiro e fazia balada de segunda a segunda. E trabalhava das 8hs da manhã, as 5hs da tarde, entrava na escola as 7h, saía da escola as 11h, e ia pra balada. Às vezes, eu chegava em casa 4h30, 5h da manhã, tomava banho, comia um negócio e ia trabalhar. (...).*

A sociabilidade de Dan fora ampliada, bem como os novos espaços nos quais passou a transitar. Transitava também entre o fascínio das novas experiências e o sentimento de culpa empregado pelas concepções cristãs às quais foi apresentado nos anos em que esteve ativamente na igreja. Conseguindo cada vez menos impedir que um mundo adentrasse no outro, Dan começou a levar para a igreja amigos dos espaços frequentados por ele na noite, o que levou à sua expulsão, causando forte impacto na sua, até então, estrutura de vida: *“Eu fui expulso da igreja... ‘Você não precisa mais vim’... Aí eu falei: ‘Mas vocês são minha família’... Foram muitos anos, até eu entender tudo isso, porque eu fiquei com a menina lá e tal... Mas eles desistiram né...*

Foi tipo: ‘A nossa oração não vai surtir efeito’... e aí eu rompi, não só com a igreja como com a crença toda... Eu sai com 18 anos, e parecia que eu ia ter que me reprogramar...

Trabalho, academia e militância

Dan concluiu o ensino médio em uma escola técnica aos 17 anos, e cada vez mais envolvido com o fato de ter um trabalho, poder fazer planos, e adquirir alguns tipos de bens, começou a viver cada vez menos a rotina de sua família.

Sua mãe, que sempre valorizou os estudos, embora não tenha conseguido completar o ensino médio, incentivou Dan a prestar vestibular numa universidade pública, já que não teria condições de ajudá-lo a arcar com os custos de uma faculdade particular. Desse modo, Dan passou em uma prova que oferecia desconto em um famoso cursinho da cidade de São Paulo, e sua mãe ajudou com as mensalidades.

No ano anterior, Dan tinha conseguido guardar uma quantia significativa em dinheiro, o que o ajudou durante o período em que fazia cursinho.

Conheceu, durante o cursinho, a disciplina de filosofia, que segundo ele, não havia sido cursada no ensino médio, e assim, com os interesses que lhes foram sendo despertados durante as aulas, escolheu que prestaria vestibular para esse curso, tendo sido aprovado num *campus* do interior do estado, o que, de acordo com ele, foi a grande reviravolta de sua vida.

“O estudo é libertador. É isso. Esse estudo foi o que me... é de salvação mesmo!. foi esse processo dentro do ensino que me fez permanecer. Não porque minha graduação... ela foi muito defasada, vivi muitas coisas na graduação, e tudo isso, eu pude estudar o que eu quis, porque foi na base da porrada, o meu orientador não foi da filosofia, foi da pedagogia. Eu tive uma sorte tremenda de pegar no último ano... eu fiz primeiro bacharel, e depois eu fiz a licenciatura na filosofia. Na licenciatura um professor entrou e dentro das discussões que a gente tinha em sala de aula, eu não ia prestar o mestrado, eu nem sabia o que era isso, pra você ver o nível de desinformação, que a gente pode ter... eu não fazia ideia, eu não vim de uma família que estuda, eu sou a primeira pessoa graduada na minha casa. E dentro de toda a família, tanto do meu pai, quanto da minha mãe, eu sou a primeira pessoa que é doutor. Isso mudou tudo. Minha mãe é de uma família de onze, e meu pai, eles eram em três. Então olha a situação, entendeu?! E assim, no final da licenciatura, esse professor chegou em mim e falou assim: eu gosto muito das coisas que você tá pensando, você não tá pensando em escrever? Tenta um mestrado...Pela primeira vez alguém se mostrava interessado em algo meu, sabe?”

Ao fim do mestrado, cursado na mesma universidade, Dan, que nesse momento se aproximava dos debates sobre gênero e sexualidade ainda dentro dos espaços acadêmicos, prestou concurso público para a secretaria de educação do município, tendo sido aprovado.

As aulas no município sempre foram instigantes, segundo ele: *“Imagina, eu era mulher, me entendia como mulher, ainda que não me entendesse como uma pessoa feminina, e vinha cheia de transgressão pra sala, os alunos ficavam curiosos, e eu sempre mais instigado a trazer coisas novas pra sala... Quanto mais eu queria trabalhar as questões das diferenças, que já era um ponto importante pra mim dentro da filosofia, mais eu ia me encontrando comigo mesmo...”*

O trabalho, o processo de construção da identidade de gênero, a formação acadêmica e a militância caminharam lado a lado durante um período da vida de Dan.

Durante o doutorado, com diversos conflitos internos, mas ainda meio reticente em adentrar de maneira mais profunda nele, Dan começou a se aproximar dos coletivos feministas da cidade de maneira muito assídua e participativa: *“Eu não sabia bem se tava me aproximando porque trabalhava com educação e a dimensão erótica dentro da filosofia, se era porque a minha namorada na época curtia as discussões feministas também, e isso acabava fazendo parte da nossa rotina, ou se era curiosidade... Eu ia nos eventos, fazia falas, mostrava a cara mesmo! E eu nunca fui feminina, você sabe! Me posicionava sempre como sapatão dentro dos espaços feministas! Mas eu sentia que tinha algo errado...”*

Ele, ainda com uma identidade feminina até então, começou a ser convidado para compor mesas em eventos, a fazer falas em nome da militância LGBT da cidade, e ao receber um convite para falar sobre questões relativas aos desafios vivenciados pelas pessoas trans, mesmo naquele momento se apresentando como mulher lésbica, compreendeu que alguns de seus incômodos poderiam ser compreendidos se olhados a partir de outro prisma. Começou a ler experiências autobiográficas, e durante uma viagem com o irmão para a região Nordeste do país, local em que estava quando o convite foi feito, via e-mail, entre leituras e conversas as coisas começaram a ficar mais claras para ele mesmo: *“Eu comecei a olhar pra mim de roupa de praia, de um jeito diferente, eu comecei a olhar pra minha história de um jeito diferente, parece que ligou uma chave e tudo começou a fazer sentido... a minha história... aquele livro do João⁵⁷ na minha mão traduzia tanto dos meus incômodos... até coisas da intimidade... tudo!!!”*

⁵⁷ Viagem solitária, livro autobiográfico de João Nery, importante ativista trans, e um dos primeiros a ganhar visibilidade.

Ao mergulhar profundamente no seu entendimento de si acerca das questões que envolvem seu gênero e sua sexualidade, Dan resolveu mudar o seu tema, objeto e objetivos de pesquisa, com o apoio de seu orientador, e com o apoio teórico da filosofia da diferença utilizou seu processo de transição como baliza para os debates propostos na sua tese de doutorado.

Cursou o último semestre do doutorado em uma universidade da Europa, e lá, segundo ele, pôde experimentar de maneira mais livre uma possível identidade masculina: *“Foi libertador, eu com 30 anos, me sentindo descobrindo o meu próprio mundo, vivendo conforme meu corpo, meu desejo e meu jeito imploravam e eu nunca soube ouvir...”*

Ao retornar ao Brasil e defender sua tese, reassumiu as aulas na educação infantil e no ensino médio, e mergulhou de cabeça na militância, de maneira concomitante à sua descoberta e construção identitária. A identidade de homem trans, de acordo com Dan, não lhe parecia ainda coerente. Apesar dos aspectos voltados pra masculinidade, não era exatamente como um homem que Dan gostaria de ser entendido, e a construção que se seguia foi traduzida por ele como a de um trans não-binário.

Questões como mudança de nome na escola, explicações, (re)apresentações passaram a permear a vida laboral de Dan, fazendo cada vez mais parte de seu cotidiano. De acordo com ele, esses trânsitos que parecem sutis mas são altamente custosos para quem os enfrentam, são a sua forma de enfrentamento cotidiano às condições que sua identidade de gênero lhe impõe socialmente. Sobre suas experiências na escola durante o processo de transição, conta: *“No geral, na educação infantil se o aluno tá feliz, alegre, contente, então a mãe é mais preocupada com o aluno do que comigo (risos) (...) Comigo, a situação é: meu filho tá feliz, o que você tá fazendo, como que é? A galera vem pegar dicas de como as coisas estão acontecendo com as crianças, né... Não vou me importar com isso desde que meu filho esteja bem... Não é o que acontece no ensino médio, porque aí você já tem um processo de autonomia se constituindo de uma maneira muito maior nos adolescentes e nessa juventude, então eles se sentem muito mais à vontade pra exposições pessoais, as perguntas são mais pessoais... o que eu acho que é pertinente responder, eu respondo, eu não sou o tipo de professor que entra em sala de aula, e vai expor de cara todo o próprio processo de vida. Eu não conheço aquelas pessoas, são pessoas que estão mais constituídas socialmente, na maioria das vezes já tem um pensamento de si então eu tenho um limite de exposição...”*

Sobre as experiências fora de sala de aula, mas ainda dentro dos limites institucionais, Dan aponta: *“Dos maiores conflitos e problemas não são com os estudantes,*

são os professores. Os lugares que eu entro incomoda... eu nunca sentei pra conversar com uma pessoa que tenha sido honesta o suficiente comigo pra falar o que realmente incomoda, e nos meus achismos eu tenho algo como ‘o que uma pessoa como essa tá fazendo aqui?’, tipo, esse é um lugar sério... ou: ‘como uma pessoa como essa chegou aqui?’... —se vocês reclamar tanto de que não tem... então o que você tá fazendo aqui?... Então em algumas escolas eu acabo fazendo palestras com relação a respeito, nome social, LGBT, pensar nas questões mesmo... pros professores, pras professoras... já tive diversos professores que levantaram da sala e saíram porque não iam me ouvir falar, e eu não sabia se era por mim ou pela temática...

Ainda sobre a rotina no ambiente de trabalho e a dinâmica que se estabelece em decorrência da sua identidade de gênero e militância em torno da temática, Dan conta: *“Eu tô numa escola que resolveu me passar a tarefa de falar com os alunos sobre grêmio em todas as salas em que eu me encontro... não foi questionado se eu queria ou podia falar. O meu nome já tava lá... Você tem vínculo com aluno. A visão que se tem é essa. O vínculo que eu criei tem a ver com curiosidade. Eles não conseguiram ainda saber quem eu sou. Você entende que esse vínculo pode ser extremamente falacioso? você entende que até o fim do ano esse vínculo pode ser de opressão, violência e que eu vou ter que dar um jeito de lidar com isso? Só que a escola já me colocou... E o aluno já tá curioso com relação a mim, a escola tem que me dar um aparato pra eu ter continuidade no trabalho... o que você tá fazendo é jogando essa responsabilidade pra mim sem eu ter possibilidade de ter base... eu não tenho base ali... não tenho recurso... é algo só meu? Não é só meu, só que a violência pode vir pra mim exatamente por eu ser eu.*

Ao mesmo tempo em que tece uma crítica sobre a dinâmica que se estabelece em torno do seu lugar de gênero dentro do seu espaço de trabalho, e a forma estratégica com que se utiliza desses espaços como forma de enfrentamento e militância, também demonstra certo incômodo mediante a constatação de que as temáticas abordadas perto/com ele, na maioria das vezes se referem apenas a questões que envolvem sexo, sexualidade, gênero, moral, entre outros: *“Mas eu tenho consciência que sou o enfrentamento vivo, o meu corpo é o maior enfrentamento, a minha existência é o enfrentamento... Mas vamos combinar que é chato, chega uma hora que eu vou perguntar se me acham sexólogo (risos). Se pegam alguém se beijando na escola, me chamam, se aparece uma menina grávida, me chamam... É bom, mas é ruim... (risos)”*

“Eu tenho consciência que sou privilegiado no que diz respeito a trabalho. Eu sou praticamente um homem cis, pouco passável, claro, mas quando os hormônios fizerem mais

efeito, você vai ver só (risos). Eu tenho trabalho porque sou concursado. Eu não sei se eu teria perna pra andar tudo que eu andei como pessoa cis, já sendo trans... são outros enfrentamentos... eu sei que cheguei onde cheguei porque me descobri tarde... eu fiz todo esse caminho comum às pessoas cis... escola, cursinho, faculdade, pós graduação, concurso público... eu consegui escolher a minha profissão, mesmo que outros marcadores pudessem ter me limitado, mas o que eu vivo hoje que é a minha transgeneridade, isso não me atrapalhou, porque ela não existia fora de mim, e dentro, nem eu a entendia... por isso que eu faço militância, porque eu tenho o privilégio de ser concursado, ter uma estabilidade, e com isso, ter a segurança de tentar fazer da minha história uma arma pra lutar por um mundo mais justo.

Projetos de Vida

Dan conta que seus projetos de vida, atualmente giram em torno da militância: *“Eu vejo muita gente trans dizendo que os projetos delas giram em torno do corpo. Eu sinceramente tô em pânico com isso, eu não sei onde isso vai dar, mas depois que eu percebi que onde eu tava também não era o meu lugar, resolvi rumar pra esse corpo, seja como for, ele acaba sendo mais legítimo pra mim”*, ainda após a sua primeira aplicação da hormonioterapia, iniciada em 2018, continua: *“Se você for parar pra pensar, depois que acabar tudo isso, eu vou ser um homem branco... eu tô em pânico...”*

Meu medo é sair de um extremo pro outro. De mulher à homem... Eu não sou mulher, também não sou homem, por isso me defendo como trans não-binário, claro, dentro do espectro das masculinidades.¶

Quando as perspectivas de futuro passam a fazer parte de nossas pautas de conversa, Dan é taxativo: *“Não dá pra você cobrar de algumas pessoas que façam das experiências delas uma bandeira de luta. Às vezes a pessoa tá lutando pra poder existir, não tem a mínima instrução, noção de direitos, de luta... Então pra mim, é uma obrigação que eu, tendo disposição, possa fazer essa parte... A minha vida tá muito em volta disso, e quando eu penso em futuro, quando eu penso em como vai ser daqui pra frente, apesar do medo, eu também sei que é isso que faz sentido pra mim. Eu não posso me enfiar dentro do meu apartamento e esperar a vida passar, e também não sei se sem o aparato da luta e da militância, se eu dou conta de enfrentar tudo que vem. Não ser militante torna a minha luta muito solitária, porque ela continua existindo. Por outro lado, ando cansado de me expor, em terapia tenho trabalhado que preciso estabelecer um limite pra isso, porque também*

tenho a minha intimidade... Então tenho substituído algumas questões mais pessoais por experiências mais generalizadas... tenho entrado mais no discurso político que no discurso íntimo... essas coisas eu tenho aprendido pra caminhar daqui pra frente...

3.5 Thiago

Thiago tem 28 anos e é filho único. Mora em uma cidade do interior paulista com seus pais, Dona Joana e seu Luís. É professor da rede municipal de ensino há cerca de quatro anos⁵⁸, tempo médio também do seu processo de transição, “carinhosamente” chamado por ele de “a batalha”.

Thiago sempre se considerou uma pessoa diferente: *“Sempre fui diferente... quando eu era menina, era a menina mais diferente, a maria-homem... aí agora como homem também não me encaixo muito no padrão da normalidade, mas a masculinidade também te dá outras coisas pra lidar com isso... é diferente demais de ser mulher, eu vejo pelas minhas amigas trans... quando você muda pra mulher, você entra no padrão da fragilidade, sabe? As mulheres buscam ser mais delicadas, mesmo com esse discurso do empoderamento... Já o homem não, você muda pra homem, parece que pra sociedade, você ganhou algo a mais, mesmo que você ainda seja diferente... Pra você ter noção, quando querem me diminuir, falam coisas do tipo: ‘Você nunca deveria ter deixado de ser mulher... ser homem não é isso não’... entendeu a lógica?”*

Professor de geografia de turmas do ensino médio numa escola pública da cidade onde nasceu e mora, Thiago se afirma uma pessoa sem muitos amigos. Namora Alana há seis anos, com quem diz se preocupar exatamente pelas implicações do seu processo de transição. O relacionamento deles teve início quando Thiago ainda se apresentava como mulher, de modo que Alana foi um de seus principais apoios durante a decisão da transição, e no decorrer dela, o que, colabora para a compreensão de Thiago de que a transformação de aspectos ligados à identidade foram e são vividos mutuamente entre eles, visto que Alana antes se apresentava como homossexual, e atualmente se apresenta como heterossexual, causando embates também no interior das relações vivenciadas por ela.

⁵⁸ Dado referente ao ano de 2018.

No que diz respeito a aspectos ligados a sociabilidade, Thiago aponta: *“Depois que eu me assumi, eu ganhei amigos, pessoas que me acolhem, na minha casa foi bem diferente... vivo uma guerra infinita com meu pai, e sei que só vai melhorar a hora em que eu sair de casa. Mas os amigos que eu fiz, valem muito! Eu me sinto mais seguro, hoje, mais protegido. Claro, não do mundo lá fora, mas dentro da minha própria vida! Eu sempre fui muito sozinho, principalmente quando eu era menina... Hoje, por mais difícil que tudo esteja sendo, eu vejo que pelo menos tenho pessoas por perto, sabe, não vivo vagando como antes.*

Thiago se mostra bastante crítico em relação à problemática acerca dos padrões normativos que o coloca em lugares de marginalização, e a partir da sua vivência, passou a se interessar cada vez mais por leituras que o ajudavam a compreender tudo o que estava/está vivendo.

Infância e adolescência

Thiago é filho único de uma família tradicional do interior paulista. Seu pai é dono de um restaurante bastante conhecido, e sua mãe o ajuda a administrar o negócio.

Thiago, nascido em abril de 1991, cresceu correndo entre as mesas do restaurante do seu pai, sempre vestido em roupas rosas, vestidos e lacinhos: *“Hoje eu percebo que minha mãe buscou construir em mim a feminilidade que ela não conseguiu viver. E não pela ausência de feminilidade nela, mas por falta de grana mesmo. A família do meu pai sempre foi uma família conhecida aqui daqui... A minha mãe não, inclusive a família paterna dela é do Norte do país, então vejo que ela, que sempre viveu no aperto, que vem de uma família de classe popular, empregou em mim a feminilidade que ela não conseguiu viver. Você não tem noção do que era o meu quarto! Não era apenas um quarto de uma mãe que queria dar o melhor pra uma filha. Era o quarto mais rosa que eu já vi na minha vida até hoje, com infinitas bonecas. Noventa por cento das minhas roupas eram rosa... Imagina! Parece uma bobagem, mas não é, isso diz muito!!! Às vezes eu fico pensando se o espírito dela já não sabia tudo que ia acontecer comigo, porque olha, essa história de menina foi uma forçação de barra desde sempre...”*

Com uma feminilidade hegemônica imposta desde muito cedo, Thiago se via cada vez mais incomodado, no entanto, sua pouca idade não permitia a compreensão do que significava aquele incômodo em termos identitários.

“Eu só me sentia muito incomodado, como se aquela não fosse a minha vida, como se aquilo não fosse o que eu gostava, sabe, aquelas roupas, aqueles brinquedos... Eu era

uma criança triste, mas eu também não sabia o que era ser feliz, porque mesmo quando eu vivia coisas que me faziam feliz, logo eu voltava pra minha vida, e o não entendimento dos motivos que me levavam a me sentir daquele jeito me faziam sentir muito mal comigo mesmo. A sensação que dava pras pessoas é que eu era uma criança que nunca estava satisfeita com nada. Eu não reagia, fazia pouca birra, sempre fui mais calado, mas quando eu me soltava um pouco e depois me recolhia outra vez, ficava evidente que eu não era daquele jeito, mas que algo me deixava assim...”

Na escola, Thiago foi, como ele mesmo nomeia, “a menina isolada”: *“Eu era uma menina que todo mundo achava esquisita, eu via. Eu não gostava de conversar, não tinha vontade de brincar... Mas sempre fui a melhor aluna da classe. Já venci olimpíadas de matemática, tirei primeiro lugar nas feiras de ciências... Eu acho que estudar era a coisa que eu gostava de fazer. Hoje eu entendo que isso me permitia conhecer muitos mundos e muitas lógicas que a minha vida não me apresentava...Era também um tipo de fuga”*.

Uma criança de poucas interações, Thiago conta que, na escola, não saia no intervalo, e sempre estava com os “esquisitos”: *“Na época que eu era criança não se falava em autismo e essas coisas... Mas eu tinha um amigo que era tipo um autista na sala, e eu não sabia o que era autismo, só achava ele diferente... E era com ele que eu ficava... Eu gostava de ficar com os diferentes, e eu nunca vi problemas nisso. Eu era diferente e pronto, sabe... Como eu estudava muito, eu tinha muito respeito de todo mundo, tanto de casa, quanto da família, quanto da escola. E eu tinha prazer naquilo, estudar sempre foi o que eu mais gostava de fazer”*

Quando tinha em média 14 anos, o restaurante de seus pais entrou em crise, o que culminou numa forte crise financeira que mexeu com toda a dinâmica familiar, e resultou em um breve divórcio, que durou cerca de três meses, período marcante para Thiago: *“Eu estava de férias, cheio de crises adolescentes, e aí aconteceu isso, meus pais se separaram... (...) Acho que eles passavam muito tempo juntos, sabe... em casa, no trabalho, isso nunca dá certo... Daí quando apertou, meu pai saiu de casa, minha mãe ficou muito mal, e fiquei muito sem chão, aí aquilo que me segurava, que era a escola, eu já nem me animava mais... Minha vó, meus tios, todos começaram a passar muito tempo na minha casa pra consolar a minha mãe, que já não ia mais trabalhar, só meu pai que cuidava lá... (...) e com isso, com essa aproximação tão forte, todo mundo começou a se meter na minha vida, a questionar a minha mãe a minha falta de vaidade, se eu não namorava, porque ela não fazia nada com o meu jeito masculino... eu sabia que no fundo estavam insinuando alguma coisa, mas eu não queria lidar... Esse foi o meu primeiro incomodo mais claro, sabe... A sexualidade... E*

foi a partir da aproximação com os meus parentes... Convivendo de verdade com os olhares pressionadores... Eu comecei a me questionar sobre isso, eu não tinha curiosidade, sabe, de nada, assim, sobre coisas mais íntimas... mas eu passei a ter depois disso...”

“As pessoas da minha idade só falavam disso... na escola, os meus primos... E na época eu fazia aulas de xadrez, e um menino começou a meio que dar em cima de mim... Eu fingia que não via, mas no fim, ficamos. Eu odiei. Hoje vejo que poderia ter gostado não seria um problema, mas eu não gostei, eu me senti muito invadido, incomodado... E essa foi a minha primeira experiência de mais intimidade, sabe, mas foi crucial, porque eu passei muitos anos sem querer nem beijar ninguém... Teve épocas que eu me achava meio assexual...”

Thiago, conta que nunca fazia passeios em grupo, com o pessoal da escola, que os shows da sua época de adolescente nunca lhe despertaram atenção, e nem a interação com pessoas da sua idade: *“Eu passava muito tempo no quarto... Era aquelas crianças/adolescentes que passavam horas lendo... depois ganhei um computador... eu amava pesquisar, ler... Hoje vejo também que era uma fuga do mundo lá fora, eu não sabia lidar com pessoas, eu não me entendia como parte daquelas relações, daquela normalidade... me fazia mal a interação, porque me colocava em contato com algo em mim que eu não conseguia explicar, nem entender, e que era ruim... (...) Minha mãe encarava tudo aquilo com naturalidade, mesmo eu sabendo que no fundo ela se preocupava com algo que eu não conseguia saber exatamente o que era... Meu pai não tinha muita paciência, falava que eu ia dar muito problema, que eu era muito diferente... Um dia ouvi ele dizendo pra minha vó que me achava muito sem emoção, e olha que contradição, aquilo me emocionou muito, só que negativamente. Eu cresci sabendo que tinha algo errado comigo, ao mesmo tempo, eu não queria lidar porque eu não sabia o que fazer com isso, se era algo que eu tinha que pedir ajuda, ou me defender, mas eu não sabia nem falar sobre aquilo que tava acontecendo...”*

A adolescência, para Thiago, foi a fase mais intensa e, segundo conta, a mais importante de sua vida. Cursou geografia numa universidade particular da cidade em que nasceu, e sempre muito recolhido, tirava as melhores notas, e tinha muito êxito nas atividades que desenvolvia na universidade.

O período também foi marcado pelos intensos conflitos familiares, que segundo ele, estavam todos ligados a sua identidade de gênero: *“Eu vivi preconceito desde sempre, e o lugar mais violento pra uma pessoa trans, normalmente, é a própria casa. Os pais fazem muita pressão, eles ficam sem saber como agir quando percebem que tem algo errado.*

Minha mãe sempre fechava os olhos, meus pais, quando se irritava comigo jogava na minha cara que eu parecia um homem... Até que um dia, depois de muita chateação, eu aceitei que aquilo poderia ser uma verdade, e que não precisava ser tão negativo quanto parecia no discurso dele. (...) Mas até eu chegar nisso, levou muito muito muito tempo. Eu sofri muito! A minha casa era um inferno, e eu ficava dividido entre a convivência da minha mãe em relação ao meu pai, e a pena que eu tinha dela, porque se eu tinha que aguentar, imagina ela... Imagina quanta coisa ela segurou pra não chegar em mim... Era muito difícil.”

Nesse período, Thiago se envolveu com uma feira da diversidade promovida pelo curso de história da universidade em que ele estudava, e ele conta que esse foi o primeiro momento em que ele cogitou aceitar que não era uma menina como as outras: *“Engraçado que eu gostava quando as pessoas falavam que eu não era mimizenta que nem todas as meninas, que eu não era fresca como as meninas... Hoje eu percebo que eu sempre refutei características que fossem do feminino...(...) Essa feira foi muito importante pra mim, porque numa das exposições, teve um debate sobre a história da sexualidade, do Foucault, e eu fiquei encantado... Aí veio o período em que eu comecei a ter uma crítica mais clara sobre a minha situação...”*

Thiago começou a se entender como uma mulher lésbica, e isso gerou conflitos internos e externos a ele: *“A primeira menina que eu fiquei mesmo, mesmo era da faculdade, ela fazia fisioterapia, e eu só percebi que ela dava em cima de mim depois que eu entendi que eu não precisava gostar de homens, que eu não precisava ser feminina e delicada... Essas coisas foram sendo construídas muito aos poucos, e foi tudo dentro da universidade... A universidade proporciona um debate muito mais autônomo, né? Eu acho que, para além de uma formação de nível superior, a dinâmica da universidade pode salvar muitas pessoas, principalmente da depressão, da falta de sonhos e da prisão que é achar que só o que se encaixa no quadradinho é que é o certo...”*

Assumiu a sua “homossexualidade” aos quase vinte anos: *“O meu pai enlouqueceu, mas pra boa parte dos meus parentes, aquilo fazia total sentido. Era tipo, não é bom, mas pelo menos não é nada pior.. Mesmo assim, eu vivi um inferno na terra. Eu pensei que só crente infernizava a vida de filhos homossexuais, mas não é bem assim não... Fui muito criticado, minha convivência em casa oscilava entre as intermináveis brigas, agressões e choros, e o silêncio ensurdecedor de quem finge que nada está acontecendo.”*

A rotina na universidade operava na vida de Thiago como uma forma de evitar a convivência doméstica e de trabalho - no restaurante ajudando os pais -, além de compor quase que totalmente a sua rede de sociabilidade. Segundo ele, foi essa a principal instituição

que contribuiu com a assimilação do processo que se iniciara de maneira mais prática, ainda ali, com a descoberta da sexualidade: *“Eu me sentia mais forte, mais autoconfiante... E essa coisa de ser ‘nerd’ também ajuda, né, eu acabei ficando meio popular, e eu tinha muito prazer de estar ali. Comecei a circular também nos espaços gays da cidade, fui aos poucos me apropriando da minha liberdade... Daí eu conheci a Alana, e começamos a nos envolver e depois começamos a namorar... Foi louco porque apesar de tudo, apesar de eu ter ficado uma pessoa que peita mais as coisas, tinha uma coisa, e eu não levava ninguém na minha casa, no restaurante, era como se eu vivesse duas vidas. Claro que a minha família sabia da minha sexualidade, mas eu não queria eles perto disso, entende? Eu assumi o que eu vivia mas não queria a participação deles, mas aí chegou a Alana, eu me apaixonei e começamos a namorar.*

Outro inferno, né, porque família é uma coisa séria (risos). Mas deu tudo certo, depois de muito estresse...

Foi Alana, que segundo Thiago, “matou a xarada”: *“Alana sempre foi envolvida com feminismo, e essas leituras mais libertadoras... Ela me salvou! Eu não sei dizer se teve um momento em que ficou claro, mas cada dia ela me dava mais liberdade pra eu ser quem eu era, e chegou uma hora que eu não me preocupava mais com o pensamento das pessoas... Aí eu me vi mais livre pra viver coisas simples, que parecem uma bobagem, mas não são, como escolher roupas explicitamente masculinas, cortar o cabelo bem curtinho, usar cueca... Tudo isso eu ia fazendo, e vendo que Alana me apoiava... Não tinha um papo claro, tinha só apoios, não tinha julgamentos, críticas, eu me sentia livre, sempre me senti assim com ela... E chegou uma hora que eu já era um homem, assim, na aparência... E aí a ficha foi caindo...”*

A pouca visibilidade dos homens trans é um dos motivos que ele aponta para que não tivesse tido anteriormente a compreensão de sua identidade de gênero: *“Você via a Roberta Close desde pequenininha na televisão né? A gente via a Vera Verão, o Clodovil... A gente não via e até hoje não vê, se não for em contextos muito específicos, homens trans. Eu não tinha uma referência, pra falar: ‘ah, então eu sou como fulano’... por isso foi tudo muito obscuro, demorado...*

Apesar dos conflitos vivenciados na família quando se assumiu uma mulher lésbica, Thiago conta que com a transição de gênero, apesar de ser tudo mais “impactante”, teve o claro apoio da mãe, o que o fortaleceu significativamente: *“Eu já estava um homem escrito, sabe, não tinha como negar... O meu jeito já era muito pouco feminino, e com as roupas, o jeito de falar, o cabelo... tudo foi me encorajando, cada hora eu somava mais um elemento*

que ia me compondo mais legitimamente, sabe... E tinha também uma coisa... Eu era muito respeitado na faculdade, era bom aluno, era responsável... Isso tem um peso também... O respeito que você tem das pessoas conta muito...

“Eu já estava ciente do que estava acontecendo, e ninguém conversava sobre o assunto, mesmo não falando isso diretamente, sabe. Eu e Alana passávamos muito tempo juntos, eu sempre na rep⁵⁹ dela, a gente viajava juntos, fazíamos tudo juntos...

Isso me fortaleceu... O apoio fortalece né? Muda tudo!”. Assim, pouco a pouco, surgiu a vontade de invisibilizar os seios, a cumplicidade da compra do primeiro blend⁶⁰, as pesquisas sobre os hormônios, até que, por meio de um coletivo feminista da cidade em que mora, tomou coragem para buscar informações mais precisas sobre o processo transexualizador para homens. Decidiu buscar um médico por conta própria, tendo em vista as dificuldades de acesso e o tempo considerado longo na durabilidade de todo o processo.

Trabalho

Ao final da graduação, começou a pegar atribuições de aulas, e logo na sequência, foi chamado no concurso para professor em que havia sido aprovado há um tempo atrás. Foi chamado ainda a partir da identificação do feminino, no entanto, naquele momento, apresentava-se como homem: *“A burocracia é absurda, você não tem noção do que é fazer mudança de nome⁶¹. Porque você tem um registro, e esse registro tem um nome. Seu RG também tem um nome, mas as pessoas te olham e veem claramente que o nome não tem nada a ver com a figura que se apresenta ali na frente, sabe, é muito constrangedor. Depois que eu resolvi assumir a transição, enfrentei família, parentes, tantas coisas, mas eu me sentia muito seguro disso, sabe, fiz acompanhamento psicológico também, porque eu acho muito importante depois desse tanto de autonomia que a internet deu pra gente, precisa também ver o que é profundo, de verdade, e o que é um momento, o que é só o descobrimento de si... E eu fiz acompanhamento, fiz tudo, minha história é séria. Eu tava com muita esperança que tudo isso ia se alinhar né, mas daí você dá de cara com a vida real. (...) Com todo o conflito e violência do mundo, a casa ainda é um lugar protegido, porque eu sabia que por pior que fossem as situações,*

⁵⁹ República. Casa compartilhada por estudantes, que geralmente mudam de cidade para cursar universidade.

⁶⁰ Dispositivo utilizado por homens trans para conter o volume dos seios.

⁶¹ Neste momento da pesquisa ainda não havia sido aprovada a mudança de nome no registro civil. Em 01 de março de 2018 foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal – STF (ADI 4.275) que pessoas trans podem fazer a mudança de nome e gênero no registro civil, em cartório, sem que se submetam à cirurgia de transgenitalização. Também não é necessária a hormonioterapia ou qualquer acompanhamento médico ou psicológico.

principalmente com o meu pai, eu não ia morrer... Era um inferno, mas não corria o risco de morrer. Mas na rua, você não sabe. As pessoas que não te conhecem, elas não têm medo de te magoar, de te constranger, e numa situação você pode até morrer! A universidade também foi um lugar protegido pra mim, eu vi um leque de possibilidades na minha frente, e fui bem acolhido em tudo... O começo da minha transição foi ainda lá, e eu fui acompanhado bem de perto por uma professora do curso, que hoje é uma grande amiga. Eu descobri afetos, esperança... Foi muito fundamental pra mim.”

O impacto da saída da universidade somada à entrada no mercado de trabalho gerou intensas transformações para Thiago, mas, de acordo com ele, foram “transformações estruturantes”: *“Você vai aprendendo a se impor... Sai também do mundo utópico da universidade, que é lindo, maravilhoso, mas ainda é ideal. A gente tem retaguarda quando tá na universidade, aquilo vira nossa segunda casa, e no meu caso, a primeira mesmo... (...) Na escola, no começo, tudo era difícil, absolutamente tudo, desde a relação com os colegas de trabalho até a relação com os alunos. Mas eu sempre me impus, não falo da minha vida pessoal... E sempre que posso, faço alguma coisa mais na direção da diversidade...”*

Trabalhar com adolescentes é, para Thiago, um grande desafio: *“Sou passável, então muitas pessoas não percebem que sou trans... Mas lá é um local que eu vou diariamente, que faz parte das minhas atividades de rotina, então naturalmente, quando uma pessoa acessa a sua verdade, em questão de minutos, boa parte das pessoas que estão lá também vão acessar. (risos)”*. Um caminho foi percorrido entre o tentar se esconder e o não conseguir evitar a visibilidade. Ainda assim, Thiago adotou uma postura de não conversar sobre esse tipo de assunto que envolve a sua intimidade: *“Eu já tive problemas sérios com alunos, então tomei essa postura. (...) Me senti ameaçado... Sei que tem também as barreiras que preciso superar, e sei também da importância política de tornar a minha história mais visível pela luta, mas eu não tenho essa condição ainda. Uma coisa é fazer militância nos seu grupo, na universidade, na internet... outra coisa é fazer isso em espaços como o seu trabalho. É desafiador e assustador ao mesmo tempo. Quero chegar nisso, mas admito que ainda não estou nesse momento.”*

Quando conversamos em entrevista e nos nossos encontros não audiogravados, percebi que a pauta projetos de vida era elemento de incômodo para Thiago. Em uma de nossas conversas, ele conta: *“Eu tenho um pouco de medo de pensar no futuro, nem gosto. Estou com Alana e quero poder construir uma família com ela, ter nosso cantinho, nossos empregos. Ela é muito envolvida com o movimento social, com o feminismo, e sei que isso acaba me fazendo estar sempre nesses espaços, mas não quero me expor nesse tanto.”*

Reconheço a importância do movimento na minha descoberta e construção de mim enquanto homem trans, eu agradeço, mas gosto da invisibilidade, gosto de buscar uma possibilidade de não ser reconhecido na multidão. Eu quero entrar no mestrado, quero continuar dando aulas, quem sabe em uma universidade, e acho isso cada vez mais possível, só rezo pra que eu dê conta dos caminhos pra chegar nisso, porque eu acho que politicamente, tem essa condição, mas nas relações que a gente vai construindo, nas situações que vamos passando por causa das pessoas que a gente vai esbarrando no campo são infinitamente desgastantes, e isso, eu quero não ter que continuar passando.”

4 CAPÍTULO IV - Modos de vida e enfrentamentos: As análises

As análises que foram estruturadas no capítulo que se segue foram divididas em três categorias, de acordo com as variáveis dos modos de vida (GUERRA, 1993): 1) O Sistema e os atores sociais; 2) O cotidiano e a história; 3) O objetivo e o subjetivo na percepção do real.

Essas variáveis não são dissociadas umas das outras e só fazem sentido, em nível conceitual, se articuladas entre si, considerando as dimensões macro e micro da vida social. Nesse sentido, o sistema e os atores sociais inevitavelmente aparecem no cotidiano, ou na percepção do real, assim como o cotidiano está implícito na discussão sobre os cotidianos e a história, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real atravessam as outras duas variáveis.

A opção pela segmentação dessas variáveis ocorreu unicamente para fins de análise dos dados já expostos.

4.1 O sistema e os atores sociais

Um dia eu saí com a minha mãe, eu nem me lembro pra onde fomos... Acho que comprar alguma coisa... Eu tinha uns 7 ou 8 anos. Eu era um menino feminino, né, não tinha jeito, mesmo que eu tentasse ser diferente... E tinha uma menina com uma boneca que eu achava linda, já tinha visto na televisão, mas nunca tinha visto tão de perto, e eu me aproximei dela e começamos a brincar... Ela não tava incomodada, sabe, mas o pai dela veio que nem o louco, arrancou a boneca da minha mão com uma cara bem feia, e a tirou a menina de perto de mim. Eu fiquei envergonhada demais, mas a pior parte foi quando a minha mãe me olhou, e começou a brigar comigo, dizendo que eu tinha que querer brincar de outras coisas, me bateu... Foi embora na frente, e eu atrás seguindo ela... Eu nunca entendia isso, mas eu sabia que as coisas que eu gostava incomodavam muito, era errado... Era cruel... Mas eu pegava escondido os brinquedos das meninas pra poder brincar (risos), e depois eu escondia em algum no cantinho ou jogava no lixo com medo de ser descoberta (risos). (Bianca, em entrevista à pesquisadora, 24/06/2018)

Bianca, assim como todos/as os/as interlocutores/as desta pesquisa, narram situações vivenciadas na infância em que aspectos ligados às expectativas sociais acerca da construção das identidades generificadas foram marcadas pelo que Silva (2018) chamou de uma postura transitória e desviada em relação às imposições do sistema sexo-gênero-desejo. Se o sistema sexo-gênero-desejo mobiliza suas engrenagens ao longo de diversos momentos dos ciclos

de vida dos sujeitos, é na infância que ele opera de maneira mais estruturante, tendo em vista as instituições sociais que os tutelam e assumem o controle e o policiamento da norma (CÉSAR, 2008). Lorena (2018), nesse sentido, aponta que as infâncias trans são atravessadas e constituídas por três diferentes linhas: a da precariedade (infância abjeta), a da estética (infância que assusta e fascina) e a da política (infância que luta e resiste). Trata-se de infâncias que, em uma atitude de recusa às masculinidades e feminilidades que lhe são impostas como naturais e únicas passíveis de reconhecimento, constroem outros modos de viver, lidos socialmente como desviantes e minoritários.

Neste tópico de análise, nos detivemos em trazer experiências nas quais o sistema sexo-gênero-desejo, no atravessamento com outros marcadores sociais da diferença, operam no sentido de construir sujeitos a partir de normativas que determinam comportamentos aceitáveis, escolhas esperadas, condutas previamente determinadas, gostos/afinidades, e todo um repertório que envolve os modos de viver a vida nos espaços públicos e privados, e conseqüentemente, a forma que os sujeitos elaboram seus enfrentamentos. Pinafi *et al.* (2011) apontam:

Esses marcadores são como referentes que articulam agenciamentos específicos, particulares, tendo efeitos nos processos de subjetivação dos sujeitos. Por exemplo, em relação à geração, podemos explorar o quanto a faixa etária determina condutas específicas que se não seguidas determinarão a estigmatização. Assim, uma mulher mais velha que se vista femininamente com minissaia e blusa decotada será chamada de gagá, ridícula, inadequada, “biscate” etc., e isso ocorre porque o gênero representa uma relação social com representações culturais (p.270)

Nesse sentido, quando tomamos para análise as vivências de alguns sujeitos que se produzem nas margens ao desestabilizarem a norma dos binarismos de gênero, entendemos que o marcador gênero não é elucidativo por si só. Ele atravessa e é atravessado por outros marcadores sociais da diferença que, quando considerados no campo das análises, nos permitem compreender a complexidade e a dinâmica das opressões sofridas, e das engrenagens que permitem a sua manutenção, ao produzir práticas e discursos que não podem ser desatados do nível das tramas sociais (PISCITELLI, 2012).

Apesar de essas experiências serem marcadas por discursos que naturalizam determinadas práticas e concepções, tornando-as quase imperceptíveis nos mais variados momentos ao longo das histórias de vida, localizamos, nas experiências dos/das interlocutores/as desta pesquisa, predominantemente na infância, a proposição e manutenção das normativas impostas pelo sistema sexo-gênero-desejo na constituição desses modos de

viver, a partir da eficácia das tecnologias de gênero (MOUTINHO, 2014), acionadas através dos atores e instituições sociais que atravessam as mais diversas práticas e espaços acessados e apreendidos pelos sujeitos no âmbito do cotidiano, exigindo destes a elaboração de estratégias de existência em meio ao contexto que os permeiam.

Se conforme Butler (2004), alguns corpos escapam, narrativas como as de Bianca, apresentada no início deste capítulo, denunciam os mecanismos sob os quais o sistema sexo-gênero-desejo opera, as exclusões que provoca, e os enfrentamentos que são acionados e construído mediante os contextos em que elas acontecem.

O brincar integra o repertório de práticas inerentes às vivências na infância, constituindo-se, entre outros, como campo de desenvolvimento e construção de saberes e conhecimentos, agregados a valores culturais e sociais (PASTORE; BARROS, 2015). Ao demonstrar interesse por um brinquedo que, de acordo com os pressupostos da heteronormatividade, deveria ser utilizado apenas nas práticas de sociabilidades de meninas, Bianca acaba por desafiar o pai da menina com o qual estava dividindo o brinquedo, que a interpela e constrange autorizado pelo discurso implícito naturalizado de que “boneca não é coisa de menino”, tornando ilegítimo seu interesse por ela.

Berenice Bento (2011) questiona: “Como afirmar que existe um referente natural, original, para se vivenciar o gênero, se ao nascermos já encontramos as estruturas funcionando e determinando o certo e o errado, o normal e o patológico?” (p.550). Parafraseando Bento: Como podemos determinar que Bianca, naquele momento, identificada e socializada como menino em decorrência da existência de um pênis em seu aparato biológico, deveria ter nascido com uma predisposição nata que a conduziria à preferência por carrinhos, por exemplo, e não por bonecas? O que, além da norma pré-estabelecida, determina que dadas escolhas são naturais? Tais questionamentos nos ajudam a identificar, nesse contexto, o brinquedo como um elemento que compõe uma complexa rede de pressuposições estruturantes de expectativas não somente da mãe de Bianca, que também a reprime, mas do pai da menina, de modo a ser compreendida como uma sofisticada tecnologia de gênero, que opera no interior do sistema sexo-gênero-desejo, na medida em que constrói práticas e discursos, e que “acabam por antecipar o efeito que se supunha causa” (BENTO, 2011, p.549), de modo que seus usos são anteriores ao próprio sujeito (LAURETIS, 1994).

Se tomarmos as normas hegemônicas de gênero como ponto de partida, percebemos que a prescrição para o uso da boneca (brinquedo de menina) era desconforme em relação à vontade que Bianca tinha de brincar com ela, e a negativa para o seu uso funciona não

somente como uma forma de dizer que alguns brinquedos são de meninos e outros de meninas, mas, para além disso, conforme proposição de Bento (2011), funcionam como próteses identitárias, uma vez que preparam o sujeito para o gênero. Dito de outra forma, Bianca não podia brincar de boneca porque seu uso mobiliza aspectos que são negativados nas experiências de masculinidades, como o cuidado, o afeto e a delicadeza, características que estão diretamente ligadas, de acordo com os modelos hegemônicos, à construção de feminilidades, produzindo em Bianca a ilegitimidade da expressão de suas afinidades e preferências, em detrimento daquilo que é socialmente aceitável.

A ilegitimidade do uso da boneca por Bianca autoriza o pai da menina a tratá-la de maneira hostil, e é também o elemento reforçador da resposta que a mãe de Bianca a oferece. Na sequência, Bianca comenta: “*Se até a minha mãe me bateu por causa disso, o que eu ia esperar das pessoas na rua? Foi assim a vida inteira*”, demonstrando a ausência de um lugar protegido mediante a violência sofrida, exigindo de Bianca desde cedo a posição de enfrentamento, ainda que não houvesse a compreensão da situação como uma violência de fato.

O pai da menina opera, portanto, a partir de um lugar de vigilância das expressões de gênero de Bianca. Esse lugar também tende a ser ocupado por vizinhos, parentes, amigos, e demais sujeitos que compõem o cotidiano dessas pessoas.

É importante destacar que o enfrentamento produzido por Bianca não se dirige especificamente ao sistema que produz a violência sofrida, mas às consequências dele, que se traduz no fato de que Bianca não pode brincar de boneca por “ser menino”. Bianca buscava suprir seu desejo pelo uso de objetos e brinquedos que são lidos como femininos, cometendo pequenos furtos, especialmente na escola, e ao não saber o que fazer com o sumiço do brinquedo, acabava por se desfazer do mesmo. Sobre os desdobramentos da situação, ela continua: “*Eu sei que era roubo, mas eu fazia, né? Eu era criança...*”, de modo que usurpar brinquedos passou a ser a única alternativa para a vivência daquilo que lhe tinha sido colocado como proibido, gerando culpas e trazendo implicações diretas na sua relação com os espaços sociais acessados, bem como com outras crianças e com as experiências de constituição de si (FOUCAULT, 1985).

Sobre essa cena, e mais especificamente sobre a reação do pai da menina, Bianca ainda comenta:

Além de tudo, hoje eu percebo que eu era um menino afeminado e preto, e ela, uma menina branquinha... é babado, amiga! Aí ele [o pai da menina] se sentiu a vontade pra falar como bem queria comigo, e de alguma forma, isso aconteceu com a permissão da

minha mãe e de todo mundo que tava ali... Hoje eu acho até que ele achava que eu ia... sei lá... sair correndo com a boneca... Porque é isso né, nos olhos dos outros você vira a pior pessoa do mundo, viadinho maloqueiro mesmo, e eu era só uma criança. (Bianca, em entrevista à pesquisadora, 24/06/2018)

A fala de Bianca nos oferece mais um elemento para pensar essas experiências: a raça. Sendo lida naquele momento como um menino feminino negro, num contexto em que a raça e a classe estão diretamente imbricadas pelos processos sociais que produzem marginalizações⁶² (CARVALHO, 2004), se pensarmos isso associado ao fato de que sujeitos como Bianca oferecem riscos para uma sociedade centrada em padrões binários de gênero e sexualidade, a forma com que esses marcadores se interseccionam (BRAH, 2006) nos diz muito sobre as dinâmicas que a opressão que Bianca sofreu neste momento. Mais do que um menino feminino, Bianca era lida como um “viadinho maloqueiro”, passível da transgressão à norma, desestabilização da ordem, e, portanto, menos relevante para as dinâmicas sociais, sendo a raça (somada às implicações implícitas de classe) um reforçador de vulnerabilidades, sendo assim, relevante ao pensar a forma com que essa vulnerabilidade se expressa.

Condições de raça e classe parecem ser elementos de notável relevância quando pensamos não somente nas formas de expressão da marginalização sofrida mediante o sistema que as produz, e ainda, na forma com que estratégias são elaboradas para o seu enfrentamento. Tal apontamento nos ajuda a pensar na história de Marcela. Marcela também relata que viveu sua infância como um menino feminino, mas ao contrário de Bianca, ocupou um lugar privilegiado na estrutura de classe e raça, conforme ela mesma coloca. Marcela conta:

Eu nunca gostei das brincadeiras dos meninos, sempre brincava de amarelinha, queimada com as meninas... Na escola, apesar da resistência, eles me mandavam pra orientadora pra conversar... Mas não tinha muita pressão, a pressão vinha mesmo das outras crianças... (Marcela, em entrevista à pesquisadora, 21/11/2017)

⁶² De acordo com Marília Pinto de Carvalho (2004), no contexto brasileiro – e em diversos países da América Latina – a classificação racial se apoia tanto na aparência (características fenotípicas, como a cor da pele ou o tipo de cabelo) e na ascendência ou origem, quanto no status socioeconômico da pessoa. Para autora, que se ampara nos debates propostos por Fúlvia Rosemberg, diferentemente da classificação norte-americana, baseada exclusivamente em regras de descendência, em que o filho de uma pessoa negra é sempre um negro e que gera um sistema rígido e dicotômico, a classificação racial no Brasil é fluida e variável, com a “possibilidade de passagem da “linha de cor” em decorrência da combinação fenotípica e do status social do indivíduo”. Assim, a cor seria apenas um dos elementos de que se lança mão na construção social das relações raciais. Nessa direção, Ângela Davis em uma conferência realizada na I Jornada Cultural Lélia Gonzalez em 1997, aponta: Raça é a maneira como a classe é vivida (AKOTIRENE, 2019)

Marcela estudava numa escola para alunos de classe média, numa grande metrópole brasileira. Quando conta que seus maiores interpeladores eram as crianças, traz alguns elementos importantes para esta análise. A escola, enquanto instituição social de trânsito comum dos sujeitos durante a infância se insere no escopo daquilo que Foucault (2007) chamou de instituição disciplinadora de corpos, na medida em que estabelece, reitera e possibilita a manutenção de discursos de acordo com as normas hegemônicas de gênero e sexualidade (LOURO, 1999). Os professores e funcionários, enquanto atores sociais, na narrativa de Marcela, não se apresentavam como reguladores de suas práticas naquilo que se compunha a partir da distinção entre os gêneros, no entanto, a posição do outro que a interpela se localiza entre aqueles que ela considera como seus “iguais”. Marcela não sabia o que era “viadinho”, “bichinha”, mas sabe que é algo negativado o suficiente para produzir sentimentos de rejeição e conseqüentemente, de não pertencimento, uma vez que eram palavras comumente ouvidas no espaço escolar, por seus colegas, ainda que não fossem proferidas de maneira explícita em algumas situações.

Em outra ocasião, pergunto à Marcela como ela acha que teria sido a experiência de estudar em escolas públicas, onde as marcações de classe e raça apresentam implicações mais evidentes naquilo que tende a vulnerabilizar ainda mais os sujeitos nessas experiências, ao qual ela responde:

Eu tenho muita consciência que se eu tivesse estudado em escolas públicas ou de periferia, eu teria sofrido muito mais. Nas escolas que eu passei, eles tinham medo dos nossos pais irem lá, fazer um barulho. Com o poder na mão por causa da proteção dos pais, lá na escola, você fica com mais condições de não passar por algumas situações, e mesmo que elas sejam inevitáveis, elas não vêm do seu superiores [professores, diretores e demais funcionários], elas vem dos seus iguais. É ruim, mas você sofre um pouco menos, eu acho... (Diário de campo, 18/02/2018)

Marcela ainda comenta:

As professoras, os funcionários da escola, ninguém me fazia sentir como se eu fosse inadequada... eles até faziam, mas era sutil, eu só consigo dimensionar quando eu volto nessas situações já agora, como adulta... Mas com as crianças era diferente, era de igual pra igual né [...]. Eu sei que se eu estudasse numa escola da periferia, se eu fosse negra, seria diferente, a própria escola me violentaria, os professores não teriam a paciência, a discricção... (Diário de campo, 18/02/2018).

Quem interpela o outro em decorrência de uma dada diferença, o faz a partir da autorização que as normas sociais oferecem, tendo em vista que elas operam numa complexa teia que interliga contexto, atores, dispositivos, tecnologias de controle e discursos (FOUCAULT, 2007). Ser lida como um menino feminino, tanto no caso de Marcela, como no de Bianca as coloca sob os olhares e discursos vigilantes e repressores. No entanto, é possível perceber a partir das narrativas de Marcela que o pertencimento à classe e raça tidas como privilegiadas constrói um aparato protetivo no que diz respeito às experiências de inclusão/exclusão, a partir não somente das lógicas estruturantes dos espaços acessados (e, portanto, das experiências construídas), bem como das estratégias de enfrentamento às condições às quais foi/é exposta.

Enquanto Bianca, que é lida como menino feminino, negro e pobre, torna-se alvo de questionamentos e violências por parte não somente do pai da menina dona da boneca, mas também de sua mãe ao reforçar a repressão do homem, Marcela é lida como menino feminino, branco e de classe média e, portanto, acessa espaços com uma estrutura que dispõe de dinâmicas que a fazem sentir protegida e menos exposta às situações de violência (o que não significa que estas sejam estruturas que de fato a protegem).

“Uma vez, numa briga com os meninos da minha sala, uma colega veio me defender, dizendo ‘A tia disse que ela é doentinha’. Alguns meninos pararam, outros continuaram...”. Essa fala nos ajuda a pensar sobre como Marcela era lida e construída pela professora para seus colegas de classe, e para tal, acionamos a proposição de Carvalho (2011) ao afirmar que olhar a partir dos marcos patologizantes retira a carga moral sobre as transgressões do sistema sexo-gênero-desejo, no entanto, “isso depende da classe social dos sujeitos envolvidos, principalmente daqueles que podem passar a compreender tais fenômenos como aceitáveis dentro das possibilidades de existência” (p.90), de modo que a classe tende a ser um elemento importante na aquisição de possíveis leituras, por um lado, menos marginalizadoras acerca das experiências desviantes, e por outra, patologizantes.

Se por um lado, essa leitura possibilitava que algumas crianças não mais a importunassem, e ainda “a defendessem” (como no caso da menina da situação mencionada acima), visto que, a partir do pressuposto patologizante, já não se tratava de um desvio de ordem moral, também colocava sua experiência no campo da inteligibilidade ao tratá-la como um menino doente já que desestabilizava as concepções normativas construídas por meio do aparato do sistema sexo-gênero-desejo. *“Eu não ligava não... Pelo menos assim algumas crianças não me infernizavam... Algumas... (risos)”*.

A mobilização desse discurso acaba relegando um lugar mais protegido no campo das relações escolares, na experiência de Marcela, o que não se percebe dentre o repertório de possibilidades de proteção na experiência de Bianca.

As experiências em que o sistema sexo-gênero-desejo se impõe como disciplinador das subjetividades e práticas generificadas estão presentes em maior ou menor intensidade na vida de todos os/as interlocutores/as desta pesquisa, durante a infância, concentradas nos espaços escolares, mas não somente. Dan passou toda a sua infância, adolescência e início da vida adulta vivendo, se entendendo e se apresentando como uma mulher, no entanto, transgredia a norma e ao sistema sexo-gênero-desejo ao manifestar interesse afetivo sexual por mulheres, se autodeterminando uma mulher lésbica.

A instituição que fez parte de boa parte das vivências de sociabilidades e construção de significados, na experiência de Dan foi a igreja evangélica. Dan descobriu sua homossexualidade ainda durante o início da adolescência, e a imposição da heteronormatividade tornou-se clara e evidente quando ele se envolveu com a filha do pastor:

Eu queria, mas não queria, sabe? Eu queria mesmo era ser aceito. Não tinha um discurso claro sobre a periculosidade do que eu tava fazendo. Digo isso porque não tinha o discurso claro, mas todos estavam me odiando, me tolhendo, me julgando, me excluindo. Eu queria ficar com ela, mas estava confuso, e não era quanto à minha sexualidade, era sobre a minha vida, era sobre se sentir amado, se sentir certo, se sentir aceito. Me trataram por muito tempo como um risco, um doente... A ponto de eu me sentir contaminando as pessoas. Uma parte de mim dizia que era aquilo mesmo, que eu estava sendo uma vergonha, que nunca teria uma família e dignidade, mas no fundo, eu não entendia. Esses sentimentos eram de alguma forma do esforço de entender, do esforço de querer fazer parte... (Dan, em entrevista à pesquisadora, em 02/02/2018)

Dan representava um risco para aquela comunidade porque transgredia os códigos morais propostos pela igreja e pela atribuição de valor negativo aos que não seguem o padrão heteronormativo, considerando-os como um risco (COLLING; SANT'ANA, 2014; NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009), de modo que qualquer prática que fosse norteadas por concepções sustentadas em modelos sexuais não hegemônicos, conforme aponta Vitali *et al.* (2019), eram considerados um ataque às crenças morais e religiosas que regem o padrão familiar cisgênero aceitável, inerentes aos discursos religiosos neopentecostais.

Dan aponta:

Imagina o terror que a minha presença começou a causar. Eu já era uma pessoa que eles viam como petulante, falante, questionadora, líder. Eles claramente me mantinham ali porque precisavam do controle de alguém como eu dentro daquela instituição. Tinham outras coisas, mas isso é muito claro pra mim. Quanto mais do time deles, mais era possível eles me controlarem, entendeu? Mas no fundo, eu era uma ameaça à família tradicional, e eles me disseram isso de vários jeitos, às vezes só de me olhar já diziam. (Dan em entrevista à pesquisadora em 02/02/2018)

Tomando esta instituição, assim como a escola nas experiências de Marcela e Bianca, como potencial reguladora dos códigos morais que visam à manutenção do sistema sexo-gênero-desejo, o discurso acerca da família tradicional tem um papel decisivo, especialmente a partir daquilo que se convencionou chamar de fundamentalismo cristão. Para interditar e normalizar sexualidades, o discurso religioso fundamentalista precisa se articular estrategicamente a outros discursos, estender seus domínios discursivos à instituição familiar, na medida em que, conforme discutido por Nascimento (2015), funda um padrão de família permeado por um determinado sistema de valores. Essas concepções caracterizam-se, por exemplo, pelo binarismo essencialista dos papéis de gênero, regulado por uma matriz cisgênero e heterossexual que torna os sujeitos inteligíveis, resultando em expectativas acerca dos comportamentos ideais, dos “papéis” desempenhados nas práticas cotidianas, nas relações íntimas e institucionais, nos projetos de vida, gostos, desejos, que dizem que uma mulher deve desenvolver habilidades que a possibilitem cuidar de uma criança já que o que se espera é que ela seja mãe, e que um homem precisa ter habilidades que viabilizem o sustento de uma casa, por exemplo.

É importante mencionar que a cultura ocidental moderna dividiu a sexualidade rigorosamente entre razão e o desatino, entre a saúde e a doença, o normal e o anormal (FOUCAULT, 1978). O internamento e seu regime policial controlavam a ordem na estrutura familiar, com dupla função, de regra social e norma da razão, impedindo que algum de seus membros cometa “devassidão, prodigalidade, ligação inconfessável, casamento vergonhoso” (FOUCAULT, 1978, p. 104). Somente no final do século XVIII começa a haver uma oposição a esse princípio, e no século XIX ele se torna um “problema de ordem psíquica”, um assunto particular entre o indivíduo e sua família. Isto que conhecemos como repressão da homossexualidade “não remonta ao cristianismo, propriamente falando, mas a um período mais tardio da era cristã” (FOUCAULT, 1993, p. 320), em que as relações passam a ser questionadas, relações sem finalidade racional, alianças outras que interferiam no regime de acumulação de bens das famílias.

A igreja como instância de vigilância e *lócus* enunciativo desse discurso, nesse contexto, torna-se o campo discursivo de ação no que diz respeito ao confronto de moralidades em relação aos gêneros e às sexualidades, e na experiência de Dan, foi espaço de diversas violências. No campo da vida prática, essas violências resultaram na perda de um importante espaço de sociabilidade; na perda do lugar de liderança, e portanto, da participação em atividades significativas; na deslegitimação da expressão do seu desejo afetivo e sexual; na vergonha da mãe; na culpa; no conflito entre aquilo que Dan sentia e aquilo que lhe era cobrado, e a ausência de uma coerência entre as duas perspectivas; entre outros.

O emprego que lhe foi conseguido como um castigo, tornou-se sua “*carta de alforria*”. Dan buscou constituir novas práticas de sociabilidade ao mesmo tempo em que se dispunha a conhecer aquele universo que foi atribuído à sua transgressão: baladas, festas, bebidas e circuitos de “*pegação*”. Ainda na tentativa de encontrar um ponto nodal entre a nova experiência que lhe garantia uma renda (e, portanto, autonomia financeira) e o reconhecimento de suas habilidades para compor o espaço que lhe permitia vislumbrar o afeto e a aceitação, levou seus novos amigos para a igreja, momento em que vivenciou, de fato, sua expulsão.

Dan conta:

Eu não participava de nada na vida até ter toda essa situação de eu ficar com a menina... Minha vida era só a igreja. Uma coisa foi boa, eu fui pra vida, fui conhecer o mundo, estudar, depois comecei a entender sobre mim mesmo, sobre direitos, e fiz esse caminho que você já conhece... No fim, essa expulsão foi o que iniciou o meu processo de libertação! (Dan, em entrevista à pesquisadora, 02/02/2018)

A categoria enfrentamento se compõe a partir de diversos elementos e assume múltiplas dinâmicas no funcionamento das práticas que o materializa. O trabalho no comércio, na história de Dan, em um primeiro momento, presumia o lugar de punição, no entanto, foi sendo ressignificado à medida em que lhe oferecia certo aparato para compor aquilo que ele chamou de libertação. Essa libertação era a resultante de um processo produzido pela independência financeira, somada à constituição de experiências afetivas e sexuais fora dos olhares vigilantes e julgadores de sua família e da igreja, além da ampliação do repertório de possibilidades em termos de projetos de vida (e de felicidade), como entrar num cursinho e tentar vestibular, o que também lhe conferiu certa confiança, e conseqüente desenvolvimento de outras potencialidades, para adentrar em novos espaços.

Trabalho e educação se entrelaçam para formar uma parte significativa das estruturas de enfrentamento de Dan, e nesse sentido, o enfrentamento às proposições de construção e consolidação das práticas e discursos mediados e reiterados pelo sistema sexo-gênero-desejo, que nesse momento de sua vida se localizavam mais fortemente nas experiências na igreja, foram se construindo com as possibilidades encontradas no mercado de trabalho, mas não somente. Dan aponta a educação (nessa experiência, localizada com sua entrada em um cursinho pré-vestibular e posterior aprovação em um curso localizado em um campus fora de sua cidade natal) como forte elemento de rompimento com os pressupostos daquilo que o fazia compreender-se como diferente, e, portanto, inadequado.

No começo foi difícil, porque eu ainda estava preso naquilo que eu não conseguia ter, né, mas depois eu fui aceitando, fui vendo que eu poderia ser amado, que eu poderia estar mais protegido, me sentir menos insuficiente, porque aquele tempo foi sombrio, não importa o que eu fizesse, eu sempre me deparava com a não aceitação [...]. Eu não podia fazer planos legítimos, parece que tudo incomodava. E olha que eu já tinha esquecido a parada de ser jogadora de futebol, já, naquela época (risos). Sair disso fez com que eu acreditasse mais em mim, que eu podia ser aceito, que eu não precisava daqueles olhares reprovadores. Mas primeiro eu fui pro fundo do poço, porque não foi uma escolha, eu fui obrigado a ir por outros caminhos. Hoje agradeço por ter aparecido outras coisas, a educação que foi a minha salvação na vida... Mas não foi fácil, porque a vida foi me empurrando praquilo, eu que tive que positivar, olhar e falar: tô aqui porque não mereço estar lá, mas também é bom. E com o tempo, foi muito melhor... e como foi! (Dan, em entrevista à pesquisadora, 02/02/2018)

A inserção no mercado de trabalho configurou-se como o ponto de partida que possibilitou a construção de vivências de enfrentamento não somente às condições marginais em que Dan foi colocado no interior dos códigos que regulavam as relações na igreja, mas à forma com que esses códigos foram assimilados, significados e subsidiavam seus projetos de vida. Assim, Dan rompeu com a igreja e com as concepções que decorriam de seus pressupostos normativos. Apontou em uma de nossas conversas:

Foi como uma reprogramação mental, eu já não sabia mais o que era certo, o que era errado, o que era importante e o que não era, o que era aceitável, possível e o que não era... No fundo, eu sabia, mas era bem no fundo... Eu precisava de algo que fortalecesse esses meus achismos no fundo... (Diário de campo, 08/03/2018).

A apreensão de um novo repertório, da visualização da multiplicidade de experiências tomadas como positivas em torno daquilo que lhe era negativado e marginalizado nos códigos morais da igreja, foram fundamentais:

Você tem noção do que era ser feliz perto daquele monte de viado? Claro que eu ficava mal depois, eu me sentia muito culpado, mas só de eu poder ficar com as minas sem precisar me esconder, aquilo já me fazia mais humano. Eu ver aquilo como normal foi um passo muito importante pra eu me sentir gente, e com possibilidades também de me sentir amado, como todo mundo. (Diário de campo, 08/03/2018).

Esse novo repertório, reuniu elementos importantes naquilo que compôs o enfrentamento de Dan não somente às exclusões vivenciadas e as condições de desajustamento ao qual foi exposto, mas ao próprio sistema que o relegou esse lugar.

Nessa densa trama que conecta instituições, atores, discursos e práticas, o cursinho compõe aquilo que Dan chamou de “a cereja do bolo”. “Foi lá que eu entendi que eu tinha o espaço do questionamento... e aí veio a filosofia, o vestibular, a mudança, a faculdade... e tudo foi se desenrolando, ou pelo menos, ficando mais claro pra mim...”.

O lugar da contestação ao sistema pôde ser composto pelos coletivos, movimentos sociais, diretórios de estudantes, e por fim, na pós-graduação, por meio do desenvolvimento da pesquisa que teoriza sua experiência de transição de gênero. É possível afirmar, portanto, que os espaços que permitiram a elaboração de estratégias de enfrentamento de Dan, foram aqueles que possibilitaram a apreensão da crítica à realidade vivida, somado ao sentimento de pertencimento e de produção legítima de suas vivências.

Se a educação foi um dos setores que compôs fortemente os enfrentamentos de Dan, na experiência de Talita é narrado como um *locus* de intensa reprodução de violências. Talita conta:

Até as professoras riam de mim. Sempre tinha um jeito de eu estar errada, porque eu já era aquela aluna problema, e nem era aluna né, era aluno, naquele tempo. Então se alguém chegasse falando que aconteceu alguma coisa errada e contando que fui eu, ninguém ia nem apurar. Pra piorar, eu era pobre, nordestina, preta, era um menino gayzinho, eu era tudo que não prestava. Eu odiava aquele lugar com todas as minhas forças [...] Eu sempre tava com as meninas, mas nem elas gostavam muito de mim, elas riam, sabe, eu não tinha grupo, não tinha nada. As professoras também riam de mim, me levavam direto pra diretoria por coisas que eu não entendia... E várias vezes eu ouvia coisas tipo: —Procure seu lugar, você já é um rapazinho... Isso porque elas diziam que eu adorava

aparecer... e provavelmente esse era o problema né... (23/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

Se na experiência de Marcela, os “adultos” da escola privada lhe conferiam certa proteção, na experiência de Talita, a situação não era a mesma. Se a violência se iniciava com o tratamento que os colegas de sala lhe ofereciam, essa violência se estendia à ausência de proteção por parte dos professores e demais funcionários da escola, segundo ela. Guacira Lopes Louro (2004) aponta a escola como forte instituição social no que diz respeito à disciplinarização dos corpos, à medida em que reiteradamente perpetua em suas estratégias as matrizes identitárias tidas como referências (neste caso, a heteronormatividade) e, conseqüentemente, fortalecem a re/produção das diferenças. Nesse sentido, os comportamentos esperados e cobrados de Marcela a colocavam nas margens no interior das relações construídas na escola. Quando perguntei se Talita se lembrava de algo positivo que viveu na escola, ela comenta, de pronto, que não:

Nunquinha! Tudo era muito de momento. Não tinha nada que eu falasse ‘ah, isso eu tenho’, ‘essa professora me entende’, ou ‘esse amigo tá comigo’. Não tinha nada, nada. Às vezes aliviava um pouco, mas eu nunca tive paz nesse lugar chamado escola! Nem no banheiro eu tinha paz, eu tive que ficar uma criança agressiva, senão, como eu ia sobreviver??? (23/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

O caráter provisório dos suportes relacionais e institucionais oferecidos para Talita no ambiente escolar exigia ela que construísse estratégias próprias de enfrentamento, que envolvia aquilo que pelos demais era chamado de agressividade e entendido como práticas de transgressão, e por Talita era entendido como humilhação, desrespeito e ridicularização. “*Eu nunca soube sobre isso de direitos, a criança tinha que calar, né, e quando eu me calava, me sentia um lixo. Chega uma hora que você não se importa mais com nada, porque ninguém se importa com você,*” ela relata na tentativa de expor suas inquietações que resultaram na saída da escola, a partir daquilo que ela entendeu também como uma violência, ao ser acusada de furto.

“*Quando você é uma pessoa errada, tudo vira sua culpa por onde você passa, uma hora você enche disso...*”. Uma das violências a qual Talita não conseguiu enfrentar foi a autopercepção construída pelo sistema sexo-gênero-desejo que a permite se nomear como “pessoa errada”. Essa concepção naturalizada coloca os sujeitos em lugares de enfrentamento não dos discursos que os constrói e os coloca no lugar relegado ao “outro”,

mas ao contrário, o faz entender-se como ocupante legítimo desse lugar, ainda que não consiga se deslocar para o lugar de “pessoa certa”. Certo e errado, nesse sentido, adjetivam experiências, conferem lugares de enunciação, e principalmente, anunciam direitos, legitimidades, proteção e apoio. Na microlente das dinâmicas sociais, a saída de Talita da escola movimenta estatísticas que apontam a evasão escolar como um processo comum na história de vida de pessoas trans (JUNQUEIRA, 2009), processo denunciado como expulsão escolar por Benevides e Nogueira (2020) ao argumentar que a escola passa a ser um lugar em que a vivência se torna impraticável na experiência de pessoas que não se encaixam nos marcos da heteronormatividade, de modo que sua permanência acaba por se findar ao primeiro sinal de autonomia e de reação da criança, conforme apontado por Souza e Bernardo (2014).

Essa expulsão é visível e materializável não somente na vivência de Talita, a partir dos dados coletados para essa pesquisa, mas também na de Tiago, que por resistência de seu contexto familiar, somada ao que ele chamou de “ambiente quase protegido” de sua casa, não se concretizou, exigindo dele que estratégias de enfrentamento e permanência fossem elaboradas.

Tiago conta:

Eu ia fazer o quê? Eu me isolava! Mas eu me sentia convidado a sair o tempo todo, e se eu tivesse essa condição, eu teria saído. A minha saída foi sofrer, me recolher, e depois fui buscando me sentir aceito, por isso que eu estudava tanto. Eu não tinha a aceitação dos meus pares porque eu era ‘ridícula’, mas tinha ados professores porque eu era ‘boa aluna’ ”. (10/12/2017, em entrevista à pesquisadora).

Tiago, portanto, elaborou como estratégia a dedicação às atividades pedagógicas e de construção do conhecimento no âmbito do espaço escolar. Aponto as atividades com fins de aprendizado conteudista como fator de investimento, porque nas atividades com objetivos de sociabilidade, como por exemplo, nas atividades propostas em datas comemorativas, Tiago acabava por ficar no grupo daqueles que ele nomeou como “os que ninguém gostava”.

Tiago também conta que por muitas vezes quis deixar a escola:

Até eu começar a estudar mais, eu queria muito sair de lá, porque se você for parar pra ver, lá é um lugar de muita humilhação. Eu tinha mais coisas ruins que boas, não tem como você passar por tudo isso e sair ileso, é muito nocivo, quando se coloca na balança o tanto que é bom e o tanto que é ruim. (10/12/2017, em entrevista à pesquisadora).

E continua:

Mas eu tinha medo de sair, porque teria muitos problemas com meus pais, e era uma criança contida o suficiente pra matar aula como eu via muitos colegas fazendo. Foi aí que eu acabei encontrando na dedicação aos estudos uma forma de me sentir aceito. (10/12/2017, em entrevista à pesquisadora).

O suporte familiar parece, nesse sentido, ter sido determinante para a busca por possibilidades de enfrentamento às condições de marginalização no ambiente escolar, corroborando com os apontamentos de Souza e Bernardo (2014) quando afirmam que entre as pessoas que possuem escolaridade maior, há o frequente relato da presença e suporte familiar durante a infância e adolescência, ou ainda, de alguma rede de apoio pessoal.

É notável que essa presença familiar que, em alguma medida, lhe impunha a necessidade de construir estratégias de permanência no contexto escolar, não se dava pela mobilização do afeto e do apoio, mas do medo. Assim como em todas as experiências mencionadas ao longo deste tópico de análise, o enfrentamento não se dava ao sistema, mas à sobrevivência nele a partir do lugar que lhes era conferido mediante ao seu não enquadramento nas normas.

Marcadores como raça e classe também são potentes para pensar as experiências de Tiago. Filho de microempresários numa cidade do interior, e sendo lido como uma menina branca, Tiago encontrou um cenário completamente diferente daquele que compunha as vivências de Talita, por exemplo, que imprimia no corpo, para além de signos que eram lidos como inadequados porque encobriam uma suposta feminilidade (que deveria ser óbvia e não questionada), marcas de sua vivência em um bairro da periferia, além de ser nordestina. Tais marcadores nos oferecem elementos que permitem olhar com mais minúcia para aspectos dos cotidianos em que o sistema sexo-gênero-desejo é imposto, sendo decisivos em ambas as experiências: enquanto os pais de Tiago exerciam uma vigilância que embora o fizesse sentir acuado, ainda se caracterizava por ele como uma vigilância protetiva, Talita ajudava no cuidado com os irmãos (o que influenciava diretamente na relação dela com a mãe e com o espaço doméstico, visto a função que exercia) e se colocava como um apoio da mãe nessa tarefa; Talita estudava numa escola pública, também na periferia, e Tiago estudava numa escola particular, frequentada por crianças de classe média. Talita carregava um sotaque nordestino (cada vez mais diluído no sotaque que foi construindo em sua vivência no Sudeste, também como forma de enfrentar algumas exclusões as quais ele fundava e reforçava), traços que na tradução aos seus termos, se caracterizavam como “[eu tenho] *cara*

de pobre, corpinho de menina pobre, cabelo de pobre favelada nordestina”, enquanto Tiago usufruía de marcas que os colocava na composição das vivências hegemônicas, sendo sua transgressão ligada predominantemente aos aspectos de gênero e sexualidade. A conjunção desses marcadores mobiliza as dinâmicas do sistema sexo-gênero-desejo, na medida em que oferece não somente opressões específicas, mas cenários e recursos outros na proposição da construção de sujeitos normativos, de modo que Tiago acessava elementos que Talita não conseguia acessar no espaço escolar, em decorrência de uma estrutura que lhe possibilitava algum suporte no enfrentamento às violências inerentes aos sujeitos não normativos produzidos pelo sistema.

Outros espaços de tensão foram identificados nos discursos em que é possível localizar a ação direta do sistema sexo-gênero-desejo na constituição dos modelos de vida a partir de suas normas, especialmente no interior do espaço escolar, tais como as aulas de educação física, o uso do banheiro, a relação com os demais colegas, com os professores, e demais atores. Santos (2010) discute em seu trabalho “*Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*” elementos muito semelhantes aos que foram tratados até aqui, neste capítulo, de modo que, dependendo das variáveis apresentadas (outros marcadores sociais da diferença), são determinantes para a predominante baixa escolaridade da população trans.

Até aqui, apresentamos experiências localizadas na infância, tendo em vista que no âmbito da linearidade das histórias de vida, esse seria o primeiro momento em que o sistema sexo-gênero-desejo interpela sujeitos na construção daquilo que é ou não aceitável nas experiências generificadas, no entanto, esse mesmosistema opera regulando as práticas ao longo de toda a trajetória de vida dos sujeitos, e produz seus enunciados regulatórios por meio das mais diversas instituições, sejam elas (não somente) educacionais (como) jurídicas, científicas, médicas, arquitetônicas, midiáticas, entre outras (FOUCAULT, 2007), e que vão operando de maneira mais intensa em cursos de vida ou em contextos específicos.

Marcela nos oferece experiências importantes, fora dos marcos da infância, para pensar a forma como o sistema sexo-gênero-desejo exige a elaboração de ferramentas de enfrentamento às suas resultantes. O discurso médico é regulatório, na medida em que lança a proposição de intervenções e diagnósticos produzidos em torno dos gêneros e das sexualidades, no interior daquilo que Foucault (2007) chamou de dispositivo da sexualidade, definindo formas de compor, traduzir e viver o corpo. Ela conta:

Eu queria fazer a cirurgia de transgenitalização, mas resolvi deixar pra depois, quando eu tiver mais organizada, porque é muito burocrático, né? Eu já mexi em tanta coisa, que até queria tirar [o pênis], mas tem que ficar indo em reunião, grupo, assistente social. Eles querem vencer a gente peço cansação! Amiga, veja bem, olha onde eu já tô!!! Imagina se eu tenho que passar por tudo isso pra poder operar, eu não. Aí uma coisa que você quer, você já repensa se é prioridade mesmo... Quando eu puder, faço fora do Brasil. Meu marido me dá muito apoio.(Diário de campo, 20/05/2018).

Marcela aponta os meandros sobre como o aparato médico implica no processo de modificação corporal, no que diz respeito à intervenção cirúrgica, se compondo também como um aparato regulador das normas impostas pelo sistema sexo-gênero-desejo. É importante ressaltar que, segundo Foucault (1993), as normas sociais atuam como dispositivos de poder na sociedade, de modo que quando Marcela afirma precisar passar por uma série de processos via processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), esse processos funcionam como estratégia biopolítica de controle sobre os corpos trans, operando por mecanismos disciplinares empenhados em normalizar e treinar os corpos para a vida no binarismo heterossexual para os gêneros, e em função do controle e administração dos corpos chamados anormais no nível da população pela regulamentação da vida.

Essas normas atuam como dispositivos que buscam a regulação e o controle da população por meio das condições físicas e biológicas dos sujeitos, sendo denominadas de “biopoder” pelo próprio Foucault (1993). A partir dessa perspectiva, anos depois, em *A história da sexualidade*, esse autor defende que as concepções em torno das práticas que envolvem a sexualidade (e portanto, a leitura sobre os códigos generificados) foram “arquitetadas” socialmente com o objetivo de estipular uma hierarquia e, conseqüentemente, a detenção do poder de um indivíduo sobre outro e/ou de um grupo/classe social sobre outra. Nesse arcabouço de práticas, encontra-se o processo transexualizador.

A cirurgia de transgenitalização não se compõe como um elemento determinante e regulador para a qualidade de vida e legitimação da identidade de gênero na experiência de Marcela, visto que seu contexto permitiu que essas transformações fossem sendo incorporadas às práticas cotidianas de maneira mais diluída. Marcela coloca:

Quando eu penso na cirurgia, não penso como algo que preciso fazer, sabe. Eu lido bem com ele [o pênis], seria mais uma coisa minha, sabe, mas não interfere na minha vida, diferente de outras irmãs, que eu vejo que precisam, né. [...] Ser mulher foi algo que eu pude ir construindo independente dessas mudanças mais intensas... (Diário de campo, 20/05/2018).

A legitimidade da vivência de Marcela a partir da construção de um aparato corporal teve como cenário uma família e relações construídas por meio das práticas de sociabilidade que em alguma medida, acolheu suas demandas, e, portanto, a fez sentir protegida. Além disso, a proteção de ordem institucional que se expressava por meio das posturas de diversos atores do espaço escolar, e posteriormente, na faculdade, se compôs como um terreno que, embora expressasse a imposição de normativas do sistema sexo-gênero-desejo, também ofereciam o espaço da elaboração de formas de enfrentamento e de significação dessas transformações, como quando ela conta que seus pais conviviam com amigos de sexualidade não normativa.

Nesse ponto, podemos acionar a vivência de Talita, que com poucos recursos financeiros e intensas vivências em diversas situações de precariedade enfrentadas por ela (enquanto irmã mais velha) e pela mãe na mudança para outra região e reconstrução (ou tentativa de construção) da estrutura de vida, deixava escapar sua feminilidade, ao mesmo tempo em que também buscava ocultá-la, em alguma medida. Talita repete em diversos momentos de nossas conversas: *“Eu queria ir pra Europa, ter um pouco de glamour. Lá as meninas ralam, mas são mais respeitadas que aqui, podem fazer a cirurgia...Aqui eu nunca faria!”*. Quando questionada sobre o motivo do não investimento acerca de possibilidades no interior do processo transexualizador, Talita aponta:

É difícil até ir no postinho, imagina ir pra essas coisas, eu lá sei como funciona, como faz... Fora isso, eu não queria expor a minha mãe nesse tanto... Cortar... Acho que ia ser muito traumático pra ela... Eu tinha que estar longe [...] Eu conheço algumas pessoas que entraram nessa e desistiram, porque diz que é tanta coisa, tanto tempo... Por que que não podem constatar que você é travesti, e que quer tirar o pinto, e pronto? Tirar o que já é seu, sabe... Você tem que ficar provando? Eu hein... É muita humilhação. E eu sou preta, nordestina e pobre, já tenho muitas coisas pra provar aqui nesse lugar...

(...)

Eu já ouvi histórias de meninas que sofreram preconceitos dentro de um ambulatório de travestis... daí você imagina né...(03/04/2018, em entrevista à pesquisadora)

Mesmo sobre a hormonioterapia, Talita aponta que não *“pagaria esse preço pra ter acesso aos hormônios”*, o fazendo, em um dado momento, de maneira clandestina e sem acompanhamento médico. A regulação assumida pelo discurso médico, por meio do processo transexualizador (mas não somente) em torno do que seria ser uma pessoa trans de

verdade também funciona como forma de controle em torno da construção de masculinidades e feminilidades. Nesse sentido, Rocon *et al.* (2016) elucidam:

As normativas sobre o processo transexualizador estabelecem preceitos para seleção e acompanhamento dos pacientes que redundarão em ações disciplinares, uma vez que o acesso e a permanência no interior desse programa requerem a reprodução das normas de gênero que servirão de passaporte ante os diagnósticos médico-psicológicos. Nele, os corpos serão desmontados, rearticulados e treinados à "normalidade" da vida no gênero a partir das hormonioterapias, cirurgias plásticas, acompanhamento clínico-psicológico e social, e da cirurgia de transgenitalização, procedimento considerado "fechar o ciclo" das transformações. (p.206)

As prescrições normativas do processo transexualizador remetem ao entendimento de que todas as pessoas transexuais odeiam seus corpos, conseqüentemente, têm tendências suicidas e, portanto, buscam a readequação de seus corpos, gêneros e sexualidades nas normas pra esses estabelecidas, quando na verdade "os/as transexuais buscam com as cirurgias reparadoras é o reconhecimento de seu pertencimento à humanidade A humanidade só existe em gêneros, e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres" (BENTO, 2006, p. 230).

As normas que se aplicam à relação de desejo no que tange a possibilidade de busca pela cirurgia e pela inserção no processo transexualizador são iguais tanto para Marcela, quanto para Talita, no entanto, a rede de apoio pessoal mais próxima, o nível de instrução não somente delas como também das pessoas que compõe sua rede social de suporte mais ampla, faz com que ambas desemboquem em um nível de resolutividade e elaborações diferentes quanto aos enfrentamentos decorrentes da situação imposta: Marcela não inclui a cirurgia em seus projetos imediatos, nem a entende como condicionante para sua vivência como mulher trans; já Talita inclui a cirurgia num projeto mais amplo que envolve o que Pelucio (2006) chamou de construção do imaginário de uma vida na Europa e o reconhecimento (e portanto, o respeito) de sua identidade. Assim, o uso, por vezes, indiscriminado de hormônios e a incorporação de signos que remetem ao feminino acaba por se tornar a única estratégia de legitimação identitária viável nesse cenário.

Vale salientar que Luc Boltanski (2004), a partir da análise do consumo médico por classe social, desenvolve o conceito de necessidade médica, que seria o principal condicionante da busca por cuidados médicos. Tal necessidade não é uma necessidade primária que se buscaria satisfazer de imediato, na ausência de obstáculos como a possibilidade de pagamento dos serviços prestados. Sensações semelhantes são classificadas

de formas diferentes e experimentadas com maior ou menor intensidade conforme a classe social. A aptidão para selecionar, analisar e descrever determinada sensação como algo que merece atenção médica é função de uma competência médica, que por sua vez é condicionada pelo capital cultural do indivíduo, ou da família, assim como pelo seu *habitus* corporal. Carvalho (2018), nessa direção, aponta que a experiência de ruptura do sistema de sexo-gênero não se trata de uma sensação mórbida, mas em função do *habitus* corporal e do capital cultural das diferentes classes sociais, essa situação pode ser descrita pelo próprio indivíduo ou por sua família como um “transtorno sexual” ou “safadeza”.

Na experiência de Dan, a inabilidade da falta de conhecimento técnico suficiente por parte do aparato médico torna sua experiência de transformação corporal difícil e solitária. Em 2018, Dan deu início à ingestão de hormônios acompanhado por uma equipe médica via plano de saúde. Um dia antes de nossa segunda entrevista havia sido feita a segunda aplicação de hormônio, e ele conta:

Você não tem noção, a moça da farmácia aplicou errado, eu tô todo inchado. Você chega na farmácia e a pessoa sabe pra quê é aquela injeção, já te olha torto, já aplica de qualquer jeito, como se você tivesse mesmo que aguentar, já que quer fazer isso. Aí você liga pro médico, ele não sabe o que fazer, já não sabe te tratar nem no consultório, fora dele é que não sabe mesmo. Você fica à mercê, porque quem se dispõe a te tratar também não sabe muito o que fazer com você. E isso porque eu tenho plano de saúde, imagina se eu não tivesse, se tivesse que me submeter a toda aquela burocrática, àquelas abordagens, aquelas coisas todas, Deus me livre! (02/02/2018, em entrevista à pesquisadora)

Ainda que Dan tenha recursos para realizar as intervenções médicas necessárias com acompanhamento, a dificuldade burocrática, a falta de um aparato técnico consolidado decorrente da formação dos profissionais de saúde (FRAGOSO, 2015), somada às violências decorrentes das imposições do sistema sexo-gênero-desejo por meio do discurso médico-científico (PELUCIO, 2005; BENTO, 2006) se tornam um entrave.

Nesse sentido, condições econômicas, acesso à informação e a presença de uma rede social de suporte se apresentam como elementos determinantes nessas experiências. Vale salientar que na experiência de Dan, essa rede social de suporte é composta por outras pessoas trans, com as quais passou a ter contato por meio dos coletivos e dos espaços dos movimentos sociais. A presença desses elementos é atravessada por marcadores como classe e raça, mas não somente. No caso de Talita, por exemplo, ela é claramente afetada

pelas imbricações entre noções de regionalidade e geração, que se apresentam como marcadores de intensa relevância.

Ela conta:

As pessoas pensam que porque você é novinha, não tem direito de escolher o que quer viver. É tipo assim na cabeça do povo: Você não pode ser travesti, mas se um dia você for ser, você espera ser de maior... Aí você acorda, e puf, vira travesti. Porque não pode, mas naquele momento é um pouco menos proibido. Aí eu já sou essa tripinha de magricela, né, com cara de criança, imagine... Não quero mais dor de cabeça não... (03/04/2018, em entrevista à pesquisadora)

Ser uma travesti nascida no Nordeste do país e migrar para a região Sudeste traz consigo as suas marcas. As experiências migratórias Nordeste-Sudeste são construídas a partir de uma lógica colonial que coloca o nordestino no lugar daquilo que Edward Said (1978), chamou de “o outro” em seus estudos que amparam o desenvolvimento do conceito de Orientalismo, para referir-se à maneira como conhecimento articulado a partir do olhar hegemônico da cultura europeia foi capaz de homogeneizar e exotizar toda uma vasta região, entendida como periférica: o Oriente.

Acionando esse conceito para nos ajudar a compreender as opressões vivenciadas por Talita ao se colocar socialmente como nordestina, no contexto de uma cidade do interior de um estado do sudeste brasileiro, constatamos que ela carrega em seu sotaque a marca daquilo que é lido localmente, como fruto de uma região tida como inferior, representado pelo atraso, pela violência, barbarismo e miséria. O lugar de nordestina, nesse contexto, reforça o lugar de classe, e constrói o lugar de “malandra”, daquela que não trabalha porque tem preguiça, que fala errado, que é engraçada, que usa roupas inadequadas e exageradas.

Vasconcellos (2006) à luz da obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall, aponta que o que se encontra de comum nesta imagem risível, periférica, ignorante, sexualizada e estereotipada atribuída ao nordestino, em oposição ao sujeito do sul/sudeste educado, moderno, capaz, rico, produtivo, racional, é um discurso concreto que produz um certo incômodo nos moradores da região Nordeste e, que pode gerar ao mesmo tempo uma intrigante aceitação do lugar de marginal frente a uma cruel estratégia de estereotipização.

O lugar risível da travesti como uma “caricatura de mulher” engendrada pelo sistema sexo-gênero-desejo ganha contornos ainda mais marginais no delineado impossível de ser escondido mediante a marca do sotaque nordestino de Talita, destacando uma estereotipada

falta de instrução, que, na sua leitura, dificulta ainda mais os acessos a determinados serviços, como o processo transexualizador, para composição das modificações corporais, o que torna compreensível a construção de uma expectativa de que ir para Europa ampliaria suas possibilidades de transformação corporal, somada possibilidade de poder viver livremente seu processo de transformação com dignidade. Alimentar essa expectativa é a estratégia mobilizada por Talita para lidar com as impossibilidades impostas pelo sistema que constrói seu status social e (des)humano.

Na experiência de Tiago, as imposições do discurso médico-científico acerca do controle dos corpos generificados não teve repercussões significativas. Tiago começou a procurar por alternativas de tratamento médico munido de muita informação e com o apoio direto de Alana, sua namorada, que já vinha se apropriando dos debates no interior do coletivo feminista que participa, de modo que o apoio, somado ao acesso à informação e à crítica também compõem fortes elementos nesse cenário. Após indicações de um médico endocrinologista, que tem se aprofundado na abordagem a pessoas trans e a tratamentos mais efetivos para esses sujeitos, somado ao acompanhamento terapêutico de uma psicóloga também especialista na temática, Tiago aponta se sentir amparado em seu processo de transição.

Eu sei de muitas histórias de preconceito dentro e fora do processo transexualizador, nos consultórios médicos. Fico pensando nas pessoas que acessam esses tratamentos pelo sistema público de saúde... Imagina! Eu tenho um médico incrível que me orienta, me acompanha e está sempre disponível, que não tenta me questionar o tempo todo se eu sou homem mesmo, se eu não vou mudar de opinião em algum momento... Minha psicóloga também tem sido essencial, porque, imagina, você já vive uma vida que a sociedade toda te diz que você tá errado, aí você ainda vai ser acompanhado por profissionais que te questionam, que se apropriam da sua vida como se você fosse doente... tenho pena de quem tem que passar por isso,.. é violento e cruel... (10/12/2017, em entrevista à pesquisadora)

Quando Tiago aponta que “se apropriam da sua vida como se você fosse doente”, ele se refere ao processo de patologização das identidades trans, calcado na noção de verdade sobre o sexo, sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2007) ou sobre as identidades de gênero. Nessa direção, Tenório e Prado (2016) apontam que a lógica da patologização tem historicamente revelado muito mais o esforço da manutenção de hierarquias de saber e do poder científico como formas de regulação das normas sociais e de coerção e submissão às

normas de gênero do que propriamente a criação de mecanismos e critérios de atenção e cuidado à saúde integral dos sujeitos trans.

Apesar da recente retirada do transtorno de identidade de gênero⁶³ da sessão de doença mental do Código Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial de Saúde (OMS), houve a abertura de um novo capítulo destinado à doença sexual, que coloca essas experiências naquilo que vem sendo nomeado como *incongruência de gênero*. É inegável que tal fato corrobora com a minimização do estigma e do preconceito, mas ainda não coloca as experiências trans no rol de experiências possíveis no campo de uma normalidade.

Bianca, nesse sentido, luta contra as imposições do saber médico por meio do movimento social. Esclarecida e apropriada dos termos da pauta, Bianca aponta a luta pela despatologização para além da retirada dos termos que a nomeia via manuais da medicina, ela diz que o discurso patologizante em torno das identidades trans são apropriados e reproduzidos não somente pelos profissionais de saúde, como pela população em geral, legitimando seu lugar de doente.

Eu não quero saber de médico, minhas irmãs já me ajudaram a mexer no meu corpo, trabalhei muito na rua pra poder ser quem eu sou, pagar meus peitos, minha bunda... Minhas irmãs sofrem nessas filas do SUS, são humilhadas, questionadas, é um inferno... Converse com mais delas pra você ver. Mas converse com as que são como eu, prostitutas! Essas ricas, que vão pro consultório levadas pela mamãe pra dizer que são doentinhas, não! Essas têm outra história, outra luta... A minha história e a das minhas irmãs que precisam de ajuda são histórias da periferia, da pobreza... Pra gente não tem isso de médico, coitadinha daqui e dali... O médico pra gente desce porrada só em olhar... E se você se sentir provocada e falar alguma coisa, você é a louca violenta. Não basta ser louca promíscua, ainda é louca agressiva. Eu não passo nem perto de consultório, não quero nem saber de cirurgia, e acho mesmo que meu pênis tem que tá aqui, eu quero mesmo é que me aceitem como eu sou, porque eu adoro ele, ele é o meu ganha-pão. (24/06/2018, em entrevista à pesquisadora).

A principal forma de enfrentamento aos discursos da medicina e das ciências psi, na experiência de Bianca, é manter-se dentro daquilo que é entendido como resultante da incoerência entre o aparato biológico e a identidade de gênero, buscando a não adequação

⁶³ Definição que considerava como transtorno mental a situação de pessoas trans

ao sistema que produz os vocabulários que (não) traduzem a sua existência, ainda que isso a coloque como imoral e desviante, socialmente.

Os imorais e pervertidos são julgados socialmente como responsáveis por sua condição, logo merecedores de toda violência que os acometa. No outro polo, ser identificado como doente, torna o sujeito passível de compaixão e, ao mesmo tempo em que ele é desresponsabilizado por seu desvio, tem como obrigação se engajar na tentativa de melhora e colaborar com a intervenção médica (TENÓRIO; PRADO, 2016). É a esse lugar que Bianca questiona a partir de suas escolhas.

Se o atendimento serve como meio de disciplinar esses corpos abjetos a fim de produzir um feminino medicamente desejável, para além das violências produzidas pela dificuldade de acesso por parte de algumas pessoas trans de camadas populares, a normatização da performance na direção apontada por Butler (2004), visa a produção de tipos humanos que se enquadram nos critérios diagnósticos, e portanto, passíveis de domesticação.

O movimento social me ensinou a não aceitar essas imposições. Queremos o processo transexualizador com dignidade e acesso de todos. As mais pobres não acessam, ou são desrespeitadas, as mais ricas fazem por outros meios. Quem tá nesse meio, e encara sofre. Eles usam até aquilo que deveria nos libertar pra nos colocar na régua deles. E não são os médicos como pessoas, sabe... é o sistema mesmo... Eu acho que a gente tem que ter o poder de escolha independente se é pra se enquadrar ou não, mas não podem mais engolir nossas identidades, nossos desejos, e nos rotular com a etiqueta da perversão. (Diário de campo, 19/11/2017).

Bianca denuncia, a partir de sua percepção, a forma com que o discurso médico, por meio do processo transexualizador, opera. Nessa direção, Berenice Bento (2006), descreve o trabalho da equipe médica: concentra-se na realização da assepsia dos corpos sexuados, por meio de protocolos visíveis e invisíveis. Mediante interpelações prescritivas, testes, olhares, terapia, enfim, tesouras e próteses simbólicas, busca-se retirar o excesso, cortar a ambiguidade e recuperar a suposta unidade perdida naqueles corpos pré-operados. (BENTO, 2006, p. 229-230).

A crítica ao sistema sexo-gênero-desejo é a sua principal forma de enfrentamento ao mesmo. Essa compreensão se construiu a partir de sua vivência no movimento social, ainda que reconheça como legítima a vontade de muitas (senão a maioria) das pessoas transexuais desejarem se inserir no processo transexualizador como forma de obter acesso seguro às modificações corporais. Nessa direção, Conrad (2007), discute que as pessoas não são

medicalizadas de forma passiva. Há uma busca pela medicalização como resposta à angustia causada pela sensação de incômodo e inadequação, e é a essa sensação de inadequação que a postura de Talita se posiciona contrariamente: “*Eu não me sinto menos ser humano ou menos mulher porque tenho pênis. Como gritamos naquele dia lá no Entlaid⁶⁴, sou mulher de peito e pau! E daí??*” (Diário de campo, 12/06/2018).

4.2 A história e o cotidiano

Já passava das 17:30hrs e Bianca estava meia hora atrasada para o nosso encontro. Mandeí mensagem via aplicativo, mas ela não respondia. Resolvi esperar mais um pouco. Mais meia hora, e eu já me preparava para ir embora, quando ela surgiu ao longe, acompanhada de uma amiga. Senti-me aliviada, ela não faltaria ao nosso encontro. Quando se aproximou, ofegante pela pressa, e um tanto quando vigilante, a abracei e perguntei se estava bem, ao que ela respondeu:

- Essa é Renata, lembra que te falei dela? Desculpa o atraso, encontrei um cara que quase me matou uma vez, fiquei com medo e tive que esperar ele ir embora. Pra garantir, trouxe a Renata comigo. Duas travestis reagem melhor que uma né? (Diário de campo, 26/08/2018).

Bianca me contava sobre seu constante estado de vigilância durante os trânsitos nos espaços públicos. Renata, sua amiga também travesti, que divide ponto com Bianca durante a noite, me fora apresentada naquele dia: “*É você que tá fazendo pesquisa, então? Fale da violência que a gente sofre! As pessoas não têm noção do que a gente passa. Morre uma travesti, é só mais uma, não faz diferença, é menos um problema no mundo, menos uma que os homens vão, e depois ficam com medo que alguém fique sabendo.*”

A fala de Renata denuncia um dos aspectos mais relevantes do cotidiano de travestis e mulheres trans que se prostituem: a violência e a naturalização dela por parte da sociedade em geral (PERES, 2005). É por meio do cotidiano que a experiência da abjeção é vivida de maneira concreta, e em diferentes níveis resultam em práticas de violência (PELUCIO, 2005), de modo que é no interior do cotidiano que as ideias, valores, concepções e criações são apreendidas (GALHEIGO, 2020) compondo o tecido social que possibilita as diferentes formas de desenvolver práticas e conduzir as dinâmicas da vida.

⁶⁴ Encontro Nacional de Travestis e Transexuais.

Silva *et al* (2016) apontam que a violência cotidiana a qual travestis e mulheres trans que se prostituem estão sujeitas é tida como naturalizada no imaginário social, formulada por significações do que é ser travesti e transexual, engendradas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta categoria. Larissa Pelucio (2005) afirma que “as situações de violência podem vir tanto dos clientes, como da polícia e, não raro, de pessoas de seu grupo de convivência” (p.79), ao falar do recorte específico de pessoas trans que se prostituem, grupo ao qual Bianca faz parte. Fora dos circuitos de prostituição, conforma-se esta afirmação através dos dados sobre a violência que este público enfrenta no Brasil (CARRARA, 2011), no qual 10% dos sujeitos entrevistados sentem ódio e aversão por pessoas trans, sendo maior a parcela confessada por homens. Quando se considera apenas a antipatia pelo público, os números elevam-se para 46%.

Nos meandros desse contexto, medo, necessidade de proteção e sobrevivência são palavras frequentes nas narrativas acerca dos cotidianos de todos/as os/as interlocutores/as desta pesquisa. Quando Bianca precisa esperar por uma amiga para ir a um compromisso por “*medo de ser espancada de novo*”, associa-se esse fato a inúmeras variáveis, dentre elas, o horário em que estava saindo de casa e o espaço que acessaria. Assim, nos deparamos com elementos para pensar a violência como ponto de partida para a reelaboração das estratégias de mobilidade, acionando duas categorias que nos ajudam a pensar nos cotidianos e na construção de estratégias para as condições inerentes a ele, frente a essas experiências: o deslocamento espacial e os horários de circulação.

O deslocamento espacial à qual me refiro não é aquele debatido por Osborne (2004), Emakunde (2002), Pelucio (2005) e Askabide (2006), que diz respeito à rotatividade, diretamente ligada à prostituição enquanto atividade laboral, nem àquela debatida por Piscitelli (2009) e Mayorga (2010) quando discutem sobre questões relativas ao trânsito, à circulação e à imigração de mulheres para prostituição, tomando a categoria deslocamento, dentre outras leituras, como uma estratégia para acesso às oportunidades econômicas e sociais em outros lugares que não os de origem. O deslocamento espacial ao qual me refiro diz respeito às possibilidades de mobilidade na cidade para além das atividades de prostituição, enquanto elemento integrante de diversas práticas que envolvem a manutenção da vida. Esta se torna um ponto central nas narrativas sobre cotidianos de pessoas trans que participaram desta pesquisa, especialmente as de baixa renda.

A negociação dos deslocamentos se relaciona diretamente com as demarcações dos espaços urbanos nas dinâmicas intrínsecas da cidade, e circunscrevem os lugares e os períodos do dia em que podem ser acessados e quais os sujeitos que os acessam. Acidade,

nesse contexto, surge como um cenário cheio de antagonismos e conflitos, em que as pessoas se deslocam em suas superfícies lotadas de conteúdos culturais que, por sua vez, oferecem sentidos e normas que funcionam como substrato para as interações (CUNHA, 2012). Essas interações são mediadas pelas relações de poder, que nesse contexto se expressa por meio da heteronormatividade, mas não somente (PELUCIO, 2005).

Bianca e Renata me contaram aquele dia sobre as inúmeras situações de violência física que sofreram, especialmente na noite, no contexto da prostituição, e como essas situações de conflito repercutem nas suas práticas cotidianas nos demais horários do dia:

Bianca: *Eu esbarro os caras sem querer... Eles não vão lá no ponto nos horários da vida normal, eles vão à noite, escondidos né... Mas daí quando eles veem a gente no meio do centro da cidade, parece que eles entram em pânico, porque aí a gente indo nos lugares que são deles, das famílias deles, dos amigos deles. Já ouvi histórias de travestis que morreram assim, porque estavam na hora errada, no lugar errado... Como você vai adivinhar? Não é surreal a pessoa pagar por um serviço, e depois querer apagar quem prestou o serviço, por medo de alguém ficar sabendo que a pessoa contratou a travesti?*

Renata: *Isso porque é pra prostituição, que é feito “escondido” [faz sinal de aspas]. Agora imagine eles te contratando pra qualquer coisa! Quantas explicações teriam que dar sobre o motivo de te contratarem! A gente vê isso com as trabalhadoras do sexo e entende porque não servimos pra um trabalho formal... Nossa presença queima eles... (Diário de campo, 26/08/2018).*

No cotidiano de mulheres trans que se prostituem, a mobilidade é um elemento importante quanto às dinâmicas das atividades laborais, e ainda na relação desta com o acesso aos demais espaços da cidade em decorrência dos riscos de violência, e as estratégias utilizadas por elas na tentativa de acesso a lugares como cafés, bancos, supermercados, ônibus, banheiros, rodoviárias, praias entre outros são compreendidas entre o acompanhamento de pessoas que compõem a rede social de suporte (e na maioria das vezes, também pessoas trans), a privação do exercício de determinadas atividades (especialmente as de lazer), e o porte de objetos que possam ser utilizados na defesa de práticas de violência, conforme Bianca conta: “Você acha que eu não anda com nada? Ando com canivete, spray de pimenta... Eu apanho mas eu bato também. O que eu posso fazer? Ficar desprotegida?[...] Só que se acontece algo e bate a polícia, só de você tá com essas coisas, você deixa de ser vítima e vira agressora”.

Se por um lado não estar sozinha faz com que Marcela se sinta menos insegura e desprotegida, por outro, também a faz sentir exposta à outras violências: “*Se você tá sozinha, se sente desprotegida. Se você sai com uma amiga pra se sentir mais segura, tem que ficar ouvindo piadinha, e desperta até medo em outras pessoas, e tem gente que agride pelo medo... Se for homem, normalmente é pra se sentir mais macho...*”.

A produção generificada dos espaços urbanos faz revelar a dinâmica dos deslocamentos existenciais entre gêneros associados às atividades de deslocamentos entre cidades e lugares pelas pessoas trans (RODRIGUES, 2020), de modo que quanto mais distante, em termos de expressão identitária, do que o aparato biológico preconiza, mais estas movimentações se tornam perigosas. Elas possuem lógica rizomática e não constituem necessariamente redes estáveis de deslocamentos e fluxos de agentes, sugerindo mais um ambiente de emaranhado de linhas, cujas apropriações dos espaços e produção de sociabilidades são mutáveis e entrelaçadas por múltiplas variáveis.

Quando questiono a Bianca quais os lugares em que se sente mais segura para transitar, ela é enfática ao responder:

Nos lugares que têm outras pessoas como eu, com toda certeza! À noite, fazendo pista também me sinto mais segura do que indo na padaria comprar pão... Eu só me sinto um pouco mais segura quando estou com minhas irmãs! Mas não deixo de fazer minhas coisas por causa disso, só que evito, algumas situações, né. Eu não vou pra porta de um estádio de futebol num dia de Corinthians e Palmeiras, por exemplo, senão saio morta. [risos] Esses lugares dos machos-alfa são muito perigosos pra nós! Mas eu adoro mesmo é ir com aquele monte de travesti, transexuais pra Paulista, pro movimento, gritar, reivindicar meu direito de existir! Só que isso, infelizmente, você só pode fazer em bando, sozinha você apanha. Olha bem pra mim! Quem diz que eu não sou travesti? E também, quem disse que eu quero não parecer travesti? (Diário de campo, 26/08/2018).

Quando Bianca questiona se é possível não ser lida como travesti (dada sua corporalidade), ela traz pra cena um componente importante para a compreensão das alternativas de enfrentamento às impossibilidades de mobilidade de pessoas trans: a passabilidade. Ser lida como travesti implica em não “passar por”⁶⁵ mulher “de verdade”, mas não somente, implica em ser lida como delinquente (PONTES; SILVA, 2017).

De acordo com Duque (2013), a passabilidade oferece possibilidades de defesa das violências sofridas e de situações vexatórias ou da possibilidade de elas acontecerem nas múltiplas esferas da vida, mas principalmente no que diz respeito à mobilidade espacial. De acordo com autor, o espaço público torna-se o principal lugar da necessidade de prevenção às violências via a passabilidade, corroborando com pesquisas que apontam o espaço público como sendo o lugar onde a maior parte das “pessoas trans” sofre violências. Além disso, esses dados apontam para os/as autores/as dessas violências como sendo pessoas desconhecidas das vítimas (FACCHINI; FRANÇA; VENTURI, 2007). Nesse sentido, “passar por” envolve diretamente variáveis como o acesso às técnicas de transformação corporal, de intervenções clínicas, como os exercícios de voz via fonoaudiologia, a “qualidade” dos signos⁶⁶ utilizados para composição desse feminino, entre outras.

Na experiência de Talita, acessar o espaço público durante o dia implica diretamente em encarar alguns constrangimentos. Talita conta:

Imagina, se você é essas meninas trans que têm dinheiro, que estudou, fez faculdade, ela sofre preconceito quando sai na rua, mas ela pode entrar no carrinho dela e sair do lugar... Eu não, eu pego ônibus pra onde eu tiver que ir. Eu tenho mais medo de pegar uber⁶⁷ do que de pegar ônibus, já sofri preconceito de um motorista, e fiquei morrendo de medo de ele fazer uma graça comigo, imagina, eu lá sozinha no carro de um cara que podia ser um transfóbico, quem ia dar falta de mim depois?! Quando você tem dinheiro, você também pode comprar umas roupas mais bonitas, arrumar o cabelo, aí as pessoas veem e falam: é trava, mas é limpinha. Só te excluem até certo ponto, dali pra frente, você tá no seu salto, né... Mas aí se você é pobre, a história é outra: banco, fila, lugar que vai o povão... O povão é mais mal educado que o povo estudado... Eles te excluem também, mas é de outro jeito. É ruim, mas não é ruim igual, sabe... (29/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

⁶⁵ “Passar por” diz respeito ao conceito de passabilidade (DUQUE, 2013)

⁶⁶ Vestimentas, acessórios e demais adornos que se somam na constituição da forma com que as identidades de gênero são performadas.

⁶⁷ Aplicativo para transporte privado urbano.

Ter acesso a alguns recursos, especialmente os recursos de ordem econômica, oferece ferramentas para que as situações de preconceito sejam enfrentadas, sem perder de vista que, conforme Oliveira (2019), passar por é um resultado da interação, da contextualidade e, especialmente, de quem faz parte das relações e situações contingentes que envolvem os interlocutores. Dito de outra forma, Talita, que possui poucos recursos financeiros, baixo grau de escolaridade, e pouco ou nenhum amparo das políticas sociais, conta com poucas ferramentas para fazer os enfrentamentos decorrentes das poucas possibilidades de mobilidade espacial na dinâmica da cidade.

No que diz respeito à construção social das travestis, é relevante perceber que, no contexto brasileiro, “a grande maioria das travestis [é] proveniente das classes populares e média baixa” (PELÚCIO, 2004, p. 94). É comum perceber por meio de relatos e estatísticas que suas origens são atravessadas pela pobreza e “muitas continuam pobres por toda a vida, levando uma existência miserável, morrendo antes dos 50 anos em virtude da violência, do uso de drogas, de problemas de saúde relacionados às aplicações de silicone [...]” (KULICK, 2008, p. 24). É comum que se relacione a realidade social das travestis à pobreza, à miserabilidade, ao tráfico e às favelas (CARRARA; VIANNA, 2006), assim como é possível sugerir que entre as travestis há “predominância de negros e pardos, indicativo de seu pertencimento aos extratos mais pobres da sociedade brasileira [...]” (CARRARA; VIANNA, 2006, p. 235). É preciso que se estabeleçam essas relações para considerar os níveis de exclusão social, econômica e cultural a que estão submetidas as travestis no contexto brasileiro, visto que muito do que se considera parte do projeto travesti pode ser pensado “em termos de padrões socioeconômicos mais abrangentes de desigualdade” (KULICK, 2008, p. 61). Esse quadro sugere que a realidade social onde é produzida a identidade travesti e a sua própria reprodução enquanto identidade coletiva é fruto, entre outras coisas, das condições materiais de vida e da sua inserção numa classe social específica. Não se está aqui dizendo que a identidade travesti é generalizadamente um produto da pobreza, ou que a pobreza define uma identidade de gênero como essa. Mas é possível sim dizer que entre todas as determinações que refletem na construção das identidades culturais dos sujeitos, a classe social – e, portanto, o contexto socioeconômico – possui também centralidade (FERREIRA, 2014)

Essa situação econômica não se refere simplesmente às dificuldades financeiras dessas pessoas visto que a pobreza nos termos de Yazbek (2010) e Silva (2010), não pode se referir somente às privações materiais e à insuficiência de renda, mas está ligada também aos valores culturais de uma condição de classe determinada e à fragilidade do acesso a

serviços, direitos, oportunidades, informações e participação sociopolítica de determinadas pessoas inseridas em relações sociais desiguais.

Talita vivencia de maneira muito substancial os entraves que as marcas de classe lhe impõem, no âmbito da mobilidade, assim como a maior parte dos/as interlocutores/as desta pesquisa, evita acessar os espaços públicos durante o dia fora de seu circuito habitual, e tem um lugar muito específico que transita durante a noite: o bairro em que faz prostituição. A estrutura de uma rede frágil no que diz respeito aos suportes sociais, limita ainda mais seus trânsitos para práticas comuns aos cotidianos da vida urbana, de modo que, assim como Bianca, a alternativa utilizada para um deslocamento menos perigoso consiste em evitar que eles sejam realizados sozinha, optar pela maior circulação em espaços comuns à pessoas trans, como casas de amigos, espaços do movimento social organizado, os espaços de lazer, nesse contexto, são predominantemente evitados e realocados.

Aí você sai da sua casa e vai pra um parque com as amigas? Você até vai, mas vai no objetivo do movimento mesmo, de mexer com a estrutura das pessoas. Eu que sou uma mulher empoderada já sei o que vou encontrar, e quero encarar, mas entendo aquelas que não têm o suporte pra fazer o que eu faço. Se não for assim, a gente não vai ter espaço nunca. Aí eu penso que as trans que têm mais instrução sobre o campo da política que têm que dar a cara, até pra trazer as meninas pra gente, porque nosso corpo é instrumento de repúdio pra heteronormatividade, mas também é nossa arma de luta. [...] A gente só tem que buscar se proteger. (29/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

O uso do espaço público vem sendo amplamente debatido pelo movimento social organizado, oferecendo por meio de seus discursos, repertórios de luta e, portanto, em alguma medida, ferramentas de enfrentamento às condições de exclusão que são impostas às pessoas trans. No interior do movimento social institucionalizado, Bianca vai construindo os sentidos do enfrentamento a partir das possibilidades concretas de luta por políticas públicas, e ainda, na construção de redes de solidariedade entre seus pares, sendo essa sua principal ferramenta tanto no campo dos inaccessos por questões de ordem práticas, como naquelas de ordem cultural. “*O que aprendo no movimento social me dá forças pra enfrentar essa sociedade. A indignação fortalece, a revolta fortalece, porque deixa clara a injustiça... E a vítima, é você mesma!*”, ela afirma.

Assim, a produção de enfrentamentos aos deslocamentos é feita de maneira consciente e com busca de retaguardas. Isso não elimina os riscos que Bianca corre ao ir ao dentista, por exemplo, mas a coloca na disposição/possibilidade de mobilizar os recursos que a minimizem os riscos no exercício de tal prática.

O corpo enquanto lugar de enunciação, na experiência trans, é o lugar do repúdio ao mesmo tempo em que é o lugar do enfrentamento. Esconder e exhibir o corpo são táticas mobilizadas que contam como variáveis os lugar, os suportes mobilizados e o horário.

Tal perspectiva é percebida também na narrativa de Dan, que toma o movimento social como um lugar de intensas tensões internas, ao mesmo tempo em que oferece o lugar do reconhecimento.

Eu escolhi fazer da minha vida uma bandeira de luta, mas faço a partir do meu corpo. No fim, você não tem alternativa, ou você luta, ou é engolido, porque você não tem como negar o seu corpo... é material, é concreto... O que você pode fazer é buscar os reforços pra fazer um bom manejo desse corpo, ter muita consciência dos riscos que você corre, e se proteger disso [...]. O meu limite é sempre a violência física. Eu me utilizo do meu lugar de professor, de doutor, dou carteirada mesmo! É o que eu tenho! E questiono tensiono, provoco. Mas pra isso eu preciso, número um, não estar sozinho; número dois, não fazer isso durante a noite, em lugares com muitos homens... Até porque, você enxerga o transfóbico só de olhar pra ele... Essas pessoas eu evito, se eu tiver sozinho... (02/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

Na época em que Dan fez esse relato, seu processo de transição ainda estava no início, portanto, as marcas de uma possível feminilidade estavam impressas em seu corpo, o que o fazia passar por ainda mais situações de constrangimento. Naquele dia, almoçávamos na praça de alimentação de um famoso shopping da cidade em que mora:

Você reparou o quanto as pessoas me olham? Eu parei de dar importância pra isso, senão eu não vivo, e eu preciso viver. Entende porque eu desejo que meu corpo mude logo? Não é uma questão de estética ou de se sentir mais legítimo. É uma questão de sobrevivência. Você precisa disso pra poder ter um pouco de paz, ser menos questionado... (02/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

Se por um lado, Dan aponta os processos educacionais, e principalmente, a inserção numa instituição de ensino superior como fundamental na construção de suas estratégias de enfrentamento às práticas de preconceito e violências, é no interior do movimento social organizado que Dan diz que esses enfrentamentos ganham corpo. “A universidade te dá condição de entender o que você vive, porque você vive, e o que precisa ser mexido, oferece a crítica, mas isso não pode ser descolado da vida prática... no movimento social que eu

encontro isso...ll. E é na tessitura dos sentidos produzidos nesses dois espaços que Dan consegue fazer seus deslocamentos, que nesse sentido, não são somente espaciais.

O status de professor também o posiciona, na hierarquia institucional, num lugar de poder que o permite mobilizar algumas estratégias, garantindo certo tipo de proteção dentro da sua rotina de trabalho. O lugar de proprietário do saber – e portanto, em alguma medida, de poder (FOUCAULT, 1993) -, somado ao seu capital cultural lhe garante estruturas de proteção que seriam inviabilizadas, caso fosse, por exemplo, numa outra polaridade das relações de poder, o responsável pelos serviços gerais na escola.

Eu me sinto desprotegido por conta da solidão. Eu não sei se em algum momento eu posso estar sozinho na rua, e ser agredido. Também sei das situações que posso viver quando vou ao supermercado sozinho. Claro que eu me sinto mais preparado pra lidar do que muita gente, mas tenho medo da violência física. As outras formas de violência vêm, não tem jeito, porque elas vêm com o olhar reprovador, com o risinho de deboche...

Com isso a gente tá acostumado a lidar. Não que eu ache que temos que aceitar, mas não é a nossa geração que vai passar menos por isso. Mas no trabalho eu tenho menos dificuldade quanto aos deslocamentos, porque transito bem por lá, as pessoas me respeitam de alguma forma. [...] Sei também que agora que eu tô mais passável, tem sido melhor porque posso andar na rua sem me sentir tão analisado, mas isso tá longe de acabar... Imagina como é pra ter um lazer... tem que ser segregado... (02/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

Outro ponto importante que Dan nos traz com sua narrativa é sobre como a categoria mobilidade espacial se constitui como um elemento importante no que diz respeito à constituição de práticas de lazer. A relação entre o lazer e o espaço público, nessas experiências, resultam práticas bem escassas, visto que também se constituem no emaranhado das relações de poder. Enquanto Marcela, por exemplo, dispõe de recursos e proteções, além de condições de acesso a espaços de lazer mais protegidos, Dan precisa mobilizar alguns recursos para exercer suas práticas de lazer de maneira mais segura e protegida.

De acordo com Heller (2000), a vida cotidiana tem como partes orgânicas a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Tomamos aqui como lazer o conjunto de atividades de ordem físico-esportivas, artísticas, manuais e turísticas em que as pessoas se envolvem com certa liberdade de escolha no seu tempo disponível das obrigações profissionais, familiares, sociais e fisiológicas, a fim de obter descanso, divertimento e

desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 1973). Tal esfera das práticas cotidianas é garantida via Constituição Federal como um direito social, como um “bem social, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade por toda sociedade” (BRASIL, 1990).

A apropriação dos espaços públicos envolve ações que são atravessadas por riscos de preconceitos e constrangimentos em diversos níveis nas vivências trans, causadas pelo que Talita chamou de “medo da gente causar”:

As pessoas pensam que porque você é travesti ou transexual, você vai entrar nos lugares e vai causar, vai sair fazendo barraco, vai gritar, fazer escândalo, você não vai saber se comportar... Só que daí você percebe que a sua voz incomoda mesmo que você fale baixo, e mesmo que você seja respeitosa, as pessoas te olham sem te respeitar. Eles te agridem de um jeito bem sutil, e se você reage, você é barraqueira. (29/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

O “escândalo” se compõe como o que Don Kulick (1998) discute ao refletir sobre as ferramentas mobilizadas por travestis para garantir que os clientes, nos espaços de prostituição não “passe a perna, e pague pelos serviços” (p.88). O autor argumenta que um escândalo envergonha um cliente quando a travesti afirma que ele é igual à travesti que o está constrangendo, ao mobilizar falas que questionam sua sexualidade normativa ao procurar pelo serviço de travestis profissionais do sexo, e publicizando isso em meio a tons de voz elevado. Mais do que recusar a linguagem da vergonha e sustentar que ninguém deve se envergonhar por ser um homossexual, travestis fazem o contrário: elas abraçam a vergonha e a usam como uma arma. A estratégia utilizada em espaços muito circunscritos, conforme discutido pelo autor, se amplia para as demais esferas da vida e media a construção de um imaginário que coloca as travestis e transexuais como “barraqueiras”. Essa concepção é percebida nas expectativas sociais quando pessoas trans, especialmente mulheres trans, circulam em espaços públicos, levando às reações dessas pessoas serem lidas como excesso e “próprias do grupo”, mesmo quando é evidente a violência em não respeitar o gênero ao qual a pessoa se autoidentifica, ou o nome à qual ela deseja ser chamada é ignorado, por exemplo.

O que eu vou fazer num shopping? Nas lojas da Batista⁶⁸? Eu só vou a negócio. A gente não tem respiro, só tem se for escondidinho, se for mais na nossa mesmo, porque ficar andando por aí nunca é uma

⁶⁸ Nome pelo qual é popularmente chamada a rua principal da região do comércio da cidade em que Talita mora

diversão ou distração, é sempre tenso, sempre no medo, você tem que ficar se impondo o tempo todo. As pessoas nos agridem, mas no fundo, o que elas têm é medo, e eu também fico me perguntando se eu tenho outra forma de reagir que não seja —dando bafol, porque se você é educada, você fica parecendo frágil, e não dá pra parecer frágil quando você tá ali exposta, constrangida... (Diário de campo, 23/05/2018)

Ainda na mesma cena, Talita diz: “*Isso porque você não viu como é se eu vou num lugar desses, tipo café, que vai um monte de gente... Aí eu nem entro, não cabe a travesti... e isso porque eu não tô nem montada*” e continua: “*as pessoas te olham e já pensam: [tenho] certeza que se prostitui*”. Aquele restaurante onde estávamos durante essa conversa, no centro da cidade, classificado como popular, era frequentado por diversas pessoas, inclusive pessoas não brancas, trabalhadores do comércio, enfim, por pessoas que sofrem múltiplas opressões, no entanto, os olhares inquisidores que encontravam eco na nossa mesa dizia sobre o quando a presença de Talita incomodava.

Ao ser associada aos circuitos de prostituição, mesmo que nada naquele contexto sinalizasse sua relação com dada prática laboral, Talita ocupa o lugar ao qual foi designada, na trama social: a abjeção. Não se pode desconsiderar que entre as travestis brasileiras, a predominância é de negras e pardas (CARRARA; VIANNA, 2006) além de seus pertencimentos predominante nas classes populares (PELÚCIO, 2005), de modo que o caráter seletivo das esquinas demonstra o quanto determinada raça está agindo centralmente numa classe social específica, já que conforme apontado pela ANTRA (2020), 82% das mulheres trans e travestis que estão inseridas nos espaços de prostituição são negras e moradoras da periferia. Nesse sentido, o cissexismo e o machismo destinados às travestis no Brasil surgem da mesma fonte de racismo e classismo impostos a elas.

Quando uma travesti é discriminada em um estabelecimento público, por exemplo, essa discriminação não tem relação somente com uma identidade de gênero que foge dos padrões do sistema binário de sexo/gênero, como também, muitas vezes, com a violência contra sua raça/etnia, além de certamente ter sua raiz na discriminação como relação à estética/cultura da travesti. (FERREIRA, 2014, p. 108-109).

A transfobia como uma das expressões de violência produzidas pelo sistema sexo-gênero-desejo é resultante da experiência da articulação entre diferentes categorias de diferenciação, assim como a misoginia contra uma negra é racializada e o machismo contra uma lésbica é lesbofóbico, produzindo formas específicas de opressão. Nas experiências trans, a violência em decorrência da condição de gênero é percebida como central, no entanto, raça e classe são marcadores fundamentais para compreendê-la, visto que, de acordo

com Pelucio (2011), as experiências que constituem as travestilidades no Brasil estão entrecortadas pela racialização e sexualização de determinadas classes sociais e de certos fenótipos de cor, pela erotização de relações subalternizantes e pela exigência de uma coerência que deve ser corporificada entre feminilidade e passividade.

Se nesse ponto acionarmos a história de vida de Marcela, percebemos que os mesmos marcadores sociais da diferença a colocam em um lugar diferente no que diz respeito às opressões que são produzidas sobre seu corpo. Marcela, que diferente de Talita, se classifica como mulher transexual, branca e de classe média, nos oferece outras experiências para pensar como o sistema sexo-gênero-desejo opera, e quais recursos estão disponíveis para seu enfrentamento nesses contextos.

Marcela dispõe de recursos financeiros que a permitem construir-se dentro de uma estética que minimiza o impacto das negativas em torno de suas práticas de circulação. Entre bolsas de marca, cabelos bem arrumados, unhas e sobrancelhas sempre muito bem feitas, e um rico vocabulário, Marcela mobiliza signos e garante condições de circulação em espaços “*onde as pessoas são mais bem instruídas*”.

Eu passo por preconceito em muitas situações, mas eu evito. Eu percebo como as pessoas me olham, sinto elas me questionando com o olhar. Aí vem a falta de gentileza, as vezes até de educação... Eu já sofri mais com isso, mas meus pais sempre se preocuparam com essa questão, sempre falaram pra eu estudar, pra não deixar ninguém me humilhar, saber procurar meus direitos, evitar algumas situações em que eu possa ser constrangida...(18/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

O capital cultural e econômico de Marcela delinea práticas sociais e espaços de circulação mais protegidos. Isso não implica dizer que Marcela não circula ou que só circula em ambientes em que sua identidade de gênero é respeitada, dado o grau de instrução das pessoas que compõe esses espaços. Marcela também vai ao banco, ao supermercado e frequenta salões de beleza, mas a escolha desses lugares ou da forma com que eles são acessados garantem menos exposição à situações de constrangimento.

Se eu preciso ir no banco, que é lugar que eu não escolho o nível de instrução das pessoas que vão estar lá, eu já movimento tudo antes, marco com o gerente, vou numa sala especial, levo o meu marido, e sou muito bem atendida. Se eu vou num salão, eu escolho aqueles que eu sei que as pessoas são transfriendly, que não importa o que elas pensem, vão me tratar bem como alguém que paga como todo mundo. E eu pago caro, hein! (risos). (18/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

Ela ainda continua:

Eu sei que essas coisas são difíceis de organizar. Fico pensando se eu não tivesse o trabalho e o status que eu tenho, se eu teria essa condição de circular como eu circulo. Porque não se trata de como eu circulo, mas quais os lugares que eu circulo. Um salão como o que eu vou, por exemplo, não é toda trans que pode pagar, e isso faz diferença na segurança. Isso também não significa que as pessoas ali não são preconceituosas, eu já vivi preconceito em lugares muito caros, mas pelo menos vai te dando um poder a mais, intimida os preconceituosos. Você acha que eles não falam quando eu saio? Falam, com certeza!!! Mas falam quando eu saio, não quando eu ainda estou. (18/02/2018, em entrevista à pesquisadora).

Exemplos como os de Marcela apontam que o recorte de classe é de grande relevância quando pensamos os diferentes níveis da transfobia no âmbito das práticas cotidianas e como algumas estratégias vão sendo mobilizadas em seu enfrentamento. A mobilidade espacial e os espaços de circulação como fatores essenciais na operacionalização da vida são circunscritos e acessados de diferentes formas quando tomamos a classe como recorte nas experiências trans. Marcela tem a opção de escolher espaços, em algumas situações, em que o grau de instrução das pessoas que compõem a cena lhe garante, em alguma medida, que práticas de violência (ainda que simbólicas) não sejam recorrentes. Ainda assim, percebe-se uma semelhança nas estratégias mobilizadas para circulação: o uso de acompanhantes. No caso de Marcela, seu marido acaba por ocupar esse lugar, diferente de Talita ou Bianca que recorrem aos pares. Em ambas as situações, o acompanhante ocupa um lugar de agente protetivo. A ferramenta, portanto, é o acompanhante e a estratégia é a ampliação de possibilidades de proteção.

Tiago não se utiliza dessa estratégia para transitar nos espaços públicos. A estratégia que ele utilizou e vem se utilizando é a reconfiguração desses espaços nas suas dinâmicas cotidianas. A reelaboração dos circuitos acessados e a reconfiguração dos espaços de pertencimento ganham corpo e força em sua história de vida, especialmente após seu processo de transição identitária. Tiago afirma:

Eu não saio muito. Minha vida se resume ao trabalho eu não estou triste com isso, porque trabalho com educação, e vejo nela a possibilidade de transformação da nossa sociedade, então mergulho nisso, busco reforço nos coletivos, me fortaleço lá e enfrento a vida de cá. Minha sociabilidade hoje é muito restrita. Chamo o pessoal do coletivo pra beber, a gente se diverte, me sinto mais livre com eles. (...) Quando preciso, saio, enfrento a vida, mas perto de como é constituída a minha rotina, essas coisas são pequenas, porque

acontecem com muito pouca frequência. (21/11/2017, em entrevista à pesquisadora).

É evidente na fala de Tiago que o grau de escolaridade e de informação somada à sociabilidade construída pelo pertencimento, via relação com os pares, possibilitam que Tiago construa alternativas concretas de enfrentamento, no entanto, um fator importante deve ser pensado a partir dessa afirmativa. Tiago é um homem trans, e enquanto produto de uma sociedade que toma os lugares produzidos pela masculinidade como mais respeitáveis (BRAZ, 2019), somados à apropriação de um vocabulário refinado sobre direitos, políticas públicas e Estado, garantem certa habilidade em lidar com os trânsitos e relações sociais, quando comparado às experiências de mulheres trans, por exemplo.

Outro recorte importante de ser pensado na questão da mobilidade é a montagem estratégica (DUQUE, 2009) na experiência de pessoas trans mais novas, apontando para o marcador geração nessas dinâmicas. A montagem estratégica consiste em uma estratégia mobilizada por pessoas trans mais novas que não pressupõe uma mudança física definitiva, mas pontual, localizada e, mais importante, muito bem pensada. E é de fato nesta montagem que reside um dos contrastes e os possíveis conflitos com as travestis mais velhas: no uso moderado possivelmente reversível de modificações corporais, que vão sendo mobilizadas e acionadas de maneiras variadas e em diferentes espaços e horários.

Se por um lado, Bianca e Marcela se apresentam como mulher a todo momento ao longo de seu dia, Talita, por exemplo, faz uso dessas tecnologias corporais apenas quando se sente mais segura para tal. Assim, nos espaços familiares, por exemplo, Talita manipula signos de uma feminilidade, mas dentro de um limite que ela julga ser o necessário para que sejam gerados menos conflitos.

Assim, não somente trânsitos como espaços vão sendo negociados, de modo que a busca por proteção é o elemento fundamental para que eles ocorram. Apesar dos espaços públicos se apresentarem como locus predominante de práticas de violência contra pessoas trans (PODESTA, 2018), Talita sente-se menos segura e protegida quanto à sua feminilidade no espaço doméstico, trazendo, a partir de sua experiência, argumentos que nos permitem afirmar que nem sempre a casa e a família se constituem como lugar de proteção nessas experiências.

É no cotidiano que as normas impostas pelo sistema sexo-gênero-desejo se expressam e regulam a forma pela qual a vida é operacionalizada. A heteronormatividade enquanto eixo nodal dessas normativas vai reatualizando seus mecanismos a cada contexto

espacial, cultural e histórico, tornando invisível, ilegível e deslegitimada as experiências que não se constroem a partir dos lugares centrais desta norma (BUTLER, 2004). O contexto das práticas produtivas também se configura como categoria de grande importância quando pensamos o cotidiano de pessoas trans e as estratégias de enfrentamento às condições de marginalização por ser um forte contexto de regulação da heteronormatividade que resulta em práticas laborativas às margens. Isso pode ser pensado pelo que Lukács (1979) propõe ao refletir que a categoria trabalho acaba por tomar centralidade na vida social, sendo esta a atividade imanente, fundamental e permanente da existência humana, além de ser impulsionador para a dinâmica da vida social. Dessa maneira,

a classe trabalhadora é um leque de diversidade, porém, a sociabilidade do capital transforma as diferenças em desigualdades. E ao mesmo passo que se aproveita das diferenças como fundamentais para que se amplie o controle e a opressão sobre determinados segmentos, contraditoriamente o modo de produção capitalista também repudia as diferenças por as considerar uma perturbação à padronização imposta à classe trabalhadora. O modo de produção capitalista assenta-se em ideologias de base material que naturalizam as inferiorizações e desvalorizações em todo da diversidade presente na humanidade e estrutura uma lógica de exploração e opressão inter e entre classes. (RICARDO, 2020, p.03)

O principal entrave para o acesso das pessoas transexuais ao mercado formal e protegido de trabalho é ainda o estigma, que atravessa todos os aspectos da vida desses sujeitos, principalmente quando partimos da formação escolar, que em grande parte das situações não é concluída tendo em vista a ausência de ambientes escolares preparados para o encontro e convívio com a diferença. No que diz respeito à formação escolar, não se pode desvincular esta do mercado de trabalho, tendo em vista que, assim como afirmam Souza e Bernardo (2014), a vida escolar tem postura quase exclusivamente voltada para o preparo e a formação profissional, visando atender às necessidades do mercado de trabalho. O ambiente escolar torna-se conturbado pois, verificam-se processos constantes de discriminação, acarretando em abandono da escolarização, e esta ausência de escolaridade torna-se um dos fatores determinantes para dificuldade de inserção e permanência das pessoas transexuais no âmbito do trabalho (PERES, 2009). Como resultado, ao tentar adentrar no mercado formal de trabalho, essa população encontra um espaço permeado de entraves e dificuldades de acesso.

As reflexões e debates propostos por Peres (2009), Souza e Bernardo (2014) e Ricardo (2020) ganham eco quando pensamos na experiência de Talita e Bianca. A luta por

sobrevivência envolve a inserção no mercado do sexo enquanto atividade produtiva (mas não somente), e as negativas de inserção no mercado formal. Apesar de Bianca ter participado de um programa que tem como objetivo a inserção no mercado formal de trabalho e escolarização, a dissonância entre a sua realidade e as possibilidades oferecidas pelo programa fez com que ela desistisse das tentativas de inserção no mercado via formalidade, e se mantivesse no mercado do sexo, apesar de reconhecer os ganhos que o programa proporcionou, como a conclusão do ensino médio, a ampliação do espaço de debates sobre os direitos e a inserção e conclusão de alguns cursos de capacitação.

É meio frustrante que você vai lá, participa do programa, acredita, e no fim, o mercado não está preparado para você. Os cursos são legais, mas eles são poucos, sabe, praquela submundo do trabalho... Aí você sai mais qualificada, e mesmo assim não tem muita cara pra ir atrás de emprego. Porque é cara que eles querem né? E não é a minha, pode ter certeza... Não adianta fazer esses programas pensando em nos qualificar, se ao mesmo tempo, não tiver um trabalho direto nessa sociedade pra que ela nos aceite. A gente fica chovendo no molhado. (24/06/2018, em entrevista à pesquisadora)

Bianca concluiu sua participação no programa, mas a ausência de um mercado receptivo ao seu corpo e suas marcas a impossibilitaram de inserir-se nele. Situações de preconceito mediante entrega de currículo são intensamente mencionadas nesse ponto de nossa troca, e deixam evidente a frustração de não se sentir adequada para funções que não exigem aquilo que lhe cobram: uma corporalidade normativa em termos de gênero. Ricardo (2020), a esse respeito, aponta que há um número significativo de pessoas trans que são submetidas a seleções de emprego, são aprovadas e não são incorporadas ao quadro funcional pela condição transexual, situação também mencionada por Bianca. Ela então ressignifica essa experiência, e volta a investir com mais veemência naquilo que lhe é necessário para permanecer nos espaços de prostituição.

É na conjunção entre a proposição de políticas e legislações que reconheçam as necessidades específicas dessa população e na promoção da visibilidade de outras formas de existir fora dos marcos binários de gênero, que se localiza um cenário possível em torno da promoção de oportunidades que viabilizem a construção de cotidianos menos marginais. Apesar dos enfrentamentos decorrentes de todas essas formas de exclusão e marginalização serem discutidos a partir de experiências individuais, Bianca nos conta que somente no campo dos enfrentamentos coletivos eles podem ser potentes e transformadores, a partir da reivindicação de políticas públicas.

A razão da existência das políticas públicas, nos diz Queiroz (2009), é o Estado Social, tendo em vista sua função da garantia e mediação de direitos fundamentais ao cidadão. Em síntese, as políticas públicas são, no estado democrático de direito, o meio que a administração pública dispõe para a defesa e concretização dos direitos de liberdade e dos direitos sociais dos cidadãos, direitos estes estabelecidos numa Constituição Nacional (QUEIROZ. 2009, p. 86). Assim, é por meio das políticas públicas que se torna possível concretizar direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, a partir da implementação de ações que assegurem os direitos sociais, civis, políticos, econômicos, entre outros, que os/as indivíduos/as possuem.

Talita participou de alguns cursos, encaminhada pelo CRAS de sua cidade, mas segundo ela, eles também não se compuseram como porta de entrada ou possibilidade de entrada no mercado de trabalho, uma vez que não houve mediação entre a conclusão dos cursos e a busca por uma vaga. Ela também relata dificuldade na procura em decorrência do estigma.

Quando direcionamos nossa ótica, a partir do eixo trabalho, para a forma com que as políticas públicas mediam as possibilidades concretas de existência como estratégia de enfrentamento às condições cotidianas de marginalização, percebemos que nas vivências de nossas duas interlocutoras de camadas populares, elas se fazem mais necessárias, apesar de no interior dessas mesmas experiências, não terem sido resolutivas. Isso porque o recorte de classe quando interseccionado com o de gênero produz negativas sociais ainda mais acentuadas e, por vezes, específicas, limitando ainda mais as ferramentas de enfrentamentos.

Nas experiências de Dan, Tiago e Marcela, a possibilidade de acesso e permanência nos espaços educacionais parece ter sido um dos principais fatores de garantia de inserção no mercado formal, onde em duas dessas experiências, o mercado formal se constitui como os espaços educacionais.

Os enfrentamentos cotidianos que podem ser percebidos nos mais diversos cenários e situações relatadas pelos sujeitos dessa pesquisa, e por vezes acompanhadas ainda em campo se fazem na resistência para a existência. Se para alguns dos/as interlocutores/as atravessamentos de classe, raça e geração por si só oferecem alternativas de negociação da inserção e permanência em dados espaços e práticas, para outros, esses mesmos marcadores produzem ainda mais dificuldades em construções vidas mais possíveis e práticas mais acessíveis.

A composição e/ou reconfiguração das redes de apoio, afeto e pertencimento apontam para uma visível estratégia de enfrentamento, e a busca por entradas menos

marginais no cenário da vida pública se apresentam como presentes em todas as experiências. Dan reconstrói sua sociabilidade por meio do movimento social, encontrando nele uma retaguarda para lidar com o que ele chama de “*luta por vivências mais justas*”, assim como Bianca, que conjuga movimento social e espaço de prostituição como espaços onde “*respirar é mais possível*”. Talita também busca compor sua rede de apoio mais sólida a partir da relação com os pares, mediadas pelo contexto de prostituição, enquanto Marcela que não precisou reconfigurar sua rede de apoio, tendo em vista o apoio familiar e a possibilidade de construção de uma sociabilidade que garantisse afeto e acolhimento fora da convivência com os pares. Por fim, Tiago, com o apoio da namorada e administração da relação familiar, ampliou seu circuito de sociabilidade por meio dos coletivos da universidade, como forma de fortalecimento.

Essas redes, rearranjadas ou não, vão se compondo como a principal estratégia de sobrevivência de pessoas trans em cotidianos de tantas negações sociais e subjetivas. É a partir dessas redes que novas ferramentas e vocabulários vão sendo apreendidos, que as identidades vão se compondo e que os afetos vão sendo reelaborados.

Esses fortalecimentos se compõem no campo mais subjetivo, no sentido de se reconhecer como sujeito, e em alguns casos, no campo da materialidade da vida, onde discursos reivindicatórios vão sendo apropriados, e onde os direitos vão sendo reivindicados, de maneira clara ou não.

As dinâmicas de visibilidade, especialmente a partir da relação com o coletivo se apresentam como alternativas de rompimento com a negação dos acessos, e é aí onde fica evidente a forte demanda por políticas sociais que viabilizem os acessos a espaços educacionais e a inserção no mercado de trabalho, mas não somente. Bianca menciona com recorrência as condições precárias que vivem algumas de suas “irmãs”. Ausência de moradia, alimentação, proteção, assistência à saúde, entre outros. No entanto, essas ausências são acompanhadas por uma negativa social que esses sujeitos adentrem o espaço público ao não se reconhecer suas identidades. Bianca diz:

A gente luta pra ter direitos, isso é o que o Estado nos deve, enquanto cidadãos e a gente tem que lutar mesmo. Mas tem um outro lado também, que é a sociedade como um todo. Se a gente não muda o pensamento das pessoas, não adianta tanta lei. Elas tem que existir, mas tem que ter o compromisso de profissionais em discutir gênero e sexualidade nas escolas, nas empresas, nos recursos humanos de tudo que é lugar. Tem que ter apoio dos políticos... Tem que ter uma aceitação maior da sociedade, senão a gente chuta a

porta, entra, mas nunca vai ser alguém que recebe uma gentileza, e isso pesa.(Diário de campo, 26/08/2018)

4.3 O objetivo e o subjetivo na percepção do real

Nunca vou esquecer do dia que fui pela primeira vez em uma reunião do Fórum. As meninas sempre me falavam coisas que me faziam ficar pensando sobre os meus direitos, sobre quais pessoas que eu deveria procurar no postinho, o melhor postinho, quando tinha curso de alguma coisa pra travesti elas me avisavam, mas assim, entender melhor sobre isso, sobre porque eu precisava passar por tanta dificuldade pra ter as coisas... Isso abriu o mundo na minha frente... Não tinha como eu não trazer aquilo pra minha vida, não tinha como deixar pra trás, porque aquilo dizia respeito à minha vida! (24/06/2018, em entrevista à pesquisadora).

Bianca define que o fio condutor de sua vida e a capacidade de lidar com ela teve data e lugar como ponto de partida: a sociabilidade e inserção nos espaços do movimento social. Quando ela se refere ao movimento social, não fala apenas sobre as possibilidades concretas de acesso a determinados espaços, tecnologias ou estratégias no âmbito de seu fazer cotidiano e de todas as teias que o atravessam. Bianca também fala da dimensão subjetiva que a inserção nesses espaços possibilitou na sua forma de ler, organizar e enfrentar as dificuldades da vida.

O objetivo e o subjetivo na percepção do real, no interior da produção de modos de vida, envolve uma tomada de posição efetiva sobre a realidade, considerando os recursos disponíveis em diferentes níveis e a energia para a construção de outros (novos) projetos individuais e coletivos (GUERRA, 1993). A subjetivação ou formas de subjetividade foram discutidos por Foucault (1988) como uma ontologia histórica do presente, que revela como indivíduos se tornam sujeitos de determinadas verdades. As discussões do autor tomam como ponto nodal as concepções de verdade e política, bem como as relações estabelecidas entre saber e poder que fundam tensões, como as relacionadas às categorias corpo e gênero, por exemplo. A construção da subjetividade de pessoas trans, portanto, está muito ligada à forma com que o sistema sexo-gênero-desejo opera a partir dos pressupostos heteronormativos e dos cotidianos abjetos que produz.

Peres (2005) nos diz que para que haja uma mudança no paradigma sobre sexualidades é preciso que ocorra uma mudança social, ou seja, um remanejamento dos

significados, valores e sentidos que são atribuídos às práticas sociais, econômicas, políticas, culturais sexuais e de gêneros, dentro de uma perspectiva coletiva, que envolve não somente uma tomada de consciência por parte dos próprios sujeitos que vivenciam os processos de abjeção, como da sociedade de uma maneira geral.

Se o enfrentamento às condições marcadas por privação nos acessos a espaços e práticas se tornam possíveis na vida desses sujeitos por meio da forma com que os cotidianos são operacionalizados, é no que diz respeito à forma com que essas privações são percebidas, suas motivações, mecanismos e resultantes que Bianca constrói ferramentas não somente na dimensão concreta da vida, como subjetiva. Carvalho (2011) acredita que a incorporação de travestis e transexuais ao movimento LGBT se dá inicialmente num processo paradoxal de “empoderamento tutelado”, uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolvem diversos atores e agências governamentais. Ainda de acordo com o mesmo autor, com o tempo e com o envolvimento com esses espaços, as pessoas trans tendem a traçar caminhos coletivos e individuais na luta por cidadania a partir da apreensão da realidade na qual elas estão imersas. Aí se identifica aquilo que Guerra (1993) discute ao afirmar que a percepção do real projeta no campo as possibilidades ao permitir que os sujeitos detectem as contradições entre o que está e o que se deseja em termos das possibilidades do amanhã, de modo que é esta contradição que produz a história.

Me lembro da primeira vez que fui numa marcha, era libertador. Eu achando que tinha que ficar —presa na noite‖ [faz sinal de aspas com as mãos], vi aquele monte de bicha, sapatão, as meninas, todo mundo na paulista reivindicando...

Imagina, você tem um sistema que diz que você tem que ser invisível, que pra não sofrer violência, você tem que passar em branco, que se você não quiser passar por situações de humilhação, você tem que arrumar pessoas que façam as coisas pra você, você tem que ter medo de tudo, e ainda aceitar o lugar de bicha agressiva, de louca, porque essa realidade não está só para mulheres não, viu, travesti é tudo doida selvagem... O sistema te diz que você tem que aceitar esse lugar e funcionar nessa invisibilidade pra não criar problemas nem pra você nem pra ninguém. Aí vem um espaço desses que o movimento social organiza, marcha, luta... Meus olhos brilharam... Eu nunca aceitei muito as gaiolas, mas ali foi muito marcante pra mim...

Foi a vida dizendo: O mundo é injusto e você não tem que aceitar! E eu comecei a pensar dia e noite em como eu ia ter uma vida melhor, a incentivar outras meninas a refletir sobre a situação delas, a estar frentes de luta por políticas públicas, a participar de

reuniões, ajudar a articular estratégias... Me aproximei, e foi o melhor que eu fiz! Hoje me sinto muito mais forte e com um rumo na vida, me sinto menos desamparada, sabe... (24/06/2018, em entrevista à pesquisadora).

Esses espaços, na história de Bianca acabam se compondo como aqueles em que é possível denunciar o cenário cruel de violência e discriminação no qual ela e outras pessoas trans vivem, em resposta às imposições do sistema sexo-gênero-desejo, e às consequentes práticas que ele acaba por não somente anunciar como produzir. Em outras palavras, é por meio deles que ela encontra formas de lidar com a sua realidade, construindo alternativas fora de uma narrativa em que suas possibilidades de vida deveriam acabar por volta dos 35 anos, expectativa média de vida de uma travesti (ANTRA, 2020).

A percepção da violência implícita e explícita que as privações materializam e a crítica sobre como e porque elas são produzidas caminham na contramão daquelas subjetividades aprisionadas que as instituições sociais (a família, a escola, a ciência, o sistema jurídico e de saúde, entre outros) produzem (PERES, 2015). Então, se por um lado, Bianca nos coloca, a partir de sua narrativa, a potência existente em espaços de formação política não somente pelo acesso à crítica e a proposições de diálogo com possibilidades concretas de efetivação de direitos sociais, mas também do fortalecimento possível pelo pertencimento na relação mais direta com os pares, experiências como as de Talita nos oferece outros elementos pra pensar sobre como essas percepções sem que haja um *lócus* em que seja possível a ressonância dessas, influenciam nos enfrentamentos cotidianos e na produção de modos de vida.

Talita, diferente de Bianca, não conta com os espaços de mobilização e articulação política como parte de um repertório de sociabilidade e de composição de práticas sociais. Suas percepções sobre as suas próprias condições de vida se fazem na conjunção de todas as negativas com as quais se depara em meio às impossibilidades de operacionalização de determinadas práticas, quando comparada a pessoas que vivem seu gênero em concordância com os significados atribuídos pelo seu aparato biológico.

É fundamental, de acordo com Guerra (1993), lembrar que a racionalidade é sempre negociada porque ela é limitada por dois tipos de causa: as limitações que decorrem do conhecimento das situações e os efeitos não controlados que ela produz. Esse efeito que ela produz ao qual a autora se refere é perceptível na narrativa de Talita acerca de sua história de vida, no entanto, os as limitações e seus supostos limitadores não parecem tão apreendidos, como na narrativa de Bianca.

Quando falamos sobre projetos de vida, Talita diz que apesar de parecer algo distante e quase inviável, deseja ir para a Europa por imaginar que lá a efetividade das leis impactaria na produção de vidas menos marcadas pela violência. Também afirma que nessa experiência seria possível viver com o “glamour que merece”. Nos termos de Pelucio e Bento (2012), Europeia é uma classificação que as próprias travestis acionam para referirem-se àquelas que lograram o sonho de ir para a Europa, angariando diferentes tipos de capitais (financeiro, cultural, corporal) nesse deslocamento. Esse desejo por viver com “glamour” na Europa, portanto, também compõe um repertório construído por um imaginário que pode ser traduzido na busca por reconhecimento, por um status mais humano, visto que a estética dessa conquista da Europa surge como uma forma de ocupar, a partir de lá, um lugar menos marginal em seu próprio país, já que essa construção é percebida como inviável aqui.

A construção de projetos de vida passa pela experimentação de si no contexto de um determinado campo de possibilidades, e da percepção desse campo por parte de quem o vivencia. No contexto de uma sociedade desigual, além de alguns grupos sociais se verem com menos possibilidades de acesso à materialidade do trabalho, às condições materiais de viverem o seu reconhecimento identitário, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para lidar com a esta nova semântica do futuro, dificultando a elaboração de projetos de vida (LEÃO, DAYRELL, REIS, 2011). Assim, Talita vive “*um dia depois do outro*”, confrontando a vontade de viver as manifestações identitárias de seu corpo livremente com cuidar da mãe com a qual precisa, indiretamente, negociar diariamente a visibilidade dessa identidade.

A ausência de uma elaboração mais consistente em termos críticos e políticos, num repertório de busca por direitos, quando comparamos as possibilidades de enfrentamento às condições cotidianas que Bianca mobiliza, em relação às mesmas condições que Talita também vivencia, trazem certo impacto para a experiência, mas também é atravessada por marcadores como geração e regionalidade, construindo outras camadas de invisibilidade e de impossibilidades frente à construção de projetos de vida.

Quando falamos sobre projetos de vida, Talita nos demonstra que em algumas experiências, práticas sociais comuns a todos os cidadãos como ser chamada pelo nome na sala de espera do dentista ou não ter que lidar com olhares interpeladores quando vai a uma entrevista de emprego em decorrência da dissonância entre o nome e a imagem que apresenta são menos frequentes e possíveis. A possibilidade de não mais ser humilhada parece compor boa parte disso que Talita elenca como “objetivos a serem alcançados”, dentre essas,

dedicar-se ao cuidado da mãe, e apesar de sinalizar em diversas situações o desejo de compor uma família, traz uma narrativa que “não saberia lidar com as pessoas se elas tivessem preconceito com o filho ou com a família” que ela constituiria.

O status de inferioridade com o qual Talita se identifica, expressando em inúmeras de nossas conversas pode ser acionado aqui para pensarmos o quanto esse entrecruzamento com outros marcadores sociais da diferença possibilitam outras formas de violência, mas também de percepções sobre ela. Esse sentimento de inferioridade não decorre apenas da construção identitária em termos de gênero, mas também no que diz respeito ao seu processo migratório do Nordeste para o Sudeste do país. Sodré (1984) defende a ideia de que a constituição da identidade dos sujeitos se dá, não somente através da relação com as estruturas sociais de sua comunidade (família, escola, amigos, igreja, etc.), mas se estrutura através de um jogo dialético entre a semelhança e a diferença, imagem especular e oposição, apontando que outros elementos podem aparecer como organizadores das identidades sociais, que podem ser compostos por imaginários previamente estabelecidos. É a partir desse imaginário que Talita constitui uma ideia de que, não somente o seu gênero, mas também a sua regionalidade é um forte delimitador de fronteiras entre “eu” e “o outro”, de modo que ela apresenta elementos desqualificadores de suas vivências como a subserviência, subalternidade e servidão, percebida por ela inclusive nas relações estabelecidas no cenário do mercado do sexo.

A aceitação desse lugar de inferioridade via percepção de si, ou uma percepção de si que valora esse aspecto de inferioridade imposta reforça o lugar de enfrentamentos mais circunscritos no âmbito das experiências de Talita, nas microrrelações ou nos desdobramentos das situações mais diversas de operacionalização do cotidiano, mas não nos aspectos mais voltados para resoluções e enfrentamentos de longo prazo, como a inserção no mercado de trabalho, ou a busca pela retificação do nome no registro civil, interferindo diretamente na forma com que elabora as possibilidades de construções de projetos de vida, por exemplo. E aí, é possível perceber como os níveis de percepção da realidade tanto no nível do cotidiano (GUERRA, 1993), como no nível que subsidia a construção desses cotidianos, via sistemas, são imprescindíveis na forma com que estratégias de enfrentamentos são elaboradas.

A percepção da diversidade vai além do mero registro da variedade das aparências, pois o olhar, ao mesmo tempo em que percebe, atribui um valor e, claro, determinada orientação de conduta (SODRÉ, 1999, p.15), além de expectativas de futuro. Nesse caso, ser uma travesti nordestina numa cidade do interior de São Paulo opera no sentido de produzir

outras formas de estigma e exclusão, e, portanto, opera em níveis diferentes de percepção quando comparamos as experiências de Talita as de Bianca, por exemplo. Outro fator que contribui para a percepção do real na experiência de Talita é o marcador classe social, que restringe experiências no campo não somente dos acessos a bens e serviços, mas na experiência de Talita, é um entrave no acesso à diferentes capitais. Soma-se a isso, a ausência de políticas e programas sociais que promovam espaços de diálogo e de respostas às demandas nos mais diferentes níveis fazendo com que as experiências de Talita fiquem circunscritas a esses espaços, e interfira diretamente na forma com que ela se percebe frente às mais diversas variáveis que atravessam a forma com que seu cotidiano e o de seus pares é produzido. Então, se os espaços de formação política são possíveis, como elementos que podem contribuir com os níveis de percepção da realidade, também são negados e, por vezes, negativados por ela.

“*As pessoas acham que eu sou burra, e não é só o povo dessa cidade, os clientes... Várias meninas acham isso de mim, eu percebo...*”, ela me conta, quando comentávamos sobre uma cena que presenciei na noite anterior, em que ela usou o termo “abusar” como sinônimo de “estressar”, em dado momento de uma conversa com as meninas do ponto em que trabalhava, causando constrangimentos e gerando piadas. Nesse caso, não era o sotaque que denunciava o lugar de nordestina de Talita, mas um vocabulário composto por determinadas palavras e expressões, que são definidos como erros de linguagem já que, de acordo com Loreto (2002), a linguagem produzida no sudeste do país ocupa uma posição social favorável e impõe sua semântica como legítima representante da língua portuguesa. Situações como essas, marcadas pelo uso de um vocabulário regionalizado, e que, repercutem diretamente nas formas de comunicação, geram sensações de insegurança em Talita, mesmo entre seus pares, e a fazem não querer estar em espaços que ela julga ser “*de gente inteligente*”, rompendo com essa possibilidade enquanto alternativa de fortalecimento e de uma percepção da realidade de maneira mais ampliada. Se a percepção do real, na maneira com que os modos de vida são construídos, permite aos sujeitos individuais e coletivos vislumbrar o mundo futuro, Talita encontra alguns fatores que a impedem de elaborar essa percepção de maneira mais ampliada, e isso interfere diretamente na forma com que ela enfrenta as condições do cotidiano.

Para nos ajudar a pensar nesse debate, Dan nos oferece uma fala interessante:

Eu tenho construído grupos online e divulgado nas falas que tenho feito, pra conversar com homens trans que estão no começo da descoberta desse processo... Eles têm muitas dúvidas e muitos

medos, mas também fomos todos socializados como mulher, né, criados pra ter medo da vida, e abandonar essas construções pra se descobrir de um jeito mais legítimo é muito difícil... Então por isso eu fiz o grupo, mais como forma de apoio... Sei o que eles estão passando, sei as confusões, as dificuldades... E elas são concretas mas também são bem abstratas... É sobre o corpo, hormônios, mas também é sobre solidão, vontade de desistir... Conversamos abertamente sobre suicídio, sobre rejeição, sobre os pânicos de enfrentar a gente mesmo e o mundo... As vezes a gente também sai pra dar um rolê... E eu não saberia uma forma melhor de usar a minha experiência e o meu conhecimento se não fosse ajudando pessoas que passam por tanto sofrimento, e eu conheço esse sofrimento.(Diário de campo, 08/03/2018).

Desde as nossas primeiras conversas para fins desta pesquisa, Dan pontuou com muita veemência o quanto ele construiu um sentido de existência e resistência por meio das possibilidades de oferecer suporte a homens que vivem a experiência da transição de gênero, seja por meio de diálogos informais via plataformas online, seja nos espaços oficiais que o movimento social da sua cidade promove, ou ainda no seu cotidiano de trabalho na escola, cenário que ele reconhece como fértil para proposição desse tipo de debate, em outros níveis. É a percepção do real que mune Dan, no âmbito individual, para lidar com o estigma, seja por meio da argumentação pelo seu conhecimento no campo dos direitos, ou pela possibilidade de articulação de estratégias, também no interior dos espaços que compõem o seu cotidiano, por meio das ferramentas e dos lugares institucionais, no sentido de produzir lugares de respeito e reconhecimento.

No sentido do enfrentamento ao sistema sexo-gênero-desejo é também a percepção sobre os seus mecanismos de funcionamento na lógica com que essas vidas são construídas e determinados acessos são inviabilizados, que permite que Dan mobilize isso que ele chamou de ações “*mais solidárias e acolhedoras*”, como a que ele menciona na fala acima. Carvalho e Carrara (2013) apontam que para os sujeitos trans envolvidos com o movimento social, o compromisso militante de se manter na luta independentemente de conquistas pessoais, pode ser pensado como um sentimento de solidariedade com "os iguais", mas também como os próprios mecanismos dessa luta.

Dan, além de mobilizar práticas de acolhimento, também investe na criação de espaços de debates com esses meninos no sentido de estimular a aproximação com a temática nos termos políticos buscando criar microarenas de lutas por cidadania, de modo que o que está posto nesta arena, passa pelo reconhecimento como possibilidade de ter sua existência assegurada. O que Dan mobiliza a partir de sua percepção é o que Ochoa (2004),

ao trazer pra cena por meio de seu debate sobre cidadanias perversas⁶⁹, chamou de outras formas de se fazer política capazes de proporcionar um campo novo para a constituição de subjetividades que não sejam marcadas pela abjeção. E é nessa produção de subjetividades que ele aposta enquanto possibilidade de enfrentamento coletivo apesar de reconhecer as inúmeras variáveis que geram heterogeneidade no interior desses grupos.

Eu sei os desafios que esses meninos passam até pra se reconhecer, porque se reconhecer como mulher trans é diferente de se reconhecer como homens trans... Sei do sofrimento, das dúvidas, e do quanto isso enfraquece a gente quando não se tem apoio, quando não se tem alguém que diz que aquilo não é errado e nem ruim... Mas também sei que cada um tem sua história, seu contexto, suas condições de vida, e que isso pode pesar mais ou menos nesse processo todo... Mas os espaços de apoio, de acolhimento, de informação são essenciais pra gente se sentir gente. (Diário de campo, 08/03/2018).

Pensando nos aspectos internos que mobilizam a relação intragrupo nisso que Dan coloca como forma de fortalecimento, o respeito à individualidade pode ser compreendido enquanto um processo de reconhecimento recíproco em relações sociais que detêm simetria em dado aspecto, possibilitando alguma forma de solidariedade interna no grupo, na medida em que também abre espaço para a possibilidade de reconhecimento recíproco através das ideias de “preconceito” e “discriminação” (CARVALHO, 2015), ainda que reconheça a diferença de suas vivências tendo em vista as opressões vindas das hierarquias de classe, raciais, de regionalidade, entre outros.

Tomando como referência as dinâmicas externas que incidem sobre esse tipo de grupo com motivações de ativismo, podemos acionar as discussões de Laclau (2011) quando argumenta sobre as identidades coletivas na pós-modernidade, numa perspectiva de não fixidez, precariedade e parcialidade, na medida em que diz que as formações sociais anteriores ao processo de globalização eram relativamente estáveis, nas quais a unidade do grupo era algo

⁶⁹ Termo cunhado pela antropóloga Marcia Ochoa, diante da discussão originada de sua etnografia realizada em Caracas – Venezuela, com as transformistas, categoria nativa que diz sobre experiências trans. Para a autora, a cidadania tem tanto sua dimensão afetiva como sua dimensão estrutural. Ambas as dimensões necessariamente marginalizam as transformistas [categoria venezuelana para travestis]. O importante da cidadania para meu trabalho é que facilita lógicas, estéticas, práticas e estruturas de participação. Para que a cidadania seja útil para as transformistas é preciso transformar a noção de política e, ao mesmo tempo, a noção de cidadão. Quer dizer, para que uma pessoa se imagine como “sujeito de direitos” e participe no cumprimento de seus direitos, deve existir um processo de produção de subjetividade ao mesmo tempo em que se luta por um reconhecimento estrutural. Então, se definimos como cidadãos o sujeito de direitos que exerce esses mesmos direitos e o reconhecimento verdadeiramente enfrenta a situação de marginalização social, temos colocada a ideia de cultivar cidadania entre travesti como uma intervenção em sua problemática (OCHOA, 2004, p.244).

essencialmente dado; já hoje em dia, o que há é uma dispersão e uma multiplicidade de posições de sujeito e, por conseguinte, a unidade das identidades coletivas passa a ser um problema, ou seja, ele vai explicar como se constitui a unidade de um grupo, de uma identidade política, a partir de uma dispersão de pontos de ruptura, antagonismos e demandas. Dito de outra forma, a democracia, não está dada apenas através das reivindicações dos sujeitos individualmente, mas por uma pluralidade de posições de sujeito que começam a estabelecer entre si certo grau de solidariedade, ou ainda, através de demandas não contempladas que geram solidariedade e criam significantes vazios, que unem sujeitos num pleito temporário diante de um inimigo comum, neste caso, a ausência de possibilidades de se reconhecer identitariamente de maneira natural e fluida, distante de julgamentos e fatores vulnerabilizantes, produzindo novos significados e percepções da realidade.

Nesse sentido, o constructo identidade também se torna um elemento relevante nos modos de vida a partir da percepção do real, na medida em que, conforme Guerra (1993), a construção identitária se faz num processo dinâmico onde os sujeitos têm uma percepção da realidade e organizam os seus modos de vida num contexto balizado pelas estruturas históricas. Não pretendo aqui fazer uma discussão sobre identidades, mesmo porque, a partir de um referencial apontado pelas perspectivas pós-identitárias, as identidades não são fixas, podendo ser circunstanciais e cindidas (HALL, 2000), dada a fluidez de sua construção via experiências vividas (SCOTT, 1999) e a ausência de rigidez nas fronteiras que as determinariam (BUTLER, 2003). Falaremos de identidade aqui como parte de uma percepção que constrói sentimentos de pertencimento.

Lobo (1992) aciona a concepção de experiência de Tompson (1981), para falar de modos de vida, como um conceito articulador na tentativa de recuperar os espaços em que os sujeitos transmutam estruturas em processos e se inserem na história. A experiência no movimento social oferece para Dan e para Bianca um repertório de enfrentamentos que mobilizam suas percepções de si enquanto pertencentes a um dado grupo social que reivindica direitos. Apesar dos lugares de enfrentamentos assumirem dinâmicas diferentes, dados os demais marcadores sociais da diferença que atravessam as histórias de vida de ambos, reforçam sentimentos de pertencimento e produzem fortalecimentos.

Dan milita a partir de um lugar de intelecto, como “homem trans acadêmico⁷⁰”, abrindo um vasto leque de possibilidades que autoriza sua fala e a torna mais legítima e acolhida. É acionado em sua cidade para debates em eventos promovidos por espaços de controle e disciplina (FOUCAULT, 1993, 2007), como em cursos de medicina, de uma faculdade pública, ou em cursos de direito, serviço social e pedagogia de universidades privadas, para cursos de formação de professores no âmbito da secretaria municipal de educação, o que circunscreve e localiza seu fazer, nos circuitos de militância, como um enfrentamento às questões de ordem cultural, a partir da mediação de reflexão dos profissionais em processos formativos. Também participa dos espaços do movimento social organizado, mas geralmente, falando a partir de uma produção e reflexão oriundas das experiências acadêmicas.

Considerando a baixa escolaridade de um grande número de pessoas trans, principalmente travestis e mulheres transexuais, apresentar alguém que hoje ocupe um espaço na academia é por si só uma propaganda alternativa de biografias trans (CARVALHO, 2015). Dan deseja fazer uso da narrativa de sua história de vida como forma de criar alternativas aos regimes de visibilidade trans, assim como João Nery (2011) fez ao desenvolver estreita relação com setores acadêmicos e publicizar sua história através da publicação de sua autobiografia, ou como quando da ocasião da criação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT, anos mais tarde, em que desde o início havia uma intenção de que a organização fosse mais próxima da academia e que, inclusive, pudesse reivindicar a realização de pesquisas sobre aspectos específicos da realidade de vida dos homens trans. Esta proposição se formalizou na escolha do termo “instituto” para nomear a organização, assim como, na construção de um “núcleo de pesquisa” dentro do IBRAT (ÁVILA, 2014). Esse é o repertório mobilizado por Dan, que se vê, inclusive, bem familiarizado com esses espaços.

Apesar de se julgar um homem tímido, Thiago também mobiliza repertórios parecidos com os de Dan, tanto em termos de crítica, quanto em termos de alguns circuitos sociais aos quais acessam, no entanto, eles desenvolvem posturas e subjetivam essas experiências de maneira distinta. Nesse sentido, embora o nível de percepção da realidade por parte de ambos os interlocutores desta pesquisa se componham de maneira semelhante, operam produzindo diferentes efeitos quando buscamos perceber a articulação entre a

⁷⁰ A categoria trans acadêmico/a é recente no Brasil, e advém da visibilidade produzida em torno de experiências de pessoas trans que adentraram nos espaços da universidade e reivindicam o lugar de fala de quem produz análises sobre as próprias experiências (CARVALHO, 2015; MELO, 2016).

percepção e uma dimensão prospectiva. Apesar de deter conhecimento sobre sua condição no âmbito individual e sua relação com a dimensão histórica e social que atravessa a sua experiência, e de tê-la construído por meio das experiências nos espaços coletivos de discussão sobre gênero e sexualidade dentro da universidade, Thiago busca uma certa invisibilidade na hora de gerir esse conhecimento.

Eu não tenho como não lidar com tudo isso que passa pela minha vida, porque acabo me sensibilizando com situações que afetam as pessoas como também afetaram a mim. E eu nem tô falando de encontrar pessoas trans e ajuda-las, falo mesmo desses meninos femininos na escola que sofrem bullying por serem femininos, ou das piadas que os professores fazem e pensam que são piadas e comentários inocentes... Mas eu não consigo partir pro embate, não consigo trazer pra mim e tomar pra mim isso... Eu reajo sutilmente, acompanho, converso...

Minha identidade de gênero não é uma questão no cotidiano da escola. Sou passável pra muitas pessoas, mas no convívio, elas percebem. Mesmo assim, eu não me coloco aberto pra discutir a minha vida, minhas experiências, e acho que por isso acabo não me envolvendo mais nessas questões no meu trabalho... Eu me sinto mais a vontade quando os debates são dentro da universidade, quando algum professor ou alguém do coletivo me convida pra falar... Lá eu me sinto mais protegido, mas fora de lá, me sinto completamente inseguro, fico achando que sou eu contra muitos... A Alana me encoraja, mas eu não sinto confiança de me envolver com ações grandes, tenho medo do resultado disso na minha vida, da violência. (10/12/2017, em entrevista à pesquisadora)

Dan também comenta sobre o mesmo medo lembrando o quanto o suporte psicoterapêutico tem sido importante para lidar com os sentimentos que a exposição, que por vezes ele julga excessiva, pode resultar. Medos como os de Thiago e Dan podem resultar em regimes de (in)visibilidade e impactar diretamente nas suas buscas por reconhecimento.

No interior dos espaços de reivindicação política, a visibilidade sugere um processo de visibilização de determinados atores como sujeitos de direito, e como discutido por Carvalho (2015), ao se produzir um regime de visibilidade trans atrelado ao ativismo, constrói-se um sujeito político que simultaneamente serve para combater imagens estigmatizadas de pessoas trans e publicizar a própria existência do ativismo, de modo que esses processos visam superar a exclusão simbólica de pessoas trans do espectro de inteligibilidade do humano.

A visibilidade, enquanto aspecto que quando produzido autonomamente, é resultante de uma percepção sobre as condições vulneráveis aos quais esses sujeitos estão expostos cotidianamente, busca contrapor uma “visibilidade negativa” construída em torno das identidades trans que comumente associam seus modos de vida à criminalidade e à hipersexualização de seus corpos. No entanto, no âmbito das experiências individuais, esses regimes de visibilidade podem ser produzidos a partir de diversas variáveis e aspectos, e repercutem de múltiplas formas.

Thiago parece tomar o rumo da invisibilidade como alternativa para lidar com seus processos identitários, no campo das práticas sociais, ao mesmo tempo em que se sente convocado pelos espaços coletivos a usar sua experiência como “bandeira de luta”, tendo em vista, inclusive, que sua trajetória difere dos dados e estatísticas sobre as possibilidades de vida dessa população.

Numa analogia ao debate sobre o “armário gay”, proposto por Eve Sedgwick (1990) em *A epistemologia do armário*, pensar nas regulações de um “armário trans” como alternativa de ocultação do estigma enfrentado a partir da impressão de marcas de gêneros dissidentes em seus corpos, a visibilidade dessas vivências é regulada pela passabilidade ou pela escolha de visibilização de seus corpos, quando nos referimos aos espaços de debates. Duas possibilidades se apresentam na gestão desse “armário”: o início das transformações corporais e revelar-se trans mediante uma dada interação social (DUQUE, 2013). Além destes, outros momentos se configuram como saídas voluntárias ou involuntárias do armário, tais como ter que apresentar documentos com o nome e sexo assignados ao nascer ou uma simples ida ao médico (CARVALHO, 2011; 2015).

A percepção do estigma que se fundamenta enquanto valor dominante nas práticas das mais variadas formas de violência faz com que Thiago regule “o armário” e a forma com que produz visibilidade em torno de sua experiência, sendo essa gestão mediada pelo uso dos espaços sociais e pelos sentimentos de proteção e pertencimento que eles mobilizam ou não. O medo de ser alvo de violência, por sua vez, se configura como elemento regulador das exposições e posicionamentos decorrentes dessa percepção. Guerra (1993) aponta que no nível cotidiano, a racionalidade na percepção do real se origina e é influenciada pelas emoções, delimitando espaços de ação e de reconhecimento.

Em 2019 tive a oportunidade de acompanhar a fala de Thiago numa mesa de debates sobre violência de gênero organizada pelo curso de pedagogia de uma universidade privada da cidade em que ele mora. Thiago dominava o debate e falava de maneira articulada sobre sua experiência e suas percepções acerca de como os

cotidianos trans são atravessados pela negação de direitos, e como isso se configura como o que ele julga a maior forma de violência vivenciada por esses sujeitos, a ausência de reconhecimento. No fim do evento, diversas pessoas o procuravam, e percebi que ele evitava aparecer em fotos e demais tipos de registros, bem como se manter no local do evento por muito tempo, me convidando inclusive para uma saída “à francesa”. Quando perguntei o motivo da pressa, Thiago me respondeu que não gosta de ficar no evento depois que ele acaba, porque é nesse momento que surgem perguntas mais informais às quais ele não deseja responder, além de fotos às quais ele diz ter medo do alcance. Thiago, portanto, negocia os regimes de visibilidade, conhecimento e poder a partir da relação de proteção estabelecida com dados espaços e dentro de uma determinada configuração mais formal, regulando a partir do uso da sua imagem os níveis de exposição.

Eu gosto de estar nesses espaços de formação política, mas não me vejo como uma figura que tem força pra estar no movimento social organizado. Sou macho, mas antes fui mulher, viu! [risos] Eu acho que a minha ação faz sentido dentro de lugares que eu convivo, que fazem parte do meu dia-a-dia, na faculdade, na escola, e até na minha casa. É perfil isso... E também, eu acho que essas pessoas que dão a cara devem sofrer muito mais... Eu gosto de discutir na academia, vejo como um papel mesmo, já que eu não só sou afetado pelo tema, como estudo ele e no que ele toca pra fazer com que nossas vidas sejam tão marginalizadas. (Diário de campo, 03/12/2019).

Apesar de todo o conhecimento mobilizado por Thiago na forma com que organiza suas práticas e projetos de vida, a sua menção acerca da percepção de si como um homem que aprendeu valores, comportamentos e emoções a partir de uma experiência de feminilidade parece justificar as delimitações construídas na participação em determinados espaços e a sensação de medo em certas exposições. Almeida (2012) discute, a partir da experiência de homens trans nos sistemas de saúde, que em condições negativas de socialização no gênero feminino, são agregados valores, posicionamentos, habilidades e sentimentos, em alguma medida, em oposição ao 'modelo convencional' de masculinidade e, mais comumente, atribuídos às mulheres: maior conexão com a esfera da vida privada, maior trânsito pelo terreno dos afetos e menor agressividade na forma de se impor. Esses elementos parecem permear a forma com que Thiago não somente se percebe, como a forma com que ele percebe as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelos espaços do movimento social organizado, às quais ele julga “de muito combate”.

Tirando a lente de aumento da experiência de Thiago, Dan e Bianca, e as localizando num contexto mais macro, é possível refletir como os regimes de visibilidade repercutem – ou sofrem repercussão - em como essas identidades são percebidas e como elas são mobilizadas na produção de enfrentamentos e de modos de vida. De um lado, experiências como as de Bianca demonstram que as ferramentas para os enfrentamentos se tornam mais possíveis nos espaços coletivos, a partir de proposições de embate às questões resultantes do sistema sexo-gênero-desejo por meio da luta por visibilidade e pelo reconhecimento do coletivo enquanto sujeitos que demandam políticas públicas de acesso à cidadania. Por outro lado, experiências como as de Thiago referem-se a uma militância que não se propõe a um diálogo mais direto com as agências governamentais e os operadores de políticas públicas, mas se dispõe a compor espaços de construção de debates críticos acerca da realidade, para dados segmentos sociais. Dan ocupa um espaço híbrido nessa relação polar. Compõe os mais diversos espaços de debate e de articulação política, e se dispõe às ações da rua e também da universidade.

A luta por reconhecimento opera a partir dos sentidos de pertencimento nas relações estabelecidas intra e extra grupo, e nas mais diversas formas de fazer militância. Opera ainda, simultaneamente, sobre o imaginário social do grupo e da sociedade englobante. É esse imaginário delimitado pelas linhas da transgressão da moralidade que Thiago busca romper ao evitar vivenciar situações de violência em decorrência da exposição, mas ainda se compõe como uma tomada de posição efetiva sobre a realidade a fim da procura de possibilidades de um amanhã (GUERRA, 1993).

Se imaginários, projetos e identidades atravessam a percepção de si enquanto sujeito e enquanto parte de um dado grupo social nas experiências de Dan, Thiago e Bianca, em experiências como as de Marcela, são outros espaços e dinâmicas que dão sentido a essa percepção que baliza a relação entre o objetivo e o subjetivo frente à realidade.

Marcela frequentou por algumas vezes o espaço do movimento social organizado da cidade em que mora, e apesar de dizer que gostou bastante das discussões e dos objetivos aos quais o espaço se propunha, não manteve sua permanência. Apesar disso, incorporou ao seu vocabulário uma série de termos e expressões oriundas do conhecimento construído a partir desta experiência. Melo (2016) afirma que por meio das sociabilidades produzidas pelos espaços de militância, sejam eles oficiais ou não, vocabulários não somente em termos semânticos, mas em termos de existência vão sendo apreendidos e ressignificados como forma de dar sentido às experiências vividas fora das

normativas de gênero, apontando que não somente quem adentra esses espaços e participa deles ativamente mobiliza esses repertórios, denunciando o crescente alcance do debate.

Marcela já vinha de uma vivência no movimento estudantil, ainda na época de faculdade, quando se identificava como homem gay. De acordo com sua narrativa, essa identidade, ainda que soasse como transgressora, tinha acolhimento nos espaços familiares, dado capital cultural de seus pais, e a colocava em circuitos que ela julgava importantes no âmbito das sociabilidades, e era, portanto, elemento que gerava certa sensação de proteção, quando ela compara com a identidade hoje construída, como transexual. Após o processo de transição, a visibilidade de Marcela passou a ser manejada de outra forma:

Sou muito discreta, eu não gosto dessa coisa de vincularem o fato de eu ser uma mulher transexual à prostituição ou ao barraco, à falta de educação. Ser trans é uma condição, eu não escolhi nascer assim, mas agora temos que fazer por onde também ser aceitas, não causar o tempo todo... Eu não vejo isso como orgulho...”. (20/05/2018, em entrevista à pesquisadora).

A construção desse imaginário da mulher trans estar associada à figura da “vergonha” somada à sua experiência particular de privação de exposição às múltiplas violências estruturais que as pessoas trans de uma maneira geral vivenciam (expulsão escolar, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, reconfiguração de espaços de lazer, entre outros) faz com que a percepção de Marcela acerca do coletivo se pautasse em referenciais heteronormativos, no sentido de buscar ser assimilada pelo binarismo de gênero.

Nesse sentido, algumas bandeiras de luta do movimento trans não são defendidas por Marcela, como a regulamentação da prostituição enquanto atividade laboral, por exemplo. Ao tratá-la a partir de referenciais de uma moralidade mais conservadora, invisibiliza as motivações históricas e culturais que resultam no alto índice de mulheres trans nos espaços de prostituição, e individualiza questões que são permeadas por uma ampla dinâmica que se desdobra em desigualdades sociais.

A estética de um corpo que expressa sensualidade, nas experiências trans, também tem relação com um caráter mais espontâneo das estratégias de luta por visibilidade por meio do movimento social organizado (RIOS, 2010). Considerando que Marcela não integra as camadas populares, podemos pensar a sensualidade compondo um gosto tido como de classe popular, como proposto por Carvalho (2015). Seguindo Bourdieu (2007), este elemento pode compor um *habitus* de classe, ou seja, a sensualidade espontânea

estrutura, é estruturada e também estruturante de uma produção de feminilidade das classes populares. Assim, é preciso romper com a noção de um suposto gosto natural que faz a sensualidade parecer inerente às travestis, ou às mulheres das classes populares; o que é comumente transmutado na atribuição de “vulgaridade”. Há, portanto, um pertencimento de classe que precisa ser mencionado quando falamos de experiências como as de Marcela.

Peres (2008) lembra que, para um corpo transexual que expressa beleza e se aproxima de uma suposta feminilidade biológica, há um maior respeito e acolhimento, enquanto que para um corpo que não reproduz a estética normativa restam a coragem e determinação para o enfrentamento dos processos de estigmatização, inclusive por seus pares.

A “diferença” expressa nos modos de vida de pessoas trans se caracteriza de forma hegemônica em nossa sociedade como uma poluição (ou desafinamento) de gênero, à qual é comumente atribuída uma série de valores negativos, ou seja, uma transformação da “diferença” em estigma (CARVALHO, 2015, p.34).

Marcela constrói sentidos de pertencimento fora dos circuitos entendidos como poluídos, entre familiares e pessoas mais próximas nos contextos de convívio, e não vincula a sua sociabilidade aos espaços frequentados por seus pares. De uma família, que investe na ascensão social de seus filhos e detém os recursos necessários para tais investimentos, além das inúmeras possibilidades de acesso a bens e serviços. Isso repercute diretamente na forma com que ela se percebe, em termos identitários, em como ela percebe as problemáticas vivenciadas por ela e pelas demais pessoas trans, demarca os lugares de semelhança e diferença buscando criar um limite no que diz respeito aos aspectos de identificação, e sobretudo, repercute em como ela constrói a sua tomada de posição efetiva sobre a realidade, especialmente na forma com ela negocia e mobiliza os aspectos de pertencimento.

A busca por reconhecimento e respeito ganha eco nos projetos e oficinas implantados na empresa em que trabalha acerca de temáticas relacionadas com a diversidade sexual e de gênero, tendo como foco principal abordar e construir formas de lidar com as diferenças de gênero e sexualidade, sendo esse o espaço em que ela investe a energia para a concretização de novos projetos, energia essa que, de acordo com Mafesolli (1976), empurra de forma motriz para o conflito com a realidade enquanto fundamento da emancipação revolucionária do homem.

Se o objetivo e do subjetivo na percepção do real opera no sentido de constituir modos de vida, e de acordo com Guerra (1993), o trajeto biográfico dos atores oferece elementos para apreender as intenções e finalidades, que nas suas sucessivas reformulações parecem orientar as ações de condução de seus destinos, individuais ou coletivos, é preciso lembrar que essas percepções podem ser construídas no atravessamento com diversos marcadores sociais da diferença para além deste que tomamos como central para fins dessa pesquisa: o gênero.

Os sujeitos são ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade, são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político. Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam, podem ser contraditórias, provocam, enfim, diferentes “posições” (LOURO, 1997, p. 51).

A classe é um marcador relevante quando pensamos na experiência de Marcela e a comparamos com as de Talita e Bianca, expressa pela construção de cotidianos em que a oportunidade de acessos foi fator fundamental na construção de sua vida nos termos objetivos e subjetivos. A geração, por sua vez, inaugura um hiato se comparamos as experiências de Talita e de Bianca. Ainda a regionalidade aparece como marcador que delinea fissuras na construção de estratégias de enfrentamento quando comparamos as experiências de Talita e Tiago, por exemplo. A raça também aparece como fator de grande importância quando comparamos as experiências de Talita e Dan.

5 CAPÍTULO V - Modos de vida e experiências trans: campos para pensar a terapia ocupacional social

5.1 Modos de vida trans: Entre o enfrentamento e o reconhecimento

A constituição de modos de vida, na sociedade contemporânea, passa pelo atravessamento de múltiplas variáveis que compreendem o processo sócio-histórico que delimita códigos de existência; as ferramentas oferecidas e manejadas para possibilidade da operacionalização da vida no interior de seus cotidianos; e a forma com que esses sujeitos se organizam e agem mediante a sua percepção acerca dos processos sociais vivenciados.

Sistemas, atores sociais, cotidiano, história, percepção. Esses são termos-chave para pensar os modos de vida que, em uma interação complexa, nos oferecem o acesso sobre como determinadas lógicas sociais são assimiladas e operacionalizadas na materialidade da vida, construindo hábitos, códigos, negociações intra e extra grupo, e principalmente, percursos e fazeres.

As histórias que percorremos ao longo da pesquisa que subsidia as discussões propostas nesta tese anunciam que o sistema sexo-gênero-desejo não opera somente como formador de subjetividade e de lugares sociais na experiência de pessoas trans. Para além disso, experiências nas mais diferentes etapas dos cursos de vida e nos mais diversos contextos apontam para as práticas de resistência e enfrentamentos ao próprio sistema que produz seus lugares sociais, e suas demandas por reconhecimento.

Os processos de estigmatização vivenciados por sujeitos que no interior de um dado sistema não se produzem nos contornos dos moldes hegemônicos, como é o caso das pessoas trans, resultam em dificuldades e impossibilidades destas no que diz respeito ao direito fundamental à singularidade, de poderem exercitar o direito de ser, de viver e de serem respeitadas como todos os demais cidadãos (PERES; TOLEDO, 2011). Suas existências mediante suas expressões de gênero não conformes com os modelos binários, por si só, já produzem enfrentamentos. Se afirmar uma pessoa trans frente a esses determinantes, ainda nas primeiras etapas dos cursos de vida (infância e adolescência), coloca as redes de apoio social em instabilidade, como nos casos de Bianca, Talita e Tiago. Na direção contrária, a existência e consistência dessas redes produzem fortalecimento e capacidade de reconhecimento de si enquanto sujeito de direitos, como no caso de Marcela.

Se todos os sujeitos – trans ou cissexuais – constroem-se e assimilam as normas de gênero no interior de um mesmo sistema, isso implica dizer que o apoio social no processo de construção da identidade de gênero nas experiências trans é demandado àqueles que, apesar de compor sua rede mais próxima, incorporam e se reconhecem a partir de vivências hegemônicas. O não entendimento somado à ausência do sentimento de pertencimento por parte da rede de apoio primário, de acordo com Peres e Toledo (2001), levam à aproximação com pessoas que coadunam os mesmos gostos, desejos, sonhos; pessoas que de certa forma compartilham suas experiências, necessidades, desejos e projetos. Esses contatos iniciais com indivíduos que se identificam com seus estilos de vida são imprescindíveis para que possam se fortalecer para os enfrentamentos das forças discriminatórias e excludentes, tanto no âmbito pessoal como no âmbito da vida social, e é aí que novos modos de vida vão começando a ganhar contornos mais visíveis.

O processo de reconhecimento de si enquanto parte de um segmento identitário que se assemelha por suas vivências de gênero já sucede um momento de resistência aos códigos normativos que demandam enfrentamentos para os quais, normalmente, as ferramentas não estão postas, dado que, em todas as experiências e histórias que acompanhei ao longo desta pesquisa, as primeiras vivências de transgressão à norma se deu ainda na infância, momento em que o único vocabulário disponível não incluía suas expressões de gênero.

Se em pesquisas como as de Kulick, Benedetti e Pelucio esses vocabulários vão sendo reconhecidos por meio do contato com a rua, com o crescente uso das tecnologias mediadas, com o debate sendo ampliado para dispositivos de controle, como a mídia de massa, e, principalmente, com a ascensão dos discursos mobilizados pelo movimento social e a ampliação do acesso ao ensino superior, cada vez mais esse novo repertório de possibilidades de gênero circulam e se difundem, tornando histórias como as de Dan mais comuns do que as encontradas em pesquisas de duas décadas atrás.

Ao mesmo tempo em que o sistema opera por dispositivos diferentes a depender da sociedade e do momento histórico, ele se reatualiza na proposição das mesmas normas, colocando diferentes atores e instituições na complexa trama que envolve os cotidianos trans.

É possível perceber em histórias como as de Bianca, Talita, Dan e Tiago, seja por meio da prostituição ou do movimento social, que o fortalecimento e a possibilidade de

construção de ferramentas para o enfrentamento às condições de marginalização se dão por meio do fortalecimento pelo pertencimento.

Histórias como as de Marcela, porém, não apontam para isso. Marcela vive as marcas expressas no corpo de uma vida fora da norma. No entanto, a busca pela legitimidade de seu corpo, a partir da possibilidade da mobilização de signos que a tornam cada vez mais passável, somada à possibilidade de acesso a espaços formais de educação, profissionalização, e, ainda, a espaços de lazer “protegidos”, garantem que ferramentas de enfrentamento sejam construídas por outras vias. Nesse sentido, os acessos produzidos pelas marcas da classe social garantem à Marcela possibilidades outras de enfrentamentos.

Por um lado, em experiências diferentes das de Marcela, os enfrentamentos são mediados pela construção de novas redes de apoio, a partir da mobilização de outras gramáticas em que essas existências são possíveis e de outros códigos em que elas são operacionalizadas e negociadas. “*Um cenário com mais aliados pro combate da vida*”, disse-me Bianca, certa vez. Por outro, no entanto, é o acesso produzidos por fatores socioeconômicos que se coloca como uma “arma potente”. Nas primeiras experiências, citadas, apreendem-se estratégias de sobrevivência e circulação por meio de uma articulação coletiva envolvendo códigos e aprendizados que tornam a vida mais possível, enquanto que, na segunda, as exclusões operam mais no campo da cultura, através do estigma, e, portanto, na materialidade da vida e na possibilidade de acesso a direitos, as ferramentas se tornam mais possíveis de serem acessadas individualmente.

O acesso a espaços de educação formal e profissionalização, nesse sentido, opera como forte definidor de possibilidades concretas de emancipação e de operacionalização de projetos de vida (SILVA, 2017). A escolarização, especialmente o acesso ao ensino superior, somada à inserção em espaços de mobilização, formação e articulação política se apresentam como experiências determinantes nas histórias de Dan e Tiago.

No caso de Dan, é por meio do reconhecimento de si nas imagens de luta acessadas no interior dos discursos produzidos pelos espaços de debate e articulação política que sua história, seus sentimentos, suas sensações ganham corpo. Aqui, apontamos o primeiro atravessamento no que diz respeito à assimilação da experiência e do seu lugar no interior da norma. Sistema e percepção se entrecruzam e ganham lugares cada vez mais evidentes na trama da constituição da história de vida de Dan.

A transgressão às normas de gênero a partir da orientação sexual não heterossexual colocava Dan com acesso aos debates sobre gênero e sexualidade nos

espaços universitários, mas foi o contato com as experiências trans que o fizeram se perceber como um homem trans. A apropriação e o fortalecimento dessa identidade só ocorreram via fortalecimento e acolhimento por meio do contato com os pares, resultando no reconhecimento de si. Naquele circuito, Dan se sentia protegido, igual, num mundo onde, até então, só se percebia diferente. Os novos códigos que traduzem essas experiências e esse reconhecimento de si apresentaram um novo horizonte para ele. Esse reconhecimento se fortaleceu a partir do aparato que ele construiu ao longo de sua história de vida, aparato que era anterior à própria identidade. A autonomia que o acesso aos espaços de educação formal, especialmente a instituição de ensino superior inspiraram em Dan, são reconhecidas por ele como ferramentas potentes no enfrentamento às múltiplas violências que certamente viveria em seu cotidiano a partir desse reconhecimento.

Acessar os espaços educacionais a partir de uma corporalidade não hegemônica produz experiências de exclusão (SALES, 2018), produz evasão, ou nos termos de Benevides e Nogueira (2020), produz expulsão. Mas acessá-lo a partir de marcas de gênero não tão visíveis, por outro lado, resultou para Dan na possibilidade de reunir ferramentas para enfrentamento da vida quando essa identidade foi assimilada.

Família e escola passam a ser instituições chaves nas histórias acompanhadas no decorrer desta tese como marcos das primeiras imposições do sistema sexo-gênero-desejo às pessoas trans. De um lado, têm-se as primeiras possibilidades de proteção de um sujeito, em um mundo que o coloca num lugar frágil no que diz respeito à cidadania (CARVALHO; ALMEIDA, 2003; BENTO, 2012), e do outro, a primeira instituição de sociabilidade, assimilação e reconhecimento dos códigos da vida social (LOURO, 2009). Ambos não se constituindo como suporte em nenhuma medida no que diz respeito a esse tipo de vivência, no entanto, negociando de múltiplas formas a construção dessas identidades, e contribuindo para a forma com que elas são subjetivadas.

A história de Marcela nos ajuda a pontuar alguns argumentos nessa direção. A consistência de um aparato familiar que, apesar de negar a possibilidade de uma identidade fora dos marcos binários por parte das experiências da filha, também se coloca como apoio quando essa possibilidade passa a ser mais concreta. Isso se dá, a priori, pelo acesso a um repertório de experiências que passam pela crítica à normatividade de gênero, somadas à possibilidade de proteção. Marcela foi apresentada a inúmeras ferramentas de enfrentamento da vida no interior de suas relações familiares. O acesso à educação, cursos, viagens, práticas culturais e de lazer, mediação na inserção no mercado de

trabalho, negociação da exposição, podendo vive-la predominantemente em espaços mais regulados e protegidos. Todas essas experiências resultaram numa Marcela com condições de viver uma vida mais habitável, e de pôr em prática seus projetos de vida. Trabalho, lazer, moradia, educação, sociabilidades, todos esses foram campos da vida cotidiana em que Marcela pôde desenvolver suas práticas e se reconhecer como sujeito, ainda que precise negociar cotidianamente a forma com que operacionaliza a vida.

Ter uma rede de apoio social mais consistente e condições materiais de concretizar projetos de vida não torna Marcela imune às condições impostas pelo estigma. Ao mesmo tempo, oferece condições de enfrentamento aos seus desdobramentos na vida social.

O enfrentamento, nesse sentido, torna-se possível a partir da percepção de si no que diz respeito à sua identidade de gênero e do amparo e acolhimento mediante esse reconhecimento, e se dá na direção das violências e marginalizações produzidas pelo sistema sexo-gênero-desejo. O sistema e o cotidiano se traduzem, nesse sentido, como as engrenagens que os produzem e o campo concreto no qual essas produções são marginalizadas, respectivamente.

A possibilidade de apreensão de um vocabulário em que essas vidas são mais viáveis se situa como formas de leitura de si, e, portanto, de legitimação da própria identidade. O reconhecimento nesse contexto, não deve ser entendido apenas como a capacidade de se nomear o outro ou a si mesmo, mas sustentar em aberto a questão sobre quem é o outro ou quem sou eu (SALES, 2018) nos desafios da vida cotidiana.

Na história de vida de Marcela, percebe-se que esses enfrentamentos se dão na ordem de um contexto mais individual. Mas nas experiências de Bianca, Dan e Tiago (principalmente via relação deste último com a namorada), esses enfrentamentos ganham sentido no âmbito do encontro com o coletivo, a partir de seus pares. Mas esse coletivo também é localizado. Trata-se de um grupo em que o manejo dos termos específicos que os definem, e a crítica sobre a própria experiência – que é, na verdade, a crítica ao sistema sexo-gênero-desejo – são o fio condutor.

Bianca traz fortemente em sua narrativa a experiência de travestis que têm suas experiências marcadas pela precarização da vida (BUTLER, 2015)⁷¹ nos termos socioeconômicos. Utilizo travestis no plural porque sua trajetória é narrada no atravessamento de múltiplas vozes, já que sua experiência no interior do movimento

⁷¹ Judith Butler, em seu livro “*Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?*”, publicado em 2015 discute que as vidas são por sua natureza, precárias, podendo ser eliminadas tanto de maneira proposital como de forma acidental, não importando o quanto se esforce para persistir. (p.188)

social a autoriza, segundo ela mesma, a falar em nome de um coletivo. A ausência de políticas públicas mais efetivas no que diz respeito ao acesso a direitos básicos compõe uma luta na qual Bianca se localiza: a busca pelo reconhecimento por parte do Estado.

A busca pelo reconhecimento marca os modos de vida de pessoas trans na medida em que a inteligibilidade se torna uma condição básica de existência. Em entrevista à psicanalista Patrícia Porchat, Judith Butler afirma:

Quando falamos sobre o campo da inteligibilidade de gênero, estávamos falando sobre instituições, categorias e linguagens existentes que podem fazer com que o gênero tenha sentido. O reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade. Mas o reconhecimento também pode ser o lugar onde os campos existentes de inteligibilidade são transformados. (PORCHAT, 2010, p. 168)

Ela ainda continua:

[é preciso] marcar posição no campo da inteligibilidade, revisá-lo e expandi-lo, de modo que uma nova forma de reconhecimento seja possível. Ou o indivíduo pode dizer: “não quero ser reconhecido por meio de nenhum dos termos que você tem”, e nesse ponto aquele campo de inteligibilidade é recusado e uma distância crítica se estabelece. Invocamos campos de inteligibilidade quando reconhecemos outros, mas também podemos retrabalhá-los ou resistir a eles no curso de novas práticas de reconhecimento (PORCHAT, 2010, p. 168).

Nancy Fraser (2008) propõe o debate sobre duas condições atreladas às injustiças: a injustiça socioeconômica e a injustiça cultural ou simbólica, às quais a autora propõe dois caminhos possíveis: as políticas de redistribuição econômica e políticas de reconhecimento. A autora argumenta:

O remédio para a injustiça econômica é a reestruturação político-econômica de algum tipo. Isso pode envolver redistribuição de renda, a reorganização da divisão do trabalho, submeter investimentos a uma tomada de decisão democrática, ou transformação de outras estruturas econômicas básicas. O remédio para a injustiça cultural, em contraste, é algum tipo de mudança cultural e simbólica. Isso poderia envolver a revalorização de identidades desrespeitadas e de produtos culturais de produtos discriminados. Também poderia envolver o reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda poderia envolver a transformação total de padrões sociais de representação, interpretação e comunicação de modo que mudaria o sentido de si mesmo em todas as pessoas. (FRASER, 2008, p.16-17)

A autora se refere a dois tipos de injustiças que em menor ou em maior grau atravessa as experiências trans, e que demandam por reconhecimento em dois polos

distintos: a política e a cultura, e ainda afirma: “ver o reconhecimento como um problema de justiça é trata-lo como uma questão de status social” (FRASER, 2003, p.29). Assim, considera que para a participação democrática na vida social, o sujeito precisa possuir recursos materiais e padrões de valores culturais que possibilitem o respeito, e, portanto, a igualdade de oportunidades para a obtenção de estima social.

Se a exposição à violência subjetiva e material compõe o cotidiano de pessoas trans, seja por meio da ausência ou insuficiência de políticas públicas ou pela violência simbólica da construção de um lugar marginal que reiteradamente diz respeito à “anormalidade” de não se enquadrar na norma, a reconfiguração das redes de apoio diz respeito a uma potente estratégia de enfrentamento – e de sobrevivência -, e busca por reconhecimento em meio a hiato de possibilidades mais democráticas na igualdade de acessos.

Na busca pelo reconhecimento, Talita reconfigura sua sociabilidade e, com isso, constrói alternativas de sustento e sobrevivência e aprende novos códigos sobre como viver em um corpo não normativo. Se nesse caso, a família não se configura como um *locus* protetivo à sua materialidade, e nem tampouco a sua subjetividade, os espaços de prostituição remodelam seus limites protetivos e afetivos, como é possível perceber na forma com que ela se refere às demais mulheres trans com as quais se relaciona nos espaços de prostituição, ao chama-las de irmãs. O reconhecimento, nesse sentido, não é demandado da arena pública por Talita, tornando-se possível somente no interior de seu grupo, mas a fortalecendo para o trânsito nos demais espaços da vida social. Esses espaços não se ampliam, mas seus usos são mediados por estratégias como a hora do dia e os espaços em que se expõe menos à violência, a vestimenta mais possível para estar mais passável em determinados espaços de circulação, a expressão corporal, a mobilização de acompanhantes, a não exposição da família. Todas essas são estratégias de proteção que acionam recursos de assimilação à norma, numa tentativa de operacionalizar a vida, especialmente no que diz respeito aos trânsitos no espaço público.

Assimilar a norma, para alguns, nesse sentido, se configura como uma forma de busca por reconhecimento por parte das imposições sociais. Isso não é possível de perceber apenas nas estratégias que de Talita mobiliza. Marcela também nos mostra isso de maneira clara, por exemplo, quando se posiciona contra travestis e mulheres trans que se prostituem, afirmando a luta pela profissionalização das trabalhadoras do sexo como algo que “desmoraliza” o grupo, e se pautando nessa justifica para não se posicionar em favor da causa.

As trabalhadoras do sexo, nas proposições de Marcela, carregam símbolos que denunciam o estigma. A interação entre os símbolos que a informação e a percepção de quem a recebe estabelece, além da capacidade decodificadora de quem os observa, evidenciam o estigma do qual Marcela busca afastar-se como estratégia de minimizar o impacto do preconceito, ainda que o enfrentamento à norma não esteja presente.

Nesse sentido, objetivo e o subjetivo na percepção do real operam diretamente na possibilidade de construção de estratégias de enfrentamento ao sistema que produz cotidianos às margens, nesse contexto, ainda que não necessariamente no sentido de romper com as normativas do sistema sexo-gênero-desejo, mas de sobreviver as imposições dele. É a partir da percepção de si frente a um refinado mecanismo de produção de sujeitos com base no seu gênero e nas suas sexualidades, e em como ele opera frente à produção de desigualdades sociais que se anuncia como a luta por reconhecimento vai se configurando no interior de cada experiência individual e na experiência coletiva.

Marcela não se reconhece na luta de mulheres trans que se prostituem porque apesar de ter sido fruto de um sistema de gênero que a aloca em um lugar de menos aceitação, as vivências de acesso e a forma com que sua experiência de classe a posiciona possibilitam a constituição de seu cotidiano de maneira significativa a partir das próprias ferramentas que oferece. Isso não a localiza numa posição de menor exposição à violência, na medida em que também desenha os limites da composição de si, mas também a torna vítima de violência normativa.

Toneli e Becker (2011) apontam que a violência normativa é primária em um duplo sentido: ela permite a ocorrência da violência secundária que então consideramos como típica, e, serve para apagar essa última. (p. 7). Ou seja, de acordo com os mesmos autores, a violência normativa exercida antes da violência cotidiana invisibiliza-a, torna-a inexistente. O que os autores discutem nos ajuda a compreender essa dinâmica de violência e reconhecimento, se tomarmos a história de Marcela como exemplo. Por violência normativa não se entende um certo tipo de violência que se torna a norma, mas sim a violência das normas. As normas de gênero, elas mesmas, podem exercer uma certa violência sobre os corpos que as violam. Elas tanto autorizam a violência física típica que são reconhecidas rotineiramente como tal, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão. As formas de violência às quais pessoas trans com experiências de classe e constituição de cotidianos semelhantes às de Marcela são expostas não operam diretamente no campo dos acessos, mas incidem sobre a liberdade

dos seus corpos. Não se reconhecer como parte desse sistema faz com que sujeitos como Marcela busque o reconhecimento por meio da assimilação das normativas de gênero, não como estratégia de sobrevivência, mas de um lugar menos marginal no interior do próprio segmento.

Os espaços de articulação política vão se compondo, nessas experiências, como elementos centrais na percepção da realidade, e se tornando fonte de caminhos possíveis de fortalecimento, reconhecimento e enfrentamento, não somente no campo dos direitos, como aos discursos dominantes em torno dos gêneros e das sexualidades. Trata-se, de acordo com Carvalho (2015), de marcar uma esfera igualmente política das relações sociais, na qual a ausência de reconhecimento traz prejuízos à formação do sujeito e ao exercício da vida social.

Bianca demarca em boa parte de suas falas que o estigma é o principal obstáculo frente à possibilidade de uma vida fora das margens, e é por meio do movimento social que ela encontra possibilidades de enfrentamento a ele. Se o estigma se apresenta como barreira quase intransponível ao reconhecimento (CARVALHO, 2011), é a partir dele que Bianca enxerga pontes que o contornem no que diz respeito ao reconhecimento social da diferença pessoal e ao reconhecimento jurídico da igualdade de direitos, demarcando que nessas experiências, a cidadania se pressupõe a partir de um duplo reconhecimento.

Dan e Marcela também demonstram, a partir de suas histórias de vida, que o movimento social se configura como um espaço potente de fortalecimento e construção de redes de solidariedade. Eles ainda apontam que o enxergam como possibilidade de concretização de seus projetos de vida, uma vez que num contexto de intensas marginalizações e impossibilidades, é nos espaços coletivos de luta que a possibilidade de enfrentamento se materializa. No interior dessas experiências, é possível perceber dois sentidos e direções do reconhecimento: Primeiro o reconhecimento recíproco, entre os pares, que resulta no que foi anteriormente discutido, o pertencimento e o fortalecimento; e por fim, a luta pelo reconhecimento por parte do Estado no que diz respeito às demandas por políticas públicas e direitos sociais que traduzam as demandas concretas desses sujeitos, como, de acordo com a ANTRA (2020), possibilidades menos subalternas no mercado de trabalho, estratégias de acesso e permanência de pessoas trans nos espaços educacionais, políticas de enfrentamento à violência, incorporação dos debates de gênero e sexualidade nos currículos escolares, promoção de espaços de sociabilidade, respeito ao nome social, despatologização das identidades trans, entre outras.

A inserção no mercado de trabalho, bem como a circulação nos espaços públicos, se mostra como grande desafio na experiência de muitas pessoas trans, a exemplo de Talita e Bianca. Claramente a dificuldade de inserção é resultado de uma composição que envolve o atravessamento de classe nas suas histórias de vida, diferente das experiências de Dan e Tiago (que acessaram o mercado de trabalho antes de sua transição) e da experiência de Marcela (que teve acesso a recursos econômicos que possibilitaram sua qualificação profissional). Apesar das marcas do estigma atravessarem as experiências de sujeitos das múltiplas classes sociais, é no interior dos sistemas de classe que algumas ferramentas de enfrentamento surgem e tornam algumas práticas possíveis de serem negociadas.

“Ter carteira assinada”, “emprego fixo” ou qualquer outra categoria considerada socialmente digna agrega valor social ou estima social a quem as carrega (CARVALHO, 2015), e a ausência ou precariedade dele repercute de maneira direta nos cotidianos de pessoas trans. Se de uma maneira geral, nas experiências trans esse acesso é dificultado, na trajetória de Dan o acesso foi possível num momento anterior à transição de gênero e sua permanência está ligada às negociações cotidianas que Dan precisa mobilizar. Marinho e Almeida (2019), em uma pesquisa que aciona a história laboral de pessoas trans no estado do Rio de Janeiro discutem:

A busca de uma inserção laboral via concurso público, mesmo que não seja na área de sua formação, é muito procurada por pessoas trans perante a dificuldade de emprego em empresas privadas e pelo aspecto da proteção dos direitos trabalhistas e garantias de estabilidade. Além disso, as normativas sobre o uso do nome social no serviço público são atraentes por equacionarem, pelo menos em boa parte, os processos de assimilação social de sua identidade de gênero no ambiente de trabalho (p.127).

Apesar de Dan ter um cargo de professor no ensino público e esse ser um fator que lhe garante a inserção no mercado de trabalho sua permanência envolve negociar constantemente o seu lugar de respeito e aceitação por parte dos demais atores envolvidos em seu contexto de trabalho em face das práticas que traduzem, em maior ou menor grau, a transfobia.

Essas infundas negociações são mobilizadas a partir dos discursos apropriados por Dan no interior do movimento social, para reafirmar seu lugar no contexto do trabalho, e se constituem como um aparato de enfrentamento ao sistema generificado. Isso porque apesar da função assumida, Dan ainda precisa lidar com um processo de transição em

andamento e a (ainda) não alteração do nome no registro o que “denuncia” o seu lugar como pessoa trans. Como ele mesmo afirma, “*não há alternativa senão resistir*”, e essa resistência caminha, mais uma vez, na direção de busca por reconhecimento.

Por meio do conhecimento construído no interior do movimento social, Dan articula ações na escola em torno dos debates de gênero, se coloca à disposição na resolução de questões com os alunos em torno dos gêneros e das sexualidades, e faz suas “micropolíticas cotidianas” como forma de tornar o lugar de trabalho menos hostil e evitar situações de constrangimento.

É o constrangimento que perpassa a experiência de pessoas trans que estão inseridas no mercado formal de trabalho. Lacerda (2006) aponta que esses constantes constrangimentos decorrem da temática da “safadeza” e “promiscuidade” estarem sempre associadas às vivências trans tendo em vista que no imaginário social, é no contexto do mercado do sexo que suas vivências são construídas e mobilizadas. Romper com esse imaginário, na experiência de Dan, se configura como a possibilidade de criar alternativas de humanização das pessoas trans e é nesse espectro que ele dá sentido à sua vida.

Nesse sentido, o trabalho passa a ser mais que uma possibilidade de manutenção do próprio sustento, mas um caminho de luta por reconhecimento visto que é por meio dele e para ele que Dan constrói ferramentas para enfrentar as condições concretas da vida no interior de seu cotidiano.

Marcela também mobiliza os aspectos de percepção do real através de seu cotidiano no que diz respeito ao campo de trabalho. Não enfrenta as condições concretas de precarização do trabalho, visto que sua inserção se deu via grandes investimentos em seu processo formativo somada a uma boa rede de contatos, o que a levou a um cargo respeitável, o que por si só, demanda respeito e reconhecimento. Ao fazer uso desse lugar de poder na escala produtiva, enfrenta as possibilidades de constrangimento mobilizando estratégias como a construção de rodas de conversa e cursos de formação de recursos humanos no interior da empresa em que trabalha. Apesar de não se reconhecer em diversos lugares que o sistema sexo-gênero-desejo a coloque, especialmente nos que são atravessados pelos aspectos da moralidade mobilizada pela sexualização de seu corpo, enquanto mulher transexual, seus enfrentamentos não vão na direção da construção de respeito no interior do cotidiano de trabalho, por parte dos demais funcionários, mediante as experiências trans.

Essas duas experiências nos ajudam a refletir sobre os enfrentamentos e reconhecimentos como fortes elementos nos modos de vida trans no contexto de trabalho,

e as estratégias que mobilizam esses enfrentamentos estão diretamente relacionadas com a percepção do sistema na dinamização de seus cotidianos. Por outro lado, também denunciam que esses enfrentamentos só são possíveis dentro de uma gramática em que a atividade é considerada produtiva, e, portanto, reconhecida como trabalho. No caso de travestis que se prostituem, como é o caso de Talita e Bianca, esses enfrentamentos são produzidos fora do mercado formal, num *lócus* em que o reconhecimento de suas identidades é legítimo. Ambas contam que não mandam mais currículos tendo em vista as diversas situações de constrangimentos vivenciadas ainda durante os processos seletivos.

Se fica evidente a necessidade de políticas públicas para inserção no mercado de trabalho formal, tendo em vista os marcadores que distancia esses sujeitos dessas vivências, a experiência de Bianca nos oferece uma reflexão importante. O preparo para um mercado que não oferece o reconhecimento de sua humanidade e cidadania para o desenvolvimento dessas práticas, que não oferece formação de recursos humanos, e que não cria espaços mais acolhedores a essas identidades acaba sendo um espaço de reprodução de múltiplas formas de violência.

É indiscutível que a dificuldade das pessoas trans em se inserirem no mercado de trabalho advém não só da falta de acesso aos estudos ou qualificação, mas principalmente da aparência e condição de transgeneridade, concomitantemente ao fato de que por vezes os empregadores tratam a transexualidade como doença. (DIAS; BERNARDINELI, 2016, p. 252).

Ainda que o acesso à educação e aos espaços de trabalho formal tenham se tornado possíveis por meio do programa do qual Bianca fez parte, a ausência de uma mediação entre a conclusão dos cursos e a busca por emprego, tendo em vista sua corporalidade, tornou a inserção no mercado de trabalho uma possibilidade menos concreta. A possibilidade de término do ensino médio e de capacitação profissional com certeza é uma arma potente oferecida por esse tipo de programa – embora seja importante mencionar a escassez de programas desse tipo -, além ainda, da possibilidade de reconhecimento, por meio de políticas públicas e da promoção de debates que viabilizam o reconhecimento desses sujeitos como cidadãos, no entanto, há ainda outros nós a serem desfeitos e importantes teias a serem tecidas na conformação de redes mais sólidas de inserção social.

Potentes avanços vêm sendo realizados ao longo da última década: a possibilidade de retificação do nome no registro civil desde 2018 (MOREIRA, 2019); a retirada da transexualidade do rol de doenças mentais do Código Internacional de Doenças na sua versão mais recente, pela Organização Mundial de Saúde, o realocando para o rol de condições relacionadas à saúde mental e o renomeando para incongruência de gênero (MUNIZ; ESQUENAZI, 2021); a promoção da visibilidade das experiências de pessoas que dissidem em gênero ou em sexualidade a partir do aparato midiático, dos debates na câmara de direitos humanos; a possibilidade da promoção de debates sobre gênero e sexualidade nos espaços educacionais; a criação de uma política pública específica para o processo transexualizador, e sua respectiva ampliação via Sistema único de Saúde; entre outros. Certamente, as novas gerações de pessoas trans ou de demais pessoas que não constroem suas vivências de gênero em coerência com os moldes normativos hegemônicos tem disponível um contexto que é composto por ferramentas mais possíveis de serem acessadas, nos termos jurídicos, do que as travestis dos anos 1990 que Don Kulick acompanhou em sua pioneira etnografia, e isso certamente afeta seus modos de vida, que não são estáticos, e vão reconfigurando os seus signos na medida em que a percepção da realidade viabiliza mudanças concretas no cotidiano de sujeitos coletivos, na mesma proporção em que o sistema que os constrói vai se reatualizando e se dinamizando a partir de novos mecanismos.

Não há homogeneidade no que diz respeito aos modos de vida trans, se entendermos que eles são atravessados por múltiplos fatores que singulariza a experiência de sujeitos individuais, mas informa sobre os modos de vida de sujeitos coletivos. No entanto, percebemos a partir das histórias de vida que se situam como objeto desse estudo, que seus modos de vida são produzidos pela (1) necessidade de enfrentamento à um sistema que empurra esses sujeitos para as margens se faz presente em todas as etapas de seus ciclos de vida, e em boa parte dos contextos nos quais circulam e desenvolvem suas práticas cotidianas, seja no espaço doméstico, nos contextos de trabalho, ou nos demais espaços de circulação; (2) possibilidade de operacionalização da vida por meio dos cotidianos que são produzidos nessas experiências se tornam possível com a construção e consolidação de redes de suporte mais sólidas, que ofereçam apoio, proteção e reconheçam seus corpos e suas identidades como legítimas, de modo que poucas alternativas são possíveis fora de relações às quais se sintam pertencentes; (3) marcadores como classe social são determinantes no que diz respeito às possibilidades concretas de acesso a oportunidades no interior dessas experiências, tendo em vista que as marcas

determinadas pelo estigma inviabiliza que a materialidade desses corpos por si só alcancem a mobilidade social; (4) é no campo do reconhecimento que se alocam suas principais alternativas de emancipação, sejam elas via Estado, por meio da criação e efetivação de políticas públicas que minimizem o impacto do não reconhecimento social desses corpos, ou pelo reconhecimento operacionalizado por meio das micropolíticas cotidianas, que normalmente são possíveis por meio da percepção da produção de suas vivências por meio do sistema que as produz; (5) os espaços em que esse sistema é assimilado, tendo em vista a ausência de debates e de políticas públicas que traga pra cena e considere a vulnerabilidade que ele produz, tem sido o movimento social.

5.2 A Terapia Ocupacional Social e os Modos de Vida: Diálogos possíveis

A práxis do terapeuta ocupacional consiste numa dimensão técnica e numa dimensão política que são indissociáveis, nos disse Barros, Ghirardi e Lopes (2002) numa das primeiras produções de um debate mais profundo sobre a terapia ocupacional social, oriunda de reflexões e questionamentos acerca do lugar do técnico e das bases que fundamentam a ação da profissão, que se iniciaram ainda nos anos 1970.

Essas reflexões decorreram da constatação da função social do terapeuta ocupacional fincada no pressuposto da necessidade de adaptação social, não se questionando a estrutura social e suas desigualdades, de modo que as preocupações desse profissional se centravam na inserção e reintegração da pessoa ao seu meio sem que se discutissem os motivos da exclusão e as resistências à reinserção (LOPES, 2016).

Ainda nessa década, em decorrência da atuação profissional em instituições totais e de violência (GOFFMAN, 1980; BASAGLIA; BASAGLIA, 1977) o questionamento de parte dos profissionais adivinha do uso terapêutico das ocupações no sentido de preencher o vazio ocupacional decorrente da ociosidade (NASCIMENTO, 1991). Esperava-se que as intervenções caminhassem na direção da tranquilidade de um ambiente onde o paciente deveria viver calmo, sem manifestações exuberantes de comportamento, sendo a ocupação percebida como grande recurso para tal finalidade (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002, p.96).

Nos anos 1980, com o processo de redemocratização do país e uma conjuntura marcada por mudanças de ordem econômica e política e de implementação de políticas sociais, o terapeuta ocupacional passa a compor diferentes áreas de atuação, e a lógica

asilar vai dando lugar a construção de um olhar direcionado para as ações nos territórios e vidas dos sujeitos de modo que as ações começam a ser pensadas para além dos limites institucionais.

Outros referenciais não calcados no modelo biopsicossocial vão sendo acionados para compreender esse sujeito em sua relação direta com a sociedade, não mais a partir de uma perspectiva centrada no indivíduo, mas a partir de referenciais que possibilitassem uma leitura macrossocial acerca das questões estruturais que impunham aos sujeitos impossibilidades de participação e de uma construção mais democrática de seus cotidianos.

Esses referenciais ajudaram numa compreensão dos lugares possíveis ao técnico frente a consolidação do consenso hegemônico em torno da conservação dos interesses da classe social dominante, ou ainda, na construção de um dissenso contra-hegemônico que buscasse transformar o ordenamento vigente, como nas proposições de Antônio Gramsci (LOPES, 2016), em resposta a uma lógica de trabalho em que o terapeuta ocupacional exercia um papel de promotor de adaptação social (GALHEIGO, 1997).

Novas demandas surgem nos cenários de atuação da terapia ocupacional, para além das questões voltadas para a reabilitação, ou ainda, permeada pelas lógicas de recuperação da saúde, colocando a necessidade de ações no território (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002).

Os deslocamentos decorrentes de uma terapia ocupacional que, até aquele momento, desenvolvia as suas ações a partir de modelos centrado no indivíduo começam a fazer emergir debates que acionam a necessidade de compreensão sobre os coletivos, grupos e populações enquanto fator fundamental de uma prática que visa à transformação dos cotidianos fora dos marcos de saúde e doença.

Os paradoxos de uma sociedade marcada pelas desigualdades convocam terapeutas ocupacionais a reelaborar proposições técnicas e metodológicas para transitar entre os contextos individuais e coletivos tomando a cidadania como princípio orientador de suas ações e intervenções (BARROS, 2004; BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007; LOPES, 2016), buscando compreender as formas de interações que atuam sobre os sujeitos, localizando as múltiplas formas e intensidades de vulnerabilização das redes sociais de suporte (LOPES et al, 2008), corroborando com a proposição de um campo social na terapia ocupacional, nos anos 1990.

As desigualdades sociais e as formas de apreensão da realidade social, enquanto elemento chave de uma terapia ocupacional que se preocupa com a mobilização de

ferramentas que tornem a vida possível no interior de cotidianos precários, passa a demandar de terapeutas ocupacionais possibilidades de articulação e resolução às múltiplas expressões dessas desigualdades no que diz respeito às possibilidades de operacionalização da vida.

Quando a terapia ocupacional questiona suas bases, aposta na ação e numa constituição composta por uma diversidade de áreas que têm internamente discussões a realizar para ofertar as suas contribuições (MALFITANO, 2005). Nesse sentido, ainda de acordo com Malfitano (2005), desafia terapeutas ocupacionais quanto à criação de novas formas de abordagem que demandam a ampliação e criação de novas metodologias.

O deslocamento de conceitos e concepções que até então haviam sido centrais na composição do saber do terapeuta ocupacional passa a dar lugar a conceitos que buscam abrir espaço para a compreensão da complexidade de dinâmicas que se atravessam na composição dos fazeres. De ocupação ao cotidiano, a dimensão filosófica e socioantropológica começa a compor de maneira significativa o arcabouço teórico da terapia ocupacional, bem como a saúde coletiva, a psicologia social. Esses deslocamentos se tornam necessários na medida em que a noção de ocupação e de atividade por si só são insuficientes para responder a todas as ações que o terapeuta ocupacional pode empreender, além de não possibilitar o entendimento acerca do lugar social dos grupos para os quais a atenção do terapeuta ocupacional se volta. Além disso, a fundamentação da profissão não se esgota nela por si só, e as perspectivas individualizantes e universais do indivíduo adotadas até então, colocam uma compreensão de homogeneidade no acesso aos bens e direitos sociais, como se o sistema econômico e político no qual o sujeito se localiza, não exercesse qualquer influência desigual a seus projetos de vida a depender de seu posicionamento no estrato social (GALHEIGO, 2020, p.13).

É no bojo da proposição de aportes teóricos metodológicos que possibilitem a compreensão dos contextos que produzem lugares desiguais e na repercussão dessas desigualdades nos seus cotidianos que o conceito modos de vida passa a ser ventilado na terapia ocupacional.

A diversidade cultural e seu atravessamento no que diz respeito às desigualdades sociais produzidas pela diferença a partir de seus mais diversos marcadores, determina dinâmicas próprias e produzem códigos, dinâmicas e negociações, e somente a partir de uma apreensão mais consistente sobre a forma com que seus mecanismos operam e incidem sobre a produção de práticas, resistências e formas de existência, é possível

desenvolver ações mais propositivas no que diz respeito às formas que viabilizem a emancipação social.

Os modos de vida, como discutido em capítulos anteriores, envolvem um conjunto de características e traços que singularizam os atores sociais em suas formas de operacionalizar o cotidiano, incluindo as técnicas e os padrões culturais semelhantes em diversos campos do fazer (SILVA, 2006), mas não somente. O modo de vida é extremamente rico por abarcar condições concretas, subjetivas e políticas de sujeitos inseridos em um dado território, ou pertencentes a um determinado segmento populacional. Max Sorre (1952) aponta que o tempo aparece como elemento importante porque modo de vida necessita de um mínimo de duração e estabilidade, que também não o tornam algo perecível, pois o modo de vida nasce, transforma-se, expande-se, e é então, quando ele chega a este grau de maturidade, que se torna possível sua apreensão. Consoante a isso, La Blache (1954) aponta que os modos de vida introduzem entre os seres humanos um novo princípio de diferenciação, princípio esse representado pelo tipo de nutrição e pelos hábitos, de modo que este vem sendo construído e representado sempre por uma coletividade marcada pela mobilização de elementos e ferramentas que asseguram a sua existência e a sua continuidade.

Quando nos deparamos com grupos sociais que são marcados pela diferença, como no caso das pessoas trans, percebemos que as dinâmicas de marginalização se tornam uma constante em suas histórias de vida. Isso se dá pela não conformidade entre suas vivências e as estabelecidas formas hegemônicas de se constituir enquanto sujeitos.

A terapia ocupacional social, enquanto subárea da terapia ocupacional que visa assistir a populações que sofrem processos de exclusão social, ou ainda, a grupos que, devido às transformações sociais, estão expostos diretamente à precarização do trabalho, à vulnerabilidade relacional, resultando em vivências nas margens e em ruptura das redes sociais (LOPES, 2016), para se debruçar sobre as demandas de grupos marcados pela diferença precisa considerar que

As diferenças culturais têm sido explicadas como se pudessem ser essencializadas e reduzidas a traços fixos, estáticos que seriam (nessa visão ainda dominante) constitutivos da natureza humana (que oculta a cultura que produz os parâmetros do universal). Tal procedimento serve a uma lógica classificatória orientada para a hierarquização. Uma lógica binária que vem definindo o componente negativo das relações sociais e das relações culturais: o/a negro/a, o/a índio/a, o/a estrangeiro/a, o/a homossexual, o/a pobre, o/a louco/a, o/a deficiente e, também, o sul, a mulher, etc. (BARROS; ALMEIDA; VECCHIA, 2007, p.130-131)

Essas concepções essencializadas e universalizadas são confrontadas por diversas correntes teóricas, ao enfatizar particularidades na forma com que dados sujeitos ou grupos sociais rompem com a lógica dominante e constroem lugares de existência mediante as condições e códigos que lhes são oferecidos e práticas sociais as quais produzem. Os modos de vida, de acordo com Lobo (1992) não se centram especificamente em padrões de vida e indicadores sociais, mas nas práticas cotidianas, nas tradições, nas diferenciações internas de suas representações tanto quanto a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência.

Ao considerar o sistema e os atores sociais, o cotidiano e a história, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real (GUERRA, 1993), a concepção de modos de vida nos apresenta uma teia complexa na qual as práticas sociais se assentam, se sustentam e são operacionalizadas, oferecendo pistas importantes sobre como, no interior das dinâmicas sociais, estruturas e condutas dialogam na produção de vida, e como os sujeitos lidam com essa interação (LOBO, 1992). Mais do que “quais são as condições” nas quais os sujeitos constroem suas práticas, a indagação me parece estar mais centrada em “de que forma” ou “por meio de qual lógica” essas práticas são sustentadas e se tornam possíveis, o que me parece um conceito promissor na apreensão de estratégias de enfrentamento, formas de resistência e reinvenções da vida cotidiana.

“De que forma” não diz respeito apenas às ferramentas, aos discursos, aos códigos e hábitos. Diz respeito à localização dos sujeitos coletivos nos sistemas sociais, às estruturas e atores sociais que operam como demarcador desses limites e funcionam como engrenagens desses sistemas, às práticas relegadas aos sujeitos, às lógicas que permeiam seus meios de sobrevivência, à (in)visibilidade dos mecanismos que conduzem esses desdobramentos práticos, e às formas de reelaboração cotidiana que se faz em torno da construção de suas próprias experiências a partir da forma como essas práticas são percebidas, reconfiguradas ou enfrentadas.

Ao se reconhecer como uma profissão que busca fomentar aos sujeitos maior autonomia, participação e inserção social, é indispensável a compreensão sobre o contexto no qual as pessoas vivem, suas dimensões históricas e coletivas, no intuito de apreender onde o trabalho ocorre e suas possibilidades para a busca de estratégias pela inserção e participação sociais, sem desconsiderar todos os limites estruturais que estão sempre presentes (MALFITANO, 2016).

Malfitano (2016) ainda nos diz: O campo social pode ser compreendido como um *locus* intersetorial de operacionalização da vida, em outras palavras, o contexto concreto

onde ela acontece, de acordo com as possibilidades e limites impostos pelos fatores socioeconômicos (p.118), mas não somente. Ao apontar para os códigos de existência e sobrevivência de alguns grupos, a concepção de modos de vida nos indica que os diversos sistemas, além do econômico, incidem sobre a formação de lugares sociais. Apesar de o conceito ter sua origem e dialogar intimamente com os marcos da visão sócio-histórica, abre espaço para que outros sistemas possam ser considerados e acionados na dimensão estrutural dos modos de viver (GONÇALVES, 2017; SILVA, 2018; MONTEIRO; SILVA; PAULA, 2019).

Sistemas de produção de códigos sociais oferecem diferentes lugares para a construção de práticas cotidianas, projetos de vida, fazer político, inserção no mercado de trabalho, formas de amar, modalidade de uso dos corpos, circulação nos espaços públicos, entre outros (GONÇALVES, 2017). É preciso considerar que os mais diversos sistemas não incidem somente sobre aqueles que são produzidos nas margens dele, mas a sociedade de uma maneira geral. O que vai ser diferenciado nessas construções são os lugares produzidos e ocupados nas dadas hierarquias por eles propostos.

É na relação direta entre os sistemas sociais, a forma com que eles produzem cotidianos e a história e ainda, na forma com que são percebidos, subjetivados e incorporados nas dinâmicas assumidas pelos sujeitos históricos que os modos de vida são anunciados.

O cotidiano vem sendo debatido no interior da terapia ocupacional desde o final dos anos 1980. Francisco (1988) tece uma crítica sobre a naturalização do termo cotidiano na terapia ocupacional, no sentido de seus usos eram mobilizados como sinônimo de ações biológicas humanas, de modo que quando reduzido às AVDs e sua ação mecânica, não poderia contribuir de fato para a compreensão das condições concretas de existência de sujeitos e coletivos (GALHEIGO, 2020). Deslocando a centralidade da noção de rotina para a de cotidiano, a autora o associou a uma prática humana transformadora, uma vez que manifesta a concretude da vida em suas múltiplas formas de ser operacionalizado, o apontando como o fio condutor para a atuação do terapeuta ocupacional, e conforme discutido por Galheigo et al (2018), um dos eixos norteadores de práticas emancipatórias nos diversos campos de atuação profissional, uma vez que organiza a ação do terapeuta ocupacional desde, para e com o mundo da vida cotidiana.

A articulação entre os sistemas sociais e os cotidiano se faz entre a lógica social e a concretude da vida e pode ser percebida na ausência de pessoas trans no mercado formal de trabalho; nos papéis desenvolvidos por mulheres das classes populares em relação ao

cuidado; na sociabilidade e práticas de lazer de jovens com sobrepeso; na construção de rotinas e pertencimentos de pessoas em situação de rua; na estilização ou estetização do corpo, das resistências e das formas de agir socialmente em suas variadas expressões nas metrópoles e nas pequenas comunidades e grupos etc.; nas escolhas planejadas de modos de vida anticapitalistas; nas expectativas de mulheres negras quanto aos relacionamentos íntimo-afetivos; nas novas formas de trabalho, ativismos em rede, e as subjetivações particulares que promovem; nas dinâmicas de violência vividas por mulheres no âmbito das relações íntimas; nas formas de amar dissidentes da monogamia heterossexual ou homossexual; no casamento formal ou informal que se traduzam ou não em modelos alternativos de família; nas modalidades de usos do corpo, os investimentos sobre ele e as modificações resultantes de processos mais ou menos estilizados tais como exercícios, dietas, disciplinamentos, erotismo etc.

É por meio do cotidiano, portanto, que os sujeitos assimilam (ou não) as normas dos sistemas e as desdobram na vida social. A percepção revela a dimensão subjetiva pelo qual esse sistema opera na produção de práticas cotidianas, sugerindo enfrentamentos ou adaptações.

É quando Bianca coloca que *“travesti não é bagunça”* e que *“o mercado de trabalho de uma travesti não pode ser apenas a prostituição, apesar de sentir mais segurança lá”*, entende-se que apesar do sistema sexo-gênero-desejo relegar esse espaço a esses sujeitos, especialmente quando falamos de travestis das classes populares, a forma com que essas práticas são percebidas, bem como os mecanismos que as alocam nesses espaços as faz elaborar uma série de ferramentas e códigos, no interior do próprio sistema para sobreviver. No entanto, é por meio da percepção do real, percepção essa carregada de crítica, que novos códigos vão sendo elaborados por ela: o do enfrentamento. *“A prostituição precisa ser regulamentada”*, dizia ela para falar de uma das formas de resistências que esses modos de vida demanda. A ausência da percepção do real, no entanto, cria novas dinâmicas, percebida no modo de vida operado por Talita, que frente aos mesmos espaços, afirma não se sentir em condições de enfrentar, investindo na assimilação de códigos de sobrevivência por meio dessa prática cotidiana.

É a percepção do real que localiza o potencial de enfrentamento dos sujeitos às suas realidades, e apesar de não ser determinante na conjunção das ferramentas necessárias pra que esses enfrentamentos sejam possíveis, delimitam, nos modos de vida, se estes serão de rupturas às condições de marginalização, ou se serão de assimilação. É também por meio da percepção do real que os sentimentos de pertença e os processos

identitários vão sendo delineados. É preciso considerar ainda que a racionalidade não é o elemento definidor da percepção, mas o campo de possibilidades e do desejável (GUERRA, 1993).

Colocar o sujeito no centro ou “o retorno do ator”, nos termos de Guerra (1993), faz emergir o debate sobre as racionalidades inerentes às práticas cotidianas, sobre as construções identitárias e os projetos decorrentes dela. É nesse atravessamento entre práticas, estruturas e representações que se coloca a articulação entre a experiência dos sujeitos e a estrutura social, numa tentativa de recuperar ou de localizar os espaços onde os sujeitos transcendem a estruturas e processos e se inserem na história (LOBO, 1992).

Ao colocar um debate sobre a produção de saberes e de práticas, e sobre como elas surgem em respostas a eventos, contextos, percepções e de necessidades dos sujeitos e coletivos somada a uma leitura sensível, compreensiva e crítica de demandas coletivas, institucionais ou políticas, Galheigo (2016) propõe:

As questões que profissional e campo se colocam poderiam ser assim descritas: “*Que contribuições este campo de saberes e práticas com que trabalho pode trazer para a condição que a minha frente se coloca?*” “*Quem que medida a ação profissional, em diálogo com o cenário social, cultural e político, pode colaborar no agenciamento de mudanças para as condições vividas por estes sujeitos e coletivos?*” (GALHEIGO, 2016, p. 49).

A autora continua o debate afirmando que esses questionamentos são acompanhados por um compromisso ético-político com a mudança de uma condição, situação ou uma causa. Esse compromisso é estabelecido a partir da escuta de necessidades e demandas de sujeitos e coletivos, reconhecendo que este campo não estabelece a ação profissional por meta de resolutividade. Também não se propõe a cumprir o instituído e que é previamente estabelecido como normalidade da condição de existir (p.50). A terapia ocupacional se compromete com o a transformação social a partir da construção de ferramentas e alternativas que busquem romper com a lógica das desigualdades sociais e as suas repercussões na vida dos sujeitos e coletivos, indo de encontro das impossibilidades de construção de cotidianos mais democráticos. Isso implica no que Galheigo (1988) discutiu em sua dissertação de mestrado, quando reflete que uma prática terapêutico ocupacional é transformadora ao permitir aos sujeitos a compreensão de sua dimensão histórica, ao oferecer a esses sujeitos elementos para reflexão sobre a posição e a escolha de seu caminho, quando se reposiciona diante das armadilhas do poder que atravessam as relações sociais, e por fim, quando realiza um

processo de autocrítica com relação aos mecanismos disciplinares enraizados na criação da profissão.

Essas proposições trazem para a cena a necessidade de um diálogo constante entre as dimensões individuais e coletivas dos processos sociais. Propõe ainda que por meio desse diálogo é que se encontram as possibilidades de ação terapêutico ocupacional no enfrentamento às resultantes das desigualdades sociais, seja na interface com os sistemas de saúde, assistência social, jurídicos, por meio das políticas públicas, ou seja tratando de maneira transversal questões que estão envolvidas nas dinâmicas de desigualdade no mais diversos setores e cenários de atuação.

Modos de vida tem estatuto de conceito que compõe o fio condutor para a análise das práticas sociais, a construção simultânea e articulada de relações sociais, das representações e do campo simbólico (LOBO, 1992), oferecendo caminhos para pensar, frente à experiência dos sujeitos (THOMPSON, 1991) os espaços onde sujeitos transmutam estruturas em processos e se inserem na história, o que parece promissor para a terapia ocupacional, se pensarmos o profissional como articulador social (GALHEIGO, 1997) na proposição de metodologias de ação com vistas à autonomia, cidadania, e no acesso a direitos de sujeitos e coletivos.

Nesses redimensionamentos teórico-metodológicos, e ainda, na aproximação com lentes que mediam uma análise que possibilite a proposição de práticas que vão ao encontro das demandas concretas dos sujeitos, modos de vida enquanto ferramenta conceitual se configura como um caminho de informar aos terapeutas ocupacionais sobre demandas, contextos, contradições, práticas, assimilações, mas sobretudo, sobre caminhos possíveis, considerando os modos com que esses sujeitos constroem seus cotidianos, manejam ferramentas por meio do aparato estatal ou ainda das redes de sociais de suporte, e as possibilidades de cuidado que podem ser produzidos a partir dessas experiências.

Ao pensar as possibilidades de ação da terapia ocupacional frente às demandas de pessoas trans, tomando como ponto nodal as demandas levantadas a partir do conceito de modos de vida, é possível constatar que elas se expressam e podem ser alvo da atenção de terapeutas ocupacionais nos mais diversos setores. Se pensarmos, por exemplo, nas demandas levantadas no que diz respeito ao acesso e permanência nos espaços educacionais, considerando a inserção de terapeutas ocupacionais nesses espaços, é preciso construir estratégias que mediem as dinâmicas do estar e permanecer na escola, seja por meio de oficinas de atividades, dinâmicas e projetos voltadas pra minimização

do impacto das diferenças, no âmbito coletivo, seja por meio de acompanhamentos individuais.

O encontro com esses sujeitos também pode acontecer no âmbito do território, por meio das práticas de saúde ou da assistência social, na proposição de projetos de inserção no mercado de trabalho, ampliação das possibilidades no âmbito das atividades de cultura e lazer, entre outros.

Considerando que a terapia ocupacional social direciona suas ações para populações que se encontram em processo de fragilidade ou ruptura com os vínculos relacionais e de trabalho, pensar as possibilidades de ação via ampliação das possibilidades concretas de vida dos sujeitos, especialmente se considerarmos o recorte de pessoas trans das camadas populares, envolve articular ações no território e em rede, pensar as possibilidades de acesso desses sujeitos nos espaços educacionais, na ampliação das possibilidades de acesso ao mercado formal de trabalho e apoio nos mais diversos contextos da vida em que o fazer é atravessado pelo estigma e pelo preconceito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar os múltiplos desafios de se construir como uma pessoa trans numa sociedade heteronormativa remonta a implicações de diversas ordens que perpassam os aspectos individuais, interpessoais, institucionais e estruturais. Esses desafios se expressam fortemente nos múltiplos cenários da vida cotidiana, delimitando quais ferramentas e possibilidades de operacionalização da vida poderão ser mobilizadas.

Desse modo, esta pesquisa teve como proposta central compreender como, ao longo das histórias de vida, pessoas trans constroem e mobilizam estratégias de enfrentamento às condições de marginalização. Como forma de análise, me utilizei do conceito de modos de vida sustentado por três eixos estruturantes: o sistema e os atores sociais, o cotidiano e a história, o objetivo e o subjetivo na percepção do real.

Os sistemas e os atores sociais apontam para o fato de que as imposições, por vezes invisíveis, do sistema sexo-gênero-desejo (na relação com outros sistemas de marcadores sociais da diferença) incidem sobre a vida dos sujeitos desde as primeiras etapas dos cursos de vida, delineando comportamentos, projetos de vida, espaços acessados, entre outros, a partir das tecnologias de gênero.

O enfrentamento aos sistemas se dá, ainda na infância, pela resistência à norma, mesmo que sem uma percepção muito clara, diferente da vida adulta, em que a crítica às normas de gênero parece dar corpo e consistência às formas de enfrentamento, sejam elas mediadas institucionalmente ou não.

No que diz respeito ao cotidiano e à história, um frequente e predominante aspecto mencionado e localizado como forma de marginalização se situa nas possibilidades de deslocamento espacial, predominantemente nos espaços públicos, em decorrência da produção generificada dos espaços urbanos.

Outro ponto levantado na experiência das/dos interlocutoras/es desta pesquisa, no que diz respeito ao cotidiano, passa por aspectos ligados à violência em suas múltiplas formas, com destaque para a violência reproduzida nos espaços públicos, contra a qual são mobilizadas estratégias como a reconfiguração temporal, espacial e relacional nos espaços de circulação.

Deslocamento espacial e violência parecem dois eixos estruturantes do que aciona demandas por enfrentamento no nível do cotidiano, de modo que as ferramentas acessadas, de maneira geral, envolvem predominantemente a rede de suporte social.

O objetivo e o subjetivo na percepção do real aponta, enquanto eixo analítico, para uma tomada de posição efetiva sobre a realidade, que é antecedida pela crítica aos próprios mecanismos que constroem seus lugares sociais e suas repercussões no desenrolar da vida. Os espaços e experiências que vêm possibilitando essa crítica que media a percepção do real, vêm sendo os espaços do movimento social e os espaços de educação formal.

Em linhas gerais, tendo em vista que as construções do sistema sexo-gênero-desejo colocam pessoas trans em lugares marginais, em decorrência do estigma produzido, as redes sociais de suporte vão sendo colocadas em instabilidade, exigindo desses sujeitos que as reconfigurem, numa direção de produção de sociabilidades, gramáticas de existência, fortalecimento e pertencimento.

Compreender as estratégias que são construídas para os enfrentamentos a essas condições foi um processo intenso, exigente e por vezes, revoltante. No campo desta pesquisa, percebi que enfrentar o estigma e o preconceito no âmbito das práticas cotidianas envolve reinscrever percursos, reorganizar trânsitos, evitar determinados espaços. Envolve, por vezes, naturalizar xingamentos, questionar suas próprias capacidades e potenciais, recriar circuitos de sociabilidades e de pertencimentos. É se encontrar mais constantemente com os “nãos” que com os “sins”. Por vezes, é buscar responder às normativas dos gêneros e das sexualidades na tentativa de ter suas vivências lidas como mais legítimas.

Em meio às imposições da heteronormatividade, cujos códigos criam hierarquias de humanidade, acessar diretos (sociais, civis e políticos) exige uma reinvenção constante e a mobilização de diversos atores que muitas vezes pareciam invisíveis na cena. É ir para os espaços de militância reivindicar o “direito de ser quem quiser”, é construir afetos e apoios nas esquinas, é enxergar o potencial dos espaços educacionais, e ao mesmo tempo, se questionar se aquele lugar irá acolher as demandas por reconhecimento. É também ver entre os pares os sentidos da construção de redes de apoio, do pertencimento, da solidariedade e das alternativas de fortalecimento pessoal e social. É ver no movimento social a possibilidade de reivindicar lugares de inteligibilidade, gramáticas de existência e luta por direitos. É ser expulso/a de casa e construir novas famílias. É ser excluído/a dos espaços de educação formal e reconhecer em outros atores novos professores; é reinventar as formas de acessar recursos financeiros que não pelo mercado formal de trabalho, e ver nesses espaços outras formas de mobilização de outros mercados; é desestabilizar as concepções normativas do caixa do supermercado, do garçom no restaurante, do

motorista do aplicativo, e mobilizar ainda que em meio à insegurança, negociações em torno das possibilidades de mobilidade e alternativas menos inseguras de acesso ao espaço público.

Dos impasses vivenciados no campo, ser uma mulher que responde às normativas de gênero – uma mulher cis – e acompanhar as negativas sociais que se expressam ora de maneira sutil, ora de maneira clara foi o mais desafiador. Por outro lado, ver Talita, por exemplo, dizendo que circular com uma mulher cis a deixava mais forte e confiante me fazia também sentir mais segura mediante a possibilidade de pensar formas de lidar com o impacto das práticas discriminatórias.

Se por um lado, pessoas trans pertencentes às classes dominantes tendem a ter mais ferramentas disponíveis para enfrentamento às condições de marginalização de suas experiências e de suas possibilidades concretas de operacionalização da vida, por outro, essas experiências também são constantemente desafiadas no sentido de exigir desses mesmos sujeitos reatualizações constantes de formas de negociar a participação e as práticas sociais.

No entrecruzamento dos marcadores de classe e gênero, pessoas trans de baixa renda, vimos por meio das experiências acompanhadas durante esta pesquisa, tendem a ter menos ferramentas disponíveis para o exercício das práticas cotidianas, considerando que suas vivências são reforçadas por opressões que criam novas/outras modalidades de violências e marginalizações, o que impacta diretamente nas possibilidades de agência no que diz respeito à constituição de seus fazeres.

Assim, outros marcadores sociais da diferença como raça, regionalidade e geração se põem na cena na composição da complexa teia em que se tecem as rupturas e permanências na composição de modos de viver, numa dialética entre as margens e os centros, o macro e o micro, o individual e o coletivo.

O que está em jogo é o uso dos corpos e os significados a ele atribuídos. É a ruptura com as normas e as tensões que isso coloca na cena da vida cotidiana. É a tensão entre um vocabulário excludente e a luta pela existência. E por meio desta pesquisa compreendemos que em muitas dessas experiências, existir, por si só, é resistir.

Frente aos avanços em torno da visibilidade dos debates que dizem respeito aos gêneros e às sexualidades, temos em cena cada vez mais a ascensão do movimento trans brasileiro (CARVALHO, 2015), e acompanhamos uma geração de pessoas trans que têm buscado fazer com que suas vozes sejam audíveis e suas identidades respeitadas.

As ferramentas não estão dadas. Os códigos sociais cerceiam o tempo todo a construção dessas, que são acessadas em meio à informalidade e à transgressão de “corpos estranhos em espaços cada vez mais visíveis” e assim, se cria o terreno de reinvenção de recursos para operacionalização da vida.

O desafio posto pelas proposições e pelo campo desta pesquisa não se constrói apenas no encontro com os/as interlocutores/as e com seus cotidianos, mas também nas escolhas teóricas que fizemos para leitura das histórias de vida e das estratégias de enfrentamento criadas e recriadas no interior delas.

A escolha dos modos de vida se ampara na possibilidade de entender as diversas dimensões que se inter-relacionam naquilo que permeia a construção de lugares sociais e, em meio a isso, a composição de fazeres coletivos-singulares, marcados histórica, política e culturalmente.

Para a terapia ocupacional social, a operacionalização desse conceito traz para a cena a possibilidade de se utilizar de lentes que considere a constituição dos sujeitos em meio às tramas sociais, ao se amparar na relação sistema-cotidiano-subjetividade e nas resultantes dessa no que diz à operacionalização da vida de sujeitos individuais e coletivos, sem perder de vista as possibilidades de agência destes.

Falar de experiências trans, lidas em suas dinâmicas particulares de composição a partir de aportes pós-estruturalistas, e do conceito de modos de vida, que se funda no bojo de concepções que remontam as estruturas, parece nos colocar diante de um embate teórico. E põe.

Se parece controverso falar de teoria *queer* e modos de vida, também parece controverso que a principal alternativa de acesso aos direitos para sujeitos que se constroem no interior de uma norma generificada aprisionadora, oposta à fluidez nata dos corpos e múltiplos gêneros, seja apenas a resposta por meio de políticas públicas, por exemplo, via termos e gramáticas de uma sociedade que se organiza a partir das estruturas.

Trabalhar na direção da ampliação das possibilidades de vida em meio a processos de iniquidades sociais implica, para terapeutas ocupacionais que atuam no campo social, conhecer “as regras do jogo”, compreender como elas se constroem, como são operacionalizadas, e o que cede a vez de jogada a cada participante. Envolve pensar estratégias de participação, pensar quais direções tomar, que recursos utilizar, que “cartas tirar”. Dito de outra forma, localizar e compreender as vivências e demandas de pessoas que se constroem fora dos moldes hegemônicos num duplo movimento de produção e

efeito que interagem de maneira dinâmica e circunstancial, também implica em considerar a sociedade estrutural na qual essas vivências e construções são assentadas e ganham sentido, em que e por que elas se movimentam.

Nesse sentido, os aspectos macroestruturais precisam ser sempre considerados quando falamos da ação técnica em terapia ocupacional social, que toma as políticas públicas, conforme Ana Paula Malfitano nos diz na ocasião da primeira mesa do IV Simpósio Internacional de Terapia Ocupacional Social, como recurso de atuação, uma vez que essas políticas são decididas a partir daquilo que se consideram necessidades humanas. E as políticas públicas são pensadas a partir da lógica das estruturas, das identidades, daquilo que é fixo, localizado.

Nesse jogo que envolve sujeitos do pós-estruturalismo numa sociedade que dispõe de códigos e regras de funcionamento, além de recursos e meios construídos a partir de uma perspectiva estruturalista, é o diálogo entre teorias que nos oferece possibilidades de leitura da realidade e elaboração de ações.

Nosso compromisso ético e político é com os sujeitos individuais e coletivos que, numa sociedade desigual, sofrem com as iniquidades, com a supressão de seus direitos, liberdades e, em muitos casos, de humanidade. Nessa direção e possibilidade de contribuição, o conceito de modos de vida se apresenta como um forte potencial analítico na terapia ocupacional social, com destaque para a necessidade de mais/outras pesquisas e ações a partir de seu uso.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias; JANELLI, Maurício Jannelli. *A Princesa — Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 126p.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: Novos matizes na aquarela das masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa*. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Ceará, 2012.

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020 80p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ARÁN, Márcia. Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo–gênero. *Ágora – Estudos em Teoria psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 49–63, 2006.

ASKABIDE. *Violência de género y prostitución: La violencia de género contra El colectivo de mujeres que ejercen la prostitución*. Bilbao: Ed. Mensajero, 2006.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: *Anais Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. 2014. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

BARROS, Denise Dias; ALMEIDA, Martha Carvalho de; VECCHIA, Talita Camila. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 128-134, 2007.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia Ocupacional Social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.

- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*. São Paulo, n. 52, 2006, p. 109-132.
- BASAGLIA, Franco; BASAGLIA, F. Los Crimes de la paz: investigacion sobre los intelectuales y los técnicos como servidores de la opression. México: Siglo XXI, 1977.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 144p.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis em transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n.2, p.549-559, 2011.
- BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.2, p.569-581, 2012.
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 4.ed. São Paulo, Graal, 2004
- BORTOLINI, Alexandre. *Diversidade sexual na escola*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOURCIER, Marie-Hélène. *Introduction: Cahiers de Genre*, Paris, n. 45, p. 5-14, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, Gustavo Bastos; FIÚZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, n. 4, p. 1-13, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 238 p.

BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDAS, Fabíola Lins. *A cidade dos excluídos: um projeto em história oral*. *Caderno de Criação*, Porto Velho, v. 6, n 20, p. 1-15, 1999.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BORGES, Ceyça Lia Parelosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um exemplo do uso da história oral como técnica complementar de pesquisa em Administração. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad – EnEO, 2010, Florianópolis-SC. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. As vítimas do desejo: Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Saberes: Convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.365-383.

CARVALHO, Daniel Elias. 2017. 235p. *História oral de vida de arte educadores da Fundação Casa: a arte como resistência*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2017.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.22, s.n., p.247-290, 2004.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. 2011. 198f. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 52, s.n., p. 185-211, 2018.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “*Muito prazer, eu existo!*”: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mário Felipe de Lima. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 52, p.1-35, 2018.

- CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, s/v, n. 14, p. 319-351, 2013.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2008. 182p.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COLLING, Leandro; SANT'ANA, Tiago. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Líliliana Lopes Pedral (Org.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EdUFBA, 2014. p. 255-266.
- CONRAD, Peter. *The Medicalization of Society. On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.
- DAUDE, Rodrigo Bastos. *Modo de vida e reprodução camponesa no assentamento Vila Boa em Goiás*. 2018. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2018.
- DIAS, Jossiani Augusta Honório; BERNARDINELI, Muriana Carrilho. O transexual e o direito de acesso ao mercado de trabalho: do preconceito à ausência de oportunidades. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 243-259, 2016.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: Vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: Identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. 2013. 218f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.
- DURHAM, Eunice. Família operária: consciência e ideologia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 201-213, 1980.
- EMAKUNDE. *La prostitución ejercida por mujeres en la C.A.E.*, 2001 (mimeo).

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. *Políticas, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT* - São Paulo 2006. São Paulo: APOGLBT, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise d discurso: Reflexões introdutórias*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Travestis e prisões: A experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o luso-fusco do cárcere*. 2014. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Donas de rua, vidas lixadas: interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo*. 2018. 224f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, 2018.

FIGUEIREDO, Fernando Padrão. Arte de viver, modos de vida e estética da existência em Michel Foucault. *Ítaca*. Rio de Janeiro, s.v., n.15, p.290-299, 2010.
FISCHER, Beatriz Daudt. Foucault e histórias de vida: Aproximações e que tais. *História da Educação*. Pelotas, v.1, s.n., p.5-20, 1997.

FLEURY, Flávio Malta. *O programa transcidadania como exemplo de política pública promotora da cidadania e do direito fundamental ao trabalho digno das pessoas trans*. 2016. 103f. Monografia (Bacharel em Direito). Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRANCISCO, Berenice Rosa. *Terapia ocupacional*. Campinas: Papirus. 1988.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. Londres e Nova York: Verso, 2003, p. 97-109.

FRASER, Nancy. *Adding Insult to Injury*. Londres e Nova York: Verso, 2008. 358p.

- FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n.3, p. 34-44, 2016.
- GALHEIGO, Sandra Maria. Da adaptação psicossocial à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. *Revista de Ciências Médicas PUCCAMP*, Campinas, v. 6, p. 105-108, 1997.
- GALHEIGO, Sandra Maria. Terapia Ocupacional Social: Uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática. In: LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata (Org.). *Terapia Ocupacional Social: Desenhos Teóricos e Contornos Práticos*. São Carlos - SP: EdUFSCar, 2016, p.49-60.
- GALHEIGO, Sandra Maria. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*. São Carlos, v.28, n.1, p.5-25, 2020.
- GALHEIGO, Sandra Maria; BRAGA, Claudia Pellegrini; ARTHUR, Maria Aparecida; MATSUO, Catia Mari. Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 723-738, 2018.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. *Dragões: Gênero, Corpo, Trabalho e Violência na formação da identidade entre Travestis de Baixa Renda*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. *História Oral e Educação Matemática: um inventário*. BOLEMA. Rio Claro: UNESP, 2002.
- GEERTZ, Cliford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 160p.
- GONÇALVES, Eliane. A constituição de modos de vida contemporâneos: experiências de subjetivação marcadas por gênero, raça, classe, língua, corpo, sexualidade, geração. Projeto de pesquisa, Grupo Ser-Tão, UFG, 2017. (mimeo).
- GROSSI, Miriam Pilar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos – Uma breve história do feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 12, p. 211-222, 2004.
- GUERRA, Isabel. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n. 3, p. 59-74, 1993.

- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- KNUDSEN, Patrícia Porchat. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, 2010
- KULICK, Don. *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, 277p.
- LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de geografia humana*. 2.ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- LACASCADE, Jean-Louis. Reemergences actuelles du thème modes de vie. *Approches Sociologiques des Modes de vie: débats en cours*. v.1, p.147-166, 1981.
- LACERDA, Paula. *O Drama Encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca*. 2006. 127f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2006.
- LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2011.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. história oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re)Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. p.35-61.
- LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero (Tradução de Suzana Funck). In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventudes, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, 2011.
- LEITE JUNIOR; Jaime Daniel; LOPES, Roseli Esquerdo. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*. São Carlos, v. 25, n. 3, p. 481-496, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, Collection Idées, 1970.
- LEITE JR., Jaime Daniel. Que povo é esse aí? A Formação Profissional Graduada em Terapia Ocupacional Frente às Temáticas de Travestilidade e Transexualidade. 2015. 134 p. Relatório Final (Iniciação Científica) – Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- LEONTIEV, Alexei. *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Centauro, 1978.

- LIMA, Fátima; CRUZ, Khatleen Tereza. Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 162-186, 2016.
- LIMA, Antônio Fernandes Costa; GAULDA, Dulce Maria Rosa. História oral de vida: Buscando o significado da hemodiálise para o paciente renal crônico. *Revista Escola de Enfermagem USP*, São Paulo, v. 35, n. 3, p.235-241, 2001.
- LOBO, E. S. Caminhos da Sociologia no Brasil: Modos de Vida e Experiência. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 7-15, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701992000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mai. 2019.
- LOPES, Roseli Esquerdo. Cidadania, Direitos e Terapia Ocupacional Social. In: LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata (Org.). *Terapia Ocupacional Social: Desenhos Teóricos e Contornos Práticos*. São Carlos - SP: EdUFSCar, 2016, p. 29-48.
- LORETO, Valéria Mariz. A feira de São Cristóvão como espaço de resistência cultural para nordestinos. In: *Anais INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Salvador, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade. O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-52.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (Org.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.
- LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEIBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade – o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MAFESOLI, M. *La logique de la domination*. PUF, Paris, 1976.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Campos e núcleos na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.
- MALFITANO, Ana Paula Serrata. Contexto social e atuação social: Generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata (Org.). *Terapia Ocupacional Social: Desenhos Teóricos e Contornos*

Práticos. São Carlos: Edufscar. 2016. p. 117-133.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, California, v. 24, p. 117-132, 1995.

MARCUS, George. Etnografia em/del sistema mundo. El surgimento de La etnografia multilocal. *Alteridades*, Ciudad de México. v. 11, p. 11-127, 2001.

MARINHO, Simone; ALMEIDA, Guilherme Silva de. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 22, n.1, p. 114-134, 2019.

MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.37, p. 323-355, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no brasil :1. Encontro regional de história oral*. São Paulo: FFLCH/Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzano L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MELO, Késia Maria Maximiano. “Consciência, news e glamour”: A internet como espaço alternativo de sociabilidade e ativismo entre pessoas trans. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2016a.

MELO, Késia Maria Maximiano. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 215-223, 2016b.

MELO, Késia Maria Maximiano; MONZELI, Gustavo Artur; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel. A formação de terapeutas ocupacionais e a questão dos gêneros e das sexualidades. In: SILVA, Rodrigo Alves dos Santos; BIANCHI, Pamela Cristina; CALHEIROS, David dos Santos. (Org.). *Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: pesquisas e experiências no âmbito da graduação e pós-graduação*. 1ed. São Paulo: FiloCzar, 2018, p. 225-242.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v.11, n.21, p.150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard; PELUCIO, Larissa. *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. 312p.

- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.
- MONTEIRO, Henrique da Luz Silva; SILVA, Christian Nunes da; PAULA, Cristiano Quaresma de. Modo De vida e territorialidades na comunidade pesqueira de Achada Ponta – Santa Cruz (Cabo Verde). *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v.15, n.1/2, p.8-27, 2019.
- MONZELI, Gustavo Artur. *Em casa, na pista, na escola, é tanto babado: Espaços de sociabilidade de jovens travestis*. 2013. 89f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional), Programa de Pós Graduação em Terapia Ocupacional. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2013.
- MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Vitor; LOPES, Roseli Esquerdo. Entre proteção, exposição e admissões condicionadas: Travestilidades e espaços de sociabilidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 451-462, 2015.
- MONZELI, Gustavo Artur; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional e sexualidade: uma revisão nos periódicos nacionais e internacionais da área. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 237-244, 2013.
- MONZELI, Gustavo Artur. Terapia Ocupacional Social, Gêneros e Sexualidades. In: LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata. *Terapia Ocupacional Social: Desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: Edufscar. 2016. p. 359-364.
- MOREIRA, André Luis Gomes. *Direito e transexualidade: implicações da despatologização da transexualidade*. 2019. 62f. Monografia (Bacharel em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 2019.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cad. Pagu*, Campinas, s.v., n. 42, p.201-249, 2014.
- MUNIZ, José Roberto; ESQUENAZI, Rosane. *Transexualidade: algumas considerações*. Editora Appris, 2021.
- NABARRO, Sergio Aparecido. *Modo de vida e campesinato no capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Loucura, trabalho e ordem: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas*. 1991. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.
- NATIVIDADE, Marcelo, OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Revista*

- Latinoamericana Sexualidad, Salud y sociedad*. Rio de Janeiro, n. 2, p.121-161, 2009.
- NERY, João W. *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*. São Paulo: Leya, 2011.
- NERY João Walter; MARANHÃO-FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Trans-homens: a distopia nos tecno-homens. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Org.). *Transexualidade e travestilidades na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2015. p. 25-35.
- OCHOA, Márcia. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación em la “localización”. In: MATO, Daniel (Org.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 239-256.
- OIT; UNAIDS; PNUD. *Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no Mundo do Trabalho – Projeto _ Construindo a Igualdade de Oportunidades no mundo do trabalho: Combatendo a Homo-Lesbo-Transfobia*. 1ª Edição. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.oit.org.br/content/promocao-dos-direitos-humanos-de-pessoas-lgbt-no-mundodo-trabalho-construindo-igualdade-de->. Acesso em: 22 set. 2020.
- OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. “E travesti trabalha?”: Divisão sexual do trabalho e messianismo patronal. 2019. 163f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Belo Horizonte, 2019.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- OSBORNE, Raquel. *Trabajador@s del sexo Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Bellaterra, 2004.
- PASTORE, Marina di Napoli; BARROS, Denise Dias. A cultura do brincar e a socialização infantil: Percepções sobre o ser criança numa comunidade moçambicana. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 599-609, 2015.
- PATTARONI, Lucca; KAUFMAAN, Vincent; PEDRAZZINI, Yves; BOLAY, Jean-Claude, RABINOVICH, Adriana. Personas y Territorios: la sociología urbana y el enfoque de los modos de vida en el sur. In: WANDERLEY, Fernanda (Org.). *Estudios Urbanos: En la encruzijada de la interdisciplinaridade*. La paz – Bolívia: CIDES-UMSA, 2009, p. 57-94.
- PEDRINI, Mateus Dias; RAMOS, Hugo Souza Garcia. Corputopias: Foucault vai ao cinema. In: RODRIGUES, Alexandre; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigues da Silva. *A política no corpo: Gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016, p.85-104.
- PELUCIO, Larissa. Travestis, a (re)construção do feminino: Corpo, gênero e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 15, n. 1, p. 123-154, 2004.

PELUCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: Uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Ciências Sociais, São Carlos, 2007.

PELUCIO, Larissa. *Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids*. *Saúde soc.*[online], São Paulo v.20, n.1, p. 76-85, 2011.

PELUCIO, Larissa. *Amor em tempos de aplicativos: Masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Annablume, 2019.

PERES, William. *Subjetividade das travestis brasileiras: Da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. 2005. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PERES, William. *Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania*. In: *Anais Fazendo Gênero-Corpo, Violência e Poder*, 8. Florianópolis, SC, 2008.

PERES, William Siqueira. *Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transgêneros e a escola brasileira*. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 235-264.

PERES, William Siqueira. *Travestis brasileiras: Dos estigmas à cidadania*. Curitiba : Editora Juruá, 2015.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. *Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder*. *Revista Psicologia Política* [online], São Paulo, v.11, n.22, p. 261-277, 2011.

PERUCCHI, Juliana. *Dos estudos de gênero às teorias queer: desdobramentos do feminismo e do movimento lgbt na psicologia social*. In: Encontro Nacional da ABRAPSO 15, *Anais...* Maceió, 2009, p. 1-10.

PINAFI, Tânia; TOLEDO, Livia Gonsalves; SANTOS, Cintia Helena dos; PERES, William Siqueira. *Tecnologias de gênero e a lógica do aprisionamento*. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 6, n. 1, p.267-282, 2011.

PISCITELLI, Adriana. *Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 31, s.n., p.131-137, 2009.

PISCITELLI, Adriana. *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, v. 36, n, 1, p. 11-31, 2012.

PODESTÀ, Lucas Lima De. *Os usos do conceito de transfobia e as abordagens das formas específicas de violência contra pessoas trans por organizações do movimento trans no Brasil*. 2018.131 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Goiânia, 2018.

- PONTES, Julia Clara; SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periodicus*, Salvador, v.1, n.8, p. 396-417, 2017.
- QUEIROZ, Roosevelt Brasil. *Formação e gestão de políticas públicas*. 2ª Ed. Curitiba: Ibpx, 2009.
- RAMBAUD, Placide. *Société Rurale et Urbanisation*. 1ª ed. Paris: Ed. du Seuil, 1969.
- REESER, Todd. W. Masculinities. In: *Theory: An Introduction*. Malden: Wiley-Blackwell, 2010. (Kindle Edition).
- RIBEIRO, Dolores Pereira. A família urbana. Curitiba: Multitemas UCDB. 1997.
- RICARDO, Kellyane de Santana. O mercado de trabalho para pessoas transexuais: Considerações a partir da análise de duas iniciativas sociais. *REVES - Revista Relações Sociais*, Viçosa, v. 3, n. 4, 2020.
- RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. In: POCAHY, Fernando. (Org.). *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer*. Porto Alegre: NUANCES, 2010. p. 35-44.
- RODRIGUES, André Rocha. A gente não tem parada: Etnografia e deslocamentos (de) travestis. 2020. 182f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2020.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. *Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marcavísal, 2013.
- ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. São Paulo, v. 21, n.8, p.2517-2525, 2016.
- RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo. *Nueva Antropología*, México, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (1978).
- SALES, Adriana. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): Cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. 2018. 305f. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Departamento de psicologia, Assis, 2018.
- SALIH, Sarah. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. 2010. 210f. *Cartografias da transexualidade: A experiência escolar e outras tramas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Educação, Curitiba, 2010.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1990.

SEIDMAN, Steve. *Queer Theory/Sociology*. Malden: Blackwell, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.5-40, 1995.

SILVA, Glauber Weder dos Santos; SOUZA, Emanuel Filipe Leite; SENA, Romeika Carla Ferreira de; MOURA, Izabella Bezerra de Lima; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p.1-7, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rge/v37n2/0102-6933-rge-1983-144720160256407.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019

SILVA, Hélio. *Travesti: A invenção do Feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Duramá: ISER, 1993. 176p.

SILVA, João Paulo de Lorena. *Infâncias Queer nos entrelugares de um currículo: A invenção de modos de vida transviados*. 2018. 146. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

SILVA, Glauber Weder dos Santos; SOUZA, Emanuel Filipe Leite; SENA, Romeika Carla Ferreira de; MOURA, Izabella Bezerra de Lima; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. *Rev. Gaúcha Enferm.* (Online), Porto Alegre, v. 37, n. 02, p. 1-7, 2016.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. *Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?* 2017.132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, Marília, 2017.

SITOE, Tomas. A Abordagem dos Modos de Vida Como Ferramenta de Análise das Estratégias de Sobrevivência no Meio Rural Africano. *Desenvolvimento em Questão*, v.9, n.17, p. 39-60, 2011.

SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso: Televisão, indivíduo e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SORRÉ, Maximilien. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. *Annales de Géographie*, v. 57, n. 306, p. 97-108, 1948 (1995).

SORRE, Maximilien. *Les Fondements de la géographie humaine*. Tome III, L'Habitat. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. "Viver dignamente": Necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.3, n.10, p.1-11, 2018.

SOUSA, Ícaro Joathan de. Bem antes da eleição: Uma análise da campanha permanente promovida por Bolsonaro durante a 55ª legislatura (2015-2018). In: *Anais Compolitica*8. Brasília, 2019.

SOUSA, Thuanny Soeiro. Retificando o gênero ou ratificando a norma? *Rev. direito GV*, São Paulo, v.15 n.2, p. 1-28, 2019.

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 8, n. 11, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PRADO, Marco Aurélio Máximo. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Periodicus*, Salvador, v.1, n.5, p.41-55, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

TONELI, Maria Juraci Figueiras; BECKER, Simone. Notas sobre o não reconhecimento e a inumanidade de travestis e negros no palco do judiciário. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n.9, 2011.

TONINI, Marcel Diego. *Dentro e fora de outros gramados: Histórias orais de vida de futebolistas brasileiros negros no continente europeu*. 2016. 480f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-13102016-152144.

VARTABEDIAN, Julieta. Cuerpos (trans)formados: acerca de las identidades de Género y la producción de la feminidad. In: *Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder*, 8. Florianópolis, 2018.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas. *Artefato, Jornal de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*, v.1, p.4-9, 1978.

WALLERSTEIN, Valeska. Feminismo como pensamento da diferença. *Labrys (estudos feministas)*, 2004. Disponível em: <http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

WARNER, Michael. *Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

WHITE, Hughto; REISNER, Sil; PACHANKIS JE. Transgender stigma and health: a critical re - view of stigma determinants, mechanisms, and interventions. *Soc Sci Med*, Nova York, s.v., n.147, p.222-231, 2015.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, v. 44, n. 1, p. 1-24, 1938.

YAZBEK, Maria Carmelita. Cultura da subalternidade e o protagonismo popular na política de assistência social: uma equação possível? In: PAIVA, Beatriz Augusto de (Org.). *Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras. 2010, p.373-386.